**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUACAO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL**

JANAYNA MARIA DA ROCHA CARVALHO

**A morfossintaxe do português brasileiro e sua
estrutura argumental: uma investigação sobre
anticausativas, médias, impessoais e a alternância
agentiva**

São Paulo

2016

JANAYNA MARIA DA ROCHA CARVALHO

A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Linguística

Área de Concentração: Linguística

Orientador: Prof^a Dr^a Ana Paula Scher

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Carvalho, Janayna Maria da Rocha da.

A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva./Janayna Maria da Rocha Carvalho; orientadora Ana Paula Scher – São Paulo, 2016.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2016.

1. Morfossintaxe. 2. Morfologia verbal. 3. Clítico se. 4. Estrutura Argumental. 5. Sentenças anticausativas. 6. Sentenças médias. 7. Sentenças impessoais. 8. Núcleo *Voice*. 9. Português Brasileiro. I. Ana Paula Scher. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Carvalho, J.M.R. **A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental:** uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Linguística

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Scher (presidente)

Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Artemis Alexiadou

Department of English Linguistics, Humboldt Universität zu Berlin.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Charlotte Galves

Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Esmeralda Negrão

Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcelo Modesto

Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Esta pesquisa foi apoiada pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por meio da concessão de duas bolsas de estudo.

- Bolsa de doutorado no País, processo 142048/2012-7.
- Bolsa de estágio no exterior, processo 229746/2013-6.

À minha mãe, por muitas e muitas coisas que não caberiam aqui, inclusive sua existência. Especialmente, por me proteger de mim mesma nos tempos difíceis e nunca ter deixado que pão de queijo faltasse (aqui ou na Alemanha).

AGRADECIMENTOS

*'Let everything happen to you: beauty and terror
Just keep going. No feeling is final. (...)
Nearby is the country they call life (...)
Give me your hand.'*
Book of Hours, I 59, Rainer Maria Rilke

Na música *O meio* de Luiz Tatit, é dito que o início das experiências é um pouco difícil porque as coisas ainda estão incertas (*Por isso que sempre no início/A gente não sabe como começar/Começa porque sem começo/Sem esse pedaço não dá pra avançar*). O bom é quando chegamos no meio, porque no meio não temos que começar nada e *'o meio é seguro pra gente cantar /primeiro, acaba o bloqueio/ E até o que era feio começa a soar'*. Não se fala sobre o fim na música, a não ser o fim do começo e a transição do começo para o meio, que é também é dada como incerta, *'porque tem começo que às vezes demora/que passa um bom tempo/inda não está na hora/tem gente que nunca sai do começo/mas tem esperança de sair agora.'* Resolvi começar meus agradecimentos com esta música, porque é exatamente assim como eu me sinto. Eu espero não estar mais no começo ao entregar esta tese, mas sei que estou longe do fim... de vários fins possíveis. Em vários momentos, vi que as análises que eu desenvolvia só tocavam em questões muito maiores e me ressenti de só perceber isso quando eu estava já no meio do meio. Apesar dos pesares de fazer uma tese, em alguns momentos, também senti que estava me divertindo montando um texto que era meu e acho que essa foi uma das melhores partes desse meio. Por fim, este meio em que eu estou agora me mostrou o aprendizado mais significativo enquanto eu escrevia esta tese: quando eu ler de novo, não vou mais achar que está bom, completo ou certo, nunca vai estar, a tese é sempre um meio de virar uma pesquisadora melhor. As pessoas listadas abaixo, de um modo ou de outro, me ajudaram a chegar neste meio e sou extremamente agradecida a elas por tudo que fizeram, conscientemente ou não, por mim.

Primeiramente, agradeço minha orientadora Ana Paula Scher pela convivência nestes quatro anos, por ter me acolhido no GREMD mesmo sem me conhecer, quando todas as minhas ideias para desenvolver esta tese não passavam de uma leve intuição. Sua leitura sempre detalhada dos meus textos, a paciência e a ajuda com a minha versão do Word que desformatou capítulos formatados mais de 20 vezes e com a minha inconsistência de codificação da tese foram essenciais. A Ana me ajudou a esclarecer vários pontos obscuros dos capítulos que seguem, os que ficaram são de minha inteira responsabilidade. Obrigada, Ana, não só pela ajuda com este trabalho, mas por ser tão amiga.

Além da Ana, preciso agradecer ao Departamento de Linguística, em geral, pela estrutura que me foi dada para que eu pudesse fazer meu trabalho. Agradeço à Erica Flávia, ao Robson Dantas, ao Ben Hur e à Denise Campos por toda a ajuda nestes quatro anos. Agradeço aos professores do DL em geral, pelas sugestões e conselhos em uma série de ocasiões que eu não poderia citar aqui. Em especial, agradeço aos professores cujos cursos eu frequentei: Ana Müller, Ana Scher, Esmeralda Negrão, Jairo Nunes, Luciana Storto e Sônia Cyrino (UNICAMP).

Desse grupo de pesquisadores, gostaria ainda de agradecer, em especial, à professora Esmeralda Negrão por uma série de motivos. Primeiro, a maioria dos textos que me apontaram caminhos de análise para as questões que eu tinha foram lidos na aula dela. Segundo, o fato de eu ter incorporado a esta tese construções pelas quais a Esmeralda se interessa e desenvolver uma análise diferente nunca foi impedimento de diálogo. Pelo contrário, a Esmeralda leu e comentou o meu projeto de sanduíche, o que, com certeza, me ajudou a conseguir a bolsa. E finalmente, no final desta tese, enquanto eu oscilo entre a tranquilidade e a paranoia, uma coisa que ela me falou algumas vezes sempre ecoa na minha cabeça: ‘Fazer tese é um pouco como ser artista, é uma criação. Essa é a que você fez, tem outras possíveis.’

Já que estou falando de professores, agradeço, imensamente, aos professores que aceitaram fazer parte da banca deste trabalho como titulares, Artemis Alexiadou, Charlotte Galves, Esmeralda Negrão e Marcello Modesto, e como suplentes, Alessandro Boechat, Jairo Nunes, Paulo Chagas, Sérgio Menuzzi e Sônia Cyrino.

Agradeço, ainda, aos professores que não participaram diretamente deste trabalho, mas me ajudaram a chegar até aqui: Thais Cristófar, por ter sido minha primeira professora de Linguística, Heliana Mello, com quem fiz iniciação científica por três anos, Tommaso Raso, de cujo projeto eu fiz parte nos três anos de iniciação científica, e Mário Perini, meu orientador de mestrado, cujos ensinamentos ainda são um guia para mim. Eu não sei se você gostaria da cara desta tese como ela está, Perini, mas agora eu já sei usar ‘explicit feliciter’. Agradeço, ainda, à professora Jane Brasil, que me inspirou a fazer Letras.

Devo agradecer também aos meus colegas do DL pela amizade e por todas as discussões que ajudaram o meu trabalho direta ou indiretamente. Aos colegas do GREMD, Aline Garcia Rodero-Takahira, Indaiá Bassani, João Paulo Cyrino, Júlio Barbosa, Klauber Renan, Mayara Espadaro, Ivan Rocha, Paula Armelin, Rafael Minussi e Vitor Nóbrega, pelas discussões e encontros sempre muito produtivos. Aos colegas do DL em geral, em especial Lara Frutos, Paula Bauab Jorge e Suzana Fong. Ainda, aos que acabaram virando amigos próximos e com os quais tive prazer de conviver fora dos muros da universidade, Aline Garcia Rodero-Takahira, Bruna Polachini, Indaiá Bassani, Jéssica Costa, Júlia Sales, Karin Vivanco, Karina Bertolino, Patrícia Borges, Rafael Minussi, Rafael Veloso e Vitor Nóbrega. Desculpem-me se eu esqueci de alguém dá tempo de consertar ainda na versão definitiva.

Às minhas roommates em todas as edições do Jaguaré por terem transformado a necessidade de co-habitar em um verdadeiro lar. Primeiramente, agradeço à Jéssica Costa e à Patrícia Borges, minhas primeiras roommates, por tornarem o Jaguaré um lar, pela amizade, pelas comidas compartilhadas e por serem, em variadas ocasiões, o contraponto necessário à minha ansiedade. Agradeço ainda à Larissa Fernandes e à Bruna Polachini, as minhas roommates da segunda edição do Jaguaré, por manterem um clima de alegria na casa enquanto eu estava de mau humor fazendo esta tese, pelo espírito jovial, as festas da vela, as pizzas e chopps do Habib’s. 2015 teria sido muito mais difícil sem vocês. Obrigada! Tenho que agradecer também, enormemente, à minha “vizinha” Ana Regina de Vaz Calindro, que se tornou uma grande amiga neste último ano. Agradeço à Ana por um milhão de caronas, por nunca ficar brava com os meus atrasos, pelas tardes e noites estudando juntas, por me emprestar a máquina de lavar roupas dela, pelas saídas, pelas conversas sobre a vida acadêmica e amorosa e pelas parcerias. Enquanto eu escrevo estes agradecimentos, eu fico feliz de perceber que amigos nunca me faltaram. Obrigada a todos vocês!

Agradeço, ainda, aos meus amigos acadêmicos e linguistas de outras instituições ou os não-acadêmicos ou não-linguistas que sempre estiveram a um clique de distância. Em especial:

Cíntia França, Rafaela Lamas, Priscila Brasil e Igor Guimarães. A Cíntia e a Rafa, em especial, nunca desistiram de mim, mesmo eu sendo tão relapsa ;-).

Switching to English, I would like to thank the people I got to know in Germany during the year I spent in Stuttgart to develop part of thesis. First, a huge thank-you to Artemis Alexiadou, my supervisor in Stuttgart. I could enlist a hundred things for which I am thankful to Artemis, but to keep it short, I thank Artemis for making sure I was adapted and well in Stuttgart and for taking my ideas seriously and treating me like a researcher with interesting things to say. This helped me a lot, more than she can possibly imagine. I must also thank Florian Schäfer for taking an afternoon to discuss my ideas with me and for reading two previous versions of Chapter 5. Florian is a very generous person with his time and his knowledge and I can't thank him enough for that. Gianina Iordachioaia fed me, took me to walks, and naturally became a good friend. Even though everyone is advised not to mess with Gianina, she is a very sweet and loyal friend/mama. I also want to thank the boys, Marcel Pitteroff and Giorgos Spathas, for sharing an office with me, for being a good companionship and for amusing me in their own way (you know, boys...).

When I was in Stuttgart for 6 months already, Jeannique Darby arrived. Gianina, Jeannique and I formed the J/G-group (now J-crew on Whatsapp). I thank Jeannique and Nick, her husband, for the coffees, the New Year's eve, and their friendship. Good talk! All the other members of the Department also deserve a big thank you for helping me with several things: warming up my soup (and not setting the building alarm off), getting the residence permit, sharing their offices with me, and being receptive to a Brazilian girl who could not speak German. Thus, I thank Amanda Karsch, Fabian Schubö, Heidi Altmann, Jutta Eichholz, Katerina Zombolou, Nino Grillo, Patrick Lindert, Sabine Mohr, Silke Fischer, and Zeljka Caruso.

In May 2015, I had the lucky to know Jonathan MacDonald and Matthew Leroy, from University of Illinois at Champaign-Urbana, who work on SE-constructions in Spanish. Their approach to these constructions enriched my view on SE-constructions in BP and I am extremely grateful to them for all the e-mails and discussions we have had since then. This thesis greatly benefited from the work we did together. Thank you, guys.

Quase por último (mas não menos importante – MESMO!), agradeço à minha família. Como a maioria das pessoas que eu conheço, devo muito à minha mãe e os agradecimentos a ela, com certeza, poderiam ser um segundo tomo desta tese. Como não tenho energia para escrever este outro tomo no momento, vou ser breve. Obrigada, mãe, por cultivar meus sonhos como se fossem seus e me apoiar em todas as empreitadas a que eu me dispus até agora, sem me questionar sobre a plausibilidade delas. Obrigada por aguentar minhas oscilações de humor, pelos apoios logístico, emocional e financeiro e por muitos outros pequenos gestos de amor cotidiano que muito me animaram, como viajar para me ajudar a arrumar minha mala quando eu ia pra Alemanha. Eu sou muito sortuda por ter você na minha vida, te amo muito. Ao meu Tio Luís, que sempre se preocupou comigo como se eu fosse uma filha. Ao Arthur, meu irmão, por ser, no mínimo, original. Ao meu pai e à minha irmã Camila, pela reaproximação discreta. Ao Papiro, meu cachorro, por ser tão bom companheirinho e por continuar dando indícios de que gosta de mim, mesmo quando eu só apareço em BH de 3 em 3 meses.

Finalmente, agradeço ao CNPq, que, por meio da bolsa de Doutorado no país e de sanduíche possibilitou que essa pesquisa fosse concretizada.

(Grant Snyder, <http://www.incidentalcomics.com/2015/06/nothing.html>)

Mar

Não te espantes com máquinas,
Com invenções de última hora.
Inacreditável é a quantidade de elementos
Que ainda não obedecem aos homens.

(Gonçalo Tavares, 1)

RESUMO

Esta tese estuda quatro construções que tiveram/estão tendo mudanças em sua sintaxe no português brasileiro (PB). São elas: **anticausativas**, como em (1) *O prato (se) quebrou*; **médias**, como em (2) *Essa roupa (se) lava fácil*, **o membro inacusativo da alternância agentiva**, (3) *Essa roupa lavou (*se) ontem* e **impessoais**, como (4) *Nesse lugar (se) vende bota*. Afirmando que as mudanças nas estruturas desses eventos possuem uma origem em comum: a perda de SE que nucleia um tipo de projeção *Voice* específica. Essa projeção de *Voice* pode ou não projetar um especificador em que um argumento implícito *pro* é alocado. Quando essa projeção de *Voice* tem o especificador projetado, origina-se a interpretação de que um humano é responsável pelo evento. Essa é a interpretação em médias e impessoais com SE. Nos casos em que a projeção de *Voice* não tem o especificador projetado, a leitura que se tem é de um evento espontâneo que aconteceu sem que um Agente o promovesse, como em anticausativas. Em relação a esse argumento implícito em alguns dos eventos tratados, no Capítulo 2, demonstro que uma série de diferenças dos eventos estudados em relação a outras línguas românicas está relacionada ao tipo de argumento implícito projetado em *Voice*. O argumento implícito em PB é forte, comportando-se como um DP e funcionando como um interventor em função da sua constituição. Em contraste, o argumento implícito em espanhol, por exemplo, é fraco e não é um interventor em relações de *Agree* de uma sonda com mais de um argumento (nos casos em que essas relações são lícitas). Essa característica é responsável por diferenças significativas entre os eventos com SE do PB e de outras línguas românicas, algumas das quais foram exploradas nesta tese.

Um caminho analítico empregado em vários dos capítulos desta tese é cotejo das variantes marcadas e não marcadas dos eventos estudados acima. No Capítulo 3, lido com anticausativas marcadas e suas contrapartes não marcadas e demonstro que nada mudou na estrutura desse evento com a perda de SE. Isso é esperado, já que anticausativas só possuem um argumento e SE tem o único papel de nuclear *Voice*. No Capítulo 4, estudo médias marcadas e não-marcadas e demonstro que houve uma alteração substancial na sintaxe desses eventos. Médias não-marcadas não possuem nenhum argumento implícito e são inacusativas para todos os testes relevantes. Isso mostra que as médias não-marcadas em PB se distanciam de médias não-marcadas do inglês, por exemplo, que são descritas como sentenças transitivas. Nesse caso, a perda de SE levou à perda de *Voice*. No Capítulo 5, estudo o membro inacusativo da alternância agentiva, exemplo em (4), e mostro que, apesar de esse tipo de evento não se combinar com SE, o que aponta que não há *Voice* nucleada por SE nas sentenças que expressam esse tipo de evento, elas são um subproduto da existência de médias inacusativas não-marcadas no PB. Isto é, sentenças como *Essa roupa lavou ontem* são uma generalização dos contextos em que uma estrutura como *Essa roupa lava fácil* pode entrar. Nesse sentido, essas sentenças também estão relacionadas com a perda de um tipo de *Voice* específico no PB, mas de uma forma indireta. Por último, no Capítulo 6, estudo sentenças impessoais e mostro que a variante não-marcada é talvez um dos eventos estudados nesta tese em que mais houve mudanças, porque essas sentenças sinalizam também uma mudança em TP. Ao contrário de médias e o membro inacusativo da alternância agentiva, todavia, sentenças impessoais necessitam de um argumento externo. Em sentenças como *Nesse lugar*

(*se vende bota*, o locativo é o especificador de *Voice*. Esse elemento é usado nesse tipo de sentença locativa justamente porque locativos geram leituras existenciais.

Em suma, este estudo descreve uma série de mudanças em eventos do PB que acontecem, em última análise, em virtude da perda de morfologia nessa língua. O estudo contribui, assim, para dois debates maiores: i) de que forma mudanças de parâmetro podem afetar os eventos da gramática; ii) se eventos são melhor descritos por abordagens lexicais ou sintáticas. Os resultados aqui reportados mostram que mudanças de parâmetros podem afetar eventos, embora não essa não seja uma característica definidora do parâmetro *pro-drop*, por exemplo. Além disso, os dados do PB mostram que eventos concebidos como fruto de alternâncias lexicais em muitas abordagens atuais, como anticausativas e médias, mudam de acordo com tendências sintáticas da língua e são melhor tratadas em abordagens sintáticas em virtude disso.

ABSTRACT

In this thesis, I study four constructions that have changed in Brazilian Portuguese (BP), namely **anticausatives**, as in (1) *The plate (se) broke*; **middles**, as in (2) *These clothes (se) wash easily*; **the unaccusative member of the agentive alternation**, (3) *This cloth (*se) washed yesterday* and **impersonals**, as in (4) *In this place (se) sell boots*. I argue that all these changes are related to the loss of a Voice projection whose nucleus is the clitic SE. The said projection can or cannot project a specifier, in which *pro* is merged. When *pro* is present, the interpretation of an entity responsible for the event originates. This is found in middles and impersonal sentences with SE. As anticausatives are spontaneous events, in this particular case, this type of Voice does not project a specifier. In respect to the implicit argument in some of these events, in Chapter 2, I show that several contrasts among these events in Romance languages can be accounted for if there are different types of implicit arguments. Whereas the implicit argument in BP is strong, i.e. it behaves as a regular DP and intervenes in Agree relations, in Spanish it is a weak implicit argument and does not intervene when the probe enters in a relationship with more than one goal. These constituency differences are responsible for the differences between events with SE in BP and other languages, some of them are treated in this thesis.

Throughout the analysis, I compare the SE-variant with its alternative realization without the clitic. In Chapter 3, I deal with marked anticausatives and their unmarked counterparts. I claim that nothing really changed in this case despite the loss of SE. This is expected, since Voiced anticausatives do not project an implicit argument. In Chapter 4, I deal with marked and unmarked middles, showing a substantial change in their structure. There is no implicit argument in unmarked middles and they behave as generic unaccusative for all relevant tests. This shows that unmarked middles in BP differ from English middles, which are normally analyzed as transitive or unergatives. In this case, the loss of SE led to the loss of Voice. In Chapter 5, I study the unaccusative member of the agentive alternation, exemplified by (3). I argue that, although SE is not licensed in this type of event, which shows that there is no Voice in it, they are a byproduct of unmarked middles in BP. In other words, sentences like *This cloth washed yesterday* (*lit.*) are a generalization over the contexts in which *This cloth washes easily* is licensed. For this reason, these sentences are also related to the loss of a specific type of Voice in BP, albeit in an indirect way. Finally, in Chapter 6, I study impersonal sentences. The unmarked variant of this type of event is perhaps the most affected one, since the changes do not affect only Voice, but also T. Unlike middles and the unaccusative member of the agentive alternation, however, impersonal sentences need an external argument. In sentences such as (4), the locative is the specifier of Voice. This element is used because locatives generate existential readings.

To sum up, this study describes a series of changes in BP events that happened ultimately due to the loss of morphology in this language. This study contributes to two major debates: i) in which way changes of parameter can affect events; ii) if events are better described by lexical or syntactic approaches. The results reported in this thesis indicate that parametrical changes can affect events, even though this is not a defining property of the pro-drop parameter. In respect to (ii), BP data shows that events traditionally treated by lexical

approaches, as anticausatives and middles, are tied in with general morphosyntactic changes in the language and are thus better explained by syntactic approaches.

LISTA DE FIGURAS

Cap. 1

Figura 1: Arquitetura da Gramática pela MD, 30

Cap.5

Figura 1: Restrição verbal comparada em médias, AA e passivas, 199

LISTA DE TABELAS

Cap.2

Tabela 1: Marcação de verbos anticausativos, 60

Tabela 2: Reflexivas inerentes não-marcadas em dois dialetos do PB, 71

LISTA DE QUADROS

Elementos pré-textuais

Quadro 1: Algumas convenções de nomenclatura, xx

Cap.1

Quadro 1: Comparação PB/PE (cf. Galves, 2001:46), 4

Cap.2

Quadro 1: Propriedades de *pro*, 53

Quadro 2: Licenciamento e identificação de *pro*, 55

Quadro 3: SE-sentenças em PB e em outras línguas românicas, 74

Cap.3

Quadro 1: Resumo das abordagens para alternância causativa, 93

Quadro 2: Tipologia de pronomes, 115

Cap. 4

Quadro 1: Tipos de médias, 120

Quadro 2: propriedades de sentenças médias contrastadas, 136

Quadro 3: propriedades de médias vs. Presença/falta de Voice, 144

Quadro 4: Formação da implicatura de agente, 152

Cap.5

Quadro 1: Diagnósticos para a presença de um agente, 178

Quadro 2: propriedades de sentenças médias contrastadas, 195

Apêndice Cap.5

Quadro 1: grupo de verbos resultativos de acordo com Whitaker-Franchi, 210

Cap.6

Quadro 1: tempo e interpretação de pronomes arb, 220

Quadro 2: Tipos de INFL e sua relação com a marcação do DP, 251

Cap.7

Quadro 1: presença /ausência de VoiceP nas línguas, 255

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO, 1

- 1.1 Foco da pesquisa, 1
- 1.2 A perda do SE e infinitivas, 3
- 1.3 Eventos e mudança linguística, 7
- 1.4 *Voice* e a mudança linguística do PB, 10
 - 1.4.1 *A projeção Voice*, 11
 - 1.4.2 *A perda de Voice em PB*, 16
 - 1.4.3 *SE e pro*, 18
 - 1.4.4 *SE e pro no PB*, 24
- 1.5 Estrutura de eventos, 29
- 1.6 As gramáticas do PB, 36
- 1.7 Resumo, 38

2 O ESTATUTO DO CLÍTICO SE NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS E EM PB, 40

- 2.1 Introdução, 40
- 2.2 SE e pro, 42
- 2.3 Testes de agentividade, 44
- 2.4 Evidência translinguística para a presença de pro em sentenças SE-passivas, SE-médias e SE-impessoais, 48
- 2.5 Que pro é esse?, 53
- 2.6 SE nas línguas românicas, 58
 - 2.6.1 *SE-anticausativas*, 58
 - 2.6.2 *Médias e passivas*, 62
 - 2.6.3 *Sentenças impessoais*, 67
 - 2.6.4 *Sentenças reflexivas e inerentemente reflexivas*, 70
- 2.7 Conclusão do capítulo e o escopo empírico desta tese, 73

3. ANTICAUSATIVAS NO PB, 77

- 3.1 Introdução, 77
- 3.2 Grandes linhas de tratamento de sentenças anticausativas, 77
 - 3.2.1 *Levin & Rappaport*, 79
 - 3.2.2 *Hale & Keyser (2002)*, 84
 - 3.2.3 *Alexiadou, Anagnostopoulou e Schaefer*, 89
 - 3.2.4 *Conclusão da seção*, 93
- 3.3 Outras propriedades de sentenças anticausativas, 94
- 3.4 SE-anticausativas e $\emptyset$ -anticausativas, 98
 - 3.4.1 *Presença de v-cause*, 98
 - 3.4.2 *Leituras restitutivas e repetitivas com 'de novo'*, 99
- 3.5 Avaliando argumentos sobre o papel de se em anticausativas, 100
 - 3.5.1 *SE e classes verbais*, 100
 - 3.5.2 *Diferenças semânticas entre anticausativas marcadas e não-marcadas*, 101
- 3.6 *Voice* em anticausativas, 106
 - 3.6.1 *Voz expletiva*, 106
 - 3.6.2 *Transitividade e voz expletiva*, 108

3.6.3 *Voz expletiva em PB (e línguas românicas)*, 112

3.7 Conclusão do capítulo, 116

4. MÉDIAS NO PB, 118

4.1 Introdução, 118

4.2 O que são sentenças médias?, 119

4.3 Transitividade e morfologia, 120

4.4 O problema: médias em PB, 123

4.5 Médias e pro, 128

4.6 Tipologia de médias e as médias não-marcadas do PB, 136

4.7 A abordagem, 143

4.8 Comparando a derivação de médias não-marcadas e médias marcadas em PB, 145

4.9 Médias podem não ter agentes?, 149

4.10 Os dados e a proposta de Lekakou (2005), 156

4.11 Conclusão, 159

5 A ALTERNÂNCIA AGENTIVA, 161

5.1 Introdução, 161

5.2 Abordagens anteriores, 164

5.2.1 *Negrão e Viotti (2008, 2010)*, 165

5.2.2 *Cyrino 2013a*, 170

5.2.3 *Conclusão*, 172

5.3 O membro intransitivo da AA e outros eventos, 172

5.3.1 *AA e anticausativas*, 172

5.3.2 *Há algum tipo de argumento implícito no membro intransitivo da AA?*, 175

5.3.3 *Há uma leitura reflexiva disponível?*, 178

5.4 A estrutura do membro intransitivo da AA, 180

5.4.1 *Testes de inacusatividade*, 180

5.4.2 *Raízes de modo ou de resultado?*, 183

5.4.3 *Bieventividade e monoeventividade*, 187

5.5 Qual é a estrutura das médias do PB?, 194

5.5.1 *Médias do PB e médias não-marcadas do inglês*, 194

5.6 Médias do PB e a AA, 198

5.7 Perda de Voice como a causa da AA em PB, 201

5.8 Por que isso não acontece em inglês?, 205

5.9 Conclusão do capítulo, 207

Apêndice 1: Um refinamento dos verbos licenciados, 208

Resultativos, 208

Quasi-instrumentais, 213

Apêndice 2: Questões de aceitabilidade, 216

6. SENTENÇAS IMPESSOAIS EM PB, 217

6.1 Introdução, 217

6.2 O que são sentenças impessoais?, 219

6.3 Inversão locativa?, 221

6.3.1 O que é inversão locativa?, 221

6.3.2	Avelar e Cyrino (2008)/Avelar (2009),	221
6.4	Seleção,	224
6.5	Little pro?,	226
6.5.1	<i>Barbosa,</i>	226
6.5.2	<i>Holmberg, 2005,</i>	228
6.6	Onde os locativos são concatenados?,	233
6.7	Locativos encabeçados pela preposição ‘em’ e interpretação existencial,	239
6.7.1	<i>Locativos e força existencial,</i>	239
6.7.2	<i>Locativos e a leitura silenciosa de pessoa,</i>	241
6.8	T e impessoais nulas,	244
6.8.1	<i>O caso do argumento externo em impessoais nulas,</i>	244
6.8.2	<i>O valor de T em impessoais nulas genéricas,</i>	246
6.9	INFL como uma categoria âncora,	249
6.10	Conclusões,	251
7. CONCLUSÃO DA TESE E QUESTÕES FUTURAS,		253
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS,		257

ALGUMAS CONVENÇÕES

- Durante grande parte do texto, cotejo derivações alternativas com e sem o clítico SE no PB. Como forma de evitar repetição e me referir a esses eventos de forma simplificada, adotei algumas nomenclaturas que estão listadas abaixo. Se os termos têm sentido equivalente, podem ter uso intercambiável.

NOMENCLATURA	O QUE QUER DIZER
<ul style="list-style-type: none">• SE- anticausativa• Anticausativa marcada	Sentença anticausativa com o clítico SE
<ul style="list-style-type: none">• SE-média(s)• Média marcada	Sentença média com o clítico SE
<ul style="list-style-type: none">• Ø-anticausativa• Anticausativa não-marcada	Sentença anticausativa sem o clítico SE
<ul style="list-style-type: none">• Ø-média• Média não-marcada	Sentença média sem o clítico SE
<ul style="list-style-type: none">• SE-impessoal	Sentença impessoal com o clítico SE
<ul style="list-style-type: none">• SE-passiva	Sentença passiva com o clítico SE

Quadro 1: Algumas convenções de nomenclatura

- A referência aos trabalhos dos quais os exemplos foram retirados encontra-se após a glosa e a tradução do exemplo, vide (1). Por vezes, a glosa e a tradução também são do trabalho original, por vezes, quando adaptações são necessárias para o entendimento, são minhas.

1. Exemplo
Glosa
Tradução

(REFERÊNCIA)

- Seguindo a recomendação das Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP, manuscritos e hand-outs são referenciados em notas de rodapé no decorrer do texto. Nas referências bibliográficas, somente encontram-se trabalhos publicados ou no prelo.

1. INTRODUÇÃO

1.1 *Foco da pesquisa*

Esta tese tem o objetivo de estudar as mudanças em alguns eventos que eram, obrigatoriamente, marcados com o clítico SE em sincronias anteriores do português brasileiro (PB) e que, atualmente, possuem realizações alternativas.¹ Os eventos² que serão estudados nesta tese são listados abaixo. Abaixo de cada um dos exemplos, forneço uma pequena caracterização desses eventos que justifica as diferentes nomenclaturas adotadas. Essa caracterização será expandida e refinada em cada um dos capítulos em que essas sentenças forem estudadas.

(1) O prato (se) quebrou

sentença anticausativa

- ✓ Tipo de sentença com duas características centrais: i) mudança de estado de um argumento interno; ii) argumento externo que causou tal mudança apareça expresso. Em (1), o prato passou de *não quebrado* a *quebrado*.

(2) Essa roupa (se) lava fácil

sentença média

- ✓ Tipo de sentença em que se descreve uma propriedade do complemento lógico do verbo. Como uma propriedade é algo que se manifesta inerentemente no objeto, independentemente de um evento específico, essas sentenças são genéricas. Em (2), a propriedade descrita é a facilidade de lavagem da roupa em questão.

¹Para abordagens históricas, veja-se, entre outros, Nunes (1990), Cyrino (2007) e Cyrino (2013a).

² Como se sabe, evento é uma caracterização semântica de uma sequência de palavras com significado em uma dada língua e sentença é uma caracterização sintática. É uma regra tácita chamar de ‘sentença X’ uma dada sentença em que o ‘evento X’ esteja expresso. Nesta tese, sigo essa prática.

(3) Não (se) usa saia mais no Brasil

sentença impessoal

- ✓ Tipo de sentença em que um participante arbitrário faz ou não a ação descrita pelo verbo. Em (3), assere-se que qualquer pessoa que esteja no Brasil e pudesse usar saia não tem feito mais essa atividade.

(4) A roupa (*se) lavou.

Membro inacusativo da alternância agentiva

- ✓ Tipo de sentença em que há um resultado de uma ação que necessariamente depende de um Agente, mas que é apresentada sem um agente expreso. Em (4), nota-se que a ação de lavar roupas é apresentada como independente de um Agente, muito embora saibamos que essas ações dependem de um humano.

À primeira vista, duas observações parecem ser válidas frente a esses dados. A primeira delas é a de que as sentenças de (1) a (3) não parecem ter nenhuma mudança significativa em sua estrutura. A breve caracterização de cada uma dessas sentenças parece corresponder tanto a sua contraparte marcada quanto à não-marcada. Em outras palavras, poderia ser dito que há um clítico nulo nas contrapartes não-marcadas de (1) a (3). A segunda observação, relacionada à primeira, é a de que o clítico não traz nenhuma contribuição para a estrutura de tais sentenças, razão pela qual sua omissão não afeta a gramaticalidade das sentenças de (1) a (3). Esta tese vai argumentar contra essas ideias.³ Meu objetivo é mostrar, com dados do PB, que os eventos também sofrem alterações estruturais quando há mudanças de parâmetro em curso. Portanto, as contrapartes não-marcadas de (1) a (3) tiveram mudanças significativas e (4) é, inclusive, um reflexo dessa mudança, como se verá no Capítulo 5.

Este capítulo apresentará um panorama geral das ideias presentes na tese, as quais serão retomadas e explicadas mais extensamente à medida que a argumentação avança. Ele está organizado da forma descrita a seguir. Na seção 1.2, comento o caso de aumento do uso do SE em infinitivas e a relação disso com o objeto empírico deste trabalho, de forma a deixar claro, de antemão, quais serão os dados estudados. Na seção 1.3, comento sobre o papel dos eventos aqui estudados na mudança linguística do PB. Na seção 1.4, discorro sobre a projeção *Voice* e a mudança linguística. Para tanto, na seção 1.4.1, defino a projeção *Voice*, com base em

³Vale, ressaltar, todavia, que nos trabalhos examinados nesta tese, essa ideia nunca foi levantada.

trabalhos prévios; na seção 1.4.2, discorro sobre a perda de *Voice* em PB e na seção 1.4.3, sobre a interação de SE e *pro* em *Voice*. A seção 1.5 traz algumas informações elementares sobre a estrutura de evento e o modelo de gramática assumidos nesta tese. A seção 1.6 pontua sobre a existência de mais uma gramática em PB e, finalmente, a seção 1.7 conclui o capítulo.

1.2 A perda do SE e infinitivas

Antes que eu proceda com a exposição das ideias e conceitos necessários para desenvolver esta tese, tratarei brevemente do uso de SE em sentenças infinitivas. De acordo com alguns estudos históricos, como Nunes (1990) e Cavalcante (2006), esse uso aumentou na história do PB, contrastando, portanto, com o que se observa em sentenças finitas, nas quais o uso de SE está em decréscimo.

Variados trabalhos notaram as mudanças que se observam de (1) a (4) e serão oportunamente citados no decorrer da tese. Todavia, é raro que todas essas mudanças sejam vistas como tendo algo em comum. Uma menção à perda do SE em mais de um contexto, bem como uma conjectura sobre a unificação desse fenômeno, pode ser encontrada, por exemplo, em Galves (2001:46). Reproduzo, abaixo, um quadro da autora no qual se contrastam características do PB e do português europeu (doravante, PE) no uso do clítico SE em vários contextos.⁴

⁴ Cabe ressaltar que a omissão (para usar um termo descritivo) do clítico com verbos pronominais é talvez o único dos casos em que a preferência ou não pelo uso de SE é claramente sujeita à variação dialetal, portanto a sentença em iiiia não reflete as preferências dos falantes do PB como um todo.

i. Indeterminado PB Nos nossos dias, não usa mais saia PE Não se usa mais saia
ii.Médio PB Essa camisa lava facilmente. PE Essa camisa lava-se facilmente.
iii.Pronominal PB Joana não matriculou ainda. PE Joana não se matriculou ainda.
iv.Reflexivo PB Maria fez a lista de convidados, mas esqueceu de incluir ela. PE Maria fez a lista de convidados, mas esqueceu de se incluir.
v.Indeterminação de infinitivas PB É impossível se achar lugar aqui PE É impossível achar lugar aqui.
vi.Estruturas difíceis PB O João é difícil de se convencer PE O João é difícil de convencer

Quadro 1: Comparação PB/PE (cf. GALVES, 2001:46).

Ao apresentar tal tabela, a autora pontua que “uma explicação em termos do fenômeno geral de supressão de clíticos em PB não dá conta deste contraste” (p.46), já que as sentenças infinitivas parecem estar caminhando em direção contrária às sentenças finitas no que diz respeito à marcação com o clítico SE. Na mesma esteira, Cavalcante (2006:3) pontua que o uso de SE indeterminador com infinitivo é de 8% nos textos do PE examinados pela autora, enquanto no PB gira em torno de 20% na fala culta e de 50% na escrita culta. A autora observa que o uso de SE em infinitivas é **favorecido** em casos de infinitivas encabeçadas por uma preposição (p.29-30). Galves (2001) e Cavalcante (2006) apresentam uma análise bastante parecida para o curioso fato de, nas infinitivas, o uso de SE aumentar durante os séculos, como demonstrado no trabalho de Cavalcante (2006), e diferir do sistema de sentenças infinitivas em PE, como discutido em Galves (2001). Em ambos trabalhos, as autoras apostam que isso está relacionado à perda da especificação de *pessoa* na morfologia do PB. Isso leva à checagem dessa categoria por um pronome aberto. Que essa é uma característica do PB, mas não de PE, é exemplificado nos dados abaixo. A autora contrasta as interpretações que uma sentença como (5) pode ter em PB e em PE. Enquanto no PB tal sentença pode significar tanto que ‘*João é um mau pagador*’ quanto que ‘*é difícil alguém conseguir pagar ao João*. Em PE, só a última interpretação é lícita.

(5) João é difícil de pagar.

PB: a. ‘João é um mau pagador’

b. ‘É difícil alguém conseguir pagar o João’

PE: a. ~~‘João é um mau pagador’~~

b. ‘É difícil alguém conseguir pagar o João’

(GALVES, 2001:51)

Assim, enquanto a interpretação indeterminada para sentenças infinitivas parece ser o default no PE, em PB a marcação com alguma forma de indeterminação do sujeito é necessária, afirma Galves (2001), porque essa é uma língua de tópico. Assim, sem um índice de indeterminação do sujeito, uma categoria vazia pode ser correferente com um tópico como *João*, gerando a interpretação em (5)a. A presença de um índice de indeterminação do sujeito, contudo, bloqueia a ligação com o tópico e desambigua a estrutura. Cavalcante (2006) mostra que não somente o clítico SE é usado para desambiguar as sentenças, mas também pronomes que podem ter interpretação arbitrária, como *você* e *a gente*. Mais particularmente, com o estudo de uma amostra do NURC, Cavalcante (2006: 41) mostra que (i) uma das estratégias preferidas para preenchimento de sujeito de infinitivas em PB é o pronome *você*; (ii) o uso de SE em infinitivas é praticamente restrito a sentenças completivas (verbais, nominais e adjetivais) e (iii) pronomes plenos são os preferidos em adverbiais, coordenadas e relativas na amostra do NURC selecionada.

A breve exposição desses fatos no começo da tese tem dois intuitos. Primeiramente, reconhecer que esse estudo se circunscreve a sentenças finitas e que a análise defendida aqui – de perda de SE acarretando perda de um tipo específico de *Voice* -, se está no caminho certo, não tem muito a falar sobre o uso de SE impessoal em sentenças infinitivas. É interessante observar, todavia, que o uso de SE impessoal é também presente em sentenças finitas, paralelamente a outras estratégias (cf. discussão na seção 1.6). Assim, a situação seria muito mais curiosa se o uso de SE impessoal estivesse completamente erradicado em sentenças finitas, mas presentes em sentenças infinitivas.

Além disso, no que se refere exclusivamente à possibilidade de usar o clítico SE ou não, há semelhanças entre as sentenças finitas, (1) a (4), de um lado, e as não-finitas, (6) a (9), de outro, como os exemplos abaixo mostram. O clítico é, no máximo, opcional, com anticausativas, como (6), e médias como (7), já que essas sentenças soam bem marginais se comparadas às suas contrapartes finitas, (1) e (2). Como a discussão vem mostrando, o clítico SE é opcional em impessoais como (8). Finalmente, o clítico SE é agramatical com o membro inacusativo da alternância agentiva tanto em sua versão infinitiva ou não, como (4) e (9)

mostram. Em outras palavras, há uma diferença quantitativa em relação à presença do SE em sentenças impessoais finitas e não-finitas, mas não há diferença distribucional.⁵

(6) O fato de o prato (se) quebrar foi notado...	<i>sentença anticausativa</i>
(7) O fato de essa roupa (se) lavar fácil foi notado	<i>sentença média</i>
(8) O fato de (se) vender roupa naquela loja	<i>sentença impessoal</i>
(9) O fato de ontem essa roupa ter (*se) lavado ...	<i>Membro inacusativo da alternância agentiva</i>

Por último, cabe ressaltar que Galves (2001), ao apresentar os dados do Quadro 1, além de afirmar que o simples desuso do clítico não daria conta de explicar a distribuição mostrada, afirma que “[o]nde o *se* reflexivo cai em desuso, ele pode ser substituído por *ele*” (p.46). A autora passa, então, a discutir os exemplos categorizados como ‘Reflexivo’ na tabela acima em que pode haver uma substituição do SE por *ele*. Isso não se verifica, todavia, com os usos indeterminado e médio de SE, para usar termos da autora, como o uso de *ele* nas sentenças acima correspondentes aos usos do PB deixa entrever.

- (10) Nos nossos dias, ele não usa mais saia. ≠ impessoal.
(11) Esta camisa ele lava facilmente. ≠ média

Com relação, ainda, a verbos categorizados como pronominais na tabela acima, nem sempre o uso de um pronome como *ele* é possível, como a agramaticalidade de (12), na leitura relevante, acusa.

- (12) Joana não matriculou ela ainda. ≠ pronominal

Nesta tese, ao me concentrar em sentenças de (1) a (4), pretendo dar uma explicação mais acurada para essas estruturas após a perda do clítico SE, visto que elas não seguem o caminho de outras construções do PB em que a perda de clíticos levou ao uso de pronomes plenos.

⁵ Na verdade, a contraparte infinitiva, no caso específico de sentenças SE-impessoais, é uma subparte dos contextos finitos. Observe o caso de sentenças encabeçadas pelo conectivo *como*, por exemplo.

- i. João não sabe como se faz essa transação financeira.
- ii. João não sabe como (*se) fazer essa transação financeira.

1.3 Eventos e mudança linguística

Como se sabe, o PB não pode ser mais caracterizado como uma língua de sujeito nulo (cf. Capítulo 1 dos trabalhos de DUARTE, 1995; FERREIRA, 2000; RODRIGUES, 2004; MODESTO, 2000, entre muitos outros). Diferentemente do italiano e do espanhol, os sujeitos nulos, em sentenças simples nessa língua, são restritos à primeira pessoa, como se vê em (13), e sujeitos nulos em orações encaixadas só são licenciados se c-comandados pelo sujeito de uma oração principal, como se vê em (14), ou um tópico, como se vê em (15). Vejamos os exemplos abaixo.

(13) Sujeitos nulos em sentenças simples (minhas intuições em um contexto fraco)

a. Comi um bolo ontem.	(1ª pessoa do singular – eu)
b. Comeste um bolo ontem.	(2ª pessoa do singular – tu)
c. *Comeu um bolo ontem.	(2ª pessoa do singular - você)
d. *Comeu um bolo ontem.	(3ª pessoa do singular - ele)
e. Comemo(s) um bolo ontem.	(1ª pessoa do plural – nós) ⁶
f. *Comeu um bolo ontem.	(1ª pessoa do plural – a gente)
g. *Comeram um bolo ontem.	(2ª pessoa do plural – vocês)
h. *Comeu um bolo ontem.	(2ª pessoa do plural – vocês)
i. *Comeram um bolo ontem.	(3ª pessoa do plural – eles _{def})
j. Comeram um bolo ontem.	(3ª pessoa do plural – eles _{Sindef})

(14) Sujeitos nulos em orações encaixadas

- a. João_i acha que pro_{i/*j} é esperto.
- b. *João_i acha que a Maria pensa que pro_{i/*j} é esperto.

(15) Sujeito nulo licenciado por um tópico

A: E a Maria?

B: Viajou para a Europa.

(FERREIRA, 2000:19)

⁶ Como se sabe, a forma sem concordância, *nós comeu*, também é possível. Com referência à 1ª pessoa do plural, **Comeu um bolo ontem* também é agramatical porque a referência do sujeito não é recuperada, qualquer que seja ela, já que essa é uma forma *default*. Portanto, o fato de eu não ilustrar as possibilidades de usar a morfologia de 3ª pessoa como uma opção *default* para várias pessoas do discurso no paradigma acima em nada muda o argumento de que, em raros casos, se consegue recuperar o sujeito das sentenças em PB.

Especialmente em relação aos dados que se vêem em (14) e (15), há variadas análises e debates, os quais eu não poderei discutir em detalhes, já que esse não é o propósito desta tese. O que é um acordo geral, todavia, é que uma entidade como *pro*, que tem seu conteúdo licenciado e identificado com uma categoria funcional (cf. RIZZI, 1986), é problemática no PB. Se essa categoria estivesse ativa no sistema, não se esperaria que somente alguns sujeitos nulos pudessem ser licenciados, como se vê em (13). As instâncias de sujeito nulo em PB devem, então, ser derivadas de outra forma. Uma das análises é de que elas se comportam como o sujeito nulo do chinês, por exemplo, que é licenciado por um tópico e não por concordância (NEGRÃO, 2000; MODESTO, 2000; BARBOSA, 2013⁷ para uma abordagem mais recente). Ainda, em alguns contextos, essas instâncias de sujeito nulo são derivadas por movimento (FERREIRA 2000; RODRIGUES, 2004).

Neste trabalho, não tenho o objetivo de apresentar uma visão nova sobre esse debate, pelo menos, não diretamente. Ao estudar construções SE-anticausativas, SE-impessoais, SE-médias e suas mudanças, além de uma construção que chamo de alternância agentiva, mostro que essas construções também foram, de uma forma ou de outra, atingidas pela mudança de parâmetro do PB.

Mais especificamente, mostro que as variantes não-marcadas dessas construções existem também por causa da mudança quanto ao parâmetro do sujeito nulo no PB. Ao fazer isso, almejo contribuir para a descrição gramatical do PB e para os estudos que visam a mapear e entender as características do PB na mudança paramétrica em curso. Ao descrever as mudanças pelas quais os eventos do PB vêm passando, pretendo ressaltar algumas especificidades dessa língua que ficam obliteradas em uma classificação como parcialmente pro-drop. Embora descritivamente útil, um rótulo como parcialmente pro-drop pouco diz sobre a real estrutura do PB, já que línguas que se encaixam nessa categoria são aquelas que têm uma distribuição de *pro* (ou de sujeito nulo) mais restrita do que línguas pro-drop. Assim, além de línguas tipologicamente diferentes poderem ser agrupadas sob esse mesmo rótulo, línguas que apresentam tendências pronunciadamente diferentes no que tange a essa mudança de parâmetro acabam também por ser enquadradas no mesmo grupo.⁸

Frente a esse objetivo, uma pergunta que pode surgir é: por que a descrição dos eventos de (1) a (4) esclareceria, de algum modo, os caminhos do PB em relação à mudança

⁷ BARBOSA, P. Pro as a minimal NP: towards a unified theory of pro-drop. Disponível em: <http://ling.auf.net/lingbuzz/001949>. Manuscrito. Universidade do Minho, 2013.

⁸ Veja-se, por exemplo, a diferença entre impessoais nulas do PB e do finlandês apontada no capítulo 6.

paramétrica? Repare que, ao apresentar esses exemplos, eu ressaltei que os eventos de (1) a (3) eram marcados em outras sincronias do PB e podem, hoje, não ser marcados.

Embora a perda morfológica em eventos seja algo notável em línguas que passaram de não pro-drop para pro-drop no curso de sua história, isso não é uma característica definidora dessa mudança paramétrica. A título de exemplificação, consideremos o exemplo (16), que mostra que verbos psicológicos do inglês eram marcados com reflexivos em sincronias anteriores.⁹

(16) I **fere me** ye haue made a rodde for your self.

‘I fear/frightened myself you have made a rod for yourself.’

(OED s.v. rod1485 Malory’s Morte Darthur (Caxton) v. ii. sig. hviii)

(VAN GELDEREN, 2014:110)

Em uma direção diferente, uma língua que continua a ser pro-drop, como grego, também perdeu a marcação em alguns verbos, como os exemplos em (17), de Lavidas (2010), mostram. No século 5 AC, o verbo *apodrecer* possuía a marcação não-ativa no grego, a julgar pela ocorrência em (17)a. Na virada do século 5 para o 4, todavia, essa marcação não era mais obrigatória, a julgar pelo exemplo (17)b.

(17) (Euripides, Fragm., 786, 2, 5th cent. BC)

a. Aloutos en pharagksi se:petai nekys
Unwashed:NOM in ravine **rot:PRES:NON-ACT.3sg** corpse:NOM

‘the corpse is rotting unwashed in the ravine.’

‘O corpo está apodrecendo sujo no barranco’

b. (Plato, Theait., 84c, 8, 5th-4th cent.BC)

Hai hesykhiai **se:pousi** Ta
The:NOM calmness:NOM **rot:PRES.ACT.3PL** the:ACC

te:s poleo:s pragmata

the:GEN city:GEN state:ACC

‘calmness rots the state of a city.’

⁹ Segundo van Gelderen (2014), essa estratégia parece ser um “reparo” da perda de uma estratégia anterior: a marcação com o sufixo – *en*. Para mais detalhes, sobre a mudança de marcação de verbos psicológicos na história do inglês, consultar van Gelderen (2014).

‘A calmaria apodrece o estado de uma cidade’

(LAVIDAS, 2010:53)

O que eu quis brevemente exemplificar com os dados do grego e do inglês é que a mudança de marcação de eventos não precisa estar necessariamente relacionada a uma mudança paramétrica, muito embora eu afirme isso para os dados do PB. Some-se a isso o fato de que algumas línguas não pro-drop marcam anticausativas e médias com morfologia igual ou compatível com o clítico SE, como o alemão e o francês. Então, a marcação morfológica em eventos, de uma forma geral, não pode ser vista como uma característica definidora de um parâmetro ou não.¹⁰ Ela parece expressar mais um microparâmetro, isto é, uma característica da língua que, embora não totalmente divorciada das opções paramétricas da língua, não pode ser tida como definidora de um parâmetro. Cabe ressaltar agora como a estrutura dos eventos de (1) a (4) pode nos informar sobre a mudança paramétrica do PB.

1.4 *Voice e a mudança linguística do PB*

Os exemplos de (1) a (4), abaixo repetidos, como (18) a (21), possuem uma similaridade: o clítico SE, se estivesse presente, estaria presente em *Voice*, a projeção acima de vP responsável por introduzir um argumento externo. Para que o leitor entenda essa ideia, apresento, na subseção abaixo, algumas características de *Voice*, tanto em sua formulação original quanto como essa projeção tem sido usada hoje.

(18) O prato (se) quebrou	<i>sentença anticausativa</i>
(19) Essa roupa (se) lava fácil	<i>sentença média</i>
(20) Não (se) usa saia mais no Brasil	<i>sentença impessoal</i>
(21) A roupa (*se) lavou.	<i>Membro inacusativo da alternância agentiva</i>

¹⁰Friso que estou falando de ‘marcação de uma forma geral’ neste ponto. Há casos particulares que serão tratados posteriormente: por exemplo, a marcação em sentenças impessoais tem sido tomada como uma das características de uma língua pro-drop.

1.4.1 A projeção Voice

Um ponto pacífico nas teorias de estrutura argumental é que o argumento externo não é um argumento do verbo. Esse argumento é introduzido por uma projeção funcional chamada *Voice*.¹¹ Há uma série de evidências para se afirmar isso. Nos parágrafos abaixo, apresento algumas delas.

Marantz (1984) observou que o tipo de argumento externo de um VP é influenciado pela combinação entre o verbo e um argumento interno. Vejamos os exemplos em (22).

- (22) a. throw a baseball
b. throw support behind a candidate.
c. throw a boxing match (i.e., take a dive)
d. throw a party
e. throw a fit.

(MARANTZ, 1984:25).

Muitos desses exemplos não possuem uma tradução que mantenha o mesmo verbo no PB, mas uma discussão de alguns deles pode deixar claro que o VP, a depender do objeto selecionado, terá um argumento externo com papel temático diferente. A título de exemplificação, consideremos os dados em (22)d e (22)e: *throw a party* e *throw a fit*. O VP *throw a party* equivale ao VP *fazer uma festa*, em que o argumento externo é claramente um Agente, já que ele executa as ações que caracterizam fazer uma festa: compras, fazer uma lista de convidados, convidar as pessoas listadas, etc. Por outro lado, *throw a fit* é uma expressão idiomática e significa ficar bravo ou irritado. Em contraposição à tarefa de fazer uma festa, que implica consciência e atividades por parte de quem faz a festa, ficar bravo ou irritado pode acontecer à revelia de uma pessoa. Portanto, os argumentos externos de *throw a fit* e *throw a party* não podem ser avaliados da mesma forma. Essa diferença, como os exemplos em (22) ilustram, parece estar ligada ao tipo de complemento selecionado pelo verbo. Em outras

¹¹ Voz, em português, mas mantereí a nomenclatura original neste trabalho quando estiver me referindo ao nó da estrutura arbórea.

palavras, a depender do DP que é complemento do verbo nesses casos, um argumento externo diferente, do ponto de vista de atribuição de papel temático, surge.

Marantz, então, sugere que o argumento externo não faz parte da entrada lexical do verbo. Um verbo como *comprar*, então, possuiria, em sua entrada lexical, somente informação sobre o papel temático do seu argumento interno, como representado em (23).

(23) comprar: (Tema)

Kratzer (1996) observa que Marantz não implementa como o argumento externo seria separado do VP. Nesse trabalho, então, a autora se dedica a essa implementação. Kratzer propõe que o argumento externo não é um argumento do verbo e sim um argumento que deve ser integrado à estrutura sintática por uma aplicação funcional (*Functional Application*) como um predicado secundário. Mais especificamente, a autora afirma que o argumento externo é introduzido na derivação pelo núcleo *Voice*. Assim, o argumento externo deixa de ser argumento do verbo para ser argumento dessa projeção funcional. A representação em (24) visa capturar essa mudança do argumento externo como argumento do verbo para argumento de uma projeção de *Voice*.¹²

(24) We bought your slippers in Marrakesh.

$\exists e$ [bought (your slippers)(e)₁ & Agent (we)(e)₂ & in (Marrakesh)(e)₃]

a. Your slippers: argumento interno de *comprou*.

b. (e)₁: argumento evento.

c. We: argumento interno do Agente; falando informalmente, argumento externo de *comprar*.

d. (e)₂: argumento evento.

e. Marrakesh: argumento externo de *in*

f. (e)₃: argumento evento.

(KRATZER 1996:131, traduzido)

¹²Mesmo que essa ideia seja amplamente usada atualmente, a referência ao argumento externo como argumento externo do verbo persiste. Neste trabalho, também me referirei, por vezes, ao argumento externo como um argumento do verbo e não como um argumento de *Voice*. Como a própria Kratzer (1996) pontua, essa caracterização do argumento externo deve ser entendida como uma **caracterização informal**.

A representação em (24) mostra que a relação entre o verbo e seu argumento externo é mediada pelo argumento evento. Isso acontece por meio de uma operação de Identificação do evento, que, informalmente falando, significa que a projeção de *Voice* identifica o VP como compatível com suas propriedades aspectuais e compõe, junto com o VP, um evento. Assim, na representação em (24), *Voice* introduz um agente para o evento, porque, ao se fazer a identificação do evento, somente argumentos externos agentivos serão licenciados. Já que *Voice* identifica o tipo aspectual do evento, Kratzer prevê que há pelo menos dois tipos de *Voice*: *Voice_{agent}* e *Voice_{holder}*. O último tipo de *Voice* é encontrado em eventos estativos.

Com relação à sua posição e suas características sintáticas, a autora observa que *Voice* deve ser a projeção imediatamente acima de VP uma vez que essa projeção faz parte do evento. Portanto, *Voice* não poderia ser uma projeção acima de TP, por exemplo, já que TP quantifica existencialmente o evento. Uma vez quantificado, nada mais pode ser adicionado ao evento. Para a autora, *Voice* também é o núcleo que atribui Caso acusativo. Assim, a autora captura a generalização empírica de que Caso acusativo só é atribuído se um Agente estiver presente.

Atualmente, essa proposta de Kratzer (1996) se mantém na literatura, mas o conceito de *Voice* foi expandido para dar conta de outras construções. A ideia de *Voice* desenvolvida em Kratzer (1996) contempla o argumento externo de sentenças transitivas, como o exemplo em (24) mostra. Um caminho tomado na literatura, no entanto, é assumir que *Voice* é também uma projeção em sentenças que não são do mesmo tipo de (24). Nesse sentido, uma das atividades na agenda de estrutura argumental de 1996 até hoje é mostrar que a estrutura do VP/vP¹³ é mais articulada do que se imaginava e projeções como *Voice* participam em uma gama de estruturas que ou são inacusativas (anticausativas, médias, passivas) ou são transitivas de uma forma diferente de sentenças transitivas canônicas (sentenças impessoais, por exemplo).

De forma resumida, apresento alguns argumentos da literatura para mostrar que sentenças com o clítico SE, estudadas nesta tese, apresentam *Voice*. Alguns desses argumentos foram feitos para outras línguas, mas que podem, facilmente, se estender ao PB.

Alexiadou e Anagnostopoulou (2004) discutem a proposta de Embick (1998) para casos de sincretismo do grego. Para Embick (1998), a morfologia não-ativa do grego é inserida no componente morfológico por uma regra que é sensível à falta de um argumento externo. Alexiadou e Anagnostopoulou (2004) apresentam a regra da seguinte forma.

¹³Eu fiz referência a ‘VP’ ao comentar os trabalhos de Marantz (1984) e Kratzer (1996) para manter os termos da época em que esses pesquisadores escreveram seus trabalhos.

(25) V-VOC[NonAct]/_____ No external DP argument

(ALEXIADOU & ANAGNOSTOPOLOULOU, 2004:119)

A regra em (25) se traduz da seguinte forma: quando o argumento externo de um elemento não está presente durante a derivação sintática, a morfologia não-ativa é introduzida no componente morfológico. Trata-se, portanto, de um processo puramente morfológico, sem consequências sintáticas, de acordo com a visão de Embick (1998).¹⁴ Alexiadou e Anagnostopoulou (2004) observam, todavia, que, se essa regra, de fato, é morfológica, seria esperado que todos os verbos sem argumento externo fossem, obrigatoriamente, marcados com morfologia não-ativa no grego, o que não ocorre. Veja um exemplo das autoras de uma sentença anticausativa com morfologia ativa.¹⁵

(26) I sakula adiase.

A sacola rasgou.ACT

‘A sacola rasgou.’

Assim, é possível afirmar que a marca não-ativa do grego (e por extensão, o clítico SE em sentenças das línguas românicas) esteja na sintaxe. Embora esse argumento tenha que ser feito explicitamente para sentenças anticausativas, em que a marca em questão não tem um papel de participante no evento, parece ser um consenso que, pelo menos para as línguas românicas, o clítico SE está presente na sintaxe de sentenças passivas e impessoais. Portanto, uma projeção teria de abrigar esse elemento. A projeção de *Voice* seria a mais adequada haja vista que: esse elemento faz parte do evento, então ele tem de estar em projeções argumentais. Neste próprio trabalho, há exemplificação exaustiva do fato de que SE deve estar em *Voice*. No capítulo 2, será mostrado que as microvariações de concordância, seleção de argumentos, etc. em línguas românicas podem ser facilmente explicadas se houver um outro elemento na

¹⁴Guardadas as devidas proporções, essa visão se assemelha ao trabalho de Pujalte e Saab (2012), para os quais o clítico SE é inserido na morfologia toda vez que um traço de subcategorização do verbo não for satisfeito na sintaxe. Em outras palavras, o clítico SE, em suas variadas manifestações, é uma forma de salvar a derivação. As considerações no corpo do texto sobre a necessidade de SE estar na sintaxe argumentam em uma direção contrária. Para a apresentação dessa proposta e uma análise mais detalhada, consultar Carvalho (manuscrito).

CARVALHO, J. **A morfologia de anticausativas como expletivo: questões sobre a descrição de expletivos nas línguas.** Trabalho de conclusão de curso Tópicos em Teoria Sintática. 2013.

¹⁵A morfologia verbal do grego carrega informações sobre tempo, aspecto e voz ativa e não-ativa. Dessa forma, os sufixos verbais expressam mais de uma informação e não é claro, do ponto de vista morfofonológico, quais partes do sufixo expressam que informações.

estrutura – que não SE – responsável por essas microvariações. Como o leitor verá, em especial, nos capítulos 4, 5 e 6, nos casos em que SE, com a leitura de um participante arbitrário do evento, é perdido, há mudanças significativas na estrutura do evento. Isso não aconteceria se esse elemento não estivesse em camadas argumentais. Se ele fosse gerado em T, por exemplo, não se esperaria que a sua perda, que seria somente morfológica, gerasse mudanças significativas no evento.

Ademais, Rizzi (1986) e Cinque (1988), trabalhando em um quadro anterior à ideia de que o sujeito é gerado internamente ao VP, observam que as distribuições do clítico SE evidenciam que ele seria gerado em VP e não em TP.¹⁶ Para mencionar um exemplo, Rizzi (1986) nota que *si*, em italiano, segue o clítico locativo *Ci*, que é gerado em TP. Para outros argumentos de que SE/SI, veja D'Alessandro (2007), Schäfer (2008), Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) dentre muitos outros.

(27) *Ci si dorme troppo.*

‘Dorme-se muito aqui.’

Como há evidências de que esse clítico está associado a *Voice* em suas variadas manifestações, a ideia de *Voice* como introdutor de argumento externo em sentenças transitivas, tal como originalmente proposta em Kratzer (1996), foi expandida. A categoria *Voice* é tida, hoje em dia, como uma projeção que abriga o argumento externo, mas também morfologias variadas que apontam para um *continuum perceptual* de transitividade. Com a ênfase em **perceptual**, quero dizer que a nossa percepção acusa um *continuum* entre sentenças transitivas plenas, com um DP animado na posição de argumento externo, e sentenças médias, por exemplo, em que a leitura arbitrária é associada ao clítico SE. Ressalto, todavia, que esse *continuum* é um efeito de percepção e, gramaticalmente, essas diferenças estão ligadas ao elemento usado na posição de argumento externo. Explicando melhor, enquanto um DP como ‘O João’ em ‘O João fez um gol’ é um argumento externo prototípico, já que é referencial e animado, o clítico SE está ligado aos casos em que o argumento externo é arbitrário ‘Se come muita empadinha no Brasil’, ‘Faz-se empadinhas facilmente neste forno’ e aos casos em que SE não denota um participante, como em anticausativas ‘O vaso se quebrou’. Há formas de se modelar essa diferença entre SE interpretado como um argumento externo arbitrário e SE em

¹⁶ À época em que os autores escreveram seus trabalhos, VP era um termo que cobria fenômenos que, atualmente, são desmembrados em *Voice*, vP e VP.

anticausativas, em que esse elemento não recebe nenhuma denotação. Isso será brevemente tratado na seção 1.4.3 deste capítulo e detalhadamente no capítulo 3.

Tendo introduzido o conceito de *Voice* e o estendido aos casos que são estudados nesta tese, passo à próxima seção, em que detalho a perda de *Voice* no PB.

1.4.2 A perda de *Voice* em PB

Se a argumentação desenvolvida acima, está certa, uma pergunta deve ser feita: se SE não aparece mais, obrigatoriamente, nas sentenças de (1) a (3), pode-se dizer que o PB está projetando *Voice* sem SE nesses casos? Se sim, haveria alguma diferença entre esses casos e os casos em que SE está manifesto? Em relação à primeira pergunta, como mostrarei nos próximos capítulos, *Voice* deixa de ser projetada em anticausativas e médias com a perda do SE. Em sentenças impessoais, *Voice* é projetada, mas com características bastante diferentes de sentenças impessoais com SE, como se verá no Capítulo 6.

Em uma rápida exemplificação, consideremos os dados em (28) e (29), tirados de Pacheco (2008). Pacheco (2008) considera que médias com e sem SE apresentam um tipo diferente de *Voice*, ideia que eu não seguirei aqui. Portanto, a classificação que antecede esses dados é minha.

(28) SE- médias (presença de *Voice*P)

- a. Receita de bolo se prepara com atenção. (PACHECO, 2008:48)
- b. Receita de bolo se prepara para agradar as crianças. (PACHECO, 2008:48)

(29) Ø-médias (sem presença de *Voice*P)

- a. *Receita de bolo prepara com atenção. (PACHECO, 2008:48)
- b. *Receita de bolo prepara para agradar crianças. (PACHECO, 2008:48)

Assumindo essa classificação, os dados em (28) e (29) são representativos da mudança em progresso que estudo nesta tese: sem SE, *Voice* deixou de ser projetada em alguns eventos e isso levou a uma reanálise e a um rearranjo de vários eventos. Sobre essa mudança em progresso, é interessante observar, ainda, que essa escolha de não projetar *Voice* na falta de morfologia é uma opção do PB, mas não está ligada a uma mudança paramétrica padrão de uma língua pro-drop para uma língua não pro-drop. Mais especificamente, não é o caso de toda

língua não projetar mais *Voice* uma vez que clíticos e afixos sejam perdidos. Para continuar com o exemplo de médias, os dados em (30) mostram que o inglês continua a projetar *Voice* em médias, por exemplo, mesmo sendo uma língua que, como o PB, perdeu morfologia ao longo de sua história (cf. dado em (16)). Nas médias do inglês, PPs experienciadores são licenciados (30)a, orações gerundivas que necessitam de um controlador Agente são licenciadas (30)b e anáforas são licenciadas, como se vê em (30)c.

(30) a. No Latin text translates easily **for me**.

b. Most physics books read poorly even **after reading them several times**.

c. Books about **oneself** never read poorly.

(STROIK, 1995:166-168)

As variadas análises para esses dados do inglês reconhecem que, embora a agentividade presente em médias do inglês seja ‘mais fraca’ do que as presentes em médias marcadas de línguas românicas, um tipo de agentividade é presente. Diversas estruturas foram propostas, então, para esses dados, tais como: (i) *Voice* sem um DP manifesto (BRUENING, 2013); (ii) o tema sobe para *Voice* (SCHÄFER, 2008); (iii) o agente é saturado no léxico (LEKAKOU, 2005).

A comparação entre os dados em (28) e (29) de um lado e (30) de outro deixam ver que, com a perda morfológica, o PB não projeta mais *Voice* em médias. Como essa não é uma opção tomada por todas as línguas que perdem morfologia, trata-se de uma mudança microparamétrica, que pode ser formulada como se vê em (31). Essa é uma regra que novas gerações de falantes do PB passaram a formular com a perda do SE, o clítico que nucleia um tipo específico de *Voice*.

(31) Sem SE – Sem *Voice*

Consequentemente, um tipo específico de *Voice*, em que morfemas não referenciais são alocados, deixa de ser projetado. Cabe estudar, então, quais são as mudanças que isso acarretará. Na próxima seção, detalho um pouco mais as informações que o tipo de *Voice* nucleado por SE veicula.

1.4.3 SE e pro

Assumo, nesta tese, que, em grande parte dos eventos, SE que está em *Voice* está junto com *pro*, um pronome indefinido. Mais particularmente, essa é a configuração que se obtém em SE-impessoais e SE-médias, já que há a leitura de um participante arbitrário, a qual atribuo a *pro*, seguindo muitas das ideias da literatura prévia (cf. CINQUE, 1988; RIZZI, 1986, MENDIKOETXEA, 2008; MACDONALD, 2015, etc). Para motivar, brevemente, a presença de um *pro* em SE- médias e SE-impessoais, consideremos alguns argumentos de Mendikoetxea (2008). Voltaremos a essa questão no Capítulo 2, em que a implementação apresentada é inspirada em Mendikoetxea (2008), mas difere em aspectos cruciais.

Uma diferença crucial deve ser apontada de antemão, todavia: para Mendikoetxea (2008), SE é um valor de T e não um tipo de *Voice*. Considerando a argumentação da seção acima de que SE está presente em algumas sentenças anticausativas e não em outras e a perda do SE levou a mudanças significativas nos eventos, continuaremos a manter que SE é o expoente de *Voice* e não um valor de T. Mendikoetxea (2008) nota uma similaridade entre SE-sentenças com interpretação arbitrária e sentenças infinitivas envolvendo PRO, elemento que também tem interpretação arbitrária. Nesses dois casos, as sentenças possuem participantes não-referenciais. Os exemplos (32) e (33) ilustram que o sujeito de sentenças infinitivas terá ou não interpretação arbitrária a depender da existência de um antecedente. Em (32), por exemplo, PRO tem interpretação arbitrária porque não tem nenhum antecedente, já em (33), ele é correferente com o sujeito da sentença matriz e, por isso, sua referência não é arbitrária.

- (32) [PRO bailar mucho] es típico
 [PRO dançar muito] é típico
 de las fiestas.
 de as festas.
 ‘Dançar muito é típico de festas’

- (33) Juan_i conseguiu [PRO_i bailar mucho en la fiesta].
 Juan conseguiu PRO_i dançar muito em a festa.
 ‘João conseguiu dançar muito na festa.’

(MENDIKOETXEA, 2008:308)

O padrão visto nesses exemplos encontra um paralelo em SE-sentenças. O clítico SE é interpretado como arbitrário em (34) e como definido em (35), já que está ligado a João.

(34) Come-se bem no Brasil.

(35) O João se cortou.

À primeira vista, uma ideia plausível para a similaridade entre os dois conjuntos de dados acima é pensar que SE é a contraparte de PRO em T finito. Todavia, se isso for verdade, não explicamos porque SE existe em sentenças anticausativas, sem que nenhuma interpretação, anafórica ou arbitrária, seja evocada. Outra questão que fica sem resposta é a ‘variabilidade’ de referência de SE, já que uma sentença como *Comeu-se pastel* pode ter uma série de referentes, incluindo o próprio falante, ou um grupo de pessoas contextualmente saliente, o mesmo não se observa com PRO_{arb}. Portanto, é natural pensar que a similaridade entre construções com SE, de um lado, e PRO de outro é porque, nas primeiras, há também uma categoria vazia. Se há um *pro*, em (34), por exemplo, SE é sempre uma espécie de *bindee*, como observa Rivero (2002), ainda que relações anafóricas não sejam estabelecidas em todos esses casos. A interpretação definida de SE só se obtém quando ele está ligado a uma expressão referencial, como em (35).

A estrutura de *Voice* em sentenças SE-impessoais e SE-médias é, então, como se vê abaixo.¹⁷

¹⁷ Cabe notar que embora a leitura arbitrária em SE-sentenças seja atribuída a *pro* pelos autores listados acima, além de outros, isso não quer dizer que todos assumam a estrutura em (36).

Em sentenças SE-anticausativas, não há a leitura de um participante arbitrário e SE é o núcleo de *Voice*. Portanto, sentenças anticausativas não possuem o especificador de *Voice*, ocupado por *pro*, como em (36).¹⁸

Assumindo, então, a estrutura em (36), fica claro porque os eventos que antes eram, obrigatoriamente, marcados por SE estão também mudando no PB atual. Esses eventos também eram construídos com *pro*. A diferença, todavia, é que o *pro* arbitrário é selecionado por um tipo específico de *Voice*, aquele nucleado por SE. Com a perda dessa morfologia, esse tipo de *Voice* deixa de ser projetado em PB, levando à reestruturação de uma série de eventos que partilhavam da estrutura de *Voice* em 0. Obviamente, essa não é a única hipótese que se pode formar frente aos dados. Alguém poderia pensar, por exemplo, que *pro* ainda está presente e a perda do clítico SE teria outros impactos que não ligados à presença de um agente. Essa é uma hipótese possível que, todavia, não se sustenta frente os dados. As sentenças que tinham *Voice* com a estrutura que se propõe acima não dão indícios de possuir um agente quando SE não está presente. Isso ficará particularmente claro nos capítulos 4 e 6, o que evidencia a interdependência entre SE e *pro* advogada aqui.

Com relação à formação sintática dos eventos aqui estudados, assumo muitas das noções do Minimalismo tais como apresentadas em Chomsky (2000, 2001). Particularmente, assumo que, em relação à valoração de traços, T e *v* são sondas, que a derivação procede por fases, as quais correspondem ao vP de uma sentença transitiva e ao complexo CP.

Assumo, ainda, que as derivações que possuem *Voice* do tipo que se vê em (36) tem uma valoração canônica, por assim dizer, do argumento externo: os traços não-interpretáveis de T entram em relação com *pro*. Contudo, um ponto de divergência em relação aos conceitos

¹⁸ Isso pode ser modelado se *Voice* em anticausativas não tiver o traço D, o traço que requer que o especificador seja preenchido (cf. SCHÄFER, 2008:175)

tais como apresentados em Chomsky (2000, 2001) é que assumo que, nas sentenças estudadas, pessoa e número são sondas independentes. Chomsky (2012: 448[2000]) afirma que:

Nós assumimos que apagamento acontece de uma vez só, lidando com o conjunto de traços- ϕ como uma unidade. Seus traços não podem ser seletivamente apagados: todos ou nenhum [devem ser apagados]. Os traços- ϕ de T não entram em relações de agree com NPs diferentes, por exemplo.¹⁹

Todavia, seguindo trabalhos que observam uma influência da especificação de pessoa gramatical na valoração de traços de algumas construções em várias línguas, assumo, por motivos que ficarão mais claros no Capítulo 2, que, nas configurações que possuem SE, a valoração dos traços de pessoa e número de T são separados. A condição para que isso aconteça, como observa Anagnostopoulou (2003:20) é: ‘agree múltiplo só pode acontecer se não houver especificação conflitante dos traços dos elementos que entrarão em relação de Agree.’²⁰

Assim, se uma só sonda tiver de valorar dois alvos, esses alvos não podem ter especificação conflitante. Já que, se tivessem, a sonda valoraria o primeiro alvo e o outro ficaria sem Caso. O fato de os traços de uma sonda entrarem em relações de checagem separadas deriva o **P(erson) C(ase) C(onstraint)** das SE-sentenças (REZAC, 2006; MACDONALD, 2015). Mais especificamente, deriva o fato de que SE-sentenças com só uma sonda não podem ter um DP de primeira pessoa, por exemplo. Isso acontece porque o traço de pessoa, se estiver presente, sempre entra em uma relação de checagem com *pro* e o DP de 3ª pessoa – considerado, muitas vezes na literatura, a não-pessoa – só entra em relação de checagem com o traço de número, já que não tem especificação de pessoa. Se isso estiver certo, é esperado que um DP de 1ª ou 2ª pessoa seja agramatical em SE-sentenças do tipo que estamos discutindo aqui. Como inúmeros exemplos da literatura mostram, esse é realmente o caso. As sentenças (37) e (38) do italiano exemplificam isso.

¹⁹ Minha tradução para “We take deletion to be a ‘one fell swoop’ operation, dealing with the ϕ -set as a unit. Its features cannot selectively delete: either all or none. The ϕ -features of T do not agree with different NPs, for example.”

²⁰ Minha tradução para: “Multiple Agree can only take place under non-conflicting feature specification of the agreement elements”

(37) In televisione si vede spesso Maria/vedono spesso loro.
 em televisão se vê.SG sempre Maria/vê.PL sempre eles.

‘Sempre se vê a Maria na televisão.’/‘Sempre se vêem eles na televisão.’

(38) *In televisione si vedo spesso io/vedi spesso
 em televisão se vejo sempre eu/vedes sempre
 tu/vediamo spesso noi/vedete spesso voi.
 tu/vemos sempre nós/vedes sempre vós.

*‘Sempre se vejo eu/se vedes²¹ tu/se vemos nós/se vedes vós na televisão’

(D’ALESSANDRO, 2004:117).

Assim, em línguas que possuem *Voice* do tipo de (36), o traço de pessoa de T entra em relação com *pro*, enquanto o traço de número entra em relação com o DP em algumas das construções estudadas.

Em (39), (40) e (41), apresento as derivações assumidas para sentenças SE-impessoais, SE-médias e SE-anticausativas. Em especial, sentenças SE-impessoais são sentenças transitivas porque têm duas sondas (uma em T e outra em *v*), já que o objeto pode aparecer com caso acusativo, cf. discussão na seção 2.6.3. Nas sentenças SE-impessoais, então, mantém-se que o traço de pessoa só entra em relação com *pro*, mas os traços de pessoa e número estariam em sondas separadas, T e *v*, respectivamente. Nas sentenças SE-médias, só uma sonda é presente, então *pro* vai entrar em uma relação de *Agree* com os traços de pessoa e o DP com traços de

²¹Mantive as terminações aparentadas a flexões do italiano para que o leitor verifique a agramaticalidade dessas sentenças se mantém em PB pelas mesmas razões: a especificação em termos de traços-phi nas flexões dos verbos que não são de 3ª pessoa. Quando esse é o caso, a derivação fracassa tanto em italiano quanto em PB (e em outras línguas românicas também, embora eu não mostre exemplos compatíveis no corpo do texto).

Alguém poderia objetar que, se as terminações verbais de fato produtivas do PB fossem usadas, as sentenças se tornam gramaticais ou, pelo menos, melhores, como se pode ver abaixo. Todas essas sentenças soam um pouco marginais para mim, em especial as duas primeiras, em que os pronomes pós-verbais correspondem a 1ª e 2ª pessoas do singular, respectivamente, mas imagino que elas possam soar como bem formadas para alguns falantes. De qualquer forma, essas sentenças são claramente melhores que a tradução em (38).

i. ?Sempre se vê eu na televisão/? se vê você na televisão/ se vê ele na televisão/se vê(?em) nós na televisão/se vê(em) vocês na televisão/ se vê(em) eles na televisão.

Repare, todavia, que essas sentenças só são melhores porque o verbo na 3ª pessoa é usado. Ou seja, isso mostra que uma condição necessária para as SE-construções é um T com traços de 3ª pessoa. Tendo em vista que essas sentenças são marginais, mas possíveis em PB, uma questão em aberto é como os pronomes na posição de objeto em (i) recebem Caso, questão que deixo para trabalhos futuros.

número. Nas sentenças SE-anticausativas, em que não há nenhum elemento que entre em uma relação de checagem com o traço de pessoa, só há um traço de número em T. Esquemáticamente, as árvores abaixo mostram as diferentes configurações que correspondem a sentenças SE-anticausativas, como em (39), SE-médias, como em (40), e SE-anticausativas, como em (41).

1.4.4 *SE e pro no PB*

As derivações acima seriam as formas prototípicas de se derivar os efeitos PCC nos eventos em estudo. Todavia, afirmo que as características do PB vão dar origem a derivações diferentes. No capítulo 2, mostrarei que, mesmo que SE-sentenças coexistam com as contrapartes não-marcadas, as SE-sentenças do PB são diferentes de suas contrapartes em outras línguas românicas. Especificamente, o tipo de *pro* em Spec, Voice difere da contraparte encontrada nas outras línguas românicas e a sonda de derivações como (40) é diferente. A sonda de derivações como (40) em PB só entra em relação com *pro* em virtude da diferença categorial de *pro* nessas construções em PB. Como será argumentado no Capítulo 2, o *pro* em Spec, Voice do PB é um D-*pro*, o que equivale a dizer que esse *pro* se comporta com um pronome pleno, portanto é phi-completo e não será possível que a sonda valore somente um traço desse *pro* e continue procurando outro alvo. Ele cria uma intervenção. Já o *pro* em Spec, Voice do espanhol, a língua que usaremos para comparação possui apenas traços-phi, possivelmente, só o traço-phi de pessoa, porque a sonda T em sentenças inacusativas pode valor um traço de *pro* e continuar a busca por outro DP que precise de seus traços valorados, no caso o DP de terceira pessoa que será valorado só em número, mas não em pessoa. Dessa forma, as derivações de (39) a (41) são mais bem representativas das SE-sentenças do espanhol do que do PB.

Assim, o *pro*, como um pronome pleno, valora todos os traços de T, enquanto, como a especificação de *pro* em Espanhol difere, somente o traço de pessoa entra em valoração com esse elemento. Dessa forma, deriva-se o fato de, no PB vernáculo, o DP e o verbo não concordarem em construções ‘passivas’: *Vende-se casas*, que, na verdade, teriam sido reanalisadas como sentenças impessoais (cf. NARO, 1976; NUNES, 1990) e a derivação correspondente a essa sentença seria (39), em que ‘casas’ recebe caso de *vezinho* e não de T,

como em (40). Deriva-se também a estranheza de concordância em construções médias ‘*Esses caldos se mexem facilmente*’, que a maioria dos falantes não aceita.

Em outras palavras, com a emergência de um *pro* que se comporta como um pronome pleno nas SE-sentenças do PB, alguns ajustes têm de ser feitos se essas SE-sentenças continuarem no sistema. Os dados do PB mostram exatamente isso. As SE-passivas foram extintas porque, com só uma sonda e um *pro* que se comporta como um pronome pleno, não há como a sonda valorar seus traços com o DP mais baixo, já que há uma intervenção. Isso está representado na derivação em (42).

A única opção, então, para o sistema é formar sentenças impessoais e não mais passivas, já que sentenças impessoais têm duas sondas e a sonda de T não terá que valorar um constituinte mais baixo. Assim, uma sentença como ‘Vende-se casas’, que parece ser formalmente idêntica a ‘Vendem-se casas’, com exceção da variação de concordância, tem a derivação abaixo.

A extinção da derivação correspondente à SE-passiva em português, assim modelada, é uma forma atual de intuições já presentes nos estudos sobre a perda de SE-passiva em PB como uma reanálise de *pro*. Sobre isso, Nunes (1990:77-78) comenta:

[O]s resultados apontados permitem, com efeito, afirmar que houve uma reanálise da categoria vazia na posição de sujeito das passivas pronominais (...). Assim, o fato de a categoria vazia passar a ser interpretada como um pronome referencial e não um expletivo (...) forçou a interpretação do SN posposto como objeto direto, portador de caso acusativo [isto é, uma sentença impessoal /JC], e não mais como sujeito, portador de caso nominativo e responsável pela concordância verbal [isto é, uma sentença passiva/ JC].

Apesar das diferenças de análise e de termos, o que Nunes enfatiza é uma reanálise da categoria vazia no PB – para mim, *pro*. Nos termos correntes, essa reanálise significa uma reanálise em termos do ‘tamanho do pronome’: de um pronome deficiente para um pronome pleno. Isso está em compasso com uma mudança geral, como se sabe, de línguas pro-drop para não pro-drop. As últimas preferem pronomes plenos em funções argumentais. Então, essa mudança do PB no status de *pro* das SE-sentenças pode ser motivada por isso. Cabe, ainda, ressaltar uma particularidade do PB que deixa claro o fato de que *Vendem-se casas* não são geradas pelo sistema como passivas, muito embora sejam assim classificadas de acordo com a gramática normativa. Em PB, mas não em PE, em italiano, em espanhol e, com alguma qualificação, em francês, o DP não pode ser preposto. **Casas vendem-se* não é uma sentença gramatical em nossa língua. Assim, é no mínimo estranho que, em uma língua em que a ordem

VS é extremamente restrita, o pretense sujeito tenha de ser sempre posposto em uma construção específica.

Até agora, as sentenças SE-passivas têm sido bastante exploradas nesta seção a fim de exemplificar que: i) *pro* é presente nas SE-sentenças com interpretação arbitrária e ii) que o status categorial de *pro* em PB difere do status desse pronome em outras línguas românicas. SE-passivas não são objeto de estudo direto nesta tese, então cabe ressaltar as SE-sentenças, com interpretação arbitrária, que são o foco primário da análise aqui desenvolvida. SE-impessoais também já foram contempladas acima ao tratar de SE-passivas. Devo, então, mencionar brevemente o status de SE-médias no PB atual. Como será detalhado no capítulo 4, as SE-médias do PB também passaram por mudanças significativas.

Os exemplos de (43) a (46) abaixo, exemplificam uma das mudanças. Como a discussão no Capítulo 4 vai mostrar, sentenças como as que se vêem de (43) a (46) ou foram julgadas como agramaticais ou como estranhas pelos falantes. Não haveria razão para isso se esse DP frontado nascesse na posição de objeto e subisse para satisfazer EPP. Se esse DP, contudo, nasce em uma posição de tópico, e recebe Caso default nessa posição, a agramaticalidade de (43) a (46) é explicada. Como o *pro* em SE-sentenças do PB já satisfaz EPP, um DP gerado na posição de objeto não teria como satisfazer EPP, daí a necessidade de que só alguns tipos de DPs sejam licenciados em SE-médias, porque eles já nascem como tópicos.

(43) *Uma camisa se lava fácil.

(44) *Nenhuma camisa se lava fácil.

(45) *Qualquer camisa se lava fácil.

(46) *Ela_(saliente no contexto) se lava fácil.

Essa particularidade das sentenças médias do PB pode ser também atribuída ao fato de que *pro* é um argumento implícito forte em PB: T só entra em uma relação de Agree com esse elemento. Assim, para que SE-médias continuem existindo, o DP de médias tem de receber Caso de outra forma. Não poderia ser do vizinho porque o Caso do DP, em médias, é Nominativo. A solução é que só alguns DPs, que possam receber Caso default em uma projeção de tópico sejam licenciadas em SE-médias. Isso será retomado no capítulo 2 com mais detalhes e, exaustivamente, no capítulo 4.

Esse caminho que o PB tem tomado nas SE-sentenças se **assemelha** a de línguas românicas, como o francês, que mudaram em relação ao parâmetro pro-drop. Cinque (1988)

observa que, em SE- sentenças do francês em que o expletivo *Il* é usado, o objeto não pode estar no plural. Em (44), o objeto plural tem caso partitivo, que não é checado pela sonda em T, porque é um caso inerente.

- (44) *Il se mange souvent des gateaux ici.*
 EXP *se come sempre dos bolos aqui.*
 ‘Sempre se come dos bolos aqui.’

(CINQUE, 1988:567)

Em (45), observamos que SE-passivas se tornam agramaticais se o objeto estiver no plural e *Il* for usado, mas são boas sentenças se *Il* não estiver presente.

- (45) **(Il) se mange souvent les gateaux*
 EXP *se come sempre os bolos*
 ‘Come-se sempre os bolos aqui.’

(CINQUE, 1988:569)

Embora diferente porque as sentenças SE-passivas são tidas como existentes em francês vernáculo, esses exemplos mostram que o status categorial do tipo de *pro* em SE-construções interfere nas outras relações de *agree* que T entraria. O status categorial de *pro*, então, parece estar ligado à mudança em relação ao parâmetro pro-drop.

Por último, cabe ressaltar mais uma evidência para a presença de *pro* em sentenças com interpretação arbitrária. Além dos exemplos acima do francês que atestariam que um outro elemento pode ser foneticamente realizado em SE-sentenças. Em alguns dialetos do italiano e em pelo menos um dialeto do PE, há DPs/pronomes em SE-passivas e SE-impessoais. Obviamente, a especificação desses pronomes/DPs vai variar parametricamente, como venho mostrando. O importante a ressaltar é: o *pro* que se propõe aqui pode ser encontrado foneticamente realizado em alguns dialetos de línguas românicas.

- (46) a. E depois, chegando ao tempo da poda, **a gente sega-se** esses olhos todos e deixa se este só
 b. Oh, era um pano que **a gente se** punha [na caixa do moinho].

(MARTINS, 2005: 30-31)

(47) U s drøma / mânia adman (Monregalese, Piedmontese)²²
 EXPL SE dorme/come amanhã.
 ‘Vai se dormir/comer amanhã’

Em suma, as características que as SE-construções exibem hoje, em dia, são um misto de SE-sentenças de línguas românicas pro-drop, com características da gramática não pro-drop que emerge no PB atual. O resto da tese, ao cotejar as contrapartes marcadas com as não-marcadas almeja mostrar a transição desses eventos para uma gramática não pro-drop. Na próxima seção, apresento algumas das noções sobre estrutura de eventos que serão usadas no decorrer desta tese.

1.5 *Estrutura de eventos*

Nesta tese, assume-se uma estrutura construcionista para eventos, o que equivale a dizer que todos os eventos são concebidos como construídos na sintaxe. Para essa abordagem, sigo a Morfologia Distribuída (MD), uma teoria sobre a arquitetura da gramática cuja obra seminal é o texto de Hale e Marantz (1993). Na MD, assume-se, em larga medida, o aparato minimalista. Portanto, fases, numeração, *merge*, a importância da localidade para movimento, traços interpretáveis e não-interpretáveis, assim como a operação de *Agree*, noções propostas no Minimalismo, são operativas na MD também. O diferencial da MD é aplicar essas ferramentas tanto para a formação de sentenças quanto de palavras. Assim, a formação de palavras nesse modelo também é sujeita a fases, há uma numeração, em que estão listados os elementos inseridos na sintaxe, os morfemas sofrem *merge* (sendo o primeiro *merge*, com um categorizador) e traços interpretáveis e não-interpretáveis entram em relações mediadas pela operação de *Agree*.

A Arquitetura da Gramática, tal como assumida pela MD, encontra-se na Figura 1, que é uma tradução e adaptação da Arquitetura da Gramática na MD em Harley e Noyer (1999) por Freitas (2015:47).

²² Sentença retirada de: <http://media.leidenuniv.nl/legacy/pescarini.pdf>

Figura 1: Arquitetura da Gramática pela MD (FREITAS, 2015:47)

Na figura 1, vemos que há 3 listas representadas. Essas três listas seriam o “léxico explodido”, já que cada uma delas tem tarefas que, antes, eram atribuídas somente ao léxico. Dito de outra forma, em algumas abordagens lexicalistas, o léxico contém: as palavras, os significados especiais das palavras (já que é o léxico é tido como o *lócus* da arbitrariedade) e a informação fonológica sobre as palavras. Para a MD, contudo, a palavra não é um primitivo gramatical e é construída à medida que a derivação progride. Dessa forma, todas essas informações relacionadas ao léxico em abordagens lexicalistas devem ser distribuídas pela gramática. A Lista 1 é onde se encontram os traços gramaticais de uma língua, bem como as raízes. As raízes são morfemas acategoriais e que guiarão toda a derivação, haja vista que o primeiro *merge* se inicia com esses elementos. Após as raízes entrarem na sintaxe, elas estão sujeitas aos mesmos princípios que guiam a derivação de sentenças, como a menção às

operações sintáticas como *concatenação*, *movimento* e *cópia* indica. Isso porque, após categorizadas, as raízes são vistas como objetos sintáticos passíveis de passarem pelos mesmos processos que palavras e sentenças. Dessa forma, a categorização das raízes é fundamental. Essa necessidade de categorização das raízes foi formulada da seguinte forma em Embick e Marantz (2008:6).

Assunção de categorização: raízes não podem aparecer (não podem ser pronunciadas ou interpretadas) sem serem categorizadas; elas são categorizadas quando sofrem merge sintático com um categorizador. Se todos os categorizadores são fases no sentido de Chomsky (2001) – isto é, se são núcleos que ativam spell-out – a assunção de categorização está embasada na arquitetura geral da gramática (cf. Marantz, 2007).²³

Após a construção de palavras e sentenças na sintaxe estrita, as palavras/sentenças sofrem *spell-out* e podem passar por reajustes morfológicos ou não e recebem inserção vocabular, que acontece, de acordo com a figura acima, na Lista B.

No ramo do significado, a derivação é enviada para Forma Lógica, para interpretação e a Lista C pode prover significados adicionais, especiais, que fazem interface com o conhecimento não-linguístico. Nos exemplos da Figura 1, a Lista C provê significados adicionais para *gato*, que, além de um animal felino, pode ser uma pessoa bonita do sexo masculino, e o vP *chutar o balde*, que, além do significado composicional de um balde ser chutado por alguém, pode significar que alguém desistiu de algo.

O que a distribuição dessas três listas deixa claro é que, enquanto os elementos que estão na lista A – raízes e morfemas gramaticais - são indispensáveis para que a derivação aconteça, a inserção vocabular e a atribuição de um significado especial dependem, em larga medida, da derivação. Para dar um exemplo, não faz sentido se atribuir o significado de rapaz

²³**Categorization assumption:** Roots cannot appear (cannot be pronounced or interpreted) without being categorized; they are categorized by merging syntactically with category- defining functioning heads. If all category-defining heads are phase heads in Chomsky's (2001) sense – that is, if they are heads that initiate spell-out – the categorization assumption would follow from the general architecture of the grammar (see Marantz 2007)

bonito a *gato*, porque esse significado só vai ser evocado em alguns contextos. É um significado que depende, em larga medida, da derivação para ser evocado. Da mesma forma, a fonologia das palavras pode mudar sensivelmente a depender dos morfemas que fizerem parte das palavras e, portanto, a fonologia depende, também, da formação sintática da palavra.

Para dar um exemplo concreto de como a MD difere de correntes lexicalistas no que se refere à informação armazenada antes da sintaxe, consideremos a seguinte entrada lexical para *run* ‘correr’.²⁴

- (48) RUN
 Label seen by PF: /r ∧ n/
 Label seen by narrow syn-sem computation: v, V
Continuous directed motion undergone by animate motion involves rapid movement of legs, no continuous contact with ground
Associations: exercise, boredom, heart attacks

(RAMCHAND, 2008:15)

A representação em (48) difere da arquitetura da MD apresentada acima em pelo menos três pontos cruciais: *Run*, para a autora, já é um elemento dotado de categoria, como se vê pelo rótulo que será enxergado pela computação: **v-V**. O mesmo se aplica ao ramo de PF: esse elemento já possui uma fonologia fixa. Além disso, as associações – que correspondem ao

²⁴ Como (48) não se trata de uma citação, mas sim de um exemplo teórico que faz uso de uma língua específica, mantenho o original no texto e abaixo forneço a tradução.

- RUN
 Rótulo visto por PF: /r ∧ n/
 Rótulo visto pela computação sintático-semântica: v, V
 Movimento direcionado contínuo experienciado por seres animados moventes.
 Esse movimento envolve rápido movimento das pernas e nenhum contato contínuo com o solo.
 Associações: exercício físico, tédio, ataques do coração.

significado enciclopédico – já estão listadas nesse item lexical. Ramchand (2008:14) afirma que uma visão como a da Morfologia Distribuída de que raízes não possuem esses elementos ou pelo menos, que não os possuem dessa forma, é muito forte e ignora questões de seleção de argumentos. Além disso, deixa fora do seu escopo de atenção o fato de que itens lexicais são uma rede associativa de propriedades de diferentes módulos.

Perceba, todavia, que Ramchand usa, como Wood (2012:10) cunha, um sistema parcialmente determinístico de estrutura argumental. Isto é, a entrada lexical da autora mostra que ela não acredita que todas as propriedades de seleção dos verbos, no caso, encontram-se em sua entrada lexical.²⁵ Obviamente, a autora credita a seleção de argumentos de *run* a uma propriedade desse verbo, qual seja, qual das projeções aspectuais em que esse elemento é concatenado. A diferença, então, é que a seleção dos argumentos do verbo se dá em virtude das propriedades aspectuais que ele adquire na derivação. Em contraste, as diferentes correntes da MD vão atribuir a seleção de argumentos a outras propriedades, como ao tipo de raiz. Ao contrário do que Ramchand afirma, não é que a MD não se preocupe com a seleção de argumentos, mas que, dadas algumas condições, como o tipo de raiz e o local de merge da raiz na estrutura, isso se torna epifenomenal.

Além disso, o argumento de que itens lexicais são uma rede associativa, embora plausível, não é uma evidência de como e se esses elementos são armazenados. Sentenças também são redes associativas de propriedades de diferentes módulos e são concebidos como um produto de uma derivação.

Cabe ressaltar, todavia, que algumas questões estão ainda em aberto no modelo em relação ao papel das três listas e aos elementos que interagem mais diretamente com essas três listas. Para dar um exemplo, na formulação original, de Hale e Marantz (1993), a raiz não possui fonologia, mas em formulações de outros autores, como Harley (2014), a raiz ter fonologia impede que ela entre em uma competição indevida em casos de supleção, por exemplo. Neste trabalho, não vamos nos deter nessas questões. O leitor interessado pode ler o conjunto de trabalhos na Revista *Theoretical Linguistics*, volume 40 de 2014, em que essas e outras questões, como a propriedade ou não da raiz de selecionar complementos, são amplamente

²⁵ Na verdade, a maioria das teorias de estrutura argumental, lexicalistas ou não, não assumem que tudo está no verbo. Os maiores pontos de divergência estão no **tamanho** da codificação da estrutura argumental nos verbos e seus argumentos. Isso, de alguma forma, fica exemplificado nos capítulos 3 e 4, em que reviso algumas teorias de formação de anticausativas e médias. Nesses capítulos, o leitor verá que, pelo menos em teorias de estrutura argumental com inspiração gerativista, não há uma codificação completa dos argumentos no verbo. Em termos muito gerais, o que geralmente difere teorias é uma codificação **de um argumento** como o argumento do verbo em abordagens mais lexicalistas e a codificação **de uma propriedade** que levará um verbo a entrar em uma estrutura argumental em abordagens mais sintáticas.

discutidas. Por si só, isso mostra que a seleção de argumentos é uma preocupação do modelo e sua implementação é alvo de constantes debates.

Com essa exposição, já fica claro que o principal ponto que queremos discutir neste trabalho, com a ajuda do arcabouço da MD, é a estrutura argumental. A MD, além de estender o arcabouço minimalista para a formação de palavras, tem como um de seus trunfos a capacidade de explorar, com detalhes, a estrutura sintática dos eventos em virtude das unidades de análise dessa teoria.

Se a MD concebe que a raiz é o primeiro elemento de uma derivação e precisa, por isso, ser categorizada para que toda a derivação continue, naturalmente, presta-se muita atenção no modelo para as propriedades da raiz e suas condições de licenciamento. Uma consequência natural disso é que os estudos de estrutura argumental passam a prestar atenção nas propriedades da raiz e não nas propriedades do verbo que, afinal, nada mais é do que uma raiz categorizada e licenciada em uma dada estrutura. Assim, ao usar o arcabouço da MD, não falarei que um verbo como *comprar* forma sentenças ativas e passivas, mas que a raiz $\sqrt{\text{compr-}}$ é licenciada nas estruturas ativas e passivas. Isso pode parecer só uma paráfrase, mas, na verdade, o estudo de que núcleos licenciam quais raízes pode nos revelar características bastante refinadas da estrutura argumental da língua.

A título de ilustração, consideremos a alternância agentiva, que será tratada no Capítulo 5. Os verbos que participam dessa alternância são aqueles que selecionam Agentes em sentenças transitivas e esse é um dos pontos que difere essa alternância da tratada no Capítulo 3. À primeira vista, como os exemplos em (49)a e (49)b ilustram, essa alternância parece ser idêntica à alternância causativa.

(49) a. João consertou o carro.

b. O carro consertou.

A menos que decomponhamos sintaticamente a estrutura da sentença em (49), ficaremos com a impressão de que essa sentença equivale a *O prato quebrou* ou de que há algum morfema oculto nela. A decomposição, todavia, como será tratada em detalhes no Capítulo 5, mostrará que a sentença em (49)b é inacusativa, mas diferente, estruturalmente, de *O prato quebrou*. Que um agente não é presente nessa sentença pode ser visto, facilmente, ao se usarem os testes tradicionais que acusam a presença de um agente (como advérbios orientados para agente, cláusulas de propósito, etc), mas sem testes que acusem a presença de uma ou mais camadas de vP na sintaxe, bem como sem uma tipologia de raízes, não poderíamos demonstrar que (49)b,

apesar de ser inacusativa como *O prato quebrou*, possui uma estrutura diferente. Nesse ponto, a MD é extremamente útil, porque foi dentro desse quadro que muitos testes finos para diagnosticar a estrutura de eventos foram propostos. Algumas das concepções-chave desse modelo quanto à estrutura de eventos são exploradas abaixo.

Nesta tese, assumimos que as raízes, elementos mínimos manipulados pela sintaxe, podem ser de dois tipos: raízes de modo ou de resultado. Cabe ressaltar que as raízes são dessa forma classificadas porque raízes de modo veiculam o modo como uma ação é feita sem especificar o resultado, enquanto raízes de resultado especificam o resultado de uma ação. Testes estruturais podem demonstrar isso. Considere as sentenças (50) e (51) para exemplificação.

(50) João esfregou o chão, mas ele não ficou bem limpo. Vamos ter que limpar de novo.

(51) #João quebrou o pote, mas ele não ficou bem quebrado. Vamos ter que quebrar de novo.

(50) e (51) mostram que há algum componente que distingue um verbo como *esfregar* de um verbo como *quebrar*. Enquanto a negação de resultado de uma ação expressa pelo verbo *esfregar* não leva a uma contradição, como se vê em (50), ela leva se o verbo *quebrar* for usado em (51). Isso se deve ao fato de que *esfregar* lexicaliza o modo da ação, enquanto *quebrar* lexicaliza, obrigatoriamente, o resultado.

Em virtude dessa e de outras diferenças, acredita-se que as raízes possam lexicalizar partes de modo ou de resultado da estrutura sintática. Afirmar que uma raiz pode lexicalizar uma parte da estrutura sintática equivale, em grande medida, a dizer que ela é licenciada em uma dada estrutura e, assim, modifica parte da estrutura sintática (Marantz, 2013). Assim, essa diferença conceitual entre raízes de modo e resultado encontra um paralelo na estrutura sintática. Como as raízes de modo só lexicalizam o modo da ação, como o nome diz, elas são concatenadas como modificadores de v (à maneira de modificadores adverbiais), as raízes de resultado são concatenadas como complemento de v, portanto, em uma porção mais baixa da estrutura, lexicalizando o resultado. As representações em (52) exemplificam isso com dados do inglês.

(52) a. modifiers of v

b. complements of v

(ALEXIADOU, ANAGNOSTOPOULOU E SCHÄFER, 2015:14)

Dito de outra forma, raízes como $\sqrt{\text{esfreg-}}$ e $\sqrt{\text{quebr-}}$, em virtude das propriedades que têm, são licenciadas em camadas verbais diferentes e contribuem para o significado da estrutura ao adicionarem elementos idiossincráticos – os significados dessas raízes – a essas estruturas. Assim, as evidências para a ideia de que tipos diferentes de raízes licenciadas em porções diferentes da estrutura sintática nos fazem abandonar a assunção de que a estrutura argumental é do verbo e passamos, assim, a pensar que a estrutura argumental é da estrutura. Isso traz várias consequências bem-vindas. A primeira é de que a estrutura argumental dos verbos é predizível e não idiossincrática, porque as línguas não possuem muitas estruturas sintáticas diferentes nas quais os verbos podem entrar (cf. HALE e KEYSER 1993, 2002: cap.1 para uma tipologia). A segunda é de que a estrutura argumental pode ser parametrizada, o que explicaria algumas das divergências entre as línguas no licenciamento dos verbos. Uma parametrização da estrutura argumental é muito bem-vinda quando os dados do PB são levados em conta, como vimos argumentando.

Para concluir, as seções 1.3 e 1.4 mostraram algumas das ferramentas analíticas necessárias para estudar os eventos do PB. Desde a separação do argumento externo do verbo por meio da projeção *Voice*, vários outros refinamentos foram feitos, como uma tipologia de raízes (raízes de modo e de resultado, neste trabalho) e projeções verbais, especialmente dentro da MD. Sem esse refinamento, deixaríamos de capturar várias das propriedades de eventos do PB, como ficará claro no uso desses instrumentos nos próximos capítulos.

1.6 As gramáticas do PB

Ao usar o arcabouço detalhado nas seções acima, em última análise, esta tese exemplificará, em um domínio um pouco diferente do que o que é geralmente estudado quando se fala de mudança paramétrica do PB, algo largamente atestado: devido à mudança de parâmetros do PB, há mais de uma gramática do PB coexistindo atualmente.

Os exemplos de Cavalcante (2006), abaixo, são bem ilustrativos nesse ponto. Uma gramática que usa SE como indeterminador não deveria ter a mesma interpretação disponível para sentenças sem SE, como (53)c-d. Repare que sentenças como (53)c-d teriam interpretação definida em PE, italiano e espanhol e seria agramatical em francês. Em PB, todavia, duas estratégias contraditórias – do ponto de vista do sistema - coexistem.

(53)

- a. E como já **se presumia tendências** à medida insólita, não foi difícil encontrar a porta de salvação ao estender a reeleição, que não podia ser um privilégio exclusivo do atual ocupante do palácio presidencial.
- b. Em situações como estas, **pode-se aplicar metodologias** de antecipação do cenário eleitoral.
- c. **Diz que** vão inaugurar um restaurante em frente ao R9 do Ronaldinho. Vai se chamar Amarelô.
- d. O que fez a diferença foi harmonia e evolução, os princípios básicos de um desfile de escolas de samba. **Não pode deixar buraco, não pode sair correndo** pra cumprir o tempo, **não pode parar** para deixar o relógio correr. Tem que evoluir. Todo mundo tem que cantar o samba. Tem que ter harmonia.

(CAVALCANTE, 2006: 192-193)²⁶

Ao estudar outros eventos nesta tese além das sentenças impessoais, mostro que uma microvariação que se observa no PB é em relação à projeção *Voice*. Em SE-sentenças, essa projeção é licenciada. Nas sentenças em estudo sem SE, ou *Voice* tem características completamente diferentes, como se verá no capítulo 6, ou ela deixa de ser projetada, como se verá nos Capítulos 3, 4 e 5. Em outras palavras, um dos pontos em que as gramáticas do PB divergem é na projeção ou não de *Voice* nos eventos estudados.

²⁶A autora usa codificação própria para indicar a fonte da maioria desses dados. O leitor interessado nas fontes deve consultar Cavalcante (2006).

1.7 Resumo

Neste capítulo, apresentei alguns pontos fundamentais da tese que serão retomados e elaborados oportunamente. Ressalto os pontos principais. O objetivo desta tese é o estudo de construções que, obrigatoriamente, eram formadas com o clítico SE em sincronias anteriores e, hoje, possuem formações alternativas. À primeira vista, uma sentença como *O vaso consertou* não deveria, então, estar nesse grupo porque o uso do clítico SE não é possível a não ser em uma interpretação reflexiva: *O vaso se consertou*. Contudo, afirmo que a existência de sentenças como *O vaso consertou* são causadas, indiretamente, pela perda do SE e merecem, portanto, uma explicação nos mesmos termos que os outros eventos estudados.

Ao estudar quatro tipos de eventos diferentes, a generalização a que cheguei é a de que a estrutura dos eventos que eram formados com SE e *pro* mudou. Mais particularmente, médias e o membro inacusativo da alternância agentiva são sentenças inacusativas com só um DP presente em toda a derivação. Sentenças impessoais desenvolveram um outro tipo de *Voice* e sentenças anticausativas, porque eram formadas só com SE (sem a adição de um *pro* em seu especificador), em nada mudaram. Dessa forma, muito da intuição geral de que as relações de predicação em PB mudaram sensivelmente (NEGRÃO; 1999, cap.1; GALVES, 2001 em uma série de capítulos) se deve ao fato, na minha análise, de que a perda de SE acarretou a perda de projeção de um tipo de *Voice* específico, deixando alguns tipos de eventos da língua sem *Voice*, mais particularmente, eventos que os exemplos (1) e (2) representam, ou propiciando o uso de um tipo de *Voice* diferente, como em (3), ou, ainda, criando um novo tipo de evento, como (4), em que, também, não há *Voice*.

Como ressaltado durante o capítulo, essa organização do PB não é causada diretamente por uma mudança de parâmetro e, sim, de um microparâmetro que deve estar ligado às opções paramétricas que o PB está tomando. Além disso, nesta tese também é notado que as SE-sentenças em PB são diferentes de suas contrapartes em outras línguas românicas, o que sugere que elas também foram afetadas pela mudança paramétrica em curso. Afirmo que essa diferença se deve ao status de *pro*. Em línguas como espanhol, esse *pro* é um argumento implícito fraco, ou seja, constituído somente de traços-phi. No PB, esse é um argumento implícito forte. Essa diferença implica que, em espanhol, mas não em PB, os traços de uma sonda podem entrar em relações de valoração separadamente para valorar o caso de dois elementos que possuam especificação diferente em termos de traços-phi. Após esse sumário, passo à organização da tese.

No Capítulo 2, contraste o PB com outras línguas românicas, em especial o espanhol, para mostrar que as SE-sentenças, tais como existem hoje em PB são diferentes de outras línguas românicas.

No Capítulo 3, estudo as mudanças nas sentenças anticausativas, exemplificadas por (1), *O prato (se) quebrou*, e mostro que nada mudou na estrutura desses eventos porque anticausativas não possuem Agente de nenhum tipo. Ou seja, nunca houve *pro* na representação dessas sentenças e a perda de SE só acarretou a perda de uma projeção sem importe semântico.

No Capítulo 4, estudo as estruturas das sentenças médias para mostrar que esses eventos foram alterados. Mais especificamente, SE-médias possuem um agente projetado e Ø -médias não o possuem. O capítulo também discute o fato de essa ser uma decisão do PB (e do chinês), mas não do inglês e do holandês, por exemplo. Isso trará repercussões para a alternância que será analisada no Capítulo 5.

No Capítulo 5, estudo a estrutura de sentenças como se vê em (4), *Essa roupa (se) lava facilmente*. Descarto algumas representações possíveis para essas sentenças e chego à conclusão de que elas são inacusativas com só um DP, ou seja, assemelham-se muito às anticausativas, como (1). Todavia, um exame das raízes e da estrutura de evento em que sentenças como (1) e (4) estão revelará que esses eventos são diferentes e (4) partilha mais características com médias não-marcadas do que com anticausativas. É afirmado, então, que essas sentenças são uma generalização sobre a estrutura de médias não-marcadas do PB, que não projetam *Voice*. Assim, a predição é de que elas não existirão em línguas em que médias projetam *Voice* mesmo na falta de marcação morfológica, como inglês e holandês, previsão que se verifica.

Por último, **no capítulo 6**, estudo a estrutura de sentenças impessoais, como se vê em (3), *Não (se) usa saia mais no Brasil*. A análise é que, com a perda de um tipo específico de *Voice* e a demanda de que impessoais tenham um participante arbitrário, o PB passou a usar outro tipo de *Voice*, empregando locativos, que derivam leituras existenciais, como argumentos externos.

O Capítulo 7 conclui o texto, resumizando os principais pontos e apontando questões futuras.

2 O ESTATUTO DO CLÍTICO *SE* NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS E EM PB

2.1 *Introdução*

Este capítulo tem o objetivo de apresentar um panorama das construções com o clítico *SE* no PB. Para tanto, primeiramente, arrola construções em que esse clítico é empregado em línguas românicas.

Descrever o uso de *SE* nessa língua a partir de um cotejo com outras línguas românicas tem o objetivo de demonstrar algo já fartamente notado na literatura: as construções com *SE* em PB estão em desuso. Embora essa ideia seja recorrente na literatura sobre mudança sintática em PB (NUNES, 1990:13; KATO, 1999; HOLMBERG, 2005), ela ainda não foi, a meu ver, suficientemente explorada na literatura sobre estrutura argumental nessa língua.¹

Além do mais, em estudos sobre o PB, nota-se um descompasso entre a concepção do clítico *SE* em trabalhos sobre a estrutura argumental, e em estudos em que as mudanças sintáticas estão em foco. Normalmente, em estudos sobre estrutura argumental, a ocorrência ou não de *SE* na sentença é vista como uma propriedade do verbo, sem consequências sintáticas. Dessa forma, a aceitabilidade de uma dada construção com ou sem *SE* é, muitas vezes, usada como um argumento para que um verbo seja visto como pertencente a uma ou outra classe de alternâncias (cf. CANÇADO, GODOY E AMARAL, 2013:79).

Para Cançado, Godoy e Amaral (2013), por exemplo, o licenciamento de *SE* em uma sentença anticausativa (incoativa, para as autoras) significa que ela se origina de uma sentença causativa. O licenciamento de *SE* em anticausativas significa que ocorreu a supressão do metapredicado CAUSE. Dessa forma, a sentença em (1)a seria a forma básica da qual se pode suprimir o metapredicado CAUSE, originando sentenças como (1)b.

¹ Em Ribeiro (2010) e Rodrigues (1998), algumas diferenças entre eventualidades com *SE* são aventadas, mas não foram objeto de uma discussão sistemática.

(1) a. A mãe /A vivência em Paris afrancesou a moça.

b. A moça (se) afrancesou.

(CANÇADO, GODOY E AMARAL, 2013:105)

Verbos desse tipo são chamados pelas autoras de opcionalmente volitivos e correspondem, semanticamente, ao *template* que se vê em (2).

(2) v: [[X ACT_(volition)] CAUSE [BECOME Y <STATE>]]

(CANÇADO, GODOY E AMARAL, 2013:97)

Nos estudos sintáticos que versam sobre as propriedades morfossintáticas da língua, a perda do SE, geralmente discutida com base em sentenças impessoais e passivas, respectivamente (3) e (4), é relacionada à discussão sobre a representação do sujeito nessas duas construções, bem como sobre a representação do sujeito em geral em línguas parcialmente *pro-drops*.

(3) Nessa loja (se) vende sapato.

(4) Nessa loja se vende(m) sapatos.

Percebe-se, assim, que o mesmo clítico é visto de formas completamente diferentes em virtude dos objetivos dos estudos e das construções comumente associadas a esses objetivos. Mais explicitamente, é comum conceber a marca de anticausativas, em *O prato se quebrou*, por exemplo, como reflexo de um processo lexical, e que, portanto, que não nos diria muito sobre a natureza da língua (cf. entretanto, ALEXIADOU, ANAGNOSTOPOULOU & SCHÄFER, 2006/2015:17-61, entre outros para abordagens sintáticas da morfologia em anticausativas). A mesma marca em sentenças impessoais e passivas, possivelmente, em virtude de receber a interpretação de um participante arbitrário do evento, não é vista como uma propriedade lexical e recebe tratamentos sintáticos.

Neste capítulo, as três construções mencionadas – anticausativas, passivas e impessoais –, entre outras como médias, serão tratadas conjuntamente. Ao ressaltar as particularidades do PB no que tange às construções com SE, tenho dois objetivos. O primeiro é definir a cobertura empírica desta tese, qual seja, descrever as mudanças nas eventualidades em que o SE é um

participante arbitrário. O segundo é demonstrar que, mesmo nos ambientes em que SE ainda resiste no PB, a estrutura é diferente da que se propõe para sentenças que denotam eventualidades correspondentes em outras línguas. Grande parte das diferenças entre construções com SE em PB e nas outras línguas românicas se deve às diferenças nas especificações de *pro* nessas línguas. Assumo que, em sentenças em que SE tem uma interpretação arbitrária, *pro* é também projetado em *Voice*.

O capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 2.2, introduzo a ideia de que SE e *pro* podem estar juntos em alguns dos eventos estudados. Essa ideia vai ser mais elaborada nas seções 2.3, 2.4 e 2.5. Mais especificamente, na seção 2.3, comparo o comportamento de alguns dos eventos estudados frente a alguns testes de agentividade. Na seção 2.4, as construções em que *pro* se combina com SE nas línguas românicas são descritas comparativamente para mostrar que *pro*, embora sintaticamente projetado nos eventos médios, impessoais e passivos, pode variar categorialmente, por assim dizer, entre as línguas. Em algumas línguas, esse elemento é um argumento implícito forte e, em outras, fraco, como os testes nessa seção demonstrarão. Por fim, na seção 2.5, discuto brevemente as características desse argumento implícito projetado. Na seção 2.6, um panorama dos eventos com SE nas línguas românicas é apresentado. O objetivo dessa seção, em particular, é justamente mostrar o que já foi asserido aqui na introdução deste capítulo: as construções com SE em PB estão em desuso e o contraste com outras línguas mostrará isso. Por fim, a seção 2.7 sumariza o capítulo e define o escopo empírico da tese. Nessa seção, especificamente, comparo propriedades de construções com ou sem *pro*², em que SE está em *Voice*, em mais de uma língua para ressaltar as peculiaridades do PB em tais construções.

2.2 SE e *pro*

É sabido que as variadas instâncias de SE são um caso de sincretismo. Assim sendo, não é possível analisar todas as instâncias da mesma forma, porque os diferentes eventos de que SE faz parte têm propriedades diferentes.

Para exemplificar as diferentes propriedades, consideremos o fato de que anticausativas com SE não têm um Agente presente sintaticamente, visto que não licenciam advérbios

² *pro* pode ser argumento interno em sentenças SE-impessoais, como: *Se chegou tarde à casa*. já que o verbo é inacusativo.

orientados para agente, como (5) indica, ou orações de propósito, como (6) mostra. Entretanto, em sentenças em que a mesma marca SE tem uma leitura arbitrária, como em (7) e (8), advérbios orientados para agente (7) e orações de propósito (8) são licenciados.

(5) *O prato se quebrou voluntariamente.

(6) *O prato se quebrou para impedir a refeição.

(7) Quebrou-se o prato voluntariamente.

(8) Quebrou-se o prato para impedir a refeição.

O contraste entre essas sentenças deve-se ao fato de a sentença anticausativa não ter um Agente implícito que possa licenciar o advérbio orientado para agente ou a oração de propósito, diferentemente da sentença impessoal, que possui esse elemento. Essa diferença de leitura já foi notada e modelada de variadas formas na literatura.

Frente a essa discrepância, a pergunta subsequente seria, então: o que licencia a presença de um Agente em sentenças impessoais, mas não em sentenças anticausativas? Uma primeira tentativa de explicação para essa diferença poderia se pautar nos tipos de verbos licenciados em sentenças impessoais e sentenças anticausativas, por exemplo. É sabido que a grande maioria dos verbos licenciados em sentenças anticausativas possui um argumento externo subespecificado (cf. REINHART, 2003). *Quebrar* é um verbo desse tipo, visto que tanto DPs do tipo de *João*, quanto para DPs do tipo de *o vento*, poderiam quebrar alguma coisa. Repare, entretanto, que o mesmo verbo, *quebrar*, pode ser licenciado em sentenças anticausativas ou em impessoais. Portanto, não podemos atribuir as diferenças de interpretação para as sentenças (5) e (7), de um lado, e (6) e (8), de outro, ao tipo de verbo licenciado na estrutura. Além disso, o DP também é o mesmo em todas as sentenças de (5) a (8): *o prato*.

Deve haver, então, algum elemento sintático presente em (7) e (8), mas não em (5) e (6), para que a leitura de um participante arbitrário seja licenciada. Esse elemento sintático deve estar também ligado ao fato de que a sentença anticausativa é concebida como um evento com um grau relativo de espontaneidade³, enquanto a sentença impessoal possui um Agente, como os próprios testes sintáticos acusam.

³ A noção de espontaneidade parece ter sido usada primeiramente por Haspelmath (1993) e se refere à possibilidade de uma ação acontecer sem um Agente ou Causa. Anticausativas são eventos com um grau de espontaneidade alto, visto que só possuem um participante.

Neste capítulo, sigo a abordagem de MacDonald (2015) e MacDonald, Carvalho e Maddox (em preparação) para as sentenças com SE.⁴ Em linhas gerais, a ideia dos autores é que a estrutura de sentenças em que SE tem uma leitura arbitrária, como (7) e (8), contém um *pro*. Essa ideia é presente em uma grande quantidade de trabalhos (cf. CINQUE, 1988 e MENDIKOETXEA, 2008, por exemplo), mas o sistema aqui utilizado permite mapear as diferenças entre o PB e outras línguas românicas no que diz respeito às características de *pro*.

2.3 Testes de agentividade

Os testes utilizados acima para diferenciar uma sentença anticausativa de uma impessoal são testes clássicos para indicar a presença, ou não, de um agente implícito em um evento (cf. BHATT E PANCHEVA, 2006). Todavia, como Bhatt e Pancheva (2006) argumentam, um Agente implícito não está necessariamente **projetado** sintaticamente. Isso ficará mais claro abaixo, à medida em que eu passar a considerar também as sentenças passivas perifrásticas para discutir a presença (ou não) de *pro* na estrutura.

Em todas as sentenças em que a interpretação de um Agente implícito está disponível, orações de propósito e advérbios orientados para agente são licenciados. Veja exemplos abaixo com SE-passivas, em (9) e (10), e passivas perifrásticas, em (11) e (12).

(9) Quebram-se os pratos voluntariamente.⁵

(10) Quebram-se os pratos para impedir a refeição.

(11) Os pratos foram quebrados voluntariamente.

(12) Os pratos foram quebrados para impedir a refeição.

Assim, se assumirmos um *pro* para sentenças SE-impessoais e SE-passivas, para que o licenciamento de Agente seja explicado por meio de um expediente sintático, também devemos assumir a presença de um *pro* em passivas perifrásticas, como as que vemos em (11) e (12), visto que elas parecem se comportar da mesma forma frente aos testes relevantes. Todavia,

⁴ MACDONALD, J., J. Carvalho e M. Leroy. **An argument from Brazilian Portuguese for a syntactically projected implicit argument**. Poster apresentado no 46th NELS, Montreal, Canada. Outubro de 2015.

⁵ Optei por usar o presente habitual em SE-passivas porque, com o verbo especificado para o passado, elas poderiam evocar uma interpretação anticausativa, já que SE-passivas são pouco usuais no PB (cf. discussão no Capítulo 1).

outros testes comprovam que sentenças SE-impessoais e SE-passivas se comportam diferentemente de sentenças passivas perifrásticas, no que tange à presença do agente.

Um teste que mostra essa diferença de comportamento é a disponibilidade da leitura de posse inalienável para um objeto antecedido por um elemento humano (cf. MACDONALD, 2015 e as referências lá apontadas). Assim, por exemplo em (13), o DP *a mão* só pode referir a uma parte do corpo do referente do DP *o estudante*. Vale notar, ainda, que o DP *o estudante* ocupa a posição de sujeito da sentença e, portanto, c-comanda seu objeto, no caso, o DP *a mão*.

(13) O estudante levantou a mão.

Em contextos em que o DP que remete à parte do corpo é antecedido por mais de um DP humano, o referente do DP mais próximo será interpretado como possuidor. Em (14), a única interpretação disponível é de que *os olhos* são de *Maria*. A leitura de que *os olhos* são de *João* é agramatical. Isso segue de uma observação presente na literatura sobre o assunto (cf., por exemplo, GUÉRON, 1983) de que a interpretação de posse inalienável só está disponível se o DP com referente humano e aquele que remete à parte do corpo em questão estiverem na mesma sentença.

(14) João_i disse que Maria_j havia fechado os olhos^{*i/j}.

Se essa condição for verdadeira, esperaremos que tal interpretação nunca esteja disponível para sentenças intransitivas, visto que só exibem um DP. (15) demonstra que essa predição é verdadeira. Assim, uma sentença como (15) não teria a interpretação de posse inalienável de alguém presente no contexto. Só (16) é pertinente em um contexto em que os pais discutem o crescimento da filha, por exemplo.

(15) #As pernas são grandes.

(no contexto relevante)

(16) Joana tem as pernas grandes.

Naturalmente, a sentença (15) se torna apropriada para o contexto se um pronome possessivo estiver presente na sentença, como em (17).

(17) As pernas dela são grandes.

(17) ilustra que, em sentenças intransitivas, o elemento de posse tem de estar sintaticamente exposto para que a relação de posse seja estabelecida. Isso se contrapõe a sentenças transitivas nas quais a leitura de posse inalienável é permitida se o sujeito for humano e o objeto for uma parte de corpo, sem a necessidade, portanto, de um pronome possessivo sinalizando a relação entre os dois constituintes.⁶

Mesmo que (15) seja proferida no contexto em que os pais discutem o crescimento das pernas de Joana, a sentença ainda vai soar marginal, enquanto (16) é apropriada para o contexto. Isso é interessante por mostrar a necessidade de um possuidor presente sintaticamente, mesmo que a pragmática facilite a leitura de posse.

Levando em conta essa propriedade da leitura de posse inalienável, volto às sentenças de que vinha tratando, em que há um Agente implícito disponível. Mais especificamente, voltemos às propriedades de SE-passivas, SE-impessoais e passivas perifrásticas. Vimos que, nos três tipos de sentença, advérbios orientados para Agente e orações de propósito são licenciados. Como observam Bhatt e Pancheva (2006), essas propriedades acusam a presença de um agente implícito, mas ele não precisa necessariamente estar presente na sintaxe. Um teste que nos parece seguro, então, para determinar se um Agente está presente na sintaxe, é o licenciamento da leitura de posse inalienável, visto que um DP que descreve uma parte do corpo só será interpretado com leitura inalienável na **presença de um antecedente humano**. Testemos os três tipos de sentença em tela em relação a essa propriedade.

(18) Normalmente se levanta a mão para fazer uma pergunta na sala.

(19) O professor fez uma pergunta. Levantaram-se umas mãos.

(20) O professor fez uma pergunta. *Umas mãos foram levantadas.

⁶ Como observa MacDonald (2015:16), com base em Landau (2010), a relação de posse inalienável pode ocorrer entre um argumento e um dativo não selecionado (*unselected dative*) como mostra o exemplo abaixo:

(i) Me beijou a mão.

A sentença em (i) mostra que a relação de posse não se obtém somente quando os dois DPs são argumentos. Isto é, como vim mostrando exemplos em que uma relação de posse se configurava entre o sujeito e o objeto, seria possível aventar a hipótese de que tal relação é derivada caso dois constituintes argumentais preencham os requisitos para tal. Entretanto, a possibilidade de que tal relação se estabeleça mesmo entre um argumento (*a mão* em (i)) e um dativo não-selecionado mostra que argumentalidade não é um requisito essencial.

(18) e (19) mostram que essa leitura está disponível para sentenças SE-impessoais e SE-passivas, acusando a presença de um agente projetado na sintaxe. (20), por outro lado, mostra que o agente, embora presente semanticamente em passivas perifrásticas, não é sintaticamente projetado.

Frente a esse contraste, uma alternativa é dizer que o próprio SE seria o agente sintaticamente projetado. Entretanto, essa não parece ser uma alternativa viável, visto que esse mesmo elemento também pode ocorrer em anticausativas. Os mesmos verbos, inclusive, podem ocorrer em anticausativas, de um lado, e sentenças impessoais e passivas, de outro, como vimos nas discussões em torno dos exemplos de (5) a (10). Portanto, se não houver outro elemento que não o clítico SE ligado à agentividade, não haverá como dar conta das diferenças observadas entre essas construções. Ademais, é interessante perceber que, com anticausativas, a leitura de posse inalienável com o DP presente não está disponível.

(21) Contexto: O pai fala sobre o fortalecimento do filho após um acidente de bicicleta.

#João está mais forte, apesar de que a perna (se) quebrou.

A sentença (21) só se tornaria mais natural se o possuidor da perna fosse sintaticamente expresso. Isso demonstra, mais uma vez, que em anticausativas não há a presença de um agente sintaticamente projetado e isso deixa claro que SE-impessoais, SE-passivas, de um lado, e SE-anticausativas, de outro, correspondem a estruturas arbóreas diferentes. Assim, a estrutura (22) corresponde à estrutura de SE-anticausativas e a estrutura (23), à de sentenças SE-impessoais e SE-passivas.

(22) [_{VoiceP} [_{Voice} se [_{vP} v [_{VP} V DP]]] *anticausativas*

(23) [_{VoiceP} *pro* [_{Voice} se [_{vP} v [_{VP} V DP]]] *SE-impessoais e SE-passivas*

Uma objeção possível a essa proposta seria argumentar que SE tem traços diferentes em construções anticausativas, de um lado, e impessoais e passivas, de outro. Ou seja, a especificação diferente de traços, por si só, daria conta do fato de que SE-passivas e SE-impessoais possuem um agente sintaticamente projetado, enquanto SE-anticausativas, não. Na próxima seção, ficará clara a necessidade de *pro* em construções em que SE tem interpretação

arbitrária. Dessa forma, a hipótese de que o clítico tem propriedades diferentes em algumas construções não é assumida neste trabalho.

2.4 Evidência translinguística para a presença de *pro* em sentenças SE-passivas, SE-médias e SE-impessoais

Além da proposta de um *pro* estar ligada à presença de um agente sintaticamente projetado (diferentemente de construções passivas perifrásticas), propor a existência de um *pro* em sentenças SE-impessoais e SE-passivas também permite dar conta de variações de ordem e de aceitabilidade de *by-phrases*. Há uma série de diferenças quanto a esses dois aspectos entre sentenças SE-impessoais, SE-médias e SE-passivas no PB e em outras línguas românicas. Para comentar um desses exemplos, sentenças SE-passivas em PB, quando produzidas, sempre têm o objeto *in situ* (cf. (24)). Já em francês, italiano e PE, esse objeto pode aparecer na posição pré-verbal e concordar com o verbo (cf. (25)).

(24) Comem-se bolos PB, PE

(25) Os bolos comem-se. *PB, PE

Pode-se dar conta dessa diferença se se investigarem as propriedades de *pro* nessas construções. Como Bhatt e Pancheva (2006) além de Landau (2010) mostram, existem argumentos implícitos de vários tipos nas línguas e não se pode dar conta das diferentes respostas desses argumentos implícitos a testes sintáticos apenas com entidades designadas como *pro* ou PRO.

Vou argumentar, então, que a diferença de ordem que se vê em (24) em (25) é relacionada ao tipo de argumento implícito em SE-passivas. Seguindo Landau (2010), vou assumir que há pelo menos dois tipos de argumentos implícitos, quais sejam: argumentos implícitos fracos (no original, *weak implicit arguments*) e argumentos implícitos fortes (no original, *strong implicit arguments*). A diferença entre esses dois elementos se deve à constituição estrutural de cada classe. O primeiro grupo é composto de conjuntos de traços-phi. O segundo, de um conjunto de traços-phi e um determinante.

(26) a. argumentos implícitos fracos: ϕ_s

b. argumentos implícitos fortes: D- ϕ s

A presença de um determinante assegura que o segundo tipo de argumento implícito seja visto como um DP na sintaxe e explica por que, com alguns tipos de argumentos implícitos, mas não com outros, predicados secundários e anáforas podem ser licenciados, como veremos abaixo.

Por meio do comportamento de sentenças em que há leitura arbitrária frente a testes sintáticos, mostro, abaixo, que as construções com SE em que há leitura arbitrária possuem um *pro* e a especificação desse *pro* como um argumento implícito fraco ou forte varia de língua para língua. Enquanto nas línguas românicas, de uma forma geral, esse *pro* funciona como um argumento implícito fraco, no PB, ele funciona como um argumento implícito forte. Isso explica grande parte do contraste com construções com SE no PB e em outras línguas românicas oportunamente apresentadas.⁷

Um dos testes que Landau (2010) levanta para a presença de um argumento implícito forte é o licenciamento de anáforas, visto que anáforas precisam de uma entidade para estabelecer sua referência. Em espanhol, SE-construções em que *pro* está presente não licenciam anáforas; em PB, anáforas são possíveis nesse contexto, como (28) indica.

- (27) Aquí se habla siempre de *sí/uno⁸
 Aqui se fala sempre de si/um.

(MACDONALD, 2015:39)

- (28) ‘Aqui se fala sempre de si mesmo.’

Outra diferença é o licenciamento de uma *by-phrase* em passivas sem tempo especificado, ou seja, genéricas do espanhol. A contraparte em PB é agramatical, como (30) indica.

⁷ Abordagens que tentam capturar as diferentes leituras de SE por meio de traços semânticos (D’ALESSANDRO, 2007:193; LAZZARINI-CYRINO, 2015:41) ou por meio de operações semânticas (SCHÄFER, 2015) não poderão explicar as diferenças de ordem e as variações nos testes de agentividade de língua para língua.

⁸ O licenciamento de *uno* como um anafórico em espanhol poderia, à primeira vista, enfraquecer o argumento. Todavia, *uno* foi analisado como a contraparte linguística de uma variável em Maddox (2015). Estando essa análise certa, *uno* é licenciado por outras motivações nos contextos em que aparece.

- (29) Este cuadro se pintó por un experto retratista.
 Este quadro se pintou por um expert retratista.
 ‘Um pintor expert pintou este quadro.’

(MACDONALD, 2015:39)

- (30) ‘*Pintou-se este quadro por um retratista expert.’

A incompatibilidade quanto ao licenciamento de *by-phrases* em espanhol e em PB pode ser analisada com base nas ideias para o licenciamento de *by-phrases* em Legate (2014:3) e Bruening (2013). Para os autores, *by-phrases* são licenciadas quando o argumento externo não está saturado. Em outras palavras, o licenciamento desses adjuntos em espanhol estaria ligado ao fato de *pro* ser um argumento implícito fraco nessa língua, constituído de traços-phi, enquanto, em PB, esse mesmo elemento seria um argumento implícito forte, o que implica a presença de um determinante e, portanto, a saturação da posição de argumento externo.⁹

Consideremos, agora, mais um teste utilizado por Landau (2010) para argumentar a favor da tipologia supramencionada para argumentos implícitos. Somente argumentos implícitos fortes licenciam predicados secundários. A situação do espanhol é inesperada nesse caso, visto que predicados secundários são geralmente licenciados, se a sentença for genérica (31), mas não se for existencial (32).

- (31) Cuando se trabaja borracha, los resultados son nefastos.
 Quando se trabalha bêbado/bêbada, os resultados são desastrosos.
 ‘Quando se trabalha bêbado/bêbada, os resultados são desastrosos.’

(MACDONALD, 2015:40)

- (32) *Se trabajó borracho y los resultados fueron nefastos.
 Se trabalhou bêbado e os resultados foram desastrosos.
 ‘Trabalhou-se bêbado/bêbada e os resultados foram desastrosos.’

⁹ Assumo com Longobardi (1994) que DPs saturam posições argumentais. Casos em que nomes nus saturam posições argumentais em PB, como *Gato perambula à noite, mas sempre volta*, podem ser analisados como DPs com um D silencioso, cf. Munn e Schmitt (1999), Cyrino e Espinal (2014). Agradeço à Ana Paula Scher pela questão.

Possivelmente, esses exemplos indicam que a situação do espanhol – e dos argumentos implícitos que se podem encontrar nas línguas – é mais complexa, visto que T pode quantificar sobre eventualidades e, assim, agir sobre *pro*. Contudo, essa variação de licenciamento de predicados secundários em função da especificação de T não se observa em PB, o que acusa, novamente, a diferença de status categorial de *pro* em espanhol e PB.

Uma situação semelhante foi reportada em Rizzi (1986), para *pro* arbitrário em posição de objeto em italiano. Esse elemento só é licenciado quando a referência é genérica em italiano, então não pode aparecer se o tempo estiver especificado (ou seja, no passado). Embora *pro* arbitrário em construções com SE não tenha restrições quanto ao valor de tempo, podendo ocorrer em contextos genéricos ou especificados, essa característica inerente desse pronome parece estar por trás da agramaticalidade de (32). Se um pronome arbitrário com referência genérica não está presente nessas sentenças, seria difícil explicar isso.

Conforme já percebido na literatura, esses e outros exemplos parecem mostrar que a tipologia de argumentos implícitos pode ser ainda mais refinada. Alexiadou, Anagnostopoulou & Schäfer (2015:132), por exemplo, mostram que passivas no alemão se comportam diferentemente do que previsto na tipologia de Landau (2010). Landau mostra que o argumento implícito de uma passiva perifrástica não pode licenciar um predicado secundário, diferentemente de *pro* ou PRO. O argumento foi feito para o inglês e a tradução para o PB exigiria alguma adaptação. Como os exemplos são só ilustrativos, nesse ponto, ofereço somente as sentenças originais.

(33) It is impossible [PRO to visit me together].

(34) It is impossible [for me to be visited (*together)]

(35) They expected [PRO to leave the room angry].

(36) The room was left (*angry).

(LANDAU, 2010:359)

Alexiadou, Anagnostopoulou & Schäfer (2015) observam, entretanto, que passivas em alemão licenciam um predicado secundário.

- (37) Der Raum wurde wütend verlassen.
 The room became angry left.
 ‘The room was left in an angry mood.’ (AAS, 2015:132)
 Saiu-se do quarto de mau humor.

Frente a esse dado, os autores acreditam que é mais adequado assumir que um argumento implícito não está presente na sintaxe. Essa é, certamente, uma possibilidade de análise, mas existem outras. As passivas em alemão e inglês podem ser fruto de combinações de elementos diferentes, o que derivaria a diferença de propriedades. Observe que a glosa oferecida pelos autores mostra que uma tradução compatível para o auxiliar *werden* é *become* e não *be*, o auxiliar usado em passivas do inglês. Então, pode ser o caso também de que, além de um argumento implícito fraco (traços-phi) e um forte (D + traços-phi), haja opções intermediárias para argumentos implícitos, como NPs.

Seja como for, a gramaticalidade da contraparte no PB dos dados do espanhol sugere que argumentos implícitos em construções com SE nessa língua podem ser inequivocamente classificados como fortes, seguindo a tipologia de Landau (2010). Por isso, embora mais casos devam ser incorporados a essa tipologia, aparentemente, os dados do PB aqui estudados são um exemplo fidedigno de argumentos implícitos fortes na tipologia de Landau (2010), razão pela qual essa noção está sendo utilizada.

Some-se a isso, o fato que foi mencionado no começo desta seção: há uma diferença de ordem entre sentenças SE-passivas em PB e em outras línguas. Uma possível explicação para isso passa pelo fato de o *pro* em [Spec, Voice] em PB ser um DP e, por isso, T concordaria com tal elemento. Em espanhol, a língua com que vim contrastando o comportamento do PB frente aos testes de agentividade, *pro* seria constituído somente de traços-phi, ou seja, seria um argumento implícito fraco, e não se qualificaria como interventor para a concordância entre T e o argumento interno. Isso explica a possibilidade de médias concordando com o argumento interno em espanhol, mas não em PB.

- (38) *Esses carros se lavam facilmente.
 (39) Los pantalones de algodón no se planchan facilmente.
 As calças de algodão não se passam facilmente.
 (40) ‘*Calças de algodão não se passam facilmente.’

As propriedades elencadas nesta seção estão sumarizadas no Quadro 1.

Tipo de <i>pro</i>	Argumento implícito forte – se comporta como um DP		Argumento implícito fraco – se comporta como traços-phi	
Anáforas	SIM	<i>PB</i>	NÃO	<i>espanhol</i>
Predicados secundários	SIM	<i>PB</i>	NÃO	<i>espanhol (+/-)</i>
By-phrases	NÃO	<i>PB</i>	SIM	<i>espanhol</i>

Quadro 1: Propriedades de *pro*

Assim, a assunção de que sentenças com leitura arbitrária em que SE está presente têm um *pro* que deriva essa leitura pode ser refinada agora, visto que as eventualidades denotadas por essas sentenças não se comportam do mesmo jeito nas línguas românicas. (41) corresponde à estrutura de sentenças com SE-arbitrário em PB e (42), a estruturas correspondentes ao mesmo tipo de sentenças em espanhol.

(41) [T [_{VoiceP} D-*pro* [Voice se [_{VP} v [VP V DP]]]]

PB

(42) [T [_{VoiceP} *pro* [Voice se [_{VP} v [VP V DP]]]]

espanhol

Na próxima seção, detalho mais algumas características de *pro* em PB ao contrastá-los com outras línguas românicas.

2.5 *Que pro é esse?*

Em GB, *pro* é geralmente concebido como um pronome nulo sem traços-phi que receberá um valor pronominal da flexão do verbo da sentença em que está presente (cf. RIZZI, 1982: 143; ROBERTS, 2010:58-87, para uma implementação atual da ideia).

Rizzi (1986) examina construções em que *pro* tem referência arbitrária no italiano contrastando-as, especialmente, com o inglês. O foco desse estudo de Rizzi é *pro* na posição de objeto, portanto essas construções permitem uma expansão da análise de *pro* feita pelo próprio autor em trabalhos anteriores. Enquanto o italiano licencia produtivamente objetos arbitrários, isto é, variados verbos podem ter um objeto arbitrário, em inglês tal processo é restrito a alguns verbos somente. (43) exemplifica dois contrastes entre essas línguas no licenciamento desse

tipo de objeto: uma maior quantidade de verbos com objeto nulo é licenciada em italiano e o objeto nulo do italiano pode controlar elementos.

- (43) In questi casi, di solito Gianni invita a [PRO mangiare con lui].
In these cases, generally Gianni invites to PRO eat with him.
‘*In these cases, generally Gianni invites _____ to eat with him.’ (RIZZI, 1986:503)
‘Nesses casos, João geralmente convida para comer com ele.’

Esse contraste entre italiano e inglês leva o autor a reformular sua teoria de *pro* para acomodar esses dados. A diferença entre inglês e italiano se daria, então, no nível em que *pro* arbitrário satura um argumento do verbo. No inglês, isso acontece no léxico, o que explica a impossibilidade de controle e a restrição de verbos que poderiam selecionar um argumento *pro* arbitrário. No italiano, como esse tipo de objeto é produtivo e pode controlar orações de propósito, ele seria um processo sintático. Como o contraste entre o inglês e o italiano feito pelo autor nos leva à conclusão de que um *pro* sintático será encontrado justamente nas línguas *pro-drop*, uma teoria de *pro* deve acomodar mais essa ocorrência do elemento. Deve-se, pois, determinar de que forma *pro* arbitrário, em posição de objeto, é licenciado e identificado. Sendo essas as duas condições para que *pro* se realize, elas devem se verificar tanto em contextos em que *pro* é referencial quanto nos contextos em que é arbitrário.

Em termos de licenciamento, *pro* na posição de sujeito é licenciado por Agr forte e *pro* na posição de objeto é licenciado por V, nos termos da época. Assim como *pro* na posição de sujeito, o licenciamento de *pro* na posição de objeto é condicionado a uma parametrização. Mais especificamente, sua existência está condicionada à possibilidade de um núcleo, nesse caso, V, poder licenciar *pro*.

Por sua vez, o valor de *pro* é recuperado em uma relação de *binding*, numa acepção bastante ampla do termo, com o elemento que governa essa categoria. Na posição de sujeito, esse elemento vai ter uma dada referência dependendo dos traços de Agr; já *pro* regido por V terá uma interpretação arbitrária porque V não tem traços referenciais visíveis com os quais *pro* entraria em uma relação de *binding*.

O Quadro 2: Licenciamento e identificação de *pro* sumariza os dois parágrafos anteriores.

Pro	Licenciamento	Identificação
<i>Pro</i> referencial	Agr forte	Traços de Agr referencial
<i>Pro</i> arbitrário	V	Interpretação arbitrária default, já que V não tem traços visíveis.

Quadro 2: Licenciamento e identificação de *pro*

Rizzi (1986:520) menciona, rapidamente, sentenças em que SE tem interpretação arbitrária como um dos exemplos em que *pro* em posição de sujeito não recebe uma interpretação referencial. Embora Rizzi não correlacione isso aos traços de T (ou aos traços de Agr, nos termos da época), o fato de *pro*, numa posição de sujeito receber interpretação arbitrária se correlaciona ao fato de que os traços de 3ª pessoa não-referencial parecem diferir dos traços de 3ª pessoa referencial em T.¹⁰ Um exemplo do italiano pode ilustrar essa ideia. Em Cinque (1988), são atribuídos os seguintes traços para SI em italiano.

(44) SI impessoal

- a. Aspectos sintáticos
 - i. +/- argumento;
 - ii. Pronome clítico coindexado com [NP, IP] (e com Agr quando presente)
- b. Aspectos morfológicos
 - i. Pessoa: não-especificado (logo, genérico ou arbitrário)
 - ii. Número: plural
 - iii. Gênero: masculino
- c. Aspectos semânticos
 - [+humano]

(traduzido e adaptado de CINQUE, 1988:529)

¹⁰ Para Cinque (1988), por exemplo, a função do SE é identificar a referência do *pro*. Geralmente o elemento que faz isso nas línguas românicas é a flexão verbal. As construções com SE, entretanto, ocorrem com terceira pessoa, que pode fazer referência tanto a uma pessoa arbitrária quanto a uma pessoa não-arbitrária no discurso. Assim, um elemento adicional seria o responsável por dar referência a *pro* em sentenças com flexão de 3ª pessoa: SE. Repare, todavia, que essa ideia decorre da noção de que o sujeito é gerado fora do VP, conforme era o consenso na época. Tanto Rizzi (1986) quanto Cinque (1988) aventam a possibilidade de que SE fosse gerado dentro do VP (as noções de *vezinho* e *Voice* também não existiam na época em que os textos foram escritos), o que daria conta de algumas distribuições notadas pelos autores.

A atribuição de um traço plural para SI em italiano é embasada em dados como (45) e (46). Repare que, em (45), uma anáfora plural é licenciada se SI for um antecedente; em (46), uma expressão recíproca, que necessita de um antecedente plural, também é licenciada.

- (45) Quand' anche risultasse non essersi parlato abbastanza di **se stessi**,...
 Even if it should turn out that one has not spoken enough of **oneself**_(pl.masc.)
 'Mesmo se tivesse acontecido de não se falar de si mesmo.'
 (CINQUE, 1989:537)

- (46) Si era parlato **l'uno com l'altro**.
 Se era falado **o.um com o.outro**
 'Um falava com o outro.'
 (CINQUE, 1989: 540)

Repare, ainda, que o mesmo não pode ser dito para os traços de SE em PB, visto que a tradução de sentenças como (47) e (48) são agramaticais.

- (47) *Não se falou o suficiente de si mesmos.
 (48) *Se falou um com outro.

Isso quer dizer que as diferenças entre as línguas não parecem decorrer das propriedades de SI/SE em cada uma delas. Assim, ao invés de propor que SE tem um conjunto de traços diferentes em todas as línguas em que notarmos pequenas variações, falamos que as propriedades de *pro* em PB não licenciam anáforas com plurais, porque *pro* é especificado para singular nessa língua, mas para plural em italiano.

Isso pode ser exemplificado por outras construções em que *pro* figura nessas línguas. Considere as sentenças do italiano abaixo, em que predicados secundários predicam sobre um objeto nulo com referência arbitrária (=pro).

- (49) Questa musica rende _____ allegri.
 This music renders happy.pl.masc
 'Essa música deixa as pessoas felizes'

- (50) Di solito, Giani fotografa _____ seduti.
 In general, Giani photographs seated.pl.masc
 ‘Em geral, João fotografa as pessoas sentadas.’

(RIZZI, 1986:505)

Os exemplos em (49) e (50) esclarecem que, contrariamente ao que é afirmado em Cinque (1989), não é uma propriedade de SE ser especificado para plural em italiano, mas uma propriedade de *pro* arbitrário nessa língua.

No PB, também se observa que construções inacusativas com DP pós-verbais, não raro, apresentam verbos e particípios no singular, mesmo se o DP pós-verbal for plural. Os particípios podem ainda estar no masculino, mesmo se o DP pós-verbal for feminino. Nesses casos, pode-se dizer que T concorda com *pro*, que tem a especificação de singular em PB, como vimos.

- (51) Quebrou os prato(s).
 (52) *Os prato(s) quebrou.¹¹
 (53) É proibido a(s) entrada(s).
 (54) *A entrada é proibido.

Para concluir, muito embora o PB possua construções com SE, vemos que elas se distanciam cada vez mais de como essas mesmas construções se organizam nas línguas românicas. Em alguma medida, pode-se dizer que as construções com SE em PB não são muito diferentes de passivas eventivas, isto é, passivas com tempo especificado, do francês, exemplificada em (55).

- (55) Il s’est traduit trois romans
 It SE has translated three novels
 ‘Três romances foram traduzidos.’

(DOBROVIE-SORIN, 2006:122)

¹¹ Agramatical para falantes escolarizados. Essa sentença foi julgada como possível para os falantes pouco escolarizados que consultei.

Pro, em PB, guarda pelo menos dois elementos em comum com expletivos, como *Il*: i) tal pronome funciona como um interventor entre o argumento interno e T, obrigando a concordância de T com esse elemento pronominal, ou seja, *pro* possui uma especificação em termos de traços-phi que impede que T entre em uma relação de sonda-alvo com outro elemento abaixo de *pro*. Isso não acontece no espanhol e no italiano; ii) somente na presença desse elemento vemos argumentos licenciados na ordem VS em PB e francês.

Dada a discussão presente nesta seção, seria possível pensar que as construções com SE não estão em desuso no PB. Isto é, elas somente seriam mais restritas em virtude das propriedades de *pro* nessa língua. Além da discussão nos capítulos seguintes, que mostra que tal hipótese é problemática, na seção 2.6.3, trataremos de sentenças SE-impessoais e sentenças impessoais sem SE no PB, já bastante atestadas e discutidas na literatura.

2.6 SE nas línguas românicas

2.6.1 SE-anticausativas

Apesar de ser possível falar em uma grande uniformidade entre as línguas românicas no que diz respeito à distribuição do SE, variações podem ser verificadas em certas construções, algumas delas não sendo atestadas em uma ou outra língua.

Aparentemente, todas as línguas românicas possuem instâncias de SE-anticausativo. Confira, abaixo, um exemplo do Francês:

(56) La branche s'est cassée

the branch SE has broken

‘O galho se quebrou.’

(DOBROVIE-SORIN, 2006:121)

Em PB, esse é um verbo que também pode ser marcado com o clítico SE, como a tradução indica. Contudo, diferentemente de eventos em que SE está associado a uma interpretação arbitrária, a marcação de anticausativas é uma das áreas em que mais se vê variação entre línguas românicas (e entre outras línguas que possuem marcas sincréticas).

Continuemos com a comparação entre francês e PB para ilustrar isso. Na primeira língua um verbo como *agrandir* (*engrandecer/aumentar*) pode ser marcado com SE (*s'agrandir*),

enquanto em PB essa marcação não é possível (ou, se possível, tem uma leitura literária): **A massa/O mundo se engrandeceu*. Variadas explicações já foram aventadas para a possibilidade de marcação de anticausativas dentro de uma mesma língua ou translinguisticamente. Haspelmath (1993), ao tratar da marcação de anticausativas, aventou a hipótese de que tal marcação esteja relacionada com a noção de espontaneidade. Dito de outro modo, os verbos marcados seriam aqueles vistos como espontâneos, isto é, que podem ocorrer sem a presença de um Agente.

Embora essa tendência exista, ela nada mais é do que uma tendência. Não parece haver uma explicação que, de fato, dê conta da variação da marcação de anticausativas, tanto intra-, quanto translinguisticamente. Entretanto, um fator que propicia essa variação com anticausativas, mas não com outros usos de SE, parece bastante evidente. O clítico em (56) tem uma função diferente do que se vê em outras eventualidades marcadas com SE: ele não funciona propriamente como uma anáfora ou como um argumento arbitrário. Mais explicitamente, sabe-se que o clítico em questão não tem nenhuma interpretação em sentenças anticausativas, ou seja, não é participante do evento descrito por elas. Isso se torna evidente pelo fato de que essas sentenças não licenciam orações de propósito e advérbios orientados para Agente.

(57) *A porta se quebrou para passar o piano.

(58) *A porta se quebrou deliberadamente.

Como SE não tem papel de participante do evento em sentenças SE-anticausativas, como ocorre em sentenças SE-impessoais, SE-passivas e SE-reflexivas, a variação na marcação deve estar relacionada a questões semânticas, que podem, inclusive, diferir de língua para língua.

Todavia, em todas as línguas românicas, algumas sentenças anticausativas são agramaticais sem a presença do clítico SE. Mesmo em uma língua como o francês em que a variabilidade de marcação é muito grande, distanciando-se de línguas como o espanhol e o romeno, em que a marcação é a regra, a obrigatoriedade do clítico se mantém em alguns casos. Com o verbo *agrandir*, por exemplo, somente a contraparte marcada é possível, como se vê pelo contraste entre (59) e (60).

(59) *L'image agrandit

The picture Ø is widening

(60) L'image s'agrandit

The picture SE is widening

(MARTIN E SCHÄFER, 2014:2485)

O PB seria, então, a única língua românica em que essa marcação é inteiramente opcional.¹² Além de opcional, tal marcação é infrequente nos dados de fala, como os exemplos da Tabela 1. Marcação de verbos anticausativos mostram.

Verbo	C-ORAL-ROM	Projeto SP 2010
Abrir	3/4 não marcados ¹³	3/3 não marcados
Quebrar	3/3 não marcados	7/7 não marcados
Derreter	1/1 não marcados	1/1 não marcados
Azedar	1/1 não marcados	----
Fermentar	1/ 1 não marcados	----
Soltar	1/1 não marcados	----
Rasgar	---	1/1 não marcados
Fechar	---	4/4 não marcados

Tabela 1. Marcação de verbos anticausativos

A Tabela 1. Marcação de verbos anticausativos é de um estudo feito por Carvalho (2014), em que eu comparava a marcação com SE em verbos psicológicos em dois dialetos do PB, o paulista e o mineiro. Usei dados do ProjetoSP2010 para estudar a marcação de verbos

¹² Essa afirmação pode suscitar uma pergunta sobre os verbos psicológicos. De acordo com Belletti e Rizzi (1988), duas classes de verbos psicológicos são verbos ditransitivos inacusativos que selecionam dois argumentos, pelo menos nas línguas românicas. A pergunta que se coloca, então, é: se verbos psicológicos são inacusativos como anticausativos, por que a marcação de verbos psicológicos é obrigatória (pelo menos em alguns dialetos) do PB? O primeiro problema com os verbos psicológicos é o fato de que a inacusatividade dessa classe não é consensual. Em Carvalho (2014), cuja referência se encontra ao final desta nota, observei que o dialeto mineiro permite tanto verbos inerentemente reflexivos, quanto psicológicos sem SE e o dialeto paulista, de um modo geral, se comporta da forma inversa. Também, Menuzzi e Lobo (2015) analisam alguns verbos psicológicos como inerentemente reflexivos, possivelmente porque as duas classes têm comportamentos semelhantes quanto ao licenciamento de anáforas no PB. Além do mais, trabalhos diacrônicos, como Gelderen (2014), sugerem que verbos psicológicos passaram de inacusativos para transitivos na história do inglês. Assim, determinar por que alguns dialetos ainda usam esse clítico com verbos psicológicos demanda uma pesquisa prévia sobre a estrutura sintática desses verbos. CARVALHO; J. The psych alternation in Brazilian Portuguese. Trabalho apresentado em: **Berlin-Stuttgart Workshop on Psych verbs**. 21/11/2014.

¹³ O exemplo em que o verbo 'abrir' aparece junto com SE é uma expressão idiomática: *As portas se abriram para mim*.

psicológicos no primeiro dialeto e dados do *corpus* C-ORAL-BRASIL para estudar o segundo. Extraí amostras aleatórias dos *corpora* com a ferramenta TextSTAT, que possui, dentre outras funções, um concordanceador, ferramenta que procura por palavras ou partes menores que palavras nos arquivos dos *corpora*. Dessa forma, pude comparar o uso do SE em verbos psicológicos nesses dois dialetos.

A lista de verbos constante na Tabela 1. Marcação de verbos anticausativos foi montada com base no estudo de Ribeiro (2011) sobre o uso de SE em anticausativas no PE. Nesse estudo, esses verbos eram apresentados em exemplos com a variante marcada, o que sugere que, em PE, tais verbos são invariavelmente marcados.

(60) a. As janelas abriram-se (com o vento).	(RIBEIRO, 2011:65)
b. A janela do sótão quebrou-se com o vento.	(RIBEIRO, 2011:43)
c. A sopa azedou-se ainda antes da festa.	(RIBEIRO, 2011:242)
d. O iogurte fermentou-se num instante.	(RIBEIRO, 2011:242)
e. Com o choque, duas das rodas soltaram-se (...). ¹⁴	(RIBEIRO, 2011:243)
f. Na freguesia (...), rasgaram-se fendas no solo. ¹⁵	(RIBEIRO, 2011:1)
g. A porta fechou-se atrás da mulher. ¹⁶	(RIBEIRO, 2011:242)

A pesquisa pelos mesmos verbos nos *corpora* do PB mostra que a variante não-marcada é a mais usual – ou a única usual – para tais verbos.

Em suma, nesta breve seção, procurei mostrar que, mesmo com a aparente idiossincrasia na marcação ou não-marcação de anticausativas translinguisticamente, há casos em que esses eventos são obrigatoriamente marcados nas línguas românicas. O PB destoa das demais línguas românicas nesse sentido. Esse clítico é totalmente dispensável nessas sentenças.¹⁷

¹⁴ Sentença extraída do corpus CTP (Cetem Público) por Ribeiro (2011).

¹⁵ Sentença extraída do corpus CTP (Cetem Público) por Ribeiro (2011).

¹⁶ Sentença extraída do CDP (Corpus do Português) por Ribeiro (2011).

¹⁷ Em sentenças com verbos não tão frequentes como os mostrados acima, o clítico SE pode ser encontrado. Bauab Jorge (2016) encontrou dados como os listados abaixo no *corpus* ProjetoSP2010:

- i. ... o Centro S1 se degradou né S1 agora eles estão querendo revitalizar;
- ii. 'aí deitei na rede e a rede torou-se'
- iii. S1 as moléculas de água se degeneraram

Nas seções que seguem, examino a ocorrência de SE em sentenças em que um *pro* está presente, isto é, em sentenças que denotam eventos em que se nota a presença de um participante arbitrário.

2.6.2 *Médias e passivas*

Uma observação reiteradamente feita na literatura sobre o clítico SE nas línguas românicas é a de que sentenças médias genéricas são produto de uma dada interpretação atribuída a sentenças passivas (cf. CINQUE, 1988; LEKAKOU, 2005:1; DOBROVIE-SORIN, 2006). Observe os exemplos do francês abaixo que ilustram isso:

(61) Média:

Le grec se traduit facilement.
the Greek SE translates easily
'Grego (se) traduz facilmente.'

(62) Passiva (com aspecto) habitual

Les pommes se mangent en hiver.
Apples SE eat during winter.
'Maças são comidas durante o inverno.'

(63) Passiva eventiva (com tempo especificado):

Il s'est traduit trois romans
it SE has translated three novels
'Três romances foram traduzidos.'

(DOBROVIE-SORIN, 2006:122)

Os exemplos acima mostram que médias se agrupam naturalmente com passivas habituais em francês e diferem de passivas eventivas. É possível dividir os dados acima em dois grupos com base em similaridades. As sentenças (61) e (62) parecem ter a mesma estrutura: o objeto está anteposto ao verbo, há um clítico SE e um modificador na sentença. Na sentença (63), por outro lado, o objeto está *in situ* e há um expletivo: '*Il*'.

Todavia, esses exemplos não invalidam a observação de que anticausativas, em geral, podem ocorrer sem o clítico em PB. Outra questão que deve ser levada em conta é o fato de que o ProjetoSP2010 é um *corpus* de entrevista. Os falantes cuidam mais do que falam em contextos de fala monitorada.

Há ainda mais uma semelhança entre (61) e (62): ambas as sentenças estão no ‘presente’, mas possuem distinções aspectuais. Na sentença (61), observamos o uso da forma de presente como presente genérico. Isto é, (61) é uma asserção sobre uma propriedade da língua grega que, idealmente, será tomada como verdade em qualquer situação não-genérica em que o evento de *traduzir tal língua* ocorra. Na sentença em (62), a forma do presente é usada para expressar presente habitual. Embora nenhuma distinção morfológica seja visível, não se pode dizer que, na sentença em (62), tal como na sentença em (61), uma propriedade da maçã é tomada como verdade em qualquer situação não-genérica em que o evento de *comer maçã* ocorra. Em outras palavras, não pode ser atribuída a uma maçã a propriedade de ser comida somente no inverno, por exemplo. Assim, pelo contraste com a sentença (61), percebemos que (62) é uma sentença habitual, que descreve um hábito que ocorre em dadas condições, no caso, *comer maçãs no inverno*.¹⁸ Como já estabelecido na literatura (cf. e.g. LEKAKOU, 2005:1, entre outros), médias, em línguas românicas, são sentenças passivas com um operador genérico.

Dito isso, devemos nos perguntar como seriam as médias do PB, visto que as sentenças SE-passivas são tidas como quase inexistentes nessa língua. Mais explicitamente, se a proposta de que SE-médias são SE-passivas com um operador genérico está certa e levando em conta que SE-passivas são (quase) inexistentes no PB, como derivar SE-médias nessa língua? A estrutura das médias marcadas e não-marcadas no PB será explorada com detalhes no Capítulo 4, mas, por ora, cabe ressaltar que, mesmo as médias marcadas dessa língua são diferentes das sentenças correspondentes em outras línguas românicas. Essa diferença se deve à estrutura de *pro* em PB, como antecipado na seção 2.1.

Uma primeira diferença é a concordância do verbo com o argumento interno, promovido a sujeito. Enquanto nas línguas românicas não há restrição quanto à presença de um DP plural ou singular na posição de sujeito dessas orações, no PB só um DP singular é, geralmente, licenciado nessa posição. Observe o contraste entre (64) e (65).

(64) Essa camiseta se lava facilmente.

(65) *Essas camisetas se lavam facilmente.¹⁹

¹⁸ O leitor interessado pode consultar Cinque (1988) em que alguns testes sintáticos são oferecidos para distinguir sentenças médias de passivas em italiano. Um deles é o fato de passivas nessa língua não aceitarem sentenças infinitivas e médias aceitarem-nas marginalmente.

¹⁹ Em uma primeira consulta informal a falantes nativos de PB, todos os quatro falantes consultados julgaram (65) como uma sentença agramatical. Durante a escrita da tese, entretanto, um falante julgou essa sentença boa, o que

A sentença em (65), se interpretada como possível, remete a uma interpretação reflexiva e não a uma interpretação média. Além disso, a impossibilidade de (65) pode ser atribuída à escassez – ou à agramaticalidade, para alguns falantes – de SE-passivas em PB. Assim, embora uma sentença como (66) seja possível para alguns falantes do PB, ela é restrita à fala e à escrita formais.

(66) Consertam-se brinquedos.

Nunes (1990), em um estudo que contempla tanto *corpora* escritos diacrônicos quanto um *corpus* falado sincrônico, observa que o decréscimo de uso de construções como (66) alinha-se à implantação da rigidez da ordem S-V-DP em PB. Dito de outra forma, a frequência de ocorrência de (66) diminuiu drasticamente à medida que os sujeitos se especializaram na posição pré-verbal em PB.

Com essa mudança, o DP *brinquedos* em (66) passou a ser analisado como um objeto pelos falantes e não mais como um sujeito. Prova disso é o fato de que tal constituinte não pode ser pré-verbal em PB, mas pode sê-lo em PE (cf. (67) e (68)).

(67) Os bolos comem-se. (ELISEU, 1984 *apud* NUNES, 1990:62)

(68) Essas salsichas compraram-se ontem no talho Sanzot.

(RAPOSO E URIAGEREKA, 1996:750)

Isso mostra que, no PB, diferentemente de outras línguas românicas, a formação de SE-médias e SE-passivas não parece ser coincidente. Uma diferença entre os dois tipos de evento é a de que a sentença em (64) é gramatical com um DP singular anteposto; por outro lado,

me fez perguntar sobre a boa formação de (65) para mais quatro falantes. Desses, um aceitou a sentença e três não. Interessantemente, um dos falantes disse que se tratava de hipercorreção. Os dois falantes que julgam (65) como uma boa sentença não aceitam, contudo, médias como ‘*Os bolos se comem quentes*’ e ‘*Alimentos baratos se compram naquele supermercado*’, que deveriam ser gramaticais como (65), se a possibilidade de formar médias com verbos concordando com o DP anteposto fosse, de fato, produtiva no PB. Hipotetizo, então, que a gramaticalidade de (65) para alguns falantes é fruto de escolarização. Mais especificamente, a leitura de textos formais expôs falantes a estruturas como (65), que passaram a ser consideradas como possíveis por alguns deles. Todavia, a estrutura não é produtiva porque não faz parte da gramática adquirida do PB e só se manifesta em alguns casos idiossincráticos.

sentenças com interpretação passiva não são gramaticais com um DP anteposto, como a agramaticalidade de sentenças (67) e (68) em PB pode atestar.

Pode-se argumentar que essa diferença se dá porque o DP está em uma posição de tópico em sentenças médias, mas em uma posição argumental em passivas. Isso será mais bem discutido no Capítulo 4. Como essa diferença será examinada mais adiante, o importante a ressaltar nesta seção é uma restrição para as sentenças SE-médias e SE-passivas aparentemente só encontrada em PB: **constituintes pré-verbais são inteiramente banidos em SE-passivas e SE-médias só são possíveis se o constituinte pré-verbal estiver no singular.**

Levando em conta que as construções com SE ainda existem no PB, teríamos de nos perguntar porque SE-médias teriam essa distribuição tão atípica nessa língua. Minha resposta é que isso se deve às propriedades de *pro* em PB.

Nunes (1990), ao investigar a reanálise de sentenças SE-passivas (em que o verbo concorda com o argumento interno) para sentenças SE-impessoais (em que o verbo se mantém invariavelmente no singular), defende que, além do enrijecimento da ordem S-V-DP ter contribuído para a reanálise de passivas como impessoais, a categoria *pro* em PB foi também reanalisada.

Para exemplificação de tal reanálise, levemos em conta uma sentença estruturalmente ambígua como a que vemos em (69). Sabe-se que, além da diferença quanto à concordância, sentenças impessoais são tidas como sentenças transitivas, já que clíticos acusativos podem substituir o DP pleno, como se verá na próxima seção. Como o DP *o material* se encontra no singular, a sentença pode corresponder, estruturalmente, tanto a uma sentença impessoal (em que o verbo se mantém no singular, como em (69)b quanto a uma sentença passiva (em que há concordância entre o verbo e o argumento interno, cf. (69)a.

(69) Comprou-se o material.²⁰

a. (Expl) comprou-se_{pe} [o material]_{pi}

b. pro_{pe} comprou-se_{p0} [o material]_{pi}

(NUNES, 1990:152)

²⁰ pe = papel temático externo
pi=papel temático interno
p0= papel temático zero (sem papel temático).

A representação de uma sentença passiva, em (69)a, indica a presença de um expletivo (opcional), caso o DP fique em posição pós-verbal. Nessa estrutura, SE recebe papel temático externo e o DP *o material*, papel temático interno. Em sentenças impessoais, representadas por (69), para o autor, há a presença compulsória de um *pro*, o qual recebe papel temático externo e está em cadeia com SE. A diferença entre (69)a e (69)b se daria, então, pela presença compulsória ou não de um elemento nulo que receberia nominativo. Nas passivas, haveria a presença de um expletivo, caso o DP ficasse *in situ*, ambos os constituintes recebendo caso por estarem em cadeia; nas sentenças impessoais, por outro lado, haveria a presença compulsória de um *pro* que recebe nominativo. Isso deriva o fato de que o verbo pode concordar com o DP plural, em sentenças passivas, se *pro* não estiver presente, na análise do autor, mas não pode estabelecer concordância em sentenças impessoais.

A escassez de estruturas compatíveis com uma derivação como a exposta em (69)a aponta para a reanálise de sentenças passivas em PB. Nunes afirma que essa mudança está ligada ao papel de *pro*. Mais especificamente, a reanálise de sentenças passivas como impessoais no PB seria como uma ‘gramaticalização’ de *pro* em PB como uma entidade referencial.

Esse parece ser um bom caminho de análise, mas percebe-se que, com essa explicação, não damos conta de dados de médias como os que vimos em (64) e (65), repetidos abaixo como (70) e (71). Não podemos atribuir a agramaticalidade de (71) a uma interpretação de *pro* referencial, visto que, em médias, o Agente implícito é concebido como uma entidade genérica.

(70) Essa camiseta se lava facilmente.

(71) *Essas camisetas se lavam facilmente.

Se a mesma mudança de *pro* que levou as sentenças SE-passivas a serem reanalisadas como SE-impessoais também ocorreu nas SE-médias, como explicaríamos a possibilidade de um DP anteposto ser licenciado em SE-médias somente se o DP em questão estiver no singular? Uma resposta unificada para o caso de médias, passivas e impessoais parece residir, então, nos traços de *pro*. Nos três casos, *pro* é singular. O fato de que o constituinte poder estar anteposto em médias, mas não em sentenças passivas e impessoais em PB lança a hipótese de que ele é topicalizado em tais construções. Um dado como (72) parece comprovar essa hipótese.

(72) Essa camisa, ela lava fácil.

(72) mostra, então, que a derivação de sentenças médias parece ser bem diferente em PB e em outras línguas românicas. Enquanto outras línguas românicas formariam médias a partir de estruturas passivas, o PB teria uma formação independente para sentenças médias, com um DP gerado como tópico. A estrutura das sentenças médias em PB será discutida com mais detalhes no Capítulo 4.

2.6.3 *Sentenças impessoais*

Pela proximidade com construções passivas, as sentenças impessoais já foram, indiretamente, tratadas na seção anterior. Nesta seção, resalto mais algumas de suas propriedades.

A mais notória é a de que sentenças em que o DP pós-verbal está flexionado para o plural são gramaticais se o verbo estiver no singular no PB, como a tradução de (73) indica. Tal configuração é reportada como agramatical no espanhol.

(73) Se comieron*/comió todas las paellas anoche.
Se comeram/comeu todas as paellas à noite.
'Se comeu todas as paellas ontem à noite.'

(MACDONALD, 2015:8).

Nesse quesito, o espanhol parece ser um caso extremo. No italiano, de acordo com Cinque (1989), em certos casos, há opcionalidade de concordância. Compare (74) e (75), em que o DP tema está no plural, mas a concordância do verbo com tal elemento varia.

(74) Qui si mangia spesso gli spaghetti.

Here si often eats spaghettis.

(CINQUE, 1988:554)

'Aqui geralmente se come espaguetes.'

Sentença impessoal

(75) Qui, gli spaghetti si magiano spesso.

Here spaghettis si often eat (are eaten).

(CINQUE, 1988:554)

'Aqui, geralmente, comem-se espaguetes.'

Sentença passiva

Uma diferença entre o italiano e o PB, no entanto, é o fato de a opcionalidade ser possível em todos os casos do PB, mas não do italiano.

(76) ??In Italia non si vede (sing.) molti indiani.

(77) In Italia non si vedono (pl.) molti indiani.

‘Na Itália, não se vê/veem muitos indianos.’

(CINQUE, 1988:555)

No PB falado, como se sabe, a forma sem concordância é a preferida, independentemente do tipo de verbo. Isso corrobora a visão de que a construção passiva foi reanalisada em PB, enquanto, nas outras línguas românicas, ela tem uma distribuição específica.

Em suma, no espanhol, T concorda com o constituinte pós-verbal sempre que ele estiver no plural em SE-passivas, haja vista que a construção é reportada como agramatical se o DP estiver no plural e o verbo no singular; em italiano, isso ocorre em grande parte dos casos, mas há, também, alguns casos em que a construção impessoal não é possível ou é muito marginal (cf. (76)). Há, ainda, línguas como o romeno, em que a construção impessoal não existe, somente a passiva. Em construções em que o verbo e o DP se encontram no singular, nessa língua, o DP é marcado com caso nominativo (cf. DOBROVIE-SORIN, 2006).

O PB está distante do espanhol e do italiano nesse sentido e diametralmente oposto do romeno, já que pode ser dito que só as impessoais, de fato, existem nessa língua. As passivas são estruturas congeladas mantidas na língua escrita e na fala culta monitorada.

Dito isso, é possível salientar mais uma diferença entre as línguas em que há sentenças impessoais com SE e o PB. Nessas línguas, o objeto da sentença impessoal pode aparecer cliticizado, com uma forma acusativa. Isso não ocorre no PB. Veja alguns exemplos abaixo:

(78) Espanhol

Se llamó a los bomberos para apagar el incendio

Se chamou aos bombeiros para apagar o incêndio.

‘Chamou-se aos bombeiros para apagar o fogo.’

(MACDONALD; 2015:12)

(79) *Italiano*

Qui, li si mangia spesso.

Aqui eles.ACC se come sempre.

‘Aqui se come eles(=os macarrões) sempre.’

(CINQUE, 1989:554)

(80) *PE*

%Comprou-se-os ontem.

‘Se comprou eles ontem.’

(MARTINS E NUNES, 2015:8)

Seria possível dizer que a agramaticalidade desses exemplos, quando traduzidos para o PB, se deve ao fato de que o uso dos clíticos acusativos é bastante restrito nessa língua. Como as próprias traduções dos exemplos acima evidenciam, pronomes pessoais são, muitas vezes, sincréticos no PB, mantendo a mesma forma tanto no acusativo quanto no nominativo.

Todavia, um exemplo como (81) é gramatical tanto em PE, quanto em PB, nesta última língua, em sua variedade formal.

(81) Pode-se comprá-los amanhã.

(MARTINS E NUNES, 2015:8)

Assim, muito embora não se possa dizer que DPs recebem Caso nominativo em sentenças impessoais no PB, parece haver algum fator independente que impeça a realização de clíticos acusativos nas contrapartes das sentenças de (78) a (80). No exemplo em (81), o clítico acusativo recebe Caso do *vezinho* mais baixo, ligado ao verbo ‘*comprar*’ e não do *vezinho* ligado ao verbo modal. Seja qual for a razão dessa restrição (fonológica ou sintática), parece que vemos uma restrição independente em PB: por alguma razão, dois clíticos não podem aparecer seguidamente, mas dois clíticos são licenciados se houver um elemento interveniente entre eles.²¹

21 Repare que os dois clíticos em questão seriam o SE, em seu uso impessoal, e outro clítico com outra especificação em termos de traços-phi. O fato de SE impessoal não poder ocorrer com SE reflexivo é uma restrição

Outra questão que distancia o PB de outras línguas românicas é a possibilidade de se obter a interpretação de sentenças impessoais sem a morfologia característica: SE. Esse tipo de construção é geralmente chamada de *null impersonal*, uma opção aparentemente presente em todas as línguas parcialmente *pro-drop*. Essa construção vai ser mais explorada no Capítulo 6. Observe um exemplo em (82).

(82) Não **usa** mais esse estilo de redação. (MARTINS E NUNES, 2015:14)

Por ora, basta notarmos que SE-impessoais e *null impersonals* diferem, não só na presença do SE como na presença de um *pro*. Se *pro* é o elemento responsável pela interpretação humana em sentenças com SE, como vimos defendendo, outro elemento deve ser responsável por essa interpretação em *null impersonals*, visto que essas sentenças são geralmente agramaticais se expressões adverbiais orientadas para o agente são usadas (cf. (83)) entre outros testes a serem discutidos pertinentemente.

(83) *Não usa mais esse estilo de redação com atenção.

Nesta seção mostrei os aspectos em que as SE-impessoais do PB diferem de outras línguas românicas. A variação quanto à possibilidade de clíticos acusativos é bem pequena, visto que esses clíticos parecem ter uma distribuição restrita nas línguas examinadas. A grande diferença se encontra na possibilidade de a leitura impessoal surgir sem o SE em PB, possibilidade que não se verifica em mais nenhuma das outras línguas examinadas.

comum a todas as línguas com esse clítico, como mostra a agramaticalidade do exemplo abaixo, tanto em PB quanto em PE:

*Levanta-se-se cedo neste país. (MARTINS E NUNES, 2015:4)

Em Martins e Nunes (manuscrito), essa restrição é analisada em termos de uma restrição de identidade (identity avoidance). Em termos gerais, quando há dois expoentes do clítico SE ou ME ou TE na mesma fase, a forma reflexiva do clítico, por ser a mais baixa, é deletada. Nos casos em que os clíticos estão em fases diferentes, o apagamento não ocorre.

ii. Eu pergunto-me se vou arrepender-*(me) depois. (MARTINS E NUNES, 2015:4)

MARTINS, A.M.; NUNES, J. **Co-occurrence restrictions on clitics in European Portuguese and Minimalist approaches to Control**. Ms. Universidade de Lisboa e Universidade de São Paulo. 2015

2.6.4 Sentenças reflexivas e inerentemente reflexivas

Embora a variação seja menor, é notável que sentenças reflexivas e inerentemente reflexivas também têm passado por mudanças no PB. São três as mudanças que descreverei nesta seção:

(84)

- a. perda do SE em sentenças reflexivas inerentes;
- b. uso do SE como uma marca reflexivizadora geral, que não concorda com os traços-phi do argumento externo;
- c. uso de pronomes plenos no lugar de SE.

A primeira característica é mais perceptível em dialetos em que o uso de SE em sentenças inerentemente reflexivas é inteiramente opcional, como o dialeto mineiro, por exemplo. Nesse dialeto, sentenças inerentemente reflexivas podem aparecer sem o clítico SE, sem nenhuma restrição aparente. Embora seja possível encontrar sentenças reflexivas inerentes sem SE no dialeto paulista, o uso desse clítico é mais frequente do que em MG. Isso pode ser visto na Tabela 2, em que o uso de SE em sentenças reflexivas inerentes é comparado em dois *corpora* de dados de fala, ProjetoSP2010, representativo da fala paulistana, e C-ORAL-ROM, representativo da fala de Minas Gerais.

Verbo	C-ORAL	Projeto SP 2010
Sentar	1/1 não-marcado	11/0 não-marcados
Limpar	2/2 não-marcados	---
Vestir	1/1 não-marcados	19/4 não-marcados ²²
Deitar	18/18 não-marcados	3/3 não-marcados
Espreguiçar	1/1 não-marcados	---
Formar	17/11 não-marcados	44/0 não-marcados
Suicidar	2/1 não-marcados	1/0 não-marcados
Lamentar	1/1 não-marcados	---
Resultado	43/36 não-marcados	78/18 não-marcados

²² Repare que, no caso de *vestir*, por exemplo, a porcentagem de ocorrências não-marcadas no dialeto paulista é de 21%. No entanto, em julgamentos de gramaticalidade, falantes paulistas afirmam contundentemente que não usam um verbo como '*vestir*' sem SE. Frente a esse embate, há duas opções:

- i. reflexivas inerentes não-marcadas no dialeto paulista começaram a ser usadas há pouco tempo e os falantes não têm consciência da mudança em curso, visto que ela é recente;
- ii. reflexivas inerentes não-marcadas são usadas somente por uma parte da população paulista.

Porcentagem	83 % não-marcados	14,04% não-marcados
-------------	-------------------	---------------------

Tabela 2: Reflexivas inerentes não-marcadas em dois dialetos do PB

O que essa pequena amostra parece sugerir é que, no dialeto mineiro, sentenças reflexivas inerentes não-marcadas já são concebidas como possíveis por um grande número de falantes (ou quase todos eles), enquanto no dialeto falado em SP, tendo a capital do estado como representativa dessa variedade, essa é ainda uma opção que varia de falante para falante.

Os dois dialetos em questão, todavia, não divergem quanto ao empobrecimento do SE – a possibilidade de que ele não concorde em traços-phi com o argumento externo – quando em sentenças reflexivas ou reflexivas inerentes. Assim, embora uma sentença como (85) ainda soe marginal para falantes escolarizados, (86) é frequentemente falada por esses mesmos falantes.²³

(85) Eu se diverti.

(86) Nós se encontramos lá.

Isso nos mostra que, embora SE em contextos reflexivos seja mais usado do que em contextos não-reflexivos, há também um enfraquecimento nessas formas. Outros contextos podem ser explorados para mostrar esse enfraquecimento. Anáforas de longa distância, isto é, que cruzam uma sentença, são possíveis em PE, como se vê em (87).

(87) Maria soube diretamente do João que alguém tinha falado mal de si.

(MENUZZI E LOBO, 2015:8)

Uma sentença como (87) é agramatical em PB. Todavia, como apontado por Menuzzi e Lobo (2015), anáforas de longa distância são possíveis em PB em alguns contextos. Um deles é se a anáfora estiver em uma oração infinitiva e/ou tiver como antecedente um quantificador como *ninguém*, que desfavorece a presença de um pronome pleno.

²³ Essa é a minha própria intuição, mas encontrei-a também, de forma indireta, em Menuzzi e Lobo (2015). Nesse trabalho, várias formas pronominais do PB e do PE são comparadas, incluindo-se a anáfora SE. De acordo com os autores, enquanto no vernáculo do PE, as formas anafóricas disponíveis são: *me*, *te*, *se*, *nos*, no vernáculo brasileiro, elas seriam somente *me* e *se*. Repare, então, que, para o falante médio, a opção de usar SE quando o antecedente é 1ª pessoa do singular parece marginal.

(88) Ninguém jamais ouviu falar mal de si ??*dele*. (MENUZZI E LOBO, 2015:9)

Por último, outro indício de que sentenças reflexivas e reflexivas inerentes estão também passando por um processo de mudança é a possibilidade de pronomes plenos estarem ligados em alguns contextos no PB. (89) e (90) ilustram a possibilidade dessa ligação com verbos de percepção quando um PP está presente.

(89) João_i viu ele_i *(na TV).

(90) João_i ouviu ele_i *(no rádio).

Verbos que não fazem parte dessa classe não parecem tolerar essa ligação. Veja abaixo exemplos de Menuzzi e Lobo (2015:6). Somente uma anáfora complexa como *ele mesmo* e SE são licenciados com esses verbos.

(91) Pedro *se* reconheceu/desenhou/criticou. (MENUZZI E LOBO, 2015:6)

(92) Pedro reconheceu/desenhou/criticou *ele mesmo*. (MENUZZI E LOBO, 2015:6)

(93) *Pedro reconheceu/desenhou/criticou *ele* (MENUZZI E LOBO, 2015:6)

Menuzzi e Lobo (2015) acreditam que as diferenças entre PB e PE no que diz respeito a contextos anafóricos se devem ao fato de formas do SE terem pouca especificação em PB. Portanto, para que elas sejam usadas, a ligação deve ocorrer em um contexto bastante local. Isso explica os poucos contextos em que anáforas de longa distância são licenciadas em PB. Em contraste, em PE, a ligação pode ocorrer em contextos de longa distância, portanto essas formas, nessa língua, são mais especificadas.

2.7 Conclusão do capítulo e o escopo empírico desta tese

Neste capítulo, fiz um rápido mapeamento da distribuição do clítico SE em sentenças das línguas românicas. Por meio de contrastes, mostramos também que o PB difere bastante das outras línguas no que diz respeito à ordem e à produtividade de construções com SE. Isso se deve às propriedades de *pro* em PB, em construções nas quais SE tem leitura arbitrária. O Quadro 3 sumariza os principais fatos discutidos.

	Evento em PB	Evento em outras línguas românicas
Anticausativas	Podem aparecer sempre não-marcadas (cf. Tabela 1. Marcação de verbos anticausativos)	Algumas são, obrigatoriamente, marcadas (cf. (59))
SE-médias	O DP pré-verbal não concorda com o verbo (cf.(65))	O DP pré-verbal concorda com o verbo (cf. (39))
SE-impessoais	Atribuição de Caso acusativo somente em alguns contextos (cf.(81))	Atribuição de Caso acusativo não é restrita (cf.(78), (79) e (80)).
SE-passivas	DP é sempre pós-verbal (cf.(66))	DP pode ser pré-verbal (cf.(67), (68) e (62)).
SE-reflexivas	Não precisam concordar em traços-phi com o argumento externo (cf.(94))	Concordam em traços-phi com o argumento externo ((94) é agramatical).

Quadro 3:SE-sentenças em PB e em outras línguas românicas

Ademais, as discussões apontaram para a possibilidade – em quase todos os casos – de uma realização alternativa para as sentenças. O que se pode perceber, a partir do exame de dados, é que SE quase nunca é realizado quando ele não tem nenhuma função de participante no evento, e.g. em anticausativas. Quando SE se junta a um *pro* para ter a leitura arbitrária, sua presença, embora também variável, ainda é notada. Por último, contextos reflexivos parecem ser aqueles em que a presença do SE é também variável, mas ‘mais firme’ do que em sentenças dos tipos acima mencionados. Isso, naturalmente, levanta a questão de como se dá essa distribuição assimétrica. Aqui, vou esboçar hipótese para essa distribuição, levando em conta que essa distribuição escassa do SE em PB é ligada à mudança de marcação quanto ao parâmetro *pro-drop*.

SE é tradicionalmente analisado como uma anáfora em vários trabalhos, mas a sua presença em contextos em que essa marca não seria complemento de um verbo (como em sentenças impessoais, passivas e médias) mostra que tal clítico não é uma anáfora por excelência. Assim, essa forma não precisa ser analisada como contendo Caso acusativo. Ela parece ser, na verdade, o *spell-out* de um elemento pronominal com poucos traços-phi que receberá sua denotação em virtude da posição em que se encontra na sentença (cf. KRATZER,

2009; BRITTO, 2009 para o PB). Sendo esse o caso, essa forma deveria ser analisada como constituída de um ou mais traços-phi interpretáveis (como os pronomes geralmente são analisados). Assim, levando-se em conta os contextos de distribuição de SE, parece precipitado tratar esse elemento como uma anáfora e, a partir disso, derivar seu uso em contextos em que ele seria um argumento externo. O que parece mais adequado é tratar SE como se fosse um pronome, mas com menos traços-phi do que pronomes referenciais. Então, o uso desse elemento como uma anáfora é uma consequência dessas propriedades de especificação desse clítico, mas tal elemento não estaria inerentemente associado a uma função anafórica e ao Caso acusativo.

Se esse for o caso, uma pergunta que imediatamente se põe é: mas como a especificação de traços-phi pode variar em contextos reflexivos? Isto é: como é possível que tenhamos formas como *Nós nos amamos*, em que o argumento externo (*Nós*) e o argumento interno (*nos*) tem a mesma especificação quanto a traços-phi?

Dados como esse, de fato, fomentam a suspeita de que a operação de *Agree* ocorre entre o argumento externo e o argumento interno; então a ideia de que SE já nasce com traços-phi especificados, como pronomes, parece errônea. Entretanto, é possível manter essa hipótese ao examinar dados como (94). Se SE entra em uma relação de *Agree* com o argumento externo, por que essa relação falharia em (94)?

(94) Eu se machuquei.

Uma alternativa para dar conta de dados como (94) é assumir uma teoria de pronomes como a esboçada em Kratzer (2009). Essa autora menciona línguas como o russo, em que pronomes reflexivos não fazem nenhuma distinção de número ou gênero, independentemente do tipo de pronome que se encontre na posição de argumento externo. Nesses casos, a língua não tem traços-phi disponíveis para *vezinho* e somente um traço reflexivo é transmitido para os traços-phi na posição de complemento de V. Isso é precisamente o que parece estar ocorrendo com o PB.

Embora SE tenha a mesma forma em suas versões nominativa e acusativa, elas são fruto de relações diferentes com núcleos funcionais. SE como núcleo de *Voice* é o *spell-out* de um traço-phi; já SE como complemento do verbo pode também ser o *spell-out* desse mesmo traço-phi, mas é também a assinatura de reflexividade de *vezinho* (KRATZER, 2009). Caso a língua possua traços-phi em *vezinho*, essa forma pode coincidir em traços-phi com o argumento

externo. Se a língua não possuir esses traços, ela será, tão somente, a assinatura de reflexividade de *vezinho*.

Assim, essas formas parecem se manter mais em sentenças reflexivas porque o PB ainda não tem um candidato alternativo para anáfora, embora pronomes plenos e anáforas complexas sejam bons candidatos, como os dados acima mostraram. Todavia, como os exemplos também mostram, as sentenças reflexivas em PB podem ser formadas somente com a assinatura reflexiva, sem que *vezinho* entre com traços-phi na derivação, o que já caracteriza também uma mudança no padrão de reflexivização do PB com relação às outras línguas românicas.

A direção de mudança que se observa, então, é, primeiramente, o desaparecimento de SE, em contextos em que esse elemento está em *Voice*, mas não tem nenhum papel no evento, como em anticausativas. Em seguida, percebe-se a afetação de eventos em que SE e *pro* são responsáveis por derivar um participante arbitrário do evento (passivas, médias e impessoais) e, em menor escala, contextos em que SE é usado para reflexivização são também afetados. Esses últimos eventos são menos afetados porque SE é ainda a assinatura reflexiva de *vezinho*.

Nesta tese, optamos por estudar os contextos de mudança de eventos nos dois primeiros grupos: anticausativas, em que SE é o núcleo de *Voice*, e médias, impessoais, em que SE, juntamente com *pro*, deriva a interpretação arbitrária. Esses são os contextos em que a perda do SE e a reestruturação do sistema, por conta disso, estão a pleno vapor. Ademais, nesses três casos, SE é o núcleo da projeção de *Voice*, o que suscita a questão sobre alguma similaridade na perda do SE nas três eventualidades mencionadas.

Nos capítulos seguintes, serão comparadas as eventualidades citadas quando SE é manifesto e quando não é para mostrar que a estrutura dessas eventualidades mudou com a perda do SE e, conseqüentemente, de *pro*.

3. ANTICAUSATIVAS NO PB

3.1 Introdução

Neste capítulo, a estrutura de sentenças anticausativas com e sem o clítico SE (anticausativas marcadas e não-marcadas) é investigada. Se a hipótese de que as sentenças anticausativas não possuem um *pro*, delineada no capítulo anterior, está correta, espera-se que nenhuma diferença significativa seja encontrada entre anticausativas marcadas e não-marcadas no PB. Essa predição se confirma quando os dois grupos de sentenças são submetidos a testes como: ambiguidade de leituras com o advérbio *de novo* e adjuntos de causa. Os testes mostram que a perda do SE em anticausativas em nada afeta a estrutura sintática desse tipo de evento como era de se esperar, visto que SE não tem papel de participante nessas sentenças.

Anticausativas e médias foram objeto de intensos debates em torno de sua estrutura. Por isso, neste capítulo, apresento alguns desses debates sobre anticausativas e, ao final, faço conjecturas a respeito de como o estudo feito aqui pode ajudar a esclarecer em qual componente da gramática esse tipo de sentença se forma e qual será a estrutura correta para ela.

3.2 Grandes linhas de tratamento de sentenças anticausativas

De um ponto de vista ateuórico, se isso for possível, a alternância causativa é um fenômeno muito simples que pode ser definido da seguinte maneira: um verbo X em uma língua Y aparece em duas estruturas sintáticas diferentes, uma transitiva e uma intransitiva. Na primeira estrutura sintática, estão expressos *quem ou o que fez/causou a ação* e *quem ou o que sofreu essa ação*. Na segunda, somente *quem ou o que sofreu a ação*. Um exemplo dessa alternância no PB é dado abaixo:

(1) João quebrou o vaso.

Sentença transitiva

(2) O vaso quebrou.

Sentença intransitiva

A forma intransitiva, que aparece no exemplo (2), é aqui chamada de anticausativa.¹ Para qualquer corrente que trate da geração dessas sentenças, a sentença anticausativa é aquela à qual falta um argumento externo.

Todavia, não é o caso de se pensar que esse argumento externo está implícito nessas sentenças. Vimos, no capítulo 2, que os argumentos implícitos de um verbo podem ser de variadas formas. Categorias do tipo *pro* e PRO raramente representam adequadamente as microvariações entre estruturas que têm argumentos implícitos. No entanto, anticausativas não passam em nenhum dos testes que acusariam a presença de qualquer tipo de agente implícito, como os exemplos abaixo mostram.² Ademais, essas estruturas aceitam adjuntos como ‘*sozinho*’, que indicam que a ação descrita pelo verbo ocorreu sem que uma causa específica a promovesse.

- (3) O navio afundou *pelo João/*pelo furacão. (*agente da passiva)
- (4) O navio afundou *para conseguir o seguro. (*oração de propósito)
- (5) O navio afundou *deliberadamente. (*advérbios orientados para agente)
- (6) O navio afundou sozinho.³ (*by itself*)

Sentenças anticausativas, então, não envolvem um agente. Entretanto, uma vez que sentenças anticausativas fazem parte de uma alternância, como a que vimos em (1) e (2), esse fenômeno aparentemente simples levanta uma série de questões quando se propõe um tratamento teórico para ele. Dentre elas:

- a) Qual sentença é a básica em um par como o que vimos em (1) e (2)?
- b) O que peças morfológicas podem nos dizer sobre a direcionalidade da alternância ou sobre as características dos verbos que alternam?
- c) Qual é o ingrediente do verbo (da sentença/da estrutura) responsável pela alternância?

¹ Vou usar o termo *causativas* me referir a sentenças como (1) e *anticausativas* para me referir a sentenças como (2). Esse termo privilegia os aspectos semânticos dessas sentenças. Note, todavia, que, às vezes, será necessário abordar essas sentenças de um ponto de vista puramente estrutural e termos como transitivas e inacusativas podem ser usados para (1) e (2), respectivamente.

Esses mesmos termos estruturais são usados quando falo de sentenças transitivas e inacusativas em geral, as quais não precisam ser, necessariamente, causativas e anticausativas.

² Testes inspirados na discussão presente nas páginas 20 e 21 de Alexiadou, Anagnostopoulou & Schaefer (2015).

³ Uma tradução mais adequada para *by itself* é *por si só*, que opto por não usar porque soa muito formal em PB. Em vez desse adjunto, utilizo *sozinho*, uma expressão que facilmente evoca a ideia de *sem causa particular* e é mais corriqueira na linguagem cotidiana. Já me foi sugerido o uso de *do nada*, termo que não adoto nesse contexto, porque equivale, muitas vezes, a *de repente*. Algo que acontece de repente não necessariamente acontece sem a promoção de uma causa, por exemplo, *João limpou a casa do nada*.

- d) Por que alguns verbos podem ter Agentes e Causas como argumento externo, outros, só Agentes, e ainda outros, só Causas?
- e) Essa distinção entre papéis temáticos do argumento externo é relevante?
- f) Por que há um conjunto de verbos mais ou menos constante que alterna em várias línguas?
- g) Por que algumas línguas possibilitam a alternância de alguns verbos a mais do que aqueles pertencentes ao conjunto, e outras não permitem que todos os verbos do conjunto participem dessa alternância?
- h) O que é a morfologia das sentenças anticausativas?

Essas questões são sempre debatidas, mesmo que uma ou outra ganhe mais destaque na literatura em uma certa época. A revisão teórica que buscaremos fazer aqui mostrará a resposta de, pelo menos, três grupos de autores para essas questões.

3.2.1 Levin & Rappaport

Uma das abordagens mais conhecidas para a alternância causativa é a que foi proposta por Beth Levin & Malka Rappaport Hovav (ou vice-versa) em uma série de trabalhos. As ideias mais conhecidas das autoras são as expressas em Levin & Rappaport (1995), que são sumarizadas abaixo:

- A sentença causativa é a básica. A morfologia que algumas línguas apresentam em sentenças anticausativas mostra que esse tipo de sentença deriva da causativa. Verbos transitivos com grande variedade de tipos de argumentos externos (Agentes, Instrumentos e Causas) são aqueles que alternam. O argumento externo desses verbos é suprimido na estrutura conceitual e as sentenças se transformam em anticausativas (incoativas, para as autoras).
- Os verbos podem ser divididos em dois tipos: internamente causados (como se os próprios argumentos dos verbos tivessem propriedades que causam a mudança de estado) e externamente causados (que têm uma força externa provocando a mudança).

Interessantemente, as autoras revisaram algumas dessas assunções no curso de seus trabalhos. Em Rappaport & Levin (2011), por exemplo, elas apresentam uma proposta em que,

pelo menos para o inglês, as anticausativas seriam as básicas. A sentença causativa apareceria por causa de dois outros fatores: Condição de causação direta (*Direct causation condition* – DCC) e Condição de continência apropriada (*Proper containment condition* – PCC), explicitadas abaixo. A aplicação dessas regras ficará mais clara ao longo da discussão.

- **DCC:** uma raiz que seleciona um único argumento pode ser expressa em uma sentença com um verbo transitivo se o sujeito representa uma causa direta da eventualidade expressa pelo verbo e seu argumento.

(RAPPAPORT & LEVIN, 2011:15)⁴.

- **PCC:** Quando uma mudança de estado é apropriadamente contida dentro de um ato causador, o argumento que representa esse ato deve ser expresso na mesma sentença que o verbo que descreve a mudança de estado.

(RAPPAPORT & LEVIN, 2011:16).⁵

Ao revisitar a alternância causativa no inglês, as autoras partem de uma das generalizações mais conhecidas (relacionada à questão ((d) acima), nomeadamente, a que sugere que verbos que têm argumentos externos com papel temático Agente não alternariam. Essa assunção parte de uma ideia muito razoável sobre “a categorização dos eventos”: a variante anticausativa não estaria disponível para verbos que expressam um evento que dependa de um Agente para acontecer. Contudo, como as próprias autoras mostram, essa forma alternante pode, sim, estar disponível. Veja os exemplos abaixo:

(7) My son wanted to annoy me, so he threw my precious vase against the wall and it broke.

(8) Meu filho queria me irritar, então ele jogou meu vaso_i precioso contra a parede e ele_i quebrou.

(9) Sally kept tugging on the door until it finally opened.

Sally continuou puxando a porta_i até que ela_i finalmente abriu

(RAPPAPORT & LEVIN, 2011:9)

⁴ No original: “The Direct Causation Condition: A single argument root may be expressed in a sentence with a transitive verb if the subject represents a direct cause of the eventuality expressed by the root and its argument.”

⁵ No original: “The Proper Containment Condition: When a change of state is properly contained within a causing act, the argument representing that act must be expressed in the same clause as the verb describing the change of state.”

Em português, além dos casos da alternância agentiva, que discutirei no Capítulo 5 deste trabalho, há também sentenças que expressam eventos em que, claramente, só um agente poderia fazer algo aparecem na forma anticausativa, como em (10):

(10) As inscrições já abriram.

Mais problemas sugerem a necessidade de revisitação da alternância causativa, quando as autoras mencionam os verbos internamente causados, aqueles que são tidos como não-alternantes em Levin & Rappaport (1995). Pesquisas com *corpus* como as conduzidas por McKoon & MacFarland (2000), entretanto, demonstraram que esses verbos participam da alternância causativa. Tanto esse trabalho, quanto as revisitações de Levin (2009), Rappaport & Levin (2011), Alexiadou (2014), entre outros, mostram que verbos internamente causados, quando em sentenças causativas, só ocorrem com Causas como argumentos externos, Agentes não sendo licenciados:

(11) Early summer heat blossomed fruit trees across the valley.

O calor do início do verão floresceu os pomares no vale.

(12) Salt air and other common pollutants can decay prints.

Maresia e outros poluentes comuns podem decair marcas (impressas).

(13) Raindrops selectively erode clay particles.

Gotas de chuva podem erodir partículas de argila.

(14) The onset of temperatures of 100 degrees or more, on top of the drought,

O início de temperaturas de 100 graus ou mais, no auge da estação seca,
has withered drops.

murchou as gotas.

(RAPPAPORT & LEVIN, 2011:11)

Como as autoras apontam, exemplos como esses desfavoreceriam a generalização que fizeram no trabalho de 1995 de que a sentença causativa é a básica. Com base nesses dados, as autoras formulam a DCC, apresentada acima, que descreve condições sob as quais uma Causa, do tipo daquelas encontradas nos exemplos de (11) a (14), pode aparecer. Por causa direta, nesses contextos, com base em Wolff (2003), as autoras especificam que:

Causação direta se verifica entre o causador e o resultado final em uma corrente causal: (1) se não há nenhuma entidade intermediária no mesmo nível de granularidade como Causa inicial ou Causa final, ou (2) se alguma entidade intermediária que está presente pode ser concebida como uma condição facilitadora e não uma Causa interveniente.

(WOLFF, 2003:4-5)⁶

Para as autoras, essa é uma condição que explica, muito bem, a relação entre o argumento interno e o argumento externo do verbo em sentenças causativas. Não são todas as combinações de verbos com argumentos internos que levam à alternância. Os exemplos abaixo mostram que *open* não alterna se o objeto for *jar*, por exemplo. Para abrir um pote, é geralmente necessário aplicar uma força contínua sobre a tampa. Assumindo que o pote esteja, de fato, vedado, é improvável que uma Causa como vento ou mesmo um terremoto abram o pote. Em contraste, uma janela pode abrir mais facilmente se o vento soprar.

(15) The window opened.

(16) *The jar opened.

(RAPPAPORT & LEVIN, 2011:25)

Além disso, essa seria uma boa condição para explicar as sentenças de (11) a (14), mostradas acima, que só podem ocorrer com uma Causa como argumento externo. Crucialmente, verbos internamente causados podem ter um evento na posição de argumento externo porque esses eventos independentes *o calor do início do verão*, em (11), *a maresia e poluentes* em (12), etc. – são vistos como facilitadores dos eventos descritos pelo verbo. Sentenças como as que vemos de (11) a (14) são, assim, um interessante exemplo da parte (2) da ideia de causação direta de Wolff (2003), apresentada acima. A título de exemplificação, consideremos a tradução de (11): *O calor do início do verão floresceu os pomares no vale*. Os pomares vão, inevitavelmente, florescer devido a alguma propriedade inerente ao pomar, mas, como é observado que o calor do início do verão facilita essa ação, tal evento pode ser conceitualizado (usando a terminologia das autoras) como um argumento externo.

À DCC, é acrescida mais uma condição na revisão sobre a alternância causativa em inglês, nomeadamente, a PCC, vista anteriormente. Tal condição explicaria porque o verbo *clear*, de acordo com o contexto abaixo, não alternaria, uma vez que o balcão só pode ser limpo

⁶ No original: “Direct causation is present between the causer and the final causee in a causal chain (1) if there are no intermediate entities at the same level of granularity as either the initial causer or final causee, or (2) if any intermediate entities that are present can be construed as an enabling condition rather than an intervening causer.”

por alguém, o que requer que o argumento que inicia a mudança de estado nesse objeto seja expresso:

(17) a. The waiter cleared the counter.

b. *The counter cleared. (RAPPAPORT & LEVIN, 2011:22)

Essas duas condições, mais do que explicitar características de verbos que alternam, explicitariam sob que condições conceituais verbos internamente causados podem aparecer em sentenças causativas. São elas: a Causa, que é o argumento externo, seria o desencadeador mais direto da ação e verbos normalmente tidos como agentivos não podem alternar, porque a mudança de estado está contida dentro de um ato causador.

Do ponto de vista descritivo, o trabalho das autoras é adequado. Entretanto, mesmo se considerarmos esses critérios conceituais como linguisticamente relevantes, eles não nos parecem suficientes dado que, mesmo nas línguas em que, por exemplo, essa DCC se aplica, pode haver diferenças na estruturação sintática. Observe o dado abaixo, do grego, em que um clítico é necessário para que verbos internamente causados apareçam com uma causa como argumento externo.

(18) I gimnastiki tin adinatise tin Maria
Sports cl-her thined-3sg Mary-acc
'Os esportes CL emagreceram a Maria'

(ALEXIADOU, 2006:7)

Clíticos também aparecem em sentenças transitivas no grego, quando inergativos são causativizados:

(19) Me perpatise se meri pu ixame agapisi.
me walked-3s to places that had-1p loved
Ele me andou (lit.) para os lugares que nós amamos.

(20) I Olimpiaki mas taksidhevi se olo ton kosmo.
the Olympic us travel-3s to whole the world

Olympic Airways nos viaja (lit.) pelo mundo todo. (ALEXIADOU, 2006:7)⁷

É curioso que verbos internamente causados (inacusativos) e verbos inergativos necessitem de clíticos quando causativizados, já que são classes diferentes. Dessa maneira, o trabalho de Rappaport & Levin (2011) é uma boa indicação de como se dá a interpretação das sentenças causativas/anticausativas, mas não se interessa pela correlação dessa interpretação com a sintaxe do inglês ou de outras línguas em que os fenômenos em questão estejam em discussão.

Nas próximas seções, resenhamos trabalhos de autores que levam em conta propriedades sintáticas na abordagem da alternância causativa.

3.2.2 Hale & Keyser (2002)

A teoria de Hale e Keyser (2002) (H&K, daqui em diante) sustenta que a estrutura argumental é determinada por dois fatores concorrentes: propriedades lexicais e estruturas sintáticas em que determinados itens lexicais podem ocorrer. Para os autores, uma teoria de estrutura argumental deve se preocupar com essa relação e não relegar a interpretação da estrutura somente à interface, uma clara crítica a algumas correntes minimalistas.

Com base nesse preceito de que as diferenças de estrutura argumental estão relacionadas a propriedades lexicais e estruturas sintáticas, os autores identificam quatro estruturas nas línguas do mundo, esquematizadas em (21). Essas estruturas se referem à relação entre os verbos e seu(s) argumento(s) interno(s). O argumento externo é inserido na sintaxe, refletindo estudos de que esse tipo de argumento não é dependente só do verbo, mas da combinação desse elemento com o seu argumento interno.⁸ Em tese, todas as línguas têm essas quatro estruturas.

(21) Os tipos estruturais de estrutura argumental lexical

⁷ ALEXIADOU, A. http://www.diffusion.ens.fr/bonus/2006_09_22_alexiadou.pdf. Hand-out apresentado no Ealing 2006.

⁸ Perceba as diferenças de interpretação do argumento externo nas sentenças *João tomou um porre* e *João tomou um tapa*

(H&K:13)

Entre as quatro estruturas acima, a que merece menção nesta tese é a diádica composta, (21)b, aquela em que entram os verbos que participam da alternância causativa. A estrutura diádica composta é ilustrada por meio dos seguintes exemplos para o inglês:

(22) i. The leaves turned red.

As folhas ficaram/ se tornaram vermelhas

ii. The cold turned the leaves red.

O frio tornou as folhas vermelhas.

(23) i. The coconut split open.

O coco se partiu aberto.

ii. The blow split the coconut open.

O vento partiu o coco aberto/ O vento partiu o coco e ele ficou aberto.

(24) i. The liquid froze solid.

O líquido se congelou sólido.

ii. We froze the liquid solid.

Nós congelamos o líquido sólido = Nós congelamos o líquido e ele

ficou sólido.

(H&K:8)

Por meio desses exemplos, percebemos que a estrutura que abrigará os verbos alternantes terá de dar conta do fato empírico de que esses verbos ocorrem em sentenças transitivas (=causativas) e inacusativas(=anticausativas). A estrutura para esse tipo de verbo, chamada, como vimos, de diádica composta, é a que se encontra abaixo:

Cabe ressaltar que o elemento que está na posição de complemento de V, na estrutura (25), pode ser de qualquer categoria – muito embora, H&K não formalizem isso. O que os autores sugerem é que, em línguas como o inglês, esse elemento tem características adjetivais, mas isso não é, necessariamente, verdade, translinguisticamente. Para simplificação do texto, chamo esse elemento de adjetivo, como os próprios autores fazem inúmeras vezes no decorrer do livro.

Na estrutura diádica composta, V e A(P) estão em uma relação parasítica. Isto é, o adjetivo satisfaz o requerimento seletional do verbo e o verbo, por sua vez, oferece uma posição estrutural para que a predicação do adjetivo seja possível. Isto é, como o adjetivo precisa de uma entidade com a qual estabelece uma relação (*o menino bonito, o santo homem*, etc), o verbo provê, estruturalmente, uma posição para que essa entidade se realize.

A estrutura em (25), todavia, só dará conta das sentenças inacusativas (=anticausativas) da alternância, como se vê abaixo:

A solução é adicionar mais uma camada verbal à estrutura, para que se derive a sentença transitiva. A estrutura da sentença transitiva (=causativa) passa, então, a ser como em (27):

Como os autores consideram a sentença intransitiva a básica, a estrutura transitiva só pode ser gerada se o verbo da sentença intransitiva subir a V₁. Isso acontece por meio de uma

operação que os autores chamam de *conflation* e que é definida como um tipo de incorporação. A operação de *conflation* para gerar uma estrutura transitiva a partir de uma intransitiva na diádica composta partiria do seguinte postulado:

Nós adotamos a hipótese de que o núcleo verbal mais alto em (21) [=minha representação (27)] é vazio. Na realidade, dada a nossa proposta geral, esse deve ser o caso, já que a configuração envolvida aqui é construída a partir de uma subestrutura intransitiva nucleada por *turn* [no caso de *the leaves turned red*, JC], o único núcleo verbal realizado. O núcleo acima, membro da classe de núcleos monádicos, não é realizado fonologicamente em separado. Digamos, informalmente, (...) que o núcleo V₁ tem uma matriz fonológica nula. Assumamos, também, como um princípio geral, que uma matriz fonologicamente nula deva ser eliminada da representação morfossintática das sentenças. Assumimos que isso é feito por *conflation*. *Conflation* pode ser um tipo específico de incorporação, uma versão especial da Regra de Movimento de Núcleo (Travis, 1984; Baker, 1988; mas veja capítulo 3), de acordo com a qual a matriz fonológica de um complemento toma o lugar da matriz fonologicamente nula que a governa. (H&K:11)⁹.

Tendo esse paradigma geral em vista, posso, agora, fazer algumas considerações sobre a proposta. Percebemos que, embora a sentença intransitiva seja a básica, um núcleo verbal vazio tem de ser postulado para que a sentença transitiva seja formada. Além disso, uma operação como *conflation* faz uso de núcleos vazios ou fonologicamente defectivos – como no caso dos deadjetivais, por exemplo – quando, na verdade, há propriedades definitórias que diferenciam um adjetivo de um verbo. Essas propriedades definitórias seriam adquiridas pelo adjetivo somente com a incorporação em uma matriz fonológica nula de um verbo?

Além do mais, alguns exemplos dos próprios autores podem colocar em xeque a existência de *conflation*, como as estruturas da língua Warlpiri abaixo:

- (28) wiri big
(29) wiri-jarri become big
(30) wiri-ma cause to become big

(HALE & KEYSER, 1998:92 *apud* GARBODEN, A. & LEVIN, B. 2005:186)

⁹ No original: “We have adopted the hypothesis that the upper verbal head in (21) is empty. In fact, given our general proposal, this must be the case, since the configuration involved here is built upon the intransitive substructure headed by *turn*, the sole overt verbal head. The upper head, a member of the monadic class of heads, is not separately realized phonologically. Let us say—perhaps only informally, but nonetheless conveniently for our expository purposes—that the upper head, V₁, has an empty phonological matrix. And let us assume further, as a general principle, that an empty phonological matrix must be eliminated from the morphosyntactic representation of sentences. This is accomplished, we assume, through *conflation*. *Conflation* may be a specific kind of incorporation, conforming to an especially strict version of the Head Movement Constraint (Travis 1984; Baker 1988; but see chapter 3), according to which the phonological matrix of a complement replaces the empty matrix of the governing head.”

No espírito da análise de H&K, essas expressões teriam, possivelmente, a seguinte análise: em (29), *wiri* representa a raiz que faz *conflation* com o núcleo que a governa (*jarri*) e forma um núcleo verbal inacusativo; em (30), *wiri* também é um núcleo adjetival que faz *conflation* com o núcleo verbal que o governa (nesse caso, nulo) e em seguida com o núcleo V₁ (*ma*). Uma análise como essa parece levantar uma série de questões: (a) por que, em tal língua, para a formação de inacusativas o núcleo V₂ é aberto (*jarri*) e, para a formação de causativas, não? Como definiremos o limite de um núcleo fonologicamente defectivo dado que, em (29), *jarri* não parece ser fonologicamente defectivo?

Essas questões parecem trazer evidências de que, em (29) e (30), temos duas formações independentes, sem *conflation*. Partindo desse pressuposto, cada uma delas seria estruturada da seguinte maneira:

Com base nisso, o fato de, no inglês, vários adjetivos, verbos e nomes terem a mesma forma fonológica, um dos argumentos a favor de *conflation* usado por H&K, se deve ao fato de que essa língua pode não ter expoentes fonológicos para os categorizadores *a*, *v* e *n*. Portanto, em vez de *conflation*, posso assumir que a forma fonológica de *clean* (*v*) e *clean* (*adj*) é a mesma porque esses categorizadores não têm expoente fonológico. Observe as representações:

¹⁰ Essa é, obviamente, uma representação simplificada, já que NP é a projeção máxima do nome *wiri*. A não ser quando necessário, não desmembrarei a estrutura interna de projeções máximas.

Com base nessa hipótese de que há estruturas independentes para sentenças inacusativas e causativas e que o significado dos verbos é composto pela interação da raiz com núcleos funcionais, passemos à próxima seção, em que os trabalhos de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006) é discutido.

3.2.3 Alexiadou, Anagnostopoulou e Schaefer

Alexiadou, Anagnostopoulou e Schaefer, doravante AAS, apresentam uma abordagem parecida com a que encerramos a seção passada. Para os autores, as sentenças causativas e anticausativas são derivações independentes e, comparando sentenças anticausativas com passivas, os autores pretendem mostrar a plausibilidade dessa ideia. Consideremos, primeiramente, o trabalho de 2006 dos autores.

Um dos primeiros argumentos dos autores é o de que há tanto línguas em que anticausativas são marcadas, quanto línguas em que causativas são marcadas. Nos exemplos em (29) e (30), da língua Warlpiri, vimos que, na mesma língua, os dois tipos de sentenças podem ser marcados. Então, se assumirmos que a construção desses eventos é uniforme nas línguas que os apresentam, como os autores que tratam desse fenômeno geralmente assumem, não há evidência translinguística para a dependência da sentença causativa em relação à anticausativa, ou vice-versa.

Ademais, as duas visões devem enfrentar o problema de que há sentenças causativas sem uma contraparte anticausativa em várias línguas e sentenças anticausativas sem contraparte causativa.

Outro problema apontado é o de restrições seletoriais. Alguns verbos, em algumas línguas, só alternam com determinada classe de objetos. Observe os exemplos abaixo, de AAS (2006):

- (35) He broke his promise / the contract / the world record.
 Ele quebrou sua promessa/o contrato/ o recorde mundial.
 ‘Ele quebrou a sua promessa/ o contrato/ o recorde mundial.’
- (36) *His promise / the contract / the world record broke.¹¹
 *Sua promessa/*seu contrato/ *o recorde mundial quebrou.
- (37) He broke the vase.
 Ele quebrou o vaso.
 ‘Ele quebrou o vaso.’
- (38) The vase broke.
 O vaso quebrou.
 ‘O vaso quebrou.’ (AAS, 2006:180)

Em seguida, para trazer mais evidências contra as abordagens lexicalistas,¹² em especial, para a de detransitivização, os autores discutem a distribuição de PPs. Como se sabe a partir da discussão presente na literatura, anticausativas aceitam PPs que expressam Causa ou Instrumento¹³, enquanto as sentenças passivas aceitam PPs com qualquer papel temático. Um argumento interessante trazido pelos autores é o de que, se sentenças anticausativas são fruto de detransitivização, os PPs deveriam corresponder aos argumentos externos das sentenças causativas que foram detransitivizadas. Explicando de outra forma: se o fato de detransitivizar uma sentença deixa disponível um operador, que remete ao argumento externo suprimido, esse operador deveria poder ser recuperado por PPs com qualquer tipo de papel temático, não só com Causas. Assim, se assumimos que (40) vem de (39), o PP *from Mary* na primeira sentença deveria ser possível, mas não é.

- (39) Mary opened the door.
 Maria abriu a porta.
 ‘Maria abriu a porta.’
- (40) *The door opened from Mary.
 *A porta abriu de Maria (AAS, 2006:182)

¹¹ Na sentença (36) acima, o asterisco está só no primeiro DP no texto original dos autores, mas os três DPs seriam agramaticais nessa estrutura.

¹² AAS (2006) se referem a abordagens lexicalistas como ‘derivacionais’ porque uma sentença é derivada da outra.

¹³ Translinguisticamente, observa-se que adjuntos causais são sempre aceitos em sentenças anticausativas. A aceitação de adjuntos instrumentais varia de língua para língua.

A agramaticalidade de (40) sugere que a sentença anticausativa tem uma estrutura própria, independente da sentença causativa. Ligada a essa sugestão, está a possibilidade de alternância para verbos que só possuem argumentos externos Agentes, quando em sentenças transitivas, como ocorre com os dados do grego em (41) (compare esses dados com (35) e (36), do inglês):

- (41) a. O athlitis espase to simvolaio / to pagkosmio record
the athlete broke the contract / the world record
'O atleta quebrou o contrato/ o recorde mundial.'
- b. To simvolaio / to pagkosmio record espase
the contract / the world record broke-Act
'O contrato/* O recorde mundial quebrou' (AAS, 2006:188)

Para Levin & Rapaport (1995) e Reinhart (2003), essas sentenças não deveriam alternar porque o papel temático do argumento externo não pode ser variável. O fato de alternarem em grego reforça que a alternância não deve estar ligada estritamente ao argumento externo, desfavorecendo a proposta de detransitivização das duas autoras supracitadas.

A distribuição de PPs em anticausativas e passivas no grego e no alemão também é investigada e os autores chegam ao seguinte quadro final: anticausativas licenciam PPs que são Causas, em todas as línguas estudadas, ou Instrumentos, em algumas, enquanto passivas licenciam PPs com variados papéis temáticos, inclusive o de Agente. Isso leva a três conclusões: a) há uma camada causal nas anticausativas; b) a diferença entre passivas e anticausativas não está relacionada à presença do argumento externo nas passivas e sua falta nas anticausativas; c) a real diferença entre anticausativas e passivas se dá em virtude da presença de traços agentivos somente no último tipo de evento.

Após levantarem essa série de problemas para as abordagens de detransitivização e de transitivização, os autores apresentam sua própria proposta. A estrutura dos verbos de mudança de estado seria como a seguir: [Voice [CAUS/v [Root]]], em que CAUS é um tipo de vizinho. O núcleo de *Voice* introduz argumentos externos e está ligado a duas noções temáticas: Agente e Causa. Os autores entendem como Causa o DP que nomeia um evento causador¹⁴ e, como Agente, a propriedade de um DP que inicia o evento. O núcleo *Voice* pode estar ativo e, assim,

¹⁴ Para mais detalhes da proposta de que Causa não é um papel temático que possa ser igualado à Agente, consultar Pylkkänen (2002).

o papel temático relevante será realizado em seu especificador; se é passivo, o papel temático relevante será implícito. As estruturas para as anticausativas possíveis nas línguas naturais são as que se encontram abaixo¹⁵:

A estrutura anticausativa em (42) é para verbos anticausativos sem morfologia (os do inglês, por exemplo) e a estrutura em (43), para verbos anticausativos com morfologia. A morfologia é concatenada no especificador de VoiceP e os traços –AG e –ext.arg. representam, respectivamente, que esse tipo de *Voice* não é temático e o que é concatenado no especificador de VoiceP não é um argumento externo. No trabalho de Schäfer (2008), fica claro que o fato de essa morfologia não ser argumento externo não significa que, em anticausativas, VoiceP seja outra categoria, mas que a morfologia concatenada no especificador dessa projeção funcional não tem referência, por isso não pode ser interpretada com um papel temático.

Finalmente, a última implementação desse trabalho é uma tipologia de raízes de verbos de mudança de estado. Todos esses tipos se combinam com vezinho, mas a ideia é que suas diferenças vão influenciar as combinações com *Voice*. São quatro os tipos discriminados abaixo:

¹⁵ Embora eu esteja apresentando a abordagem de AAS, as estruturas apresentadas não estão em um artigo, mas em um *hand-out* de um curso dado por Artemis Alexiadou no Ealing 2006: http://www.diffusion.ens.fr/bonus/2006_09_22_alexiadou.pdf. Apresentamos as estruturas aqui porque elas são representações fidedignas da proposta e para facilitar o entendimento.

- (44) √ agentiva (*murder, assassinate*) – não alternam geralmente, portanto só aparecem em contextos em que *Voice* [+AG], ou seja, só aparecem em sentenças transitivas.
- (45) √ causada internamente (*blossom, wilt*) – não alternam; só podem expressar causação indireta, então não terão combinação de v+Voice para formar causativas.
- (46) √ causada externamente (*destroy, kill*) – alternam em algumas línguas, então, parametricamente, podem entrar em uma configuração com *Voice* [-AG] ou com *vezinho*, se não houver morfologia envolvida.
- (47) √ causa não especificada (*quebrar, abrir*) – alternam em todas as línguas, então entram em uma configuração estrutural em que haja *Voice* [-AG] ou *vezinho*, a depender da língua.

3.2.4 Conclusão da seção

Esta subseção conclui a seção de apresentação de propostas para o tratamento da alternância causativa, retomando as perguntas suscitadas por um tratamento teórico para essa alternância e organizando esquematicamente, no quadro abaixo, a posição de cada uma das propostas apresentadas em relação a cada uma dessas questões. Cabe ressaltar que o fato de uma questão não ter sido tratada no texto de um dado autor não significa que o autor não tenha uma posição sobre o assunto. As informações presentes no quadro se aplicam exclusivamente aos textos resenhados e não à obra dos autores como um todo.

Perguntas	R&L (2011)	H&K	AAS(2006)
Qual sentença é a básica?	No inglês, a anticausativa.	A inacusativa.	Nenhuma das duas, cada uma tem uma formação independente.
Peças morfológicas são evidência para a direcionalidade da alternância?	Não mencionado (mas não é relevante para o inglês)	Somente peças morfológicas na sentença causativa são tomadas como evidência.	Há línguas que têm morfologia em sentenças causativas e línguas que têm morfologia em sentenças anticausativas; então essa morfologia não pode ser responsável por apontar uma direcionalidade.
Qual é o ingrediente do verbo (da sentença/ da estrutura)?	Relação com o objeto e duas condições conceituais.	Um componente de escala/medida presente em raízes adjetivais ou raízes acategoriais.	Tipos de raízes, especialmente √causada externamente e √causa não especificada.
Por que alguns verbos podem ter Agentes e Causas como argumento	Por causa de condições conceituais.	Não mencionado. Para os autores, a introdução de argumento externo é sintática, enquanto as	Propriedades derivadas da combinação de v+Voice.

externo, outros, só Agentes e ainda outros, só Causas?		estruturas em que os verbos e seus objetos entram são manipuladas no léxico.	
Essa distinção entre papéis temáticos do argumento externo é relevante?	Sim, dado que os verbos que são tidos como internamente causados só aceitam causas.	Não.	Sim, porque é construída a partir de blocos de significação.
Por que há um conjunto de verbos mais ou menos constante que alterna em várias línguas?	Questão não tratada no texto.	Questão não tratada diretamente, mas, possivelmente, por serem mais ou menos os mesmos verbos com um componente escalar/de medida nas línguas.	Porque possuem uma tipologia de raízes mais ou menos constante.
Por que algumas línguas possibilitam a alternância de alguns verbos a mais do que aqueles pertencentes ao conjunto, e outras não permitem que todos os verbos do conjunto participem dessa alternância?	Questão não tratada no texto.	Questão não tratada no texto.	Questão exemplificada no texto, mas não explicada.
O que é a morfologia das sentenças anticausativas?	Questão não tratada do texto.	Questão não tratada do texto.	Um tipo de VoiceP.

Quadro 1: Resumo das abordagens para alternância causativa

3.3 Outras propriedades de sentenças anticausativas

Mencionei acima a propriedade de sentenças anticausativas de aceitarem adjuntos causais. Essa propriedade está, na verdade, correlacionada a uma dada estrutura. A título de comparação, observemos que o membro inacusativo da alternância agentiva, a ser tratado no Capítulo 5, não licencia adjuntos causais (48) nem eventos causadores (49).

(48) *O carro lavou com o vento.

(49) *O carro lavou com a força da Maria.

As sentenças anticausativas, por outro lado, aceitam tanto adjuntos causais (50), quanto eventos causadores (51).

(50) O portão abriu com o vento.

(51) O portão abriu com a força de Maria.

Assumindo que adjuntos são licenciados em projeções que contenham traços semânticos compatíveis com os do adjunto (cf. ALEXIADOU, 1997:17; CINQUE, 1999:cap.1), será possível sugerir que há uma projeção v-CAUSE em sentenças anticausativas, como (50), mas não no membro inacusativo da alternância agentiva, em (48).

Como observam AAS (2006, 2015), isso nos leva a pensar que causatividade não é uma propriedade exclusiva de sentenças transitivas causativas, isto é, de sentenças que tenham um argumento externo, mas uma propriedade de uma dada estrutura. Se isso for verdade, sentenças anticausativas devem responder da mesma forma que sentenças causativas a testes sintáticos que acusem a presença de causatividade. Um teste que pode mostrar isso é o comportamento de sentenças anticausativas e causativas com o modificador *de novo*. Esse modificador evoca duas leituras – uma repetitiva e uma restitutiva, se a estrutura tiver semântica causativa. O exemplo (52), abaixo, mostra isso.

(52) João destruiu a lista de convidados de novo.

Leitura repetitiva: João não gostou da lista de convidados que a sua noiva fez para o casamento. Num ímpeto de raiva, João destruiu a lista. Sua noiva, pacientemente, escreveu uma segunda lista com modificações. João destruiu essa segunda versão também.

Leitura restitutiva: João não gostou da lista de convidados que a sua noiva fez para o casamento. Num ímpeto de raiva, João destruiu a lista. Sua noiva, pacientemente, remontou a lista com durex. João destruiu a lista de novo.

Com sentenças transitivas com verbos de atividade, somente a leitura repetitiva aparece. Consideremos (53) que exemplifica isso. Para uma sentença como essa, a única leitura possível é a de que João repetiu uma ação sobre a porta. Como verbos de atividade descrevem eventos que não precisam de um ponto final, a leitura restitutiva, que restitui um estado final, não estará presente.¹⁶ Assim, a leitura restitutiva proposta em (53) não pode ser obtida por pelo menos dois fatores: (i): não se sabe o estado anterior à ação de pintura da porta em virtude das propriedades do verbo usado; (ii) o fato de o João ter pintado a porta não quer dizer que toda a porta foi pintada. Isso, novamente, se deve ao tipo de verbo usado.

¹⁶ Salvo em casos em que esses verbos apareçam em sentenças resultativas, por exemplo. Mesmo assim, sentenças resultativas sempre possuem uma camada de resultado e é em virtude disso que a leitura resultativa está presente (cf. Embick, 2004).

(53) João pintou a porta de novo.

Leitura repetitiva: João pinta a porta de sua casa de 5 em 5 anos. Na última vez em que pintou a porta da sua casa ainda era 2010. Como estamos em 2015, então, ele pintou a porta de novo.

#Leitura restitutiva: A porta da casa de João estava descascando. João, então, pintou a porta para que ela voltasse a ser como era antes de a pintura começar a descascar.

Como o contraste com o verbo de atividade pretendeu mostrar, nos dois grupos de sentenças, causativas e anticausativas, que são transitivas e intransitivas, esse modificador é ambíguo, podendo se referir à repetição do evento todo ou de sua parte resultativa.^{17/18}

(54) O portão abriu de novo.

Leitura repetitiva: O evento em que **o portão abriu** ocorreu novamente.

No dia da chuva, o portão abriu de repente, com muita força. Para evitar que ele ficasse abrindo e quebrasse, o João colocou uma escora na base do portão, mas não foi suficiente, **o portão abriu de novo**. (Outra vez, houve um evento em que o portão abriu)

Leitura restitutiva: O estado resultante (em que o **portão estava aberto**) ocorreu novamente. No dia da chuva, o vento não deixava o portão parar fechado: ele ficava abrindo e fechando o tempo todo. Aí, o João deixou o portão aberto e escorado para que ele não ficasse batendo com a ventania. Quando a Maria entrou, ela esbarrou na escora que segurava o portão, mas não percebeu. Daí ele fechou, mas, como não tinha uma trava forte, **o portão abriu de novo** e começou a bateção outra vez. O portão estava aberto antes e, outra vez, ele voltou para o estado de aberto.

(55) O vento abriu o portão de novo.

¹⁷ Outro teste que mostra que anticausativas são bieventivas é a ambiguidade com o modificador *quase*. Por exemplo, em *A porta quase fechou*, a porta quase começou a fechar ou quase terminou. Esse teste não foi aplicado no corpo do texto, mas o leitor pode perceber que os mesmos resultados seriam obtidos.

¹⁸ Agradeço à Ana Paula Scher por me ajudar a melhorar os contextos em (54) e (55).

Leitura repetitiva: No dia da chuva, o vento abriu o portão com muita força. Para evitar que ele quebrasse, o João colocou uma escora na base do portão, mas, **o vento abriu o portão de novo**. (Outra vez, houve um evento em que o vento abriu o portão)

Leitura restitutiva: No dia da chuva, o vento não deixava o portão parar fechado: ele ficava abrindo e fechando o tempo todo. Aí, o João deixou o portão aberto e escorado para que ele não ficasse batendo com a ventania. Quando a Maria entrou, ela pensou que era para fechar o portão e fechou. Daí, como a trava era frágil, **o vento abriu o portão de novo** e começou a bateção outra vez. O portão estava aberto antes e, outra vez, ele voltou para o estado de aberto.

Se leituras repetitivas e resitutivas existem tanto em sentenças causativas quanto em anticausativas, os dois grupos devem ter similaridades estruturais. Como sentenças causativas são concebidas como bieventivas (cf. DOWTY, 1979, capítulo 4), sendo compostas de um evento causal e um resultativo, pode-se dizer o mesmo para sentenças anticausativas. Assim, um predicado BECOME ou um tipo especial de vezinho (cf. HARLEY, 1995:96) não é necessário nas sentenças anticausativas. Elas envolvem causas assim como sentenças causativas e possuem, portanto, um vP com a mesma estrutura sintática (cf. AAS 2006, 2015:29; BASSANI, 2013:114 chega à mesma conclusão ao examinar verbos parassintéticos do PB). Isso nos mostra que a noção de causatividade tem de ser dissociada da ausência/presença de um argumento externo.

Outros exemplos que mostram que causatividade independe de argumento externo vêm em (56) e (57). Eles evidenciam o fato de verbos internamente causados, verbos inacusativos que não fazem parte da alternância causativa, licenciarem adjuntos causais. Tal como exemplificado em (57), esses verbos geralmente não têm argumentos externos. Então, o adjunto causal deve ser licenciado pelo fator estrutural que apontei acima: a presença de um v-CAUSE.

(56) O João caiu com o vento.

(57) *O vento caiu o João.

Portanto, a diferença clara de transitividade entre sentenças causativas e anticausativas se dá em virtude de as primeiras introduzirem um argumento externo em *Voice*, mas não as segundas. A alternância causativa é, então, uma alternância de *Voice* (cf. AAS,2015:29).¹⁹

Nesta seção, vimos então que as sentenças anticausativas têm propriedades definidoras que se aplicam translinguisticamente: exibem a presença de um v-CAUSE que licencia adjuntos causais e são bieventivas, com a presença de um evento causador e um evento resultante, o que se nota pela ambiguidade de escopo de um operador como *de novo*. Se as sentenças anticausativas marcadas e não-marcadas tiverem estrutura diferente, esperamos que elas reajam diferentemente a esses dois testes. Isso será investigado na próxima seção.

3.4 SE-anticausativas e Ø-anticausativas

Nesta seção, faremos os dois testes que acusam a estrutura de anticausativas motivada na seção anterior, presença de um v-CAUSE e de bieventividade, nas anticausativas marcadas e não-marcadas. Veremos que os dois tipos de sentença não diferem quanto à estrutura sugerida na seção anterior. A presença de SE em anticausativas marcadas, então, não impacta a estrutura do evento, porque SE não é ‘computado’ como um argumento nesse tipo de evento. O papel de SE em sentenças anticausativas vai ser mais detalhado nas seções seguintes a esta. Por ora, concentro-me nos testes que acusam que a estrutura de eventos é a mesma em sentenças anticausativas marcadas e não-marcadas.

3.4.1 Presença de v-CAUSE

Como vimos, anticausativas licenciam adjuntos causais e com eventos causadores. Na seção anterior, exemplifiquei essa propriedade ao mostrar sentenças anticausativas não-marcadas, repetidas abaixo como (58) e (59), que exibiam esse tipo de adjuntos. Observe que nada mudaria se essas anticausativas fossem marcadas. Adjuntos causais e eventos causadores continuariam a ser licenciados. Incluo também as sentenças (60), com o verbo *fechar*, e (61), com o verbo *modernizar*, que mostram que essa não é uma propriedade específica do verbo *abrir*.

(58) O portão (se) abriu com o vento.

¹⁹ Mesmo após demonstrar que tanto sentenças anticausativas, quanto causativas são causativas, continuo me referindo a essas sentenças da mesma forma, já que esses nomes já estão consagrados na literatura.

- (59) O portão (se) abriu com a força de Maria.
(60) O portão (se) fechou com o vento.
(61) A fábrica (se) modernizou com a reforma.

Assim, se tanto anticausativas marcadas quanto não-marcadas licenciam os mesmos tipos de PPs, temos indicações para a presença de v-CAUSE nas duas estruturas.

3.4.2 *Leituras restitutivas e repetitivas com ‘de novo’*

É esperado que leituras repetitivas e restitutivas estejam presentes tanto em anticausativas marcadas quanto em não-marcadas se elas envolvem a mesma estrutura. Observe o exemplo (54), repetido abaixo como (62), que confirma essa predição.

- (62) O portão (se) abriu de novo.

Leitura repetitiva: O evento em que **o portão abriu** ocorreu novamente.

No dia da chuva, o portão abriu de repente, com muita força. Para evitar que ele ficasse abrindo e se quebrasse, o João colocou uma escora na base do portão, mas não foi suficiente, **o portão abriu de novo**. (Outra vez, houve um evento em que o portão abriu.)

Leitura restitutiva: O estado resultante (em que **o portão estava aberto**) ocorreu novamente. No dia da chuva, o vento não deixava o portão parar fechado: ele ficava abrindo e fechando o tempo todo. Aí, o João deixou o portão aberto e escorado para que ele não ficasse batendo com a ventania. Quando a Maria entrou, ela esbarrou na escora que segurava o portão, mas não percebeu. Daí ele fechou, mas, como não tinha uma trava forte, **o portão abriu de novo** e começou a bateção outra vez. O portão estava aberto antes e, outra vez, ele voltou para o estado de aberto.

Portanto, podemos assumir que a estrutura do vP de anticausativas continua a mesma. A perda do SE em nada influenciou a estrutura desse vP, o que já indica que tal elemento é externo ao vP.

3.5 Avaliando argumentos sobre o papel de SE em anticausativas

Muito embora eu tenha defendido que o SE em anticausativas não têm nenhum importe semântico, em PB e em outras línguas, já foram atribuídos diversos papéis para essa marca. Nas subseções abaixo, discuto somente afirmações que foram feitas para o PB.

3.5.1 SE e classes verbais

Em Cançado, Godoy e Amaral (2013), assume-se que a presença do SE em anticausativas está ligada à supressão do predicado CAUSE. Assim, causativas e anticausativas difeririam pela presença desse predicado, como mostrado com a representação de predicado abaixo:

(63) Abrir: [X ACT] CAUSE [BECOME [Y <ABERTO>]]

(64) Abrir: [BECOME [Y <ABERTO>]]

Essa proposta nos parece problemática por duas razões: a primeira são as evidências de que a estrutura anticausativa se aplica, também, às causativas. Se o metapredicado CAUSE é suprimido para que a estrutura anticausativa (incoativa, nos termos das autoras) seja gerada, há de se encontrar uma explicação para o fato de que adjuntos causais sejam licenciados em anticausativas. Além do mais, estruturas anticausativas são compostas de dois eventos como sentenças causativas, como os testes com o advérbio ‘*de novo*’ deixam entrever. Assim, seria estranho que, mesmo com a perda do metapredicado CAUSE, a ambiguidade de ‘*de novo*’ fosse preservada. A diferença entre os dois eventos se deve à presença de uma projeção temática de VoiceP em causativas, mas não em anticausativas (anticausativas podem ter *Voice*, mas não é uma projeção temática, cf. seção 3.7).

A segunda razão é que, mesmo dentro de uma língua, não são todos os verbos que alternam que são marcados. Geralmente, as línguas possuem verbos que são categoricamente marcados com SE, verbos que não são marcados com SE e verbos que são, opcionalmente, marcados com SE (cf. ALEXIADOU & ANAGNOSTOPOLOU 2004, entre outros). Como Cançado, Godoy e Amaral (2013) não fazem uma divisão morfológica dos verbos alternantes, mas sim semântica, as autoras apresentam mais classes do que as três mencionadas (obrigatoriamente marcados, opcionalmente marcados, não-marcados). A classe de verbos de mudança de estado opcionalmente volitivos, representada por *quebrar*, é uma das classes em que a presença de SE seria possível. Todavia, um verbo como *ferver*, que participaria dessa

classe, não aceita a presença de SE: **O leite se ferveu*. Além disso, Carvalho e Bassani (2014) pontuam que um dos exemplos dados pelas autoras com o verbo *fraturar*, marcado como pertencente a essa classe, não ocorre em sentenças anticausativas com SE. Além do julgamento de Carvalho e Bassani (2014), que consideram agramatical a sentença *A cabeça se fraturou*, oferecida como exemplo em Cancado, Godoy e Amaral (2013:193), 3 entre 4 falantes também julgaram-na como agramatical e 1 falante mostrou incerteza.²⁰

O que essa breve exposição mostra é que a presença ou a ausência de SE não parece estar ligada à semântica de verbos na língua. De um ponto de vista formal, os verbos anticausativos são marcados porque a língua possui meios de formar eventualidades com inacusativas com SE e generaliza essa possibilidade de estruturas inacusativas na língua. De um ponto de vista funcional/semântico, eventualidades com SE tendem a ser menos espontâneas que aquelas denotadas por verbos internamente causados, como *florescer*, *murchar*, *apodrecer*, que não precisam de nenhuma causa externa para acontecer (AAS, 2015:30; HASPELMATH,1993). Mesmo assim, a correspondência não é sistemática. Em alemão, por exemplo, *quebrar* (*zerbrechen*) é da classe de verbos nunca marcados, muito embora seja uma eventualidade menos espontânea do que as denotadas por verbos internamente causados. Assim, não há relação entre a semântica de uma classe verbal e a presença de SE dentro de uma mesma língua ou entre línguas.

3.5.2 Diferenças semânticas entre anticausativas marcadas e não-marcadas

Negrão e Viotti (2008, 2010, 2015 entre outros) aventam hipóteses para que a alternância agentiva ocorra no PB (construções absolutas para as autoras, cf. discussão no cap.5). Ao examiná-las, as autoras comparam sentenças anticausativas com e sem SE para fomentar a hipótese de que o modo de conceitualização de eventos no PB tem mudado. Mais especificamente, as autoras argumentam que sentenças anticausativas com SE possuem um iniciador do evento (ainda que abstrato) e sentenças sem esse clítico não possuiriam esse iniciador. Abaixo, examinamos alguns dados que mostrariam isso, de acordo com as autoras.

Em Negrão e Viotti (2008), por exemplo, são examinados alguns exemplos de verbos que participam da alternância *spray/load* (cf. LEVIN,1993:117) em PB. Para as autoras, verbos que participam dessa alternância em PB se comportam diferentemente com e sem o clítico SE. O exemplo (65) mostra que a forma marcada licencia duas preposições: *com* e *de*.

²⁰ Outros aspectos de Cancado, Godoy & Amaral (2013) são analisados em Carvalho e Bassani (2014).

(65) A blusa se impregnou toda com/de perfume.

(NEGRÃO E VIOTTI 2008:198)

Tal possibilidade contrastaria com a forma não-marcada, na qual somente uma preposição é licenciada, de acordo com a intuição das autoras.

(66) A blusa impregnou toda *com/de perfume.²¹

(NEGRÃO E VIOTTI, 2008:195)

Todavia, sentenças como (66) com a preposição *com* são aceitas pelos falantes.²² Exemplos encontrados na internet também mostram que a preposição *com* é usada com esses verbos quando eles são não-marcados, tanto em acepções literais (67), quanto metafóricas (68).

(67) Aberta a garrafa o ar **impregnou com** a explosão de madeira e carvalho.²³

(68) Eu não sei porque, mas meu cabelo “**impregnou**” **com** a cor rosa e roxo...²⁴

No mesmo texto, são oferecidos dois contrastes entre anticausativas marcadas e não-marcadas, apresentados abaixo. Primeiramente, uma diferença em relação ao licenciamento de modificadores temporais. Esse contraste não existe para nenhum dos falantes que consultei.²⁵

(69) ??A porta abriu antes das 10.

(70) A porta se abriu antes das 10.

(NEGRÃO E VIOTTI, 2010: sem página, exs. (68) e (69))

²¹ Jeannique Darby (comunicação pessoal) julgou a tradução de (66) para o inglês como agramatical. Em Levin (1993), a possibilidade de verbos intransitivos serem licenciados na alternância *spray/load* não é mencionada. Isso mostra que a alternância entre formas transitivas e intransitivas dos verbos constituintes dessa alternância não encontra paralelo em inglês.

²² Em um encontro do grupo de pesquisa GREMD em que um texto meu com essa sentença foi discutido, todos os participantes julgaram a sentença (66) gramatical se a preposição *com* fosse usada. João Paulo Cyrino, todavia, não aceita verbos da alternância *spray/load* sem o SE em PB, portanto a sentença (66) seria agramatical independentemente da preposição utilizada. Isso e o fato de essas sentenças não alternarem em inglês sugerem que elas não sejam anticausativas.

²³ Extraído de: <http://www.brejas.com.br/cerveja/brasil/Biertruppe-Vintage-No-1/> Último acesso: 12 de setembro de 2015.

²⁴ Extraído de: <http://ligarone.com.br/blog/testei-creative-crazy-colors/> Último acesso: 12 de setembro de 2015.

²⁵ Novamente, essa sentença foi discutida em uma reunião do grupo de pesquisa GREMD.

Um outro contraste entre sentenças anticausativas marcadas e não-marcadas no que diz respeito ao licenciamento de advérbios.

(71) A porta fechou rápido/rapidamente. (NEGRÃO E VIOTTI, 2008:191)

(72) A porta se fechou *rápido/rapidamente. (NEGRÃO E VIOTTI, 2008:191)

Embora esse contraste não exista para mim, ele existe para alguns falantes.²⁶ Teríamos, nesse caso, um exemplo da diferença entre anticausativas marcadas e não-marcadas. Essa diferença, todavia, não aponta necessariamente uma diferença de sentido, mas uma diferença estrutural entre (71) e (72). Em (71) e (72), vemos o mesmo tipo de advérbio, advérbios de modo com e sem a terminação *–mente*. A literatura sobre essa variação no PB (cf. FOLTRAN, 2010; LEUNG, 2007:29-30, entre outros) notou que ela só ocorre com advérbios de modo e não com advérbios orientados para o agente (*Ela não fez o dever *deliberado/√deliberadamente*), que estão em *Voice*, ou advérbios ligados ao ato de fala (**Franco/√Francamente, você não está ajudando!*), que estão no complexo CP. Assim, a alternância entre as duas formas de advérbios não significa uma mudança de significado, mas, por alguma razão que não nos é clara, para alguns falantes, a forma com SE impediria a modificação com o adjetivo, que é mais baixa, do que a modificação adverbial.²⁷ Os dois tipos de modificação, todavia, por estarem ligados à ideia de modo estariam na área vP/VP e não estariam ligados à presença de um agente.

Em Negrão e Viotti (2010), são oferecidos outros exemplos que mostrariam o contraste de modificação entre sentenças anticausativas marcadas e não-marcadas. Primeiramente, observemos o contraste entre os dados abaixo.

(73) A porta abriu sozinha.

(74) *?A porta se abriu sozinha.

²⁶ Um julgamento parecido pode ser encontrado para sentenças médias do PB. Rodrigues (1998) reporta o seguinte julgamento para sentenças médias marcadas do PB ‘*Esses dentes se amolecem ??fácil/facilmente*’ (RODRIGUES 1998:160). No caso de sentenças médias, essa diferença entre o adjetivo com uso adverbial e o advérbio propriamente dito é mais clara para mim, provavelmente, em virtude da leitura arbitrária presente nesse tipo de eventualidade. Não obstante, em Pacheco (2008), sentenças médias marcadas são apresentadas com modificadores adjetivais. Uma breve discussão sobre isso se encontra no capítulo 4.

²⁷ A razão não nos é clara porque, como vim argumentando, SE não está dentro do vP em anticausativas. Portanto, sua presença não deveria favorecer um tipo de modificação que ocorre abaixo da projeção a que se concatena. Para começar a responder essa questão, é necessário um mapeamento de várias questões a serem consideradas, como, por exemplo, se a variação de julgamento entre falantes, nesse caso, se deve a algum contexto que propicie o uso da forma *–mente*, por exemplo. Deixo essa questão para trabalhos futuros.

(NEGRÃO & VIOTTI, 2010: sem página, exs. (66) e (67)).

Uma busca em sites da internet (buscador *google*) pela oração (74), exatamente como se vê no exemplo – ou seja, uma procura com aspas em torno da expressão, que retorna sentenças com exatamente as mesmas palavras, na mesma ordem e sem elementos intervenientes – retornou 1.750 exemplos. Devo salientar que muitos dos exemplos que li são de obras literárias, porque, como apontado no capítulo 2, anticausativas marcadas não são frequentes na língua falada.

Todavia, a sentença (74) pode causar estranhamento dependendo da leitura atribuída a ela. Essa sentença é estranha, se a interpretação dada a ela for reflexiva e não anticausativa, porque *porta* não é uma entidade animada para fazer uma ação sozinha (compare com *O João se pesou sozinho (na balança)*).²⁸ Outra questão é o uso de modificador *sozinho*. Como mencionado na nota de rodapé 3, o modificador *por si só* é praticamente encontrado só em textos formais (falados ou escritos). A modificação produtiva de anticausativas é com o modificador *sozinho*. Há de se averiguar, então, se a estranheza atribuída a (74) não é pela presença do modificador *sozinho* em vez do modificador *por si só*, já que anticausativas marcadas são comuns em textos formais. Em outras palavras, (74) seria marginal por uma questão de registro e não de gramaticalidade.

Em Negrão e Viotti (2015), exemplos com o verbo *afundar* são oferecidos para ilustrar o contraste. Dois contrastes entre sentenças marcadas e não-marcadas com *afundar* estão abaixo. Discutamos, primeiro, o licenciamento de *sozinho* em (75) e (76).

(75) O navio afundou sozinho. (NEGRÃO E VIOTTI, 2015:49)

(76) *?O navio se afundou sozinho. (NEGRÃO E VIOTTI, 2015:49)

Em relação a esse contraste, a mesma explicação oferecida para o contraste entre os exemplos (73) e (74) acima se aplica. Todavia, há um fator adicional a ser considerado no exame dessas sentenças: na minha intuição e de mais dois falantes nativos, *afundar* é um verbo anticausativo não-marcado. A estranheza que (76) nos causa é porque esse verbo é concebido como não-marcado pelos falantes que concebem *abrir* como possivelmente marcado.

²⁸ Em consultas sobre variados aspectos de sentenças anticausativas, eu ouvi de 3 falantes, em ocasiões diferentes, que anticausativas marcadas soavam como sentenças reflexivas. Para esses falantes, haverá, obviamente, uma diferença entre as sentenças em contraste neste capítulo. Repare, todavia, que a diferença não é de significado, mas é uma diferença em virtude de que a variação aqui apontada já não existe mais para esses falantes: eles só usam anticausativas não-marcadas.

Um claro exemplo disso é visto quando procuramos essa sentença no buscador *google*. Apesar de 1.040 exemplos terem sido encontrados, após a restrição de país, somente 27 ocorrências são de sites brasileiros. Todavia, um exame detalhado das ocorrências mostra que vários desses sites contêm material que não foi escrito no Brasil, apesar de esses sites apresentarem a terminação ‘.com.br’. Isto é, independentemente do país de origem do material, os servidores de alguns sites adicionam a terminação ‘.com.br’ ao site, porque a busca foi feita no Brasil, portanto não sabemos o país de origem do texto. Isso fica claro ao ler as notícias em que sentenças como *O navio se afundou* aparecem. Elas possuem expressões não usadas no Brasil, como *agência noticiosa*.²⁹ Assim, há claros indícios textuais para mostrar que, dessas 27 ocorrências, poucas, para não dizer nenhuma, devem ter sido escritas por falantes de PB.

Desse modo, o contraste entre as sentenças (77) e (78), também presente no texto das autoras, já seria problemático porque *afundar* não é concebido como marcado pelos falantes.

(77) *O navio afundou como uma estratégia do capitão para driblar o inimigo.

(78) ?O navio se afundou como uma estratégia do capitão para driblar o inimigo.

(NEGRÃO E VIOTTI, 2015:49)

Assim, qualquer que seja a interpretação dada a (78), ela não é de uma sentença anticausativa. Não estaríamos, assim, interpretando o mesmo evento nas sentenças acima. Outra questão a se levar em conta é que anticausativas não possuem um agente implícito, como os testes de (3) a (6), repetidos abaixo como (79) a (82), mostram.

(79) O navio afundou *pelo João/*pelo furacão. (*agente da passiva)

(80) O navio afundou *para conseguir o seguro. (*oração de propósito)

(81) O navio afundou *deliberadamente. (*advérbios orientados para agente)

(82) O navio afundou sozinho. (by itself)

O que o adjunto ‘*como uma estratégia do capitão para driblar o inimigo*’ introduz em (77) e (78) é justamente uma ação feita por um humano (*uma estratégia do capitão*) para o evento descrito pelo verbo. Todavia, sentenças anticausativas não possuem um agente implícito e, portanto, rejeitarão adjuntos que apontam ações que dependem de um agente. A

²⁹ Expressão encontrada na reportagem disponível no site: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2007/12/21/ult611u761125.jhtm>. Último acesso: 15 de setembro de 2015.

agramaticalidade de (77) reside justamente nisso. Se (78) é julgada como uma sentença possível, a interpretação dada a ela é relativa a um dos eventos em que SE tem leitura de participante. Novamente, isso mostra que a comparação entre (77) e (78) é problemática.

Com essa exposição em que mostro que anticausativas marcadas e não-marcadas não possuem uma semântica diferente, não quero dizer que SE não tem nenhuma semântica. Em Carvalho (2014) defendi que SE tem uma semântica bastante vaga, semelhante à semântica de plural. Assim, em sentenças anticausativas, em que esse elemento não é computado como um participante do evento, a presença ou ausência de SE não tem nenhum impacto na estrutura do evento e tentativas de mostrar diferenças entre anticausativas marcadas e não-marcadas não apontarão para uma regularidade. Com essa visão em mente, na próxima seção, exploramos a estrutura de anticausativas marcadas. A pergunta a ser respondida é: se a estrutura do vP é a mesma em anticausativas marcadas e não-marcadas e não há um agente nesse tipo de sentença, onde SE deverá ser concatenado em sentenças anticausativas?

3.6 *Voice em anticausativas*

3.6.1 *Voz expletiva*

Seguindo AAS (2006), além de Schäfer (2008), vou assumir que a morfologia de anticausativas se encontra em *Voice*. Ou seja, anticausativas marcadas diferem de anticausativas não-marcadas por terem uma projeção de *Voice*, onde SE é concatenado. As estruturas em (42) e (43), apresentadas quando se discutia a representação de anticausativas marcadas, são retomadas abaixo para ilustração de suas diferenças. Note que a estrutura em (84) é uma versão adaptada da estrutura em (43), baseada em uma discussão mais atual sobre a estrutura desses eventos, presente em AAS (2015).

(83) Anticausativa não-marcada

(84) Anticausativa marcada (estrutura expandida a partir de AAS, 2015:109)

A estrutura de *Voice* que vemos em (84) é chamada de Voz ativa expletiva (*expletive active Voice*) em virtude de seu contraste com outros tipos de projeção de *Voice*. Os dois tipos relevantes de *Voice* para a presente discussão que contrastam com a estrutura em (84) estão representados abaixo.

O primeiro tipo de *Voice* com que (84) deve ser contrastado é (85). Nesse exemplo, representa-se a Voz temática ativa (*thematic active Voice*), que é o núcleo de *Voice* tal como definido em Kratzer (1996), o núcleo que introduz o argumento externo. Pode-se notar que um aspecto diferente entre (84) e (85) é a presença de uma variável no núcleo de *Voice* em (85). Essa variável introduz o argumento externo. (85), então, representa a estrutura canônica de sentenças transitivas.

O segundo tipo de *Voice* é representado pela estrutura em (86), também representativa de sentenças anticausativas marcadas. A diferença se dá porque ela representa a estrutura de anticausativas marcadas em línguas que usam morfologia não-ativa, como o grego. A morfologia não-ativa é um afixo verbal, portanto não estaria no especificador de *Voice*. Assim, um traço D não seria adequado para representar esse tipo de *Voice*. (86) é, então, uma estrutura em que *Voice* não teria nenhum traço característico.

(84) difere de (85) porque uma variável de argumento externo não está presente naquela primeira representação. Isso justifica, em parte, a qualificação ‘expletiva’ ao tipo de *Voice* em (84), já que o elemento que aparece nesse tipo de *Voice* não recebe papel temático, comportando-se, pois, como um expletivo. Por sua vez, a comparação entre (84) e (86) deixa claro que o primeiro tipo de *Voice* é ativo, já que contrasta com (86), em que a morfologia não-ativa é usada. Essas estruturas serão retomadas na próxima seção, em que discutiremos vários aspectos da proposta de Voz Expletiva. Por ora, tendo apresentado as estruturas, discutamos a motivação para a presença de uma Voz Expletiva.

Como dito nas seções acima, especialmente na seção 3.6.2, parece não haver nenhuma diferença significativa entre anticausativas marcadas e não-marcadas. Somente a presença dessa marca não contribui significativamente para nenhuma diferença entre esses dois grupos. Ademais, a marcação de anticausativas não segue nenhuma regra específica, nem dentro de uma língua nem entre línguas. Assim, a projeção em que esse elemento sofre *merge* não pode ser concebida como uma projeção em que papel temático é atribuído. É uma projeção puramente sintática. Portanto, *Voice* em anticausativas se nos apresenta como um caso em que a exponência morfológica de um elemento está dissociada de uma contribuição semântica. Chamar *Voice* de voz expletiva nesses contextos é, precisamente, uma forma de evidenciar isso.

3.6.2 Transitividade e voz expletiva

Schäfer (2008) e AAS (2015) mostram exemplos claros do alemão de que o pronome fraco *sich* é computado sintaticamente, muito embora não tenha uma contribuição semântica. Alguns desses fatos são mostrados abaixo. Primeiramente, o elemento *sich* exibe ordem livre, assim como pronomes plenos no alemão.

- (87) a. Dass *sich* die Rolle der Mutter langsam
 que REFL o papel de.a mãe lentamente
 geändert hat.
 mudado tem.

‘Que o papel da mãe (na sociedade) mudou lentamente.’

- b. Dass die Rolle der Mutter *sich* langsam geändert hat.

c. Dass die Rolle der Mutter langsam *sich* geändert hat.

(AAS, 2015:103)

Em segundo lugar, anticausativas marcadas selecionam o verbo auxiliar *ter*, enquanto anticausativas não-marcadas selecionam o verbo auxiliar *ser*. O verbo auxiliar *ter* é também selecionado por verbos transitivos, i.e. por verbos que selecionam dois DPs marcados tematicamente.

(88) Die Tür hat/ *ist sich geöffnet.

A porta tem/ é REFL aberta.

‘A porta está aberta.’

(AAS, 2015:104)

Mais uma evidência para isso é o fato de o DP com papel temático Tema em anticausativas ter uma leitura ambígua entre existencial e específica, se é antecedido por *sich*, como em (89). Se esse mesmo DP é frontado, ele perde a leitura existencial e passa a ter a leitura específica, cf. (90). Seguindo Diesing (1992), isso significa que o DP com papel temático Tema é gerado dentro do vP: a ordem básica, então, seria a que se vê em (89). Isso é uma evidência de que *sich* é gerado fora do vP.³⁰ Juntamente com as evidências apresentadas acima, a presença de um tipo específico de *Voice* em anticausativas fica embasada.

(89) weil sich eine Tür öffnete.

porque REFL uma.NOM porta abriu.

(90) weil eine Tür₁ sich t₁ öffnete.

porque uma porta REFL abriu.

‘porque uma porta (se) abriu.’

(AAS, 2015:105)

Por último, resta a questão de demonstrar como a valoração de traços ocorre em sentenças anticausativas. Para Schäfer (2008) e AAS (2015), a presença da projeção de *Voice* é relevante para a fase e, portanto, a valoração de traços da Voz expletiva começa a partir daí. Observe abaixo um resumo de como se dá o mecanismo de valoração em anticausativas.

³⁰ Com o uso de outros testes, cheguei à mesma conclusão sobre anticausativas do PB na seção 3.5.

Voz expletiva tem traços não-valorados e sonda o seu domínio de m-comando. Esse elemento, então, concorda com o reflexivo SE no seu especificador, mas nenhuma valoração acontece já que tanto os traços da sonda quanto os do reflexivo SE são não-valorados. Para ter seus traços valorados, Voz expletiva sonda a árvore para baixo e concorda com o DP interno. Esse DP vai valorar tanto a Voz expletiva quanto o reflexivo SE, que está no especificador dessa categoria. Na fase de CP, voz expletiva vai entrar em uma operação de agree cíclico com T. (AAS, 2015:112)³¹

Veja a representação abaixo que ilustra essa ordem de valoração.

- (91) a. Als sich die Tür öffnete
 Quando REFL a porta abriu.

(SCHÄFER, 2008:283)

(91) ilustra que *v* (ou *Voice*) é tido como o núcleo em que as valorações começam a ser feitas e que a primeira valoração busca um DP com traços interpretáveis para valorar os traços de *v* (ou *Voice*). O primeiro Caso atribuído a um elemento, nesse sistema, é o Caso não-marcado, ou seja, nominativo. Após esse caso ser atribuído, o DP que resta recebe Caso acusativo. Assim, *sich*, que só receberá caso após a valoração do DP tema, receberá caso acusativo.

³¹ No original: Voice_{Expletive} has unvalued phi-features and probes its m-command domain. It agrees with the SE-reflexive in its specifier, but no valuation can take place since the phi-features of the SE-reflexive are unvalued, too. In order to get its features valued, Voice_{Expletive} will probe the tree downwards and agree with the internal argument DP. This DP will value both, Voice_{Expletive} as well as the SE-reflexive in the specifier of Voice_{Expletive}. In the CP-phase, Voice_{Expletive} will undergo cyclic agree with T. (AAS, 2015:112)

Há dois problemas com essa visão, contudo. Veja que a direção de valoração acontece tanto de cima para baixo quanto de baixo para cima. Assim, se a sonda tivesse encontrado um DP em seu domínio de m-comando que tivesse traços interpretáveis, ela não teria que recorrer ao seu domínio de c-comando. Além disso, *sich* só é visto como uma anáfora porque se parte do princípio de que é uma variável reflexiva (algo também brevemente tratado na seção 2.6 do capítulo 2). Na verdade, se pensarmos que esse é um elemento com pouca especificação e, por isso, é usado em contextos anafóricos, os quais requerem uma identificação entre argumentos externo e interno, não fica claro porque esse elemento é inerentemente – não importando o contexto em que se encontre – não-valorado.

Dados esses apontamentos e, pensando nos dados do PB e das línguas românicas em geral, acreditamos que uma abordagem tradicional de valoração de casos dê conta das anticausativas dessa língua. Uma possibilidade, então, seria que, em sentenças anticausativas, T é a sonda e encontra SE em *Voice*. T entra em uma relação com SE, mas esse elemento é phi-incompleto (daí, nessa visão, reside a sua deficiência e não no fato de ser uma anáfora). T checa o traço de SE e este elemento recebe, portanto, Caso, mas T ainda possui traços não-interpretáveis, o que o faz entrar em uma relação de *agree* com o DP mais baixo, como se mostra em (92). Essa é uma derivação possível se se assumir que SE tem traços para checar.

Como assumo que esse elemento é o núcleo de *Voice* e seus traços já são interpretáveis, ele não entra em nenhuma relação de *agree*. Se isso está correto, não adotarei uma análise transitiva para construções anticausativas marcadas em PB, como AAS adotaram para o alemão. Isso será mais discutido na seção abaixo.

3.6.3 Voz Expletiva em BP (e línguas românicas)

Nesta seção, defendo algumas adaptações para a voz expletiva em línguas românicas. Em linhas gerais, argumento que anticausativas não são transitivas nessas línguas. Assim, pronomes fracos não podem ser analisados como clíticos.

AAS (2015:100; 102, nota 6) assumem que a mesma análise atribuída a anticausativas do alemão deve ser estendida a anticausativas de línguas românicas. Os autores afirmam que a transitividade sintática das anticausativas em línguas românicas seria mascarada pelo movimento obrigatório do clítico reflexivo para T. Assim, vários testes presentes na literatura que mostram que sentenças com SE passam em alguns testes para predicados inacusativos, como a seleção do auxiliar *ser* em sentenças anticausativas, e a atribuição de Caso dativo para o sujeito de verbos transitivos em causativas perifrásticas não levam, na visão dos autores, à conclusão de que essas sentenças são, de fato, inacusativas. Para os autores, esses efeitos se dão em virtude da deficiência de traços-phi em SE em combinação com o movimento obrigatório de cliticização.

Acredito, contudo, que esses testes são confiáveis para continuar a se assumir uma análise inacusativa de anticausativas em línguas românicas. Primeiramente, se não acreditarmos que esses testes nos dizem algo, não podemos acreditar que os testes de (87) a (90), que atestam que anticausativas no alemão são transitivas, também nos digam algo. Em outras palavras, o teste de seleção de auxiliar no alemão, em (88), não deveria ser levado em conta se o teste de seleção de auxiliar, em línguas românicas, também não puder ser levado em conta.

Outro argumento para manter a análise inacusativa já foi apontado pelos próprios autores: o clítico SE é deficiente em termos de traços-phi e é dependente do verbo. Essas características já deixam claro que tal elemento não se comporta como um DP, já os testes de (87) a (90) para o alemão mostram que esse elemento se comporta como um DP. Os testes de (87) a (90) não encontram paralelo exato no PB por uma série de razões independentes: i) os efeitos de definitude em PB são extremamente fracos, o que tornaria o teste em (89) e (90) problemático, por exemplo; ii) não há seleção de auxiliar em inacusativos, descartando (88) como um teste, e iii) os DPs têm uma ordem mais rígida se comparados aos DPs em alemão, indicando que testes de ordem livre, como em (87), são também problemáticos.

Todavia, consideremos uma versão de (iii), que nos permite mostrar as diferenças entre sentenças com DPs com argumento externo e sentenças com SE: em algumas situações, com entonação marcada, o sujeito pode ser posposto em sentenças transitivas em PB, como (93).

Isso nunca ocorre com o clítico SE (tanto em anticausativas, quanto em outros eventos em que esse clítico está em *Voice*), como (92).

(93) Comeu um pedaço daquele pão, a menina.

Contexto: o cuidador da criança está preocupado com o fato de que a criança nunca come. Depois que ela deixa a sala, ele pergunta para a cozinheira o que a criança comeu. A cozinheira responde:

(94) *Comeu um pedaço daquele pão, se.

Contexto: um cuidador de crianças está preocupado com o fato de que as crianças nunca comem. Depois que elas deixam a sala, ele pergunta para a cozinheira o que as crianças comeram. A cozinheira responde:

Por outro lado, um argumento que vai na direção contrária do contraste visto entre (93) e (94) é a possibilidade de *possessor raising*. Enquanto *possessor raising* é produtivo somente com inacusativos em PB, como (95) mostra, anticausativas marcadas não sofrem *possessor raising* (cf. (96)).

(95) O quarto fechou a porta.

(96) *O quarto se fechou a porta.

Assim, seria possível dizer que a razão da agramaticalidade de (96) se deve ao fato de a sentença *A porta do quarto se fechou* ser transitiva, se comparada a (95). Acredito, contudo, que uma melhor explicação para a diferença entre (95) e (96) é dizer que ambas são inacusativas, mas (96) tem um elemento defectivo adicional, o clítico SE, que, por estar em *Voice*, impede que *o quarto* tenha uma posição como especificador de vP em que possa parar antes de subir a TP. Essa hipótese combina muito bem com a ideia de *possessor raising* desenvolvida em Rodrigues (2010), para quem o possuidor alçado passa por posições argumentais. Se o DP *o quarto* pousasse em *Voice* em (96), esse elemento seria o especificador de uma Voz expletiva, fazendo a derivação fracassar porque o constituinte [_{Voice}P O quarto [_{Voice} SE]] não receberia interpretação. Isto é, um argumento que poderia favorecer uma análise transitiva de anticausativas marcadas pode ser descartado pela incompatibilidade de SE e ‘o quarto’ na mesma projeção.

Embora com uma implementação diferente de AAS (2015), a mesma linha de raciocínio sobre a transitividade de sentenças anticausativas em línguas românicas pode ser vista em Lazzarini-Cyrino (2015: 41, 44, etc.), que desenvolve a ideia de que as marcas de verbos anticausativos não apresentam seus traços- ϕ valorados no decorrer da derivação.³² Todas as marcas de verbos anticausativos das línguas – afixos, clíticos e pronomes fracos – seriam usadas para assegurar a transitividade do verbo (LAZZARINI-CYRINO, 2015:149), portanto sentenças anticausativas em todas essas línguas teriam uma sintaxe transitiva. Todavia, esse raciocínio pressupõe que somente argumentos plenos podem ser argumentos dos verbos, ou seja, que somente DPs podem ser argumentos do verbo. Na seção 4.2.1 de seu trabalho, que chama atenção para as diferenças de seleção de auxiliar entre línguas que têm clíticos como marcas de anticausativa e reflexivas, como línguas românicas, e línguas que têm pronomes fracos como marcas de mesmos eventos, afirma-se que a diferença se dá em virtude de pronomes fracos serem compostos de um núcleo D e uma raiz e clíticos serem formados de um núcleo D somente (p. 155).

Algumas questões não ficam claras ao se assumir essa ideia. Perceba, por exemplo, que, para muitos autores, um núcleo D é uma fase (cf. Boskovic, 2008, por exemplo). Assim, uma vez que esse elemento teve seus traços checados, não se esperaria que um D, um clítico, e um D e uma raiz, um pronome fraco, tivessem diferenças quanto à seleção de auxiliares, por exemplo. Mais particularmente, nem DPs, e nem Ds, possuem seu material interno disponível para a sintaxe. A sintaxe, de fato, só enxerga um D, que contará para questões de transitividade, por exemplo. Isso pode ser claramente verificado quando se compara o comportamento de pronomes plenos, como *ele*, e DPs como *o menino*. Ambos os D(P)s são vistos como constituintes para a sintaxe, para os fenômenos que são expostos aqui, crucialmente porque a sintaxe, após a concatenação do D, não tem acesso ao material interno de DPs. Portanto, o comportamento diferente de pronomes fracos e clíticos não pode ser explicado em virtude de um D ter material interno ou não.

Ademais, já foi notado na literatura que a estrutura de clíticos, pronomes fracos e afixos difere precisamente quanto à presença ou não de um D. Cardinaletti & Starke (1999) e Déchaine

³² Lazzarini-Cyrino (2015) atribui essa ideia a Schäfer (2007). Contudo, Schäfer (2007, cap. 7) assume, na verdade, uma operação de *agree* múltiplo. Primeiramente, o autor assume que SE entra em uma relação com T, mas não tem seus traços valorados, porque tanto T quanto SE só possuem traços não-interpretáveis. Em seguida, esses dois elementos entram em uma relação com o DP interno ao VP e têm ambos seus traços valorados (múltiplo *agree*). Posteriormente, no mesmo capítulo, o autor considera dados do islandês, dentre outras línguas, para argumentar que as relações de Caso são checadas dentro de *Voice*. O leitor é referido a Schäfer (2007, cap.7) se quiser consultar detalhes da argumentação. Repare que essa versão não difere, crucialmente, da citação acima de AAS, 2015:112.

& Wiltschko (2002) mostram, com testes empíricos, que clíticos, pronomes fracos e plenos têm tamanhos diferentes. Mais particularmente, Déchaine & Wiltschko (2002) demonstram que os três tipos de expressões referenciais podem ser concebidos como subpartes de um DP pleno, o que explica uma série de comportamentos contrastantes entre pronomes plenos, fracos e clíticos. O quadro 2 abaixo, traduzido de Déchaine e Wiltschko 2002: 410, mostra as diferenças entre três tipos de expressões; Pro-DPs, como *herself*, Pro- ϕ Ps, como SE, e Pro-NPs, como anáforas do japonês.

	Pro-DP	Pro-ϕP	Pro-NP
Sintaxe interna	Sintaxe-D, expressão morfológicamente complexa	Nem sintaxe-D nem sintaxe-N	Sintaxe-N
Distribuição	Argumento	Argumento or predicado	Predicado
Semântica	Definida	Sem semântica inerente	Constante
Status quanto à binding	Expressão referencial	Variável	-----

Quadro2: tipologia de pronomes (traduzido de DÉCHAINED E WILTSCHKO, 2002:410)

Sintaxe-D e sintaxe-N no quadro acima se referem à composição das expressões referenciais em estudo. Isso ficará mais claro se contrastarmos o emprego do clítico SE e de anáforas como *herself* em inglês. Como as autoras mostram, um clítico como SE pode ser ‘enriquecido’ com traços de número e de pessoa. Isso mostra que SE tem uma sintaxe-phi. Anáforas do inglês, por outro lado, podem ser decompostas em um pronome e *self*.

- (97) 1.sg (*me*)
2.sg (*te*)
1.pl (*nous*)
2.pl (*vous*)
3sg/pl.fem/masc (*se*)
- (98) D (*my*) + body part element (*self*)
D (*your*) + body part element (*self*)
D (*him*) +body part element (*self*)
D (*her*) + body part element (*self*)
D (*our*) + body part element (*self*)
D (*them*) + body part element (*self*)

Em adição a isso, pronomes reflexivos do inglês ocorrem em todas as posições em que DPs são licenciados, como se vê em (99).³³

- (99) i. Posições predicativas em contextos equativos (*She's not herself today*);
ii. Posição argumental (*She saw herself in the mirror.*);
iii. Posição - A' (*Lucy herself witnessed the accident.*)

O clítico SE só é licenciado em um subgrupo dos contextos em que DPs e pronomes plenos são licenciados. Todos os seus usos – reflexivo, anticausativo, médio e impessoal – correspondem à sintaxe argumental. Assim, esse clítico não é licenciado em posições A' ou em contextos equativos, como acontece com pronomes. Se esse elemento é um D, assim como pronomes são, essa distribuição não é esperada. Além disso, assumir que um clítico é um D não corresponde à sua semântica. Um elemento que se comporta como uma variável não deveria ser formado a partir de um D, que é o *locus* de definitude.

Portanto, esses fatos nos levam a manter que anticausativas marcadas são inacusativas. A diferença se dá porque expressões pronominais podem ser de vários tamanhos e SE, por ser um clítico, tem menos estrutura que um pronome fraco, como *sich* em alemão. Em virtude disso, *sich* já possui estrutura suficiente para contar como um DP sintático e a estrutura anticausativa nessa língua conta com dois DPs, embora só um seja interpretado semanticamente. Nas línguas românicas, por outro lado, SE não é computado como um DP, em virtude de ser formado somente de traços-phi e a estrutura é inacusativa.

3.7 Conclusão do capítulo

Neste capítulo, examinei a estrutura de anticausativas marcadas e não-marcadas no PB. Primeiramente, apresentei, em linhas gerais, possibilidades de análise presentes na literatura e optei pelas análises desenvolvidas por AAS, especialmente nas versões de 2006 e 2015. Com a estrutura desenvolvida pelos autores, pude fazer testes sintáticos que acusam a manutenção da mesma estrutura do vP de sentenças anticausativas com ou sem morfologia. Também adotei a proposta de AAS de que anticausativas marcadas possuem um núcleo de voz expletivo, o que explica a permanência de características definidoras de sentenças anticausativas mesmo quando elas deixam de ser marcadas. No entanto, diferentemente desses autores, argumento que essas

³³ Mantenho os exemplos do texto, mas os exemplos em (99) têm paralelo em PB.

- i. Ela não está sendo ela mesma hoje;
ii. Ela viu ela mesma no espelho (cf. discussão no capítulo 2 sobre os contextos anafóricos de perda de SE);
iii. A Lúcia, ela (mesma) viu o acidente.

sentenças são intransitivas e o comportamento contrastante desses elementos e de pronomes plenos demonstra isso. Assim, esse capítulo demonstra que anticausativas marcadas e não-marcadas não terão mudanças significativas em sua estrutura, porque SE, nesses eventos, não se configura como um argumento.

Nos próximos capítulos, exploro as mudanças de eventos em que SE tem uma leitura arbitrária. Nesses eventos, como SE é computado como um participante do evento, espera-se que haja mudanças na estrutura.

4. MÉDIAS NO PB¹

4.1 Introdução

Neste capítulo, discuto as sentenças médias do PB em detalhes, tratando tanto das características das variantes marcadas, quanto das não-marcadas. Mais especificamente, investigando algumas das propriedades já apontadas no capítulo 2, mostro que as sentenças médias marcadas no PB têm uma derivação diferente de médias marcadas em outras línguas românicas. Enquanto médias marcadas nas línguas românicas têm derivações compatíveis com sentenças SE-passivas, a média marcada do PB é formada com um DP diretamente gerado na posição de tópico. A estrutura parece ser a de SE-passiva, mas é, na verdade, uma estrutura alternativa, justamente pela perda de SE-passivas em PB. Além disso, o elemento pré-verbal não concorda com o verbo, ao contrário de médias em outras línguas românicas que têm os mesmos ingredientes de sentenças SE-passivas. Uma vez que sentenças SE-passivas estão confinadas à escrita formal e não são produtivas mesmo na fala de falantes cultos (cf. NUNES, 1990, entre muitos outros), a estranheza de médias marcadas concordando com o verbo, notada por Rodrigues (1998), por exemplo, é esperada. As sentenças SE-médias teriam, então, uma derivação alternativa em PB.

Após determinar os elementos da derivação de SE-médias em PB, passo à derivação de médias não-marcadas na mesma língua. Médias desse tipo em PB têm uma derivação diferente tanto de médias não-marcadas em inglês e holandês, as quais são geralmente descritas como médias inergativas, quanto de médias marcadas em línguas românicas. Em linhas gerais, não há nenhuma diferença entre médias não-marcadas em PB e sentenças inacusativas plenas, o que me leva a discutir se médias necessariamente precisam de um agente. Se esse for o caso, a perda do SE em PB acarretou a perda de eventos médios. Se a resposta for de que sentenças médias são construções sobre uma dada propriedade de um DP sem envolver, obrigatoriamente, um agente, as médias não-marcadas do PB exemplificam uma estratégia de formação de sentenças médias que não é comumente contemplada na literatura.

¹ Partes deste capítulo foram desenvolvidas em parceria com Ana Paula Scher em apresentações no 45 LSRL e no VIII Encuentro de Gramática Generativa. As seções 4.5, 4.8 e 4.9 são desenvolvimentos posteriores a essas apresentações e a seção 4.7 apresenta uma discussão mais detalhada do que aqui foi apresentada nos dois eventos.

Por fim, diferentemente de sentenças anticausativas discutidas no último capítulo, a perda do SE em eventualidades que envolvem uma interpretação arbitrária leva a uma diferença significativa das estruturas em comparação. É nessas eventualidades, em que *pro* se compõe com SE, que se localiza uma mudança significativa na gramática de eventos do PB.

4.2 O que são sentenças médias?²

Sentenças médias são assunções sobre uma dada propriedade do complemento do verbo que descreve a ação. O exemplo (1) pode ter a seguinte leitura, de acordo com Stroik (2006: 303), [ler facilmente] é uma propriedade genérica dos eventos de ler este livro, independentemente de quem inicie esse evento, que o evento será facilmente conduzido por essa pessoa.”³

(1) This book reads easily.

(STROIK, 2006:303)

Na leitura atribuída à sentença (1) por Stroik (2006), vemos a menção a um Agente, mesmo que a sentença em questão não tenha nenhum agente manifesto. A representação do Agente em médias e sua relação ou não com morfologia manifesta nesse tipo de evento foi/tem sido alvo de intensos debates na literatura. Neste capítulo, vamos descrever como sentenças médias sem o SE em PB se comportam e como tais sentenças podem contribuir para o debate de representação de agentes em sentenças médias.

Além do debate sobre a representação do Agente, o papel da morfologia em sentenças médias também é importante na caracterização de propriedades de sentenças médias. De modo geral, dois tipos de sentenças médias são reconhecidas como possíveis em línguas do mundo: sentenças médias não marcadas, como as do inglês, e sentenças médias marcadas, como as do francês. Veja os exemplos (2) e (3) abaixo.

(2) Bureaucrats bribe easily.

(3) La Tour Eiffel se voit de loin.

A torre Eiffel se vê de longe.

² Utilizo, aqui, a definição de médias comumente empregada na Linguística Gerativa. Abordagens funcionalistas e cognitivistas se valem do termo ‘Domínio Médio’ que abarca um grande número de construções. Para um estudo do Domínio Médio do PB, ver Bauab Jorge (2016).

³ No original: “it is a generic property of events of reading this book by any arbitrary person that they are events easily performed by that person.”

‘A torre Eiffel se vê de longe.’

(ACKEMA &SCHOORLEMMER, 2007:3)

A presença ou a ausência de uma marca em sentenças médias parece suscitar uma série de propriedades diferentes em sentenças médias. Veja-se, por exemplo, a tabela abaixo, feita a partir da discussão em Ackema e Schoorlemmer (2006), em que se apontam algumas diferenças entre sentenças médias em línguas como o inglês (tipo 1) e sentenças médias em línguas como o francês (tipo 2).

Médias do tipo 1	Médias do tipo 2
Inglês – <i>This book reads easily</i>	Francês – <i>Ce livre se lit facilement.</i>
Somente verbos agentivos	Verbos experienciadores (e) estativos também são licenciados.
Não aceitam expressões orientadas para o agente	Aceitam expressões orientadas para o agente.

Quadro 1: Tipos de médias

O Quadro 1, então, mostra que, muito embora as sentenças médias do inglês sejam concebidas como dotadas de um Agente, não há reflexo sintático da presença desse elemento, uma vez que expressões orientadas para o agente não são licenciadas. Além disso, a presença de morfologia em médias, como em médias marcadas do francês, também licencia um número maior de verbos em sentenças médias. Exemplos dessas propriedades quando médias do PB são levadas em consideração se encontram na discussão feita no decorrer do capítulo.

4.3 Transitividade e morfologia

Médias do tipo 1 são sentenças inergativas (ou transitivas), de acordo com a literatura (cf. ACKEMA E SCHOORLEMMER, 1994). Uma das evidências para essa afirmação é o licenciamento de verbos transitivos em médias do inglês. Nos raros casos em que o inglês tem formas distintas para verbos transitivos e intransitivos, a forma transitiva é a escolhida em sentenças médias. (4) exemplifica uma sentença transitiva com a forma *raise*, (5), uma sentença inacusativa com a forma *rise* e (6), a sentença média, em que a forma *raise* é empregada, evidenciando, portanto, que a forma transitiva é a escolhida em sentenças médias no inglês.

(4) John raises his kids very strictly.

João cria dele crianças muito estritamente.

‘Joao cria seus filhos muito rigidamente.’

(5) The sun rises from the East.

O sol levanta de o Oeste.

‘O sol nasce no Oeste.’

(6) Obedient daughters raise more easily than disobedient sons.

Obedientes filhas criam mais fácil do.que desobedientes filhos.

‘Filhas obedientes criam/são criados mais fácil do que filhos desobedientes.’

(LEKAKOU,2005:31)

Línguas como o holandês se comportam como o inglês nesse quesito. A sentença (7) mostra que o auxiliar transitivo *heben* é usado em sentenças médias. Isso demonstra que há um verbo transitivo na estrutura.

(7) Dit vlees heft/*is altijd gemmakkelijk gesneden.

Essa carne tem/*é sempre facilmente cortar.

‘Essa carne é sempre fácil de cortar.’

(ACKEMA E SCHOORLEMMER, 1995:187)

Todavia, mesmo que sentenças médias do tipo 1 se comportem como transitivas, o Agente não está presente sintaticamente nessas sentenças. Testes em (8), (9) e (10) mostram que essas sentenças não passam nos testes mais canônicos que diagnosticam a presença de um Agente implícito. Uma sentença como *Clothes wash easily* não licencia adjuntos orientados para o Agente (8), *by-phrases* (9) ou orações de propósito (10).

(8) *Clothes wash easily on purpose.

Roupas lavam fácil de propósito.

*Roupas lavam fácil de propósito.

(9) *Clothes wash easily by everyone.

Roupas lavam facilmente por qualquer um.

*Roupas lavam facilmente por qualquer um.

(10) *Clothes wash easily to clean the dust.

Roupas lavam facilmente para limpar a poeira.

*Roupas lavam facilmente para tirar a poeira.

Face a esses fenômenos, em abordagens lexicalistas do tema, o que é geralmente assumido é que médias de tipo 1 violam UTAH (Hipótese de Uniformidade de Atribuição de Papel Temático). Para Ackema e Schoorlemmer (1994, 1995) e Lekakou (2005, cap.1), o agente é sintaticamente inerte em médias do tipo 1, porque é saturado no léxico, e o complemento lógico do verbo – que nasceria como objeto - é gerado como sujeito na sintaxe.

As médias do tipo 2, médias marcadas, são as comumente encontradas em línguas românicas e analisadas como inacusativas. A análise geral é de que elas são sentenças passivas por uma série de razões. Se *by-phrases* são licenciadas em SE-passivas em uma dada língua, SE-médias também licenciam esse mesmo elemento. Ademais, as derivações de SE-passivas e SE-médias são formalmente idênticas, diferindo somente em termos temporais e aspectuais. Como médias são construções em que as propriedades de um dado objeto/grupo de objetos estão em foco, elas são genéricas e não podem ocorrer no passado, por exemplo. Passivas são eventivas e não possuem essa restrição.

A título de exemplificação, consideremos os exemplos (11) e (12) de médias marcadas. (11) é um exemplo do francês canadense e (12), do grego. Perceba que, nos dois casos, agentes da passiva são licenciados. Ademais, esses exemplos são interpretados como médias por serem sentenças genéricas. No passado, seriam interpretadas como passivas.

(11) En général, ces débats s'enregistrent par Anne (...).

Em geral esses debates se registram pela Anne

‘Em geral, esses debates são registrados pela Anne.’

(AUTHIER & REED, 1996:521).

(12) Afto tovivlio diavazete efxarista akomi ki

Este o livro ler-NACT com prazer mesmo e

apo megalus.

por crescidos.

‘Este livro é lido com prazer mesmo entre adultos.’

(LEKAKOU, 2005:20)

Como a classificação bipartite entre médias marcadas e não-marcadas aqui brevemente apresentada mostra, sentenças médias são sempre parasitas de um ponto de vista estrutural. Mais especificamente, essas sentenças não têm sintaxe nem morfologia própria. A sintaxe de

outros eventos – como passivas e transitivas – é usada para médias nas línguas. Consequentemente, a morfologia passiva ou transitiva (se houver) é também usada em sentenças médias. Até onde sei, não há médias com morfologia própria nas línguas.

4.4 O problema: médias em PB

As sentenças médias do PB, assim como as outras eventualidades estudadas nesta tese, perderam/estão perdendo morfologia. (13) e (14) exemplificam sentenças médias marcadas e não-marcadas construídas a partir dos mesmos elementos com exceção do clítico SE e, na abordagem defendida aqui, também de *pro*.

(13) Roupa **se** lava facilmente.

(14) Roupa lava fácil.

À primeira vista, pode-se dizer que a possibilidade de sentenças médias marcadas e não-marcadas com SE não implica, necessariamente, que esse tipo de evento esteja, de uma forma geral, perdendo essa marcação em PB. Essa é uma hipótese plausível, haja vista que já foram reportados na literatura exemplos de línguas como o grego, em que alguns verbos licenciados na alternância causativa formam médias não-marcadas (cf. CONDORAVDI, 1989). Portanto, seria possível dizer que o PB apresenta algumas médias obrigatoriamente marcadas, outras obrigatoriamente não-marcadas e outras que podem aparecer tanto marcadas quanto não-marcadas.

Consideremos, então, uma tipologia de médias marcadas e não-marcadas como a apresentada em Rodrigues (1998:103). Rodrigues afirma que há três classes de sentenças médias em PB do ponto de vista de marcação com o clítico SE.

(15) Marcação de sentenças médias no PB

- a. Verbos que obrigatoriamente formam médias sem SE, como *acelerar*;
- b. Verbos que formam médias tanto com ou sem SE, como *fechar*;
- c. Verbos que formam médias obrigatoriamente com SE, como *pintar*.

O contexto em (16), no entanto, deixa claro que médias com o verbo *pintar* podem ser não-marcadas. Pode-se notar que a sentença em (16) é uma sentença média e não uma sentença

transitiva com um objeto nulo, por exemplo. A sequência ‘*deve pegar tinta igual a qualquer outra resina*’ mostra que a propriedade de um dado material ser ‘pintável’ é questionada.

- (16) O que é aqueles exaustores, **e isso pinta fácil**??? (...) Primeira vez que trabalho com esse material (...) mas deve pegar tinta igual a qualquer outra resina.⁴

Além disso, Rodrigues (1998:117), em uma discussão relacionada à classificação proposta acima, afirma que o verbo *vender* forma médias não-marcadas em PB. Concordo com esse julgamento haja vista a estranheza da sentença abaixo.

- (17) *Esse apartamento se vende fácil.

A sentença (17) fica melhor com uma pausa, como se vê em (18), mas, nesse contexto, a interpretação mais saliente é de uma topicalização do objeto de uma sentença impessoal.

- (18) Esse apartamento, se vende fácil.

Interessantemente, é possível encontrar em *corpora* histórico sentenças em que o verbo *vender* formava médias em estágios anteriores da língua. Observe a sentença (19).

- (19) poiz as fazendas que vierão neste Comboiy **se venderão** muito bem Vendidas.
(CYRINO, 2007:97).

O exemplo (19) demonstra que médias com o verbo *vender* tem algumas características que não são encontradas hoje em dia em sentenças médias do PB: elas podem ser não-genéricas, mas ainda em uma forma em que o tempo usado não é pontual, como o futuro; o verbo pode estar flexionado para o plural (*venderão*), concordando com o complemento do verbo (*as fazendas*) e o advérbio modificador não precisa estar necessariamente presente – todavia, alguém pode interpretar *muito bem vendidas* como algo parecido com *potencialmente facilmente vendidas*.

Interessantemente, note que uma versão mais atual de (19) é agramatical em PB. Assim, tanto o exemplo (16) quanto o exemplo (19), quando contrastados, apontam para uma mudança

⁴ Dado extraído de: <http://www.clubedocanhao.com.br/forum3/viewtopic.php?f=14&t=3677>. Último acesso em: 27 de julho de 2015.

na estrutura de médias em PB. Mais especificamente, pode-se tomar (16) como representativo da formação atual de médias e (19) da formação de médias em estágios anteriores da língua.

(20) *Esses panos se vendem facilmente.

Rodrigues (1998:141) apresenta ainda outros contrastes interessantes que reforçam a ideia de que estruturas de médias têm mudado no PB, muito embora esses dados não tenham sido usados para fazer essa afirmação. A autora nota que mesmo médias marcadas no PB parecem seguir a restrição de afetação (*affectedness constraint*) e essa é uma característica atribuída geralmente somente a médias do tipo 1, cf. Quadro 1. Os dados em (21) são exemplos da ideia de que a restrição de afetação é um ‘ingrediente’ de médias do PB.

- (21) a. ??Esses planetas se vêem facilmente.
b. ??Essas músicas se escutam facilmente.
c. ??Esses animais se observam facilmente.

(RODRIGUES, 1998:141)

Note que os dados em (21) melhoram, contudo, se estiverem no singular, um fenômeno que exploraremos na próxima seção. Por ora, observemos o contraste entre as sentenças em (21) e (22). Assim, tal restrição de afetação some quando os verbos estão no singular. As sentenças abaixo são boas médias, mesmo que os verbos usados não impliquem a afetação do objeto do verbo.

- (22) a. Esse planeta se vê facilmente (de longe)
b. Essa música se escuta facilmente (mesmo de longe).
c. Esse animal se observa facilmente (atrás da moita).

Adicionei aos exemplos em (22) algumas expressões adverbiais para ancorar, de algum modo, as sentenças contextualmente. Ressalto que, por serem expressões adverbiais, em nada mudam a estrutura do evento. Na verdade, a adição de tais expressões aos exemplos em (22) só confirma que, se o verbo concordar com o DP, a interpretação de média não surge. Assim, enquanto a expressão *Esses planetas se veem facilmente de longe* evoca um contexto em que planetas são animados e podem ver um ao outro, (22) significa que qualquer agente que

participar do evento de ver tais planetas vai vê-los de longe. A comparação entre (21)b e (22)b e (21)c e (22)c tem os mesmos resultados.

Parece, então, que as médias marcadas em PB não seguem a restrição de afetação, mas que DPs que concordam com o verbo em sentenças passivas marcadas no PB são agramaticais. No entanto, uma sentença como (17), em que o verbo *vender* forma uma sentença média marcada com um DP singular, também não parece uma boa sentença em meu julgamento. A agramaticalidade de sentenças como as exemplificadas em (17) se confirma com outros verbos agentivos, tanto no singular (23) quanto no plural (24). (23) e (24), embora possíveis em PB, têm uma leitura reflexiva e não uma leitura média, em que se afirma que uma dada propriedade do complemento do verbo assegura que a ação descrita pelo verbo pode ser feita de uma dada forma. Em outras palavras, uma sequência como (23), em PB, não significa que o *robot de cozinha* (batedeira) tem a propriedade de ser limpo facilmente, mas sim de que *o robot* se limpa, uma sentença reflexiva. O mesmo pode ser dito para (24): a sentença parece descrever que bonecos de pano fazem ações reflexivas ao invés de significar que bonecos de pano, em virtude do material de que são feitos, sujam fácil. Note, contudo, que as sentenças (23) e (24) são gramaticais em PE como médias, com o clítico enclítico.

(23) [...] o robot de cozinha [...] **se limpa** facilmente.

(24) Bonecos de pano ou peluche **se sujam** facilmente.

(adaptado de RIBEIRO, 2011: 196).

Isso mostra que, além da condição gramatical de que o DP não pode concordar com o verbo em sentenças médias, sob pena de se formar uma sentença em que uma leitura reflexiva seja atribuída a objetos inanimados, alguns verbos agentivos também formam sentenças médias marcadas estranhas sem razão aparente. Isso, acredito, está ligado ao fato de que esse tipo de derivação para sentenças médias torna-se cada vez mais obsoleto e sentenças que estariam gramaticalmente corretas a princípio começam a soar como estranhas. Assim, os três grupos de sentenças médias apresentados por Rodrigues podem muito bem ser não relevantes gramaticalmente, mas expressarem os julgamentos de um falante médio com base na produtividade de uma certa derivação.⁵

⁵ Tal julgamento estaria apoiado na frequência de médias marcadas no estilo formal e na escrita, dado que médias marcadas são infrequentes na fala.

Uma discussão que corrobora essa ideia é encontrada em Cavalcante (2006). A autora, com base em Galves (2001), afirma que os falantes têm pelo menos dois tipos de competência, a competência gramatical, ligada ao saber da gramática nuclear em PB, e a competência linguística, ligada ao saber do falante sobre os usos da língua, como a norma culta. Assim, a aceitabilidade de (25)c e (25)d, por parte de alguns falantes que Cavalcante consultou, se dá por outros fatores, que não a gramática nuclear. É importante que a autora reporta um julgamento continuamente encontrado por mim quando consultei falantes sobre a concordância em sentenças médias. As sentenças (25)c e (25)d são interpretadas normalmente como reflexivas pelos falantes.

- (25) a. Aqui se vendem casacos de lã.
b. Nesta escola se doam lindos filhotes de poodle.
c. ?Aqui casacos de lã se vendem.
d. ? Nesta escola lindos filhotes de poodle se doam.

(CAVALCANTE, 2006:194)

Até o momento, podemos tirar pelo menos duas conclusões do grupo de dados apresentado nesta seção, quais sejam: i) as médias marcadas em PE atual e no PB de séculos anteriores se parecem ao licenciar sujeitos pré-verbais **irrestritamente**⁶ e permitir a concordância do verbo com tais sujeitos.

Essas propriedades mostram que a configuração estrutural de médias no PB mudou devido a uma série de fatores. Assim, a falta do clítico SE em médias não pode ser tomada como uma idiossincrasia associada a alguns verbos. (19) parece ter uma derivação muito diferente de (17), em uma série de aspectos, que serão detalhados na seção 4.5. O mesmo é afirmado em Pacheco (2008), com base em outros contrastes.

Na seção seguinte, exploramos a derivação de médias marcadas no PB. Um contraste com médias marcadas em PE deixará mais clara a diferença entre as estruturas em jogo.

⁶ Não é o caso de se dizer que médias marcadas em PB não licenciam sujeitos pré-verbais. Uma sentença como (i) é gramatical em meu julgamento. Todavia, assumiremos que *leite* está em uma projeção de tópico, conforme se vê na seção 4.5.

i. Leite se bebe frio.

4.5 Médias e *pro*

Diferentemente de anticausativas, em que a presença de SE não leva a uma leitura de um agente arbitrário, médias marcadas têm essa leitura tanto em PB quanto nas línguas românicas em geral. Como visto no capítulo 2, assumo que, nas sentenças em que SE tem uma leitura arbitrária, o elemento responsável por essa leitura é, na verdade, um *pro*. SE tem uma semântica vaga e, possivelmente por essa razão, é o candidato escolhido nas línguas para ocupar a posição de *Voice* quando a semântica de um argumento externo é arbitrária.

Dadas as especificidades de sentenças médias no PB, nesta seção, conjeturo quais são as características de sentenças com SE e *pro* em PB que garantem a distribuição que detalhamos acima.

Para recapitular, assumi, no capítulo 2, que *pro* é um pronome D em PB, em contraposição ao que é descrito para o espanhol, por exemplo, em que esse mesmo *pro* em sentenças impessoais, médias e passivas é um argumento implícito fraco. O contraste entre médias marcadas nas duas línguas deixa claras as diferenças entre *pro* nessas mesmas línguas.

Diferentemente do espanhol, as médias marcadas do PB não licenciam *by-phrases*, mas licenciam anáforas. O não-licenciamento de *by-phrases* se deve ao fato de que o *pro* que ocupa a posição de especificador em *Voice* se comporta como um pronome pleno e, portanto, satura a posição de argumento externo. Legate (2014:13) diz que argumentos implícitos fracos restringem – mas não saturam – a posição de argumento externo, daí o licenciamento de *by-phrases* se o elemento que sofre merge na posição de argumento externo é um argumento fraco, sem um núcleo D. O exemplo em (26) é de MacDonald (2015:29) e sua contraparte em PB, em (27), é agramatical.

- (26) Este cuadro se pintó por un experto retratista.
 Este cuadro se pintou por um expert retratista.
 ‘Um pintor expert pintou o quadro.’
(27) *Este quadro se pintou por um pintor expert.

Um outro teste que pode auxiliar no diagnóstico da presença de um argumento implícito forte ou fraco é o licenciamento de anáforas. Anáforas necessitam de um argumento forte para serem licenciadas. O fato de que anáforas não são licenciadas em espanhol, mas o são no PB indica que o *pro* em [Spec, *Voice*] nas duas línguas não são da mesma natureza. Novamente, o PB apresenta um comportamento oposto ao do espanhol no licenciamento desses elementos,

como se vê pelo exemplo do espanhol, em (28), em que a anáfora leva à agramaticalidade da sentença, e por sua tradução para o PB, que é gramatical com a anáfora.

- (28) Aquí se habla siempre de *sí/uno
Aquí se fala sempre de si/um.
‘Aqui se fala sempre de si (mesmo).’

(MACDONALD, 2015:39)

Mesmo com essas diferenças quanto ao estatuto de *pro* como um argumento implícito fraco ou forte, as eventualidades, cujas representações possuem esse elemento em [Spec, *Voice*] partilham uma parte do caminho derivacional, como argumentado no capítulo 2. Nos dois casos, os traços de T vão concordar com os traços de (D-) *pro*. A partir daí a diferença da derivação em espanhol e PB fica evidente. Como T entrou em uma relação com os traços de um D-*pro* em PB, um mecanismo de *intervenção* foi criado e T não pode entrar em uma relação com outro DP. Esse mecanismo de intervenção só é criado se *pro* é um DP, já que a sonda não pode ignorar um DP phi-completo para entrar em uma relação de valoração com outro DP.

Já em espanhol, como *pro* é defectivo, a sonda está disponível para entrar em uma nova relação de *agree* com o DP em sentenças médias e passivas. Assim, nas línguas em que *pro* é um argumento implícito fraco, o DP que nasce como complemento do verbo em sentenças passivas e médias pode **concordar** com o verbo. Aí reside, então, a agramaticalidade de sentenças como (24) em PB. Como o PB tem um argumento implícito forte em médias, se houver traços remanescentes na sonda à espera de um alvo para serem checados, a derivação fracassa. Nas línguas em que há um argumento implícito fraco, isso não ocorre. A representação abaixo pretende ilustrar a diferença entre o PB e as outras línguas românicas que foram usadas como exemplos. Nos eventos em que há só uma sonda, como médias, somente a porção laranja de valoração é ativada em PB, ou seja, os traços de pessoa e número devem concordar obrigatoriamente com o D-*pro*, já que esse é um pronome pleno e possui especificação completa de traços-phi. Em outras línguas românicas como o espanhol, a porção azul de valoração também é ativada, já que o complemento do verbo pode também entrar em uma relação de valoração, pois não há intervenção. O *pro* que se encontra no especificador de *Voice* não é phi-completo e possui somente o traço de pessoa a ser valorado.⁷

⁷ Isso não quer dizer, todavia, que o argumento implícito fraco seja especificado só para pessoa. Quero salientar que a sonda só valorará esse traço do pronome, no entanto o elemento já pode ter outros traços valorados ou não os tê-los. Isso é ortogonal para a discussão feita aqui.

Após a concordância da sonda com o(s) argumento(s), *pro* sobe para especificador de TP em ambas as línguas. O argumento interno poderia, então, ficar *in situ*, mas isso não ocorre com as médias em PB ou de outras línguas. Para onde esses argumentos sobem? Se eles não sobem para a posição de especificador de TP, poderíamos ter um problema, já que assumimos que *pro* em sentenças em que esse elemento que se compõe com SE está nessa posição.

Vou argumentar, com base em dados do PE, que o DP sobe para uma posição acima de TP nessa língua. Os dados do PB, contudo, não permitem que cheguemos a essa mesma conclusão. Diferentemente de PE, o DP que se comporta como sujeito em sentenças SE-médias é, na verdade, um tópico gerado na base (*based-generated topic*). Nesse ponto, podemos localizar uma outra diferença entre a sintaxe do PB e das demais línguas românicas, que será brevemente analisada abaixo.⁸

Raposo e Uriagereka (1996) oferecem uma série de argumentos para defender que o DP em sentenças SE-passivas do PE está em uma posição acima de IP (chamada FP). Abaixo, reproduzo alguns desses argumentos.

O primeiro argumento é sobre uma diferença entre passivas perifrásticas e SE-passivas no que diz respeito ao sujeito de sentenças com infinitivo flexionado. Tanto em passivas pronominais quanto em SE-passivas, esses elementos podem ser pós-verbais, como os exemplos abaixo mostram.

(30) Vai ser difícil serem aceites os documentos.

(31) Vai ser difícil aceitarem-se os documentos.

(RAPOSO E URIAGEREKA, 1996:754)

⁸ O contraste entre a posição do DP preverbal em médias do PE e do PB apresentado abaixo foi desenvolvido a partir de perguntas motivadoras de Jairo Nunes (c.p.), por um lado, sobre a necessidade de mostrar o que difere a posição acima de TP nas línguas românicas, tal como definida por Uriagereka, da posição de tópico do PB, e de Jonathan MacDonald (c.p.), por outro, sobre a (im)possibilidade de se aplicar os mesmos testes de Raposo e Uriagereka (1996) aos dados do PB. Agradeço aos dois pesquisadores pelas perguntas.

Contudo, somente em passivas perifrásticas, o sujeito gramatical pode ser anteposto ao verbo. Compare (30) e (32), de um lado, e (31) e (33), de outro.⁹

(32) Vai ser difícil os documentos serem aceites.

(33) *Vai ser difícil os documentos aceitarem-se.

(RAPOSO E URIAGEREKA, 1996:754)

Uma conclusão que se tira dessa assimetria é que o sujeito de SE-passivas não parece se portar como o sujeito de passivas perifrásticas em um mesmo contexto.

Some-se a isso o fato de que nomes nus não são licenciados na posição de sujeito em PE, assim como na maioria das línguas românicas. Dessa forma, enquanto (34) é uma sentença gramatical, porque ‘salsichas’ se encontra em uma posição ‘regida’ por uma categoria lexical, V, (35) e (36) não são boas porque ‘salsichas’ encontra-se na posição de sujeito, uma posição que não é regida por um núcleo lexical.

(34) O Nestor compra salsichas no talho Sanzot.

(35) *Salsichas custam caro no talho Sanzot.

(36) *Salsichas são compradas t no talho Sanzot.

(RAPOSO E URIAGEREKA, 1996:760)

Todavia, objetos topicalizados, os quais não pousam nem são possíveis antecedentes para uma variável na posição de especificador de T, podem ser DPs nus.

(37) Salsichas, o Nestor compra no talho Sanzot.

(RAPOSO E URIAGEREKA, 1996:760)

Interessantemente, o sujeito da SE-passiva pode ser um DP nu.

(38) Salsichas, vendem-se no talho Sanzot.

(RAPOSO E URIAGEREKA, 1996:761)

⁹ Essa assimetria só se manifesta em sentenças infinitivas. Em sentenças finitas, os sujeitos das cláusulas em questão poderiam ser fronteados. Ou seja, com T finito, (33) é gramatical em PE.

Esses fatos, mais uma vez, mostram uma assimetria entre o sujeito de passivas perifrásticas e de SE-passivas. Além disso, mostram que o sujeito de SE-passivas não pousa na posição de especificador de TP. Se esse elemento pousasse em tal posição, o licenciamento de um nome no plural não seria aceitável.

Por último, em perguntas do tipo *qu-*, o DP de sentenças SE-passivas precede o constituinte *qu-*, como (39) exemplifica, enquanto em passivas perifrásticas, o constituinte *qu-* é que precede o DP, como em (40).

(39) Esses livros em que loja se compraram?

(40) Em que loja esses livros foram comprados?

(RAPOSO E URIAGEREKA, 1996:764)

A argumentação em Raposo e Uriagereka (1996) foi aqui sintetizada para mostrar que, nessas construções do PE, o DP de SE-passivas – que, para os autores, é uma construção ativa – se encontra em uma posição de tópico. Em PB, pode-se assumir que o DP de sentenças médias também se encontra em uma posição de tópico, mas com propriedades diferentes da posição que abriga tópicos em PE. Consideremos os argumentos abaixo para argumentar a favor dessa ideia.

A posição de tópico em PB parece abrigar elementos (quase que) exclusivamente referenciais, ao contrário da posição de tópico em PE. Assim, observe o contraste entre (41) e (42). (41) é preferida por ter um grau maior de referencialidade. Embora *os canivetes* possa ser referencial em uma série de contextos, em sentenças genéricas do BP descrições definidas, como (42), soam um pouco estranhas (*Os tigres são animais ferozes*); isso possivelmente está ligado à estranheza de (42).

(41) Esses canivetes se limpa fácil.

(42) ?Os canivetes se limpa fácil.¹⁰

Os exemplos em (43) e (44) reforçam a ideia de que a posição de tópico licencia elementos referenciais.

¹⁰ Compare com: *As camisas de seda engomam-se com facilidade*, uma sentença média do PE. Exemplo de Ribeiro (2011:209).

(43) *Um canivete se limpa fácil.

(44) *Algum canivete se limpa fácil.

Uma aparente complicação para essa generalização é o licenciamento de um nome singular nu em médias. Esse tipo de expressão nominal é o modo canônico do PB de expressar genericidade e, portanto, não veicula uma semântica referencial. Não se sabe ao certo por que esse elemento é também licenciado na posição de tópico do PB, se essa posição está ligada à referencialidade em PB. Aguiar (2007), estudo em que é observado que até alguns elementos indefinidos podem ser licenciados em posições de tópicos em contextos especiais, também não tem uma explicação de por que o singular nu é licenciado nessa posição. Também não há explicação aparente para o fato de que nomes nus plurais não são bons em médias, já que eles também expressam genericidade.

(45) ??Canivetes se limpa fácil.¹¹

(46) Canivete se limpa fácil.

Seja qual for a explicação para o licenciamento do nome nu singular em médias, pode-se manter a generalização de que essa posição é mais restrita em PB do que em PE. Além disso, esse tópico em sentenças SE-médias do PB é diferente do que se encontra em SE-passivas do PE por mais um motivo: o tópico em sentenças médias do PE nasce como complemento do verbo e sobe para a posição de tópico. Na abordagem de Raposo e Uriagereka (1996), esse objeto sobe para a posição de FP, onde entra em uma relação com T e recebe caso, haja vista a possibilidade de concordância com o verbo nessas construções. Na abordagem dos autores, de acordo com as primeiras tendências minimalistas, para checar um traço de caso, o movimento era necessário. Todavia, nos termos atuais e na nossa proposta, podemos pensar que esse DP entrou em uma relação de caso com T, porque o *pro* em sentenças SE-passivas do PE é um argumento implícito fraco, portanto phi-incompleto, o que permite que a sonda entre em relação com outro elemento após checar o traço de pessoa de *pro*. Sendo esse o caso, o DP em sentenças SE-passivas do PE sobe para a projeção F por outras razões.

Consideremos, agora, como o DP em sentenças SE-médias do PB aparece nessa posição de tópico. A pergunta que queremos fazer é: Esses DPs em sentenças SE-médias do PB também nasceriam como objetos do verbo e depois subiriam para uma posição de tópico? Esses

¹¹ Compare com (38) do PE: *Salsichas, vendem-se no talho Sanzot*.

elementos são o objeto lógico do verbo, mas não recebem Caso acusativo. Se fossem gerados na posição de complemento do verbo e pudessem, daí, subir para a posição de tópico, receberiam Caso acusativo (se a sentença for transitiva) ou Caso nominativo (se intransitiva). Dado o sincretismo das formas pronominais no PB atual, seria esperado que, qualquer que fosse o Caso que esses elementos recebessem, eles pudessem ser pronominalizados. Isso não ocorre, contudo. Veja que (47) é agramatical.

(47) * Elas se limpam facilmente com esse novo produto.

Contexto: As janelas da casa de Maria estão muito sujas e ela já tentou limpá-las com vários produtos diferentes. Maria foi então a uma loja nova do bairro e contou a situação para a atendente que disse (47).

Se compararmos o dado em (47) com ocorrências canônicas de tópicos gerados na base em PB, entendemos que o DP sujeito em SE-médias do PB tem as características que tem porque é um tópico gerado na base. Tópicos gerados na base não podem ser pronominais, como (49) mostra.

(48) Essa professora, ela sempre implica comigo.

(49) *Ela, essa professora sempre implica comigo.

Martins e Nunes (2006), ao discutir construções de hiperalçamento em PB, notam que tópicos na posição de sujeito em PB podem concordar com o verbo antes de subirem para a posição de tópico, dando origem a construções como (50). Isto é, o DP *Esses professores*, na sentença matriz, nasce na posição de tópico da oração que é complemento do verbo de alçamento e sobe para a principal.

(50) Esses professores parecem que eles gostam da Maria.

(MARTINS E NUNES, 2006:72)

Como as médias marcadas em PB não podem ter concordância com o verbo (**Os espelhos se limpam facilmente*), assumimos que os DPs dessas eventualidades já nascem nessa posição de tópico. Isso também se coaduna com a nossa hipótese de que um *D-pro* está na posição de especificador de TP nessa eventualidade, impossibilitando que o verbo entre em uma

relação de concordância com o DP. Ou seja, mesmo que se afirmasse que um DP em posição de tópico pudesse, a princípio, concordar com o verbo. A concordância entre o DP e o verbo em médias está impossibilitada haja vista a existência de um elemento interveniente, um D-pro.

Veja, contudo, que essa relação de concordância é possível em PE, mostrando, mais uma vez, a derivação diferente das duas estruturas. Isso explica as características peculiares dos DPs que são licenciados nessas sentenças em PB, mas não em PE (cf. (51) e (52)).

(51) Média marcada do PB (com a omissão de algumas projeções)

Esses canivetes se limpa fácil

- DP pré-verbal é gerado na base, DPs são restritos a elementos referenciais.
- D-Pro – argumento implícito forte
- O verbo não concorda com o DP pré-verbal.

(52) Média marcada do PE (com a omissão de algumas projeções)

As camisas engomam-se com facilidade

- DP preverbal – movido
- Pro – argumento implícito fraco
- DP pré-verbal concorda com o verbo.

Tendo explorado a estrutura de sentenças médias marcadas no PB, as derivações acima deixam claras as diferenças nas derivações de médias marcadas em PB e em PE. Na próxima seção, começo a pesquisar a derivação de médias não-marcadas do PB.

4.6 Tipologia de médias e as médias não-marcadas do PB

Seguindo o nosso argumento de que médias não-marcadas do PB envolvem uma derivação diferente e não são, simplesmente, exemplos idiossincráticos de uma classe, vejamos como médias não-marcadas do PB se comportam frente a testes que mostram se uma média é do tipo I ou do tipo II. Por conveniência, repito o Quadro 1 abaixo:

Médias do tipo 1	Médias do tipo 2
Inglês – <i>This book reads easily</i>	Francês – <i>Ce livre se lit facilement.</i>
Somente verbos agentivos	Verbos experienciadores e estativos também são licenciados.
Não aceitam expressões orientadas para o sujeito	Aceitam expressões orientadas para o sujeito.

Quadro 2: propriedades de sentenças médias contrastadas

Como médias do tipo 1, verbos estativos e experienciadores não são licenciados em médias não-marcadas do PB. Os dados de (54) a (56) são os dados de Rodrigues discutidos acima, mas sem o SE. Mantive os dados no plural, para que não ficassem muito diferentes dos dados acima, mas o leitor pode averiguar que a agramaticalidade aqui nada tem a ver com o valor do traço de número: **esse planeta vê facilmente* é uma sentença tão agramatical quanto a sua versão plural, em (54).

(53) *Matemática sabe bem (quando se estuda muito).

(54) *Esses planetas vêem facilmente.

(55) *Essas músicas escutam facilmente.

(56) *Esses animais observam facilmente.

Médias não-marcadas em PB também não aceitam expressões orientadas para o sujeito, mostrando que, sem o SE, o agente deixa de ser representado nessas sentenças.

(57) Receita de bolo *(se) prepara com atenção.

(PACHECO, 2008:48)

Contudo, apesar dessas similaridades, médias não-marcadas em PB apresentam algumas diferenças importantes em relação a médias do tipo 1. Abaixo, faremos a comparação entre médias não-marcadas do PB e do inglês.

A primeira diferença a ser notada é que médias não-marcadas em PB são inacusativas, ao contrário de médias em inglês, que são inergativas ou transitivas, a depender da abordagem. À primeira vista, essa pode parecer uma assunção estranha haja vista que verbos como *operar*, *extrair*, *encerar* e *vender* são licenciados em médias do PB. Todos esses verbos são considerados transitivos. Contudo, verbos como esse e outros entram em uma alternância em PB que parece a alternância causativa, como se verá no capítulo 5. Por isso, há razões para se pensar que os verbos mencionados acima são licenciados em sentenças inacusativas.¹²

(58) Verbo *operar*

- A. O veterinário operou o cachorro.
- B. O cachorro operou.

(59) Verbo *extrair*

- A. O João extraiu o dente.
- B. O dente extraiu.

(60) Verbo *vender*

- A. A imobiliária vendeu a casa.
- B. A casa vendeu.

(61) Verbo *encerar*

- A. A Joana encerou o quarto.
- B. O quarto encerou.

Ademais, esses verbos licenciam alçamento de possuidor, como mostrado em (61) e (62). Como discutido no capítulo anterior, ver também Carvalho e Scher (submetido),¹³ esse teste não é possível se o verbo tem um argumento externo, já que dois constituintes – o possuidor e o argumento externo – estariam competindo pela posição de especificador de T.

(61) O cachorro operou o nariz. ~ O nariz do cachorro operou.

(62) Essa sala já encerrou o chão. ~ O chão da sala já encerrou.

Assim, se médias não-marcadas são inacusativas em PB, é esperado que alçamento de possuidor seja licenciado nessas sentenças. (63) e (64) mostram que a predição está certa.

¹² Obviamente, uma outra hipótese plausível é de que haja um *pro* em sentenças como essas. No capítulo seguinte, em que estudo detalhadamente essas sentenças, mostro que essas sentenças são, de fato, inacusativas.

¹³ CARVALHO, J.; SCHER, A.P. **Refining the structure of unmarked middles: Evidence from Brazilian Portuguese**. Manuscrito submetido. Universidade de São Paulo.

- (63) [Esse tipo de sala]_i encera [o chão t_i] fácil.
 (64) [Cachorro]_i opera [a pata t_i] fácil.

Uma segunda diferença entre médias do inglês e do PB reside no tipo de advérbio licenciado. A modificação adverbial em médias do tipo 1 tem sido considerada obrigatória (cf. Lekakou, 2005, cap.3), mas não é o caso de que qualquer advérbio ou adjunto adverbial seja licenciado nesse tipo de sentença média. Advérbios orientados para Agente, que descrevem exclusivamente o modo de um Agente potencial fazer uma ação, não são licenciados em médias do inglês.

- (65) *This book readsdeliberately/voluntarily/safely (STROIK, 2006:323)

A sentença (66) é uma tradução de (65) que demonstra um paralelo entre PB e inglês no tocante ao licenciamento de advérbios orientados para agente.

- (66) *Esse livro lê deliberadamente/voluntariamente/seguramente.

Todavia, apesar desse paralelo, a modificação que médias do inglês e do PB apresentam é diferente. O primeiro aspecto a se levar em conta é o fato de que adjetivos e advérbios são intercambiáveis como modificadores de médias no PB, como (67) mostra. Isso não acontece no inglês.

- (67) O chão dessa sala encera **fácil/facilmente**.
 (68) The floor of this room waxes *easy/easily.

Rodrigues (1998:160), ao discutir essa propriedade, nota que médias marcadas em PB não licenciam modificação adjetival, somente modificação adverbial é permitida.¹⁴

- (69) Dente de criança amolece fácil. (Rodrigues 1998:160)
 (70) ??Essas misturas **se** adocicam fácil. (Rodrigues 1998:160)

¹⁴ Note, todavia, que a modificação adjetival de médias marcadas é possível para alguns autores, como Pacheco (2008).

i. Texto em português (se) lê rapidinho, mas em francês não. (PACHECO, 2008:29)

Se esse contraste é significativo, o que ele pode nos dizer de uma diferença entre médias marcadas e não-marcadas em PB? Foltran (2010) nota que passivas perifrásticas somente licenciam advérbios terminados em *–mente*. Aparentemente, então, a modificação com *–mente* pressupõe um Agente; já a modificação adjetival não pressupõe necessariamente esse elemento.

(71) Meu time perdeu feio a partida.

(72) *A partida foi perdida feio pelo meu time.

(FOLTRAN, 2010: 172)

Além disso, Foltran (2010) também nota que a modificação adjetival parece compor um predicado com o verbo. (73) e (74) mostram que o adjetivo adverbial deve estar perto do verbo para alguns falantes.

(73) ?Ela leu esta carta bonito.

(74) Ela leu bonito esta carta.

(FOLTRAN, 2010: 171)

Os exemplos abaixo também ilustram a diferença entre a modificação adjetival e a modificação adverbial de médias. Assim, advérbios que invariavelmente selecionam *–mente* não são licenciados em médias não-marcadas, como (75) e (76) demonstram, mas são selecionados em médias marcadas, cf. (77) e (78).

(75) Textos traduzem *modestamente/*modesto.

(76) Textos traduzem *atentamente/*atento.

(77) Texto difícil **se** traduz modestamente (quando a pessoa é estudante de graduação).

(78) Texto do Chomsky **se** traduz atentamente.

Todas essas evidências em conjunto – licenciamento de *-mente* em passivas, marginalidade do adjetivo após o complemento do verbo e o não-licenciamento de advérbios que invariavelmente selecionam *-mente* em médias não-marcadas – mostra que advérbios que selecionam invariavelmente o sufixo *–mente* são concatenados em

porções mais altas da árvore. Em comparação a advérbios de modo, que são aqueles que podem aparecer com ou sem *-mente* em médias não-marcadas, eles são mais altos.

As estruturas em (79), (80) e (81), então, representam os lugares em que os advérbios podem ser integrados na estrutura. Para manter a simplicidade da representação, ignora-se que a flexão do verbo estaria em T.

(79) VoiceP

(80) vP

(81) vP

Até aqui, o contraste que fiz entre as médias do inglês e do PB no que tange à modificação adverbial pode ser resumido da seguinte forma: médias não-marcadas do PB e médias do inglês licenciam advérbios de modo e não licenciam advérbios orientados para agente. Além disso, a modificação nas médias do inglês é mais alta, porque *-mente* sempre será usado.

Esse contraste pode ser mais refinado, se outros tipos de advérbio forem considerados. As médias do inglês também licenciam advérbios que não são nem prototipicamente advérbios de modo nem orientados para agente. Eles parecem ser, na verdade, uma categoria mista. Assim, um advérbio como *smoothly* em (82) descreve tanto o modo como a ação descrita pelo verbo será feita, quanto o modo como essa ação seria conduzida por um agente em potencial.

(82) This desert crosses smoothly.

(CONDORAVDI, 1989:22)

Note, todavia, que esses advérbios não são licenciados em médias não-marcadas do PB. A tradução de (82) para o PB é uma sentença agramatical.

(83) *Esse deserto atravessa suavemente.

Outros exemplos mostram que esse tipo de adjunção não é licenciado em médias não-marcadas do PB.

(84) The abstracts that come from that school read poorly.

(85) *Os abstracts daquela escola leem pobremente.

(86) Seven lines have been reduced to four, and four sentences to two: it **reads comfortably** and fluently. (In: *Write in Style: a guide to good English*, books.google.de/books?isbn=1135834342)

(87) *Esse livro lê confortavelmente e fluentemente.¹⁵

Essa diferença entre médias não-marcadas do inglês e do PB pode ser explicada se os advérbios do inglês se adjungem ao tipo especial de *Voice* que essas sentenças têm. Mais especificamente, se médias em inglês são inergativas ou transitivas, mas não têm um elemento em *Voice*, pode-se assumir que *Voice* é saturada no léxico nessas sentenças, como alguns lexicalistas assumem, ou que é um tipo de voz expletiva, em que o objeto deve subir para a posição de argumento externo (Schäfer, 2008, cap.6). Como o objetivo desta tese não é defender uma dessas propostas, assumo, tanto com propostas lexicalistas quanto com construcionistas, que há uma projeção de *Voice* nas médias do inglês. Assim, advérbios que são uma categoria fronteira entre advérbios de modo e advérbios orientados para agente são licenciados nessas sentenças por causa do tipo de *Voice* presente em médias do inglês.

¹⁵ Ana Paula Scher (comunicação pessoal) comenta que a sentença *Esse livro lê fluentemente* é gramatical em seu julgamento. Levando em conta que adjuntos orientados para Agente não são licenciados em médias não-marcadas em PB, a gramaticalidade dessa sentença se deve a como esse adjunto é interpretado. Informalmente, a interpretação licenciada é a que se vê em (ii), não em (i).

i) *Esse livro lê fluentemente* – **Esse livro é um livro com propriedades tais que qualquer um que o ler, o lerá com fluência.*
ii) *Esse livro lê fluentemente* – *Esse livro é um livro com propriedades tais que sua leitura flui.*

Finalmente, a terceira diferença entre médias do inglês e do PB é a presença semântica de um Agente. Como médias do inglês são geralmente descritas como sentenças transitivas/inergativas, elas possuem algumas propriedades agentivas. Deve-se destacar, contudo, que essas propriedades não coincidem com as propriedades de médias marcadas em línguas românicas. Mais especificamente, em inglês, médias não mostram a presença de um argumento sintaticamente projetado, como os dados de (8) a (10), repetidos abaixo, deixam entrever:

(89) *Clothes wash easily on purpose.

(90) *Clothes wash easily by everyone.

(91) *Clothes wash easily to clean the dust.

Em contraste, a presença de um elemento semântico que derive a agentividade semântica nessas construções pode ser vista, por exemplo, no licenciamento de *for*-PPs. Para alguns autores, esses elementos são adjuntos beneficiários, para outros, experienciadores e, para outros ainda, são argumentos externos demovidos (cf. discussão em Stroik, 2006). Independentemente do status que se queira atribuir a esses elementos, eles não são licenciados em médias não-marcadas do BP.

(92) No Latin text translates easily for me.

(93) Nenhum texto de latim traduz fácil *para mim¹⁶/*por mim.

Além disso, médias do inglês licenciam adjuntos que estão presentes quando um argumento externo está presente, como sentenças adverbiais gerundivas, como em (94).

¹⁶ Esse advérbio é licenciado nesta sentença se a interpretação for equivalente a *em meu julgamento*. Essa leitura não é relevante aqui.

Note, mais uma vez, que as médias do PB não licenciam esses adjuntos, dada a agramaticalidade de (95).¹⁷

(94) Most physics books read poorly even after reading them several times.

(STROIK, 1995:168)

(95) *Livros de física não leem fácil mesmo após lê-los várias vezes.

Finalmente, médias do inglês licenciam elementos anafóricos, os quais não são licenciados em médias não-marcadas do PB.

(96) Books about oneself never read poorly.

(STROIK, 1995:166)

(97) *Livros sobre si (mesmo) nunca leem fácil.

4.7 A abordagem

Tanto as abordagens lexicalistas quanto as sintáticas para médias do inglês admitem que as características desse tipo de eventualidade só podem ser explicadas se alguma forma de agentividade estiver presente na sintaxe dessas expressões.

Para abordagens lexicalistas, isso acontece se médias do inglês projetam uma estrutura inergativa. Para abordagens sintáticas, pode-se assumir tanto um tipo específico de *Voice* em médias (cf. BRUENING, 2013) ou uma projeção semântica vazia que força o tema a se mover para o seu especificador (SCHÄFER, 2008).

Vou concordar com as abordagens sintáticas em relação à necessidade de *Voice* ser projetada em médias do inglês. Uma evidência para esse fato é, como já demonstramos no início do capítulo, o verbo transitivo para fazer uma sentença média, nos casos em que o inglês dispõe de dois itens distintos para sentenças transitivas e intransitivas. A sentença (99), abaixo, é mais um exemplo disso.

(98) This vinyl floor lays/*lies in a few hours.

¹⁷Em algumas abordagens, o licenciamento das sentenças adverbiais gerundivas, for-PPs e o licenciamento de elementos anafóricos têm sido atribuídos à presença de PRO em médias do inglês (cf. STROIK, 1995). Em outras, a ideia é a de que o licenciamento desses elementos é logofórico, uma vez que não são todas as médias possíveis em inglês que licenciam for-PPs e sentenças adverbiais gerundivas (cf. ACKEMA E SCHOORLEMMER, 2006 para um resumo dos argumentos a favor e contra as hipóteses logofóricas). Se o licenciamento desses elementos se deve a algum elemento estrutural ou logofórico, o argumento crucial que é feito aqui é que médias não-marcadas do PB não têm o mesmo comportamento, o que mostra, mais uma vez, a diferença entre médias não-marcadas em PB e em inglês.

Dada a argumentação desenvolvida aqui, quero argumentar que a diferença entre médias do inglês e do português se dá, especificamente, nesse aspecto. As médias do inglês projetam *Voice*; assim a variável do argumento externo tem de ser saturada de algum modo e os ‘efeitos fracos’ de agentividade, quando comparados aos indícios de agentividade em médias marcadas de línguas românicas, emergem.

Com a perda de SE em sentenças médias, a projeção de *Voice* não é mais introduzida na sintaxe para a formação de sentenças desse tipo; por consequência, somente verbos que podem entrar na sintaxe sem uma variável para o Agente podem ser licenciados em sentenças médias. Isso explica todas as características de sentenças médias nessa língua que mostrei ao longo deste capítulo: verbos intransitivos são usados, advérbios baixos e o não licenciamento de elementos que acusariam a presença de um agente: anáforas, for-PPs e advérbios altos.

O quadro abaixo sumariza as diferenças mostrando que, em médias não-marcadas do inglês, alguns elementos são licenciados em virtude da presença de presença de *Voice* em médias dessa língua. Em médias marcadas de línguas românicas, em contraste, mais elementos são licenciados. Por fim, nenhum desses elementos que são licenciados em médias do inglês ou em médias do francês são licenciados em médias do PB, indicando que a derivação de médias não-marcadas nessa língua é radicalmente diferente das mencionadas anteriormente.

Presença de Voice	Tipo de Voice encontrado em médias do inglês	Tipo de Voice encontrado em médias do francês	Médias do PB
Expressões orientadas para o sujeito	NÃO	SIM	NÃO
Verbos experienciadores e estativos	NÃO	SIM	NÃO
Verbos transitivos	SIM	SIM	NÃO
Controle	NÃO	SIM	NÃO
Advérbios orientados para agente	SIM (+/-)	SIM	NÃO
Anáforas	SIM	?	NÃO
For-PPs	SIM	NÃO	NÃO
By-phrases	NÃO	SIM	NÃO

Quadro 3: propriedades de médias vs. presença/falta de VoiceP

Nesta seção, mostrei, então, que as médias não-marcadas do PB diferem de outras médias não-marcadas fartamente estudadas, como as médias do inglês. Atribui essa diferença à projeção *Voice*, que é projetada em médias do inglês mesmo na ausência de uma morfologia específica, mas não em médias do PB.

4.8 Comparando a derivação de médias não-marcadas e médias marcadas em PB

Na seção 4.5, a seguinte estrutura foi defendida para médias marcadas do PB. Repito abaixo um sumário das propriedades de médias marcadas em PB.

A estrutura em (99) está relacionada às restrições que observei para as médias marcadas do PB. Abaixo, recapitulo essas restrições e confronto essas características com as de médias não-marcadas. Os exemplos de (100) a (106) ilustram que há restrições para o elemento que ocorrerá em posição preverbal em médias marcadas do PB. De modo geral, esse elemento tem de ser referencial, muito embora, como afirmado, não haja explicação para o licenciamento de um nome no singular, que denota entidades genéricas. Aguiar (2007: 81) nota que, ao contrário do que geralmente se diz na literatura, sintagmas não-definidos podem ser licenciados em uma posição de tópico em PB, desde que sejam modificados.

Isso exemplifica a diferença entre (100) e (101).

(100) *Alguns, o síndico convocou para a reunião.

(AGUIAR, 2007:63)

(101) Alguns dos condôminos, o síndico convocou para a reunião. (exemplo meu)

Além de ser referencial, o elemento deve ser um DP e não simplesmente um D, o que parece estar relacionado com a incerteza de alguns falantes quanto à gramaticalidade de sentenças em que um pronome é gerado na posição de tópico, como o exemplo (108) abaixo.¹⁸ Uma possibilidade de análise é uma distinção pequena entre as gramáticas dos falantes consultados. Alguns falantes só aceitam que DPs que são descrições definidas e referenciais em médias. Os julgamentos que se vê, então, nos dados de (102) a (108) ilustram esse padrão e são representativos da minha própria intuição e de outros falantes que consultei. Os falantes que acham (108) possível, contudo, tendem a aceitar (103), em que há um DP que pode ser referencial, mas não precisa ser, necessariamente, já que *Os canivetes* pode se referir à classe de canivetes. Ou seja, alguns falantes somente aceitam DPs que têm referência fixa, enquanto outros aceitam aqueles em que há um potencial referencial, como *Os canivetes*. Para exemplificar, em (103), *os canivetes* pode se referir a um grupo de canivetes presente no contexto, portanto um DP referencial, ou, menos provavelmente, a canivetes em geral.

(102) Esses canivetes se limpa fácil.

(103) ?Os canivetes se limpa fácil.¹⁹

(104) *Um canivete se limpa fácil.

(105) *Algum canivete se limpa fácil, (... , não é possível que todos estejam enferrujados!).

(106) ??Canivetes se limpa fácil.²⁰

(107) Canivete se limpa fácil.

(108) Esses canivetes são feitos de metal bom. % Eles se limpa(m) fácil.

¹⁸ Inicialmente, consultei dois falantes: um aceitou não só essa sentença, mas outras com a mesma estrutura sintática, mas com outros verbos. Trata-se, então, de um julgamento consistente. O outro falante mudava de ideia à medida que eu mudava verbos. Tentei, sem sucesso, consultar outros falantes que não entendiam o que a sentença significava ou não conseguiam atribuir um significado mesmo que eu fornecesse um contexto que levaria a uma interpretação média. Isso, em si, já é bastante revelador, mas não excluiria a possibilidade de ‘eles’ ser licenciado em uma média marcada. Resolvi, então, consultar linguistas. Agradeço aos participantes do GREMD que deram suas opiniões sobre (108): Rafael Minussi, Indaiá Bassani, Mayara Espadaro, Júlio Barbosa e Aline Rodero-Takahira. Desses 5 falantes, 4 julgaram (108) agramatical e 1 a julgou gramatical, mas expressou a seguinte impressão: “*achar uma sentença ok implica que eu usaria ela? Porque eu acho a sentença boa, mas eu nunca produziria ela.*”

¹⁹ Compare com: *As camisas de seda engomam-se com facilidade*, uma sentença média do PE, exemplo de Ribeiro (2011:209).

²⁰ Compare com (38) do PE: *Salsichas, vendem-se no talho Sanzot.*

A mesma restrição não se observa em médias não-marcadas.

(109) Esses canivetes limpa(m) fácil.

(110) Os canivetes limpa(m) fácil.

(111) Um canivete limpa fácil.

(112) Algum canivete limpa fácil (... , não é possível que todos estejam enferrujados!).

(113) Canivetes limpa(m) fácil.

(114) Canivete limpa fácil.

(115) Esses canivetes são feitos de metal bom, eles limpa(m) fácil.

Se a observação que fiz de que o DP pré-verbal se comporta como um tópico gerado na base em sentenças médias marcadas está certa, ela não pode ser estendida a médias não-marcadas, haja vista que elas não têm restrições quanto a indefinidos (cf. (111) e (112), nomes nus plurais e DPs pré-verbais pronominais). Assim, os elementos licenciados em médias não-marcadas parecem se comportar como um argumento gerado em uma posição argumental e não como um tópico com propriedades específicas, em uma posição não-argumental.

Outra diferença entre médias marcadas e não-marcadas se vê nos exemplos de (109) a (115). Nas médias não-marcadas, verbos podem concordar com o elemento pré-verbal, já que *pro*, o elemento que intervém entre a sonda e o DP objeto, não está presente. Assim, as evidências apresentadas na seção anterior de que médias não-marcadas são inacusativas em PB apontam para a seguinte derivação.

(116) Estrutura de médias não-marcadas em PB (com a omissão de algumas projeções)

Do exposto nesta seção, podemos ter duas conclusões. A primeira é a relação entre SE-médias e SE-passivas mencionada na Introdução. Nas línguas românicas com médias marcadas, a sintaxe dessas construções parece ser idêntica a SE-passivas. Em PB, no entanto, alguns autores defendem que SE-passivas estão extintas. Se isso está certo, a sintaxe de SE-médias deveria ter alguma particularidade. Os testes de gramaticalidade e até algumas impressões registradas por estudos prévios mostram que as médias marcadas do PB possuem, pelo menos, duas peculiaridades dignas de nota: (i) a concordância entre o sujeito e o verbo tem aceitabilidade marginal mesmo entre falantes escolarizados; (ii) há restrições no tipo de DP que pode aparecer em médias. Essas restrições são as mesmas de DPs gerados em posição de tópico.

Desse modo, como SE-passivas estão extintas do PB, a língua desenvolveu mecanismos alternativos para formar SE-médias. *Pro*, na posição de especificador de *Voice*, entrará em uma relação com T e um DP abaixo de *pro* não conseguiria ter seu Caso valorado. A solução para isso é que esse DP seja gerado em uma posição de tópico e receba Caso default nessa posição.

Alia-se a isso o fato de que médias são sentenças orientadas para o sujeito (cf. LEKAKOU, 2005:90-101). Lekakou (2005) defende que médias possuem um operador genérico acima do VP, ideia que também assumimos, e que esse operador genérico é como um verbo modal orientado para o sujeito. Alguns exemplos da própria autora podem deixar essa ideia mais clara. Para a autora, os exemplos abaixo ilustram que o restritor do operador genérico em médias são as propriedades do sujeito. Assim, a leitura de média somente surgirá nos casos em que as orações causais forem também orientadas para o sujeito da média, como se vê em (117) e (118). Em relação ao conjunto de sentenças em (119), cujo primeiro membro não é uma sentença média, não é mandatório que as orações causais em (119)a e (119)b sejam sobre a propriedade descrita no sujeito de médias.

(117) This car drives well...

Este carro dirige bem...

a.because the suspension is engineered well.

...porque a suspensão é bem arquitetada.

b. ?? because we are driving on a smooth pavement.

?? porque nós estamos dirigindo em uma estrada bem pavimentada.

(118) The clothes wash with no trouble because...

Essas roupas lavam facilmente porque...

- a. ...they're machine-washable.
...elas podem ser lavadas na máquina.
- b. *...I have lots of time.
*...Eu tenho muito tempo.

(119) It's no trouble to wash the clothes because...

Não é problema lavar as roupas porque...

- a. ... they're machine-washable.
...elas podem ser lavadas na máquina.
- b. ...I have lots of time.
...Eu tenho muito tempo.

(LEKAKOU, 2005:92)

Em suma, o que esse conjunto de dados mostra é que o fato de médias serem orientadas para o sujeito propiciou que o DP fosse gerado em uma posição de tópico em PB. Assim, ao invés da extinção de SE-médias, como aconteceu com SE-passivas, uma derivação alternativa foi criada: o DP já nasce na posição de tópico e lá recebe Caso default porque a sonda entrará em contato só com *pro* na posição de argumento externo, visto que esse é um argumento implícito forte, portanto phi-completo (cf. Capítulo 2).

SE-médias são, então, um caso interessante de como as SE-sentenças estudadas do PB se distanciam de outras línguas românicas em virtude das propriedades dessa língua.

4.9 Médias podem não ter agentes?

Os dados do inglês e do holandês deixam claro que médias não-marcadas não correspondem, necessariamente, a uma média sem a representação de um Agente. O que a tradicional divisão entre médias marcadas – derivadas a partir de uma estrutura passiva em línguas românicas – e médias não-marcadas – derivadas a partir de uma estrutura transitiva/inergativa – deixa explícito é que as médias do primeiro grupo têm um argumento implícito projetado, enquanto médias do segundo grupo parecem ter algum ingrediente semântico que deriva alguns efeitos de agentividade, mas não todos. As médias não-marcadas do PB, por outro lado, não possuem esse ingrediente semântico encontrado em médias do inglês e do holandês e são sentenças inacusativas genéricas. A pergunta que deve ser respondida, então, é se médias podem não envolver agentes. Ou

mais explicitamente: se, com a perda do SE, pode-se afirmar que o PB continua a ter eventualidades médias ou que sentenças como *Essa roupa lava fácil* são, somente, inacusativas genéricas. Consultemos alguns trabalhos para discutir essa questão.

Schäfer (2008:211-245) desenvolve uma análise diferente da de trabalhos prévios para médias do alemão. Para o autor, médias nessa língua são sentenças anticausativas que devem ser marcadas para que a implicatura de um agente seja construída na interface conceptual-intencional. Alguns exemplos parecem demonstrar isso. Verbos que formam anticausativas marcadas serão também marcados quando formam médias e, portanto, não podem nos dizer muito sobre a estrutura de médias genéricas (nessa língua). Os grupos interessantes a serem explorados são: verbos inacusativos puros – que não participam da alternância causativa – e verbos que não são marcados em anticausativas.

Prestemos atenção no primeiro grupo, os verbos inacusativos puros (internamente causados na terminologia de Levin e Rapaport, 1995). Eles são representados por verbos como *florescer*, por exemplo. Como esses verbos não alternam, eles não podem formar anticausativas marcadas em alemão, como (121) mostra. Em consequência, médias não-marcadas também não podem ser formadas (122). A única possibilidade é uma sentença como (120), que pode se analisar como média, a depender da teoria seguida, mas que se comporta como uma inacusativa genérica.

- (120) Blumen vertrocknen leicht
 flowers wither easily
 ‘Flores murcham fácil.’
- (121) *Hans vertrocknet die Blumen
 John withers the flowers
 ‘João murcha flores.’²¹
- (122) *Blumen vertrocknen sich leicht
 Flowers wilt refl easily

²¹ Uma sentença como (121) é boa em várias línguas (inglês, hebraico, grego e português brasileiro, por exemplo) se a interpretação for de que João faz algo para causar que a flor fique murcha. Por exemplo, João pode colocar as flores perto do fogo ou deixar de colocar água nelas por um tempo. Perceba que, nesses casos, João é uma causa, já que ele facilita o processo de ‘murchamento’ das plantas ao fazer ações que acelerem tal processo (colocar as flores perto do fogo) ou ao não fazer ações que impediriam tal processo (deixar de colocar água nelas). Quando verbos internamente causados alternam, isso é o que acontece: o DP argumento externo é sempre uma Causa, mesmo que a referência seja a um humano. O DP sempre fará uma ação que acelerará um processo natural da entidade correspondente ao DP objeto.

Presumivelmente, a sentença (121) foi julgada como agramatical em uma interpretação agentiva ou, em alemão, verbos internamente causados não podem aparecer em sentenças causativas compatíveis com a descrição dada acima.

‘*Flores se murcham fácil.’

(SCHÄFER, 2008:227)

É, então, curioso que verbos que não podem ter um Agente como argumento externo não possam formar médias marcadas no alemão. A marcação parece, de fato, estar relacionada com a implicação – para usar um termo de Schäfer (2008) – de agentividade. Uma outra evidência a favor dessa ideia é o fato de que anticausativas não-marcadas podem formar médias marcadas. As sentenças (123) e (124) mostram que o verbo *schmelzen* ‘derreter’ alterna entre uma forma causativa e uma anticausativa. A forma anticausativa em (124) é agramatical, se marcada.

(123) Hans schmilzt das Eis.

Hans melts the ice

Joao derrete o gelo.

(124) Das Eis schmilzt (*sich).

The ice melts (*refl)

O gelo se derrete.

(SCHÄFER, 2008:226)

Como esse é um verbo que tem implicatura de Agente, a sentença média feita a partir dele pode ser marcada. Se marcada, a interpretação de Agente se torna disponível. Assim, (125) teria uma interpretação de sentença inacusativa genérica, enquanto, em (126), a interpretação de agente está envolvida.

(125) Zinn schmilzt leicht

Solda derrete fácil.

(126) Zinn schmilzt sich leicht

Solda derrete SE fácil.

(SCHÄFER, 2008:226)

Isso leva o autor a formular um quadro em que as condições em que uma interpretação de agente em sentenças médias vai ser formada na interface conceptual-intencional são estabelecidas. O quadro abaixo é uma tradução adaptada do quadro em Schäfer (2008:230).

Estrutura sintática	Implicatura do Agente
a. [V...]	Não
b. GEN+[V...]	Não
c. [Voice–expl. [V....]]	Não
d. GEN+[Voice–expl. [V....]]	Sim
e. [Voice _{ag} [V....]]	Não se aplica/Agente já está presente na sintaxe

Quadro 4: formação de implicatura no agente

A tendência geral que se vê no quadro é a de que a interpretação de Agente só estará presente se a projeção de *Voice* e genericidade estiverem presentes. Assim, somente um verbo, como em ‘a’, ou um verbo abaixo de um operador genérico (lembrando que sentenças médias são genéricas), como em ‘b’, não levariam à implicatura de agente. Se *Voice* estiver presente, mas não a genericidade, como em ‘c’, por exemplo, a sentença não será interpretada como uma média, já que tem tempo especificado.

A estrutura em ‘b’ é a estrutura de sentenças inacusativas genéricas e se uma língua, como o PB, faz uso desse expediente para formar médias, pode-se falar que não há médias nessa língua, só sentenças inacusativas genéricas. Levando essa discussão em consideração, então, pode-se reformular o que foi dito anteriormente. Ao invés de se dizer que as médias não-marcadas do PB são inacusativas genéricas, pode-se dizer que o PB perdeu a possibilidade de expressar um evento médio, tal como definido aqui, em virtude da perda de SE e, consequentemente, de *pro*. Como também foi salientado acima, repare que esse não é o único caminho de uma língua quando perde *Voice*. O PB poderia ter adotado uma estrutura tal como se vê em inglês ou em holandês, em que, supostamente, há uma projeção de *Voice* sem uma morfologia característica. Até o momento, essa estratégia não vingou em PB, contudo.

Essa não é a única possibilidade de análise. Schäfer (2008) e Lekakou (2005, 2008), seguindo uma pronunciada tendência em estudos sobre sentenças médias, concebem esse tipo de sentença como dotado de um Agente. Como Fábregas e Putnam (2014:240) apontam, entretanto, com o abandono de regras estruturais de formação (*phrase structural rules*, no original), é incoerente que concebamos que um dado tipo de sentença tenha de ter todas as características notadas em uma língua ou em outra língua. Assim, características semânticas que foram associadas às construções médias à medida que os estudos avançavam, como i) disposicionalidade (*dispositionality*), ii) propriedades

internas do objeto facilitam a ação descrita pelo verbo (*by-virtue-of* reading), iii) leitura de propriedade e não de evento (*kind-denotation*) e iv) sujeitos não-agentivos (porque médias descrevem um estado e não um evento) não precisam estar juntas. Obviamente, deve-se encontrar propriedades básicas para as construções em estudo. Uma das contribuições deste capítulo, então, é mostrar que agentividade não é tal propriedade.

Fábregas e Putnam (2014) também separam as médias das línguas em dois grupos: aquelas em que Agentes estão disponíveis e aquelas em que não estão. Diferentemente de Lekakou (2005: cap.3), que argumenta que o Agente presente em médias se deve à presença ou não de morfologia imperfectiva na língua,²² ou de Schäfer (2008; cap.6), que correlaciona a existência de médias marcadas ou não-marcadas com a marcação de anticausativas, Fábregas e Putnam (2014) argumentam que a presença do Agente ou não está ligada à presença de uma variável de evento na estrutura.

Mais explicitamente, se a língua se utilizar de uma construção em que uma variável de evento esteja presente, o Agente também estará sintaticamente presente, já que um Agente pressupõe um evento. Por outro lado, se a língua se utilizar de uma construção estativa para derivar médias, o Agente não estará presente, porque Agentes não se combinam com estados. O estudo se concentra em médias do norueguês e do sueco. Os testes de gramaticalidade que os autores fizeram sugerem que: em estágios anteriores, tanto o norueguês quanto o sueco empregavam passivas adjetivais para formar médias. As gerações mais jovens de noruegueses, todavia, atribuem leituras médias a passivas verbais. Passivas adjetivais não mostram indícios de um Agente sintaticamente representado, enquanto passivas verbais sim.

Observe os exemplos do norueguês abaixo que demonstram isso. Enquanto passivas verbais licenciam uma *by-phrase*, passivas adjetivais não licenciam tal elemento. Há uma série de análises para esse fenômeno. A justificativa dos autores para o licenciamento de uma *by-phrase* em passivas verbais, mas não em passivas adjetivais, é a presença da projeção de argumento externo (*v*, para eles), que, por sua vez, está ligada à presença de uma variável de evento.

- (127) a. Dette stoffet vaske-s lett **av** **alle** fordi
 Este tecido lava-pass facilmente de todos porque
 det har en utforming som avviser skit.

²² Mais detalhes sobre essa abordagem na seção abaixo.

EXP tem uma composição que rejeita sujeira.
 ‘Esse tecido é fácil de qualquer um lavar porque a sua composição química repele sujeira.’

b. Dette stoffet er lett-vaske-t (*av alle)

Este tecido é fácil-lav-ado (*por todos)

‘Este tecido é facilmente lido por qualquer um.’

(FÁBREGAS & PUTNAM, 2014:198)

O sueco usa passivas adjetivais para formar médias, portanto uma *by-phrase* não está presente em médias, como (128) demonstra. Se a análise desses autores estiver certa, a *by-phrase* não é licenciada em médias do sueco porque a variável de evento não está presente.

(128) Den här boken är lätt-läst (*av nunnor)

Esse aqui livro-def é fácil-lido (*de freiras)

‘Esse livro é facilmente lido por freiras.’

(FÁBREGAS & PUTNAM, 2014:198)

Um exemplo que evidencia melhor a análise de que a média do norueguês tem uma variável de evento, e a do sueco não, é a possibilidade de usar modificadores que atestam que o evento pode ser feito repetidamente.²³ O licenciamento de tais modificadores é possível em passivas verbais do norueguês, mas não em passivas adjetivais do sueco, as construções que essas duas línguas usam para fazer médias.

(129) Denne typen produkt bruke-s med hell mange

Esse tipo produto usa-pass com sucesso muitas

²³ Repare que verbos estativos, os quais, na análise de alguns autores, também não possuem variáveis de evento (cf. Kratzer (1995)), também não aceitam expressões adverbiais que indicam repetição do evento em suas acepções neutras.

i. João sabe matemática #três vezes.

ii. João conheceu a Maria #três vezes.

Em contextos metafóricos e com pequenas mudanças de significado, essas expressões são mais toleradas, por exemplo *João soube da morte do pai três vezes*, significando que ele foi comunicado sobre esse evento em três ocasiões diferentes.

Como o leitor pode ver, essa acepção é diferente da que se vê em (i), já que não se sabe matemática por meio de uma comunicação de um evento por alguém.

ganger før det må bli erstattet.
 vezes antes EXP deve ser reposto.

“Esse tipo de produto pode ser usado muitas vezes antes de ter de ser reposto.”

- (130) Den här sortens produkt är (*mange ganger) lätt-använd.
 Esse aqui tipo produto é (*muitas vezes) fácil-usado.
 “Esse tipo de produto pode ser usado muitas vezes.”

(FÁBREGAS & PUTNAM, 2014:213-214)

Embora o estudo dos autores não trate da interessante questão de por que o sueco usa passivas adjetivas para formar médias se possui passivas verbais do mesmo tipo das do norueguês, esses fatos parecem mostrar que a ideia da obrigatoriedade de agentes em médias tem, de fato, que passar por uma revisão não só porque as construções que aparecem nas línguas não são mais concebidas como prontas desde o advento do Minimalismo, mas porque a presença de um agente, por exemplo, é fruto de um ingrediente mais básico, indicativo dos formativos de que a língua dispõe para fazer eventos.

Assim, médias marcadas e não-marcadas do PB indicam que, na falta de *Voice*, a variável de evento não é mais projetada e, conseqüentemente, o agente deixa de ser representado. Veja a diferença de gramaticalidade entre os exemplos (131), de uma média não-marcada quando modificada por *muitas vezes*, e (132), de uma média marcada.

- (131) *Esse tipo de roupa usa muitas vezes antes de ter que jogar fora.

- (132) Esse tipo de roupa se usa muitas vezes antes de ter que jogar fora.

Como vimos, a perda do SE em PB acarretou uma série de mudanças em médias. Mais uma delas que talvez permita distinguir as médias do PB de médias do inglês é que, nessa última língua, as médias possuem uma variável de evento (o que se correlaciona com a presença de *Voice* nessas construções). Não parece adequado, então, assumir que as médias não-marcadas do PB não são médias só porque não têm Agentes expressos.

4.10 Os dados e a proposta de Lekakou (2005)

Uma proposta lexicalista atual para a formação de médias é a de Lekakou (2005). Dado que Lekakou atribui as diferentes formações médias das línguas a um parâmetro de aspecto, é necessário discutir os dados do PB à luz dessa ideia. Para essa autora, as diferentes estruturas de médias entre as línguas se devem à presença ou não de um operador genérico presente sintaticamente ou não (cf. Lekakou, 2005: cap.3).

Mais explicitamente, línguas em que não há contraste entre a expressão morfológica de genericidade e não-genericidade em pelo menos um dos tempos verbais são aquelas em que não há um morfema na sintaxe responsável por manifestar o operador genérico. Exemplos desse caso, para a autora, são as línguas germânicas em estudo no seu trabalho: inglês, alemão e holandês. (133) e (134) exemplificam a falta de expressão morfológica de genericidade com dados do inglês. Nessa língua, aspecto perfectivo pode ser usado para codificar tanto eventos episódicos (133) quanto genéricos (134).

(133) John drove to school (yesterday).

(134) John drove to school (as a teenager).

(LEKAKOU, 2005:117)

Se esse é o caso, o operador genérico e o Agente são saturados pré-sintaticamente, como nas médias do inglês de acordo com a autora. Todas as línguas que se comportam dessa forma teriam médias inergativas (o agente vai ser saturado lexicalmente e o argumento interno sofre *merge* na posição de argumento externo, gerando uma estrutura inergativa), na abordagem da autora.

Se a língua, por outro lado, possui um operador genérico presente sintaticamente, o Agente também é presente sintaticamente para se ligar a esse operador. Uma das línguas que exemplifica essa condição é o grego. Um evento genérico só poderá ser expresso se o evento tiver morfologia imperfectiva, como (135). (136) só pode se referir a eventos pontuais, ainda que constantes, por isso é agramatical como um evento genérico.

(135) O Janis egrafe ena grama kathe mera.

O-NOM João escreveu-IMPERF uma carta cada dia.

“O João costumava escrever uma carta por dia.”

(136) *O Janis egrapse ena grama kathe mera.

O-NOM João escreveu-IMPERF uma carta cada dia.
 “O João escreveu uma carta todo dia.”

(LEKAKOU, 2005:111)

Em línguas em que imperfectividade está associada com genericidade, o morfema genérico está presente na sintaxe. Esse morfema genérico licencia também um Agente genérico (ONE*, na terminologia da autora). Línguas desse tipo tendem a usar passivas morfológicas (equivalentes a uma passiva com SE no PB), que são estruturas inacusativas.

O candidato, nesse caso, é qualquer morfema que a língua possua que possa ser lido como um Agente genérico (ONE*, na terminologia da autora). Veja os dados (11) e (12), repetidos abaixo em (137) e (138). No francês, o melhor candidato para um Agente genérico é o clítico SE, como (137) mostra. No grego, esse candidato seria a morfologia não-ativa, *-ete*, ilustrado em (138).

(137) En général, ces débats s'enregistrent par Anne (...).

Em geral esses debates se registram pela Anne

‘Em geral, esses debates são registrados pela Anne.’

(138) Afto tovivlio diavazete efxarista akomi ki

Este o livro ler-NACT com prazer mesmo e

apo megalus.

por crescidos.

‘Este livro é lido com prazer mesmo entre adultos.’

Repare que essa tipologia implicaria algumas questões para as línguas não-examinadas pela autora. No caso do PB, por exemplo, teria de ser dito que a perda de SE está ligada à perda de aspecto imperfectivo. Em outras palavras, já que a presença de um Agente sintático está ligada à presença de um operador genérico (a imperfectividade do verbo), se a língua perdesse tal operador, por alguma razão, se justificaria a perda de SE em médias, já que tal operador licencia a presença de um Agente correspondente a ONE*. O PB, ao contrário do inglês, não pode expressar sentenças genéricas com aspecto perfectivo. Observe as traduções de (133) e de (134), abaixo.

(139) João dirigiu até a escola (ontem).

(140) João dirigia até a escola (quando era adolescente).

Ou seja, a presença de médias não-marcadas no PB parece ter mais a ver com a perda do SE do que com algo relacionado à morfologia aspectual do PB. Relacionado a isso, tanto o holandês quanto o inglês não possuem uma morfologia que possa se comportar como ONE* em médias. Isto é, embora o inglês possua o pronome indefinido *one*, médias, assim como anticausativas, são sempre marcadas por clíticos ou pronomes fracos, nunca pronomes plenos. O holandês possui o pronome fraco *zich*, que é produtivo somente em contextos de reflexividade. O uso de tal pronome em anticausativas é lexicalizado, novas anticausativas da língua não são produtivas com esse pronome. Em consequência, como *zich* é somente produtivamente usado em contextos reflexivos, ele não aparece em sentenças médias.

Por fim, a terceira língua examinada em Lekakou (2005), que pertenceria ao mesmo grupo do holandês e do inglês, é o alemão. Essa língua possui o pronome fraco *sich* tanto em anticausativas, quanto em médias. Para Lekakou (2005, cap.4) *sich* é uma espécie de reflexivizador em médias do alemão. Schäfer (2008, cap.5), todavia, mostra que médias se comportam da mesma forma que anticausativas marcadas em todos os testes relevantes, como seleção de auxiliar *haben* e não *sein*, por exemplo. Assim, não se pode afirmar que médias são inergativas em alemão, mas sim que, por essa língua marcar eventos semanticamente intransitivos com um pronome fraco, eles se comportam como sintaticamente transitivos.²⁴

Dessa forma, a análise de Lekakou não parece estar certa. As línguas por ela analisadas que não têm morfologia imperfectiva coincidentemente também não têm uma morfologia capaz de marcar o Agente em médias. É de se pensar, então, qual é o fator mais influente na formação inergativa/inacusativa de médias. O caso do alemão também não parece ter sido suficientemente explorado, haja vista que médias nessa língua se comportam como anticausativas marcadas em todos os testes relevantes. Então, não parece adequado classificar as médias dessa língua como inergativas. Como Schäfer (2008, cap.6) mostra, as médias, assim como as anticausativas marcadas, são sentenças transitivas.

Ademais, os dados do estudo de Fábregas e Putnam (2014), sobre médias no sueco e dinamarquês, são mais evidências para a ideia de que a transitividade/intransitividade

²⁴ Ver a comparação no capítulo 3 entre anticausativas do alemão e do PB no que diz respeito aos testes de (in)transitividade.

das médias não está ligada a um parâmetro aspectual. Tanto o sueco quanto o dinamarquês possuem passivas marcadas com –s, morfologia característica de passivas verbais nessas línguas, e passivas adjetivais. Um sistema como o de Lekakou prediria, erroneamente, que as duas línguas usariam somente a passiva verbal (passiva marcada com –s) para formar médias, mas o sueco escolheu uma forma e o dinamarquês, outra.

Mantenho, assim, a análise de que as diferenças entre médias marcadas e não-marcadas no PB se dá em virtude da perda de SE. Uma análise em termos aspectuais não dá conta dos dados do PB nem de outras línguas.

4.11 Conclusão

Neste capítulo, estudei sentenças médias marcadas e não-marcadas do PB. As diferenças sintáticas entre as duas construções me permitiram afirmar que médias marcadas e não-marcadas no PB têm derivações suficientemente diferentes para não afirmarmos que se trata de uma idiosincrasia.

As médias marcadas do PB possuem um Agente sintaticamente presente. Esse agente em médias, assim em como outras estruturas do PB, é um argumento implícito forte, que bloqueia a concordância entre verbos e o DP, complemento lógico do verbo. Em médias não-marcadas, essa concordância é possível.

Além disso, em médias marcadas do PB, somente alguns DPs do conjunto de DPs passíveis em posições argumentais são, de fato, licenciados. Isso, eu argumento, deve-se ao fato de que esses DPs já nascem na posição de tópico. Essa estratégia desenvolvida pelo PB se deve em parte ao fato de que as médias marcadas possuem um argumento implícito forte em posição de [Spec, Voice] que bloquearia a valoração de traços de um DP gerado na posição de objeto. Como é um requerimento de sentenças médias que elas tenham um DP pré-verbal, um DP gerado na posição de tópico parece ser uma saída para formar sentenças médias marcadas em PB, enquanto essa estrutura ainda era produtiva. Com a possibilidade de formação de médias não-marcadas, que não possuem um argumento implícito, qualquer DP pode ser gerado. DPs em médias não-marcadas em PB nascem, então, em posições argumentais.

O capítulo também mostrou que médias não-marcadas se comportam como inacusativas ao licenciarem *possessor raising*, por exemplo. Todavia, diferentemente do que é normalmente dito nos estudos sobre médias, mantenho que médias não-marcadas são médias, já que não há uma razão explícita para se afirmar que Agentes devam ser

licenciados em médias. Com base em alguns testes presentes em Fábregas e Putnam (2014), sugiro que a diferença entre médias não-marcadas e marcadas em PB seja a presença de *Voice*. Como *Voice* não está presente em médias não-marcadas, uma variável de evento não é introduzida na derivação. Finalmente, mostro que um parâmetro aspectual, tal como defendido em Lekakou (2005) não explica satisfatoriamente a emergência de médias não-marcadas em PB, mantendo assim a hipótese que tem norteado essa tese de que a perda de SE em eventos em que esse elemento se junta a *pro* leva a uma substancial mudança de construção de eventos em PB.

5 A ALTERNÂNCIA AGENTIVA

5.1 *Introdução*

Neste capítulo, concentro-me em alternâncias do tipo que se vê em (1) e (2).

- (1) O carro guinchou.
- (2) João guinchou o carro.

Essa alternância vai ser chamada de **alternância agentiva** (AA) por envolver verbos agentivos – isto é, verbos que só podem ter um Agente como argumento externo. Antes de iniciar a análise da estrutura em (1) propriamente dita, vou me referir a sentenças do tipo de (1) com um termo neutro. A sentença (1) será chamada de **membro intransitivo da AA**.

Sentenças como (1) levantam uma série de questões. Uma delas é o fato de (1) ser agramatical na maioria das línguas bem descritas, então a possibilidade de uma sentença como essa em PB deve ser estudada. Uma segunda questão é a relação entre a alternância exemplificada acima e a pesquisa proposta nesta tese. Diferentemente de outros eventos estudados nesta tese, que podem alternar entre formas marcadas e não-marcadas, (3) é agramatical para qualquer falante se o clítico SE é adicionado (cf. NEGRÃO E VIOTTI, 2010; CYRINO, 2013).

- (3) *O carro se guinchou.

Há inúmeras menções a sentenças como (1) em trabalhos com outras motivações.¹ Em Chagas (2000:28), por exemplo, faz-se menção a um ‘paradigma defectivo de alternância de alguns verbos’:

¹ Na seção 5.2, concentro-me em trabalhos que analisaram a estrutura dessas sentenças com mais detalhes. Assim, nem todos os trabalhos citados aqui serão retomados lá.

[c]om o verbo vender, frequentemente incluído entre as mediais (...), as únicas formas que parecem não ser gramaticais sem algum modificador adverbial, por exemplo, são as dos pretéritos. Com o verbo reformar, por sua vez, só parece ser gramatical uma forma em tempo progressivo. O contraste maior é com verbos como aumentar, que aceitam qualquer tempo e aspecto. O que parece ocorrer, como se vê, é que certos verbos admitem a alternância causativa em seu paradigma completo, enquanto outros o admitem em apenas parte de seu paradigma. (CHAGAS, 2000:23)

Rodrigues (1998:123) também nota que *‘Esses carros estão vendendo bem’* é uma boa sentença e sugere que essas sentenças sejam analisadas como ergativas (anticausativa, em meus termos) e não médias.

Essas sentenças também são aludidas em trabalhos que defendem que o PB é uma língua de tópico ou uma língua voltada para o discurso. Galves (2001:34), por exemplo, ao defender que o PB é uma língua de tópico, afirma que ‘a ligação direta do tópico ao objeto está relacionada com a ausência da passiva’. Assim, a sequência de pergunta e resposta: *‘Cadê a revista? Está xerocando.’* seria um exemplo de um caso em que o tópico *‘A revista’* está ligado diretamente ao objeto. Na mesma esteira, Modesto (2008:405) afirma que construções como *‘Esse prédio está construindo rápido’* evidenciam que ‘o uso pervasivo dessa construção em PB e a consequente infrequência de passivas, é relacionado ao fato de essa língua ter se notado uma língua não pro-drop.’² Até onde sei, uma correlação quantitativa entre o decréscimo do uso de passivas e o aumento do uso dessa construção ainda não foi feita. É interessante averiguar se essa correlação de fato existe para que essa construção seja tomada como indicativo de uma língua de tópico ou não.

Modesto (2008) afirma, ainda, que essa construção parece falsificar a ideia de Holmberg (2010) de que o pronome nulo genérico fica *in situ* e outra categoria satisfaz EPP em impessoais nulas do tipo *‘Aqui pode nadar’*. Repare que, ao argumentar dessa forma, o autor está igualando essas sentenças impessoais com as sentenças chamadas, por ora, de membro intransitivo da alternância agentiva. Contudo, as interpretações são claramente diferentes. Enquanto *Esse prédio construiu em junho* é usada quando o Agente da sentença não é visto (mas pode ser conhecido), *Aqui pode nadar* significa que qualquer pessoa, potencialmente, pode fazer essa ação.

Outra diferença que pode ser apontada é o licenciamento de *possessor raising*. Repare que *O banheiro consertou a torneira*, equivalente à *A torneira do banheiro consertou* é

² “...the pervasive use of this construction in BP, and the consequent infrequency of passives, is related to the fact that this language has become non-Sp.”

gramatical, mas *Aqui banheiro conserta torneira*, equivalente à *Aqui conserta torneira de banheiro*, não é gramatical.³ No decorrer do capítulo, outros testes deixarão claro que o membro intransitivo da AA não é uma sentença impessoal.

Há, também, alguns pesquisadores que acreditam que essas sentenças estejam ligadas a uma tendência de ergatividade do PB. Isso é sugerido mais ou menos explicitamente em alguns textos, como na tese de Amaral (2015, cap.3), citando trabalhos de Negrão e Viotti (2011), mas, até onde eu saiba, não há nenhum texto em que essa ideia tenha sido realmente explorada para além de uma sugestão. Se essa ideia estiver no caminho certo, outros fatores que indiquem ergatividade no PB deveriam ser detectados na língua, visto que ergatividade está ligada a uma série de características de uma língua. Além disso, como se verá na seção 5.7, essas sentenças também existem em mandarim, uma língua do sistema nominativo-acusativo.

Desse breve passeio por alguns tratamentos dessas sentenças na literatura, essa alternância não parece estar ligada à perda do SE (em conjunção com *pro* ou não). Como se verá no desenvolvimento deste capítulo, contudo, afirmo que essa alternância está, sim, ligada à perda do SE em um evento em particular, a saber, médias, portanto a casos em que SE está em conjunção com *pro*. Afirmo que a alternância que se vê em (1)-(2) é um epifenômeno da perda de SE em médias. Isto é, (1) não é uma sentença média por uma série de motivos: não é genérica, falta um advérbio ou outra expressão que faça a asserção sobre alguma propriedade do DP em (1) e, por extensão, trata-se de uma sentença sobre um objeto específico (*O carro*) e não sobre uma classe de objetos (Carros em geral). Todavia, uma série de semelhanças estruturais entre médias não-marcadas e (1) vão mostrar que esses dois tipos de evento têm a mesma estrutura. Tendo esse panorama em mente, as duas principais questões que vão conduzir a discussão neste capítulo são:

(4) Perguntas a serem retomadas na conclusão :

- I. Qual é a origem estrutural de sentenças como (1)?
- II. Dado que (3) é agramatical, como se pode sustentar que (1) é relacionada com a perda de SE em médias?

O capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 5.2, apresento algumas abordagens prévias para o tema tratado. Na seção 5.3, investigo se há algum Agente presente

³ Agradeço à Cilene Rodrigues por ter chamado minha atenção para o fato de que impessoais nulas não licenciam *possessor raising*, o que sugere que tais sentenças são transitivas.

na estrutura de sentenças como (1). Uma vez concluído que nenhum Agente está disponível, a seção 5.4 é dedicada ao estudo da estrutura de sentenças como (1). Mais particularmente, a pergunta a se responder é: que estrutura inacusativa essas sentenças teriam? A conclusão é que sentenças desse tipo são sentenças inacusativas monoeventivas, similares a médias não-marcadas do PB. Na seção 5.5, a estrutura de médias não-marcadas do PB é brevemente revista. Na seção 5.6, médias não-marcadas e o membro intransitivo da AA são comparados. Finalmente, na seção 5.7, defendo que a perda de *Voice* em médias (pode-se também dizer a perda de SE e *pro*) tornou a estrutura disponível para a alternância que se vê neste capítulo. A seção 5.8 explica porque sentenças como (1) não existem em inglês. Finalmente, a seção 5.9 conclui o capítulo. Após a conclusão do capítulo, há dois apêndices: um com dados encontrados em *corpora* de língua falada e buscas orientadas no *google* e outro que é, na verdade, uma nota sobre questões de aceitabilidade. Os dados no apêndice 1 exemplificam duas propriedades importantes, mesmo que esse não seja o intuito inicial de tal apêndice:

- (i) Essas sentenças podem ocorrer em ordem VS, comprovando, mais uma vez, que sentenças como (1) são inacusativas;
- (ii) Todos os dados encontrados respaldam a restrição de afetação do objeto. Embora haja muita variabilidade nos julgamentos, todos os dados, produzidos tanto por adultos quanto por crianças, enquadram-se nessa restrição. Essa condição, então, apesar de abarcar uma grande gama de verbos da língua prevê que verbos estativos nunca serão licenciados nessa construção, o que está de acordo com todos os dados encontrados até agora tanto na linguagem das crianças quanto na linguagem dos adultos e o julgamento de falantes.

Por fim, foi também incluído um apêndice 2, que consiste em notas informais sobre formas de aumentar a aceitabilidade dessas construções reportadas a mim em inúmeras ocasiões de julgamentos de gramaticalidade. Em geral, um falante que julga dados da AA como agramaticais, passa a aceitá-los se advérbios que indicam a completude da ação são incluídos e/ou se a sentença está na forma progressiva.

5.2 *Abordagens anteriores*

Embora a existência do membro intransitivo da AA tenha sido notada em Pontes (1981), análises sistemáticas desse fenômeno não aparecem na literatura antes do final da década de

1980. Nesta seção, discuto os trabalhos de Negrão e Viotti (2008, 2010) e Cyrino (2013a). As hipóteses presentes nesses trabalhos vão guiar a investigação da estrutura do membro intransitivo da AA.

5.2.1 Negrão e Viotti (2008, 2010)

Negrão e Viotti (2008) afirmam que sentenças como (1) em PB são evidências de um *continuum* de impessoalização nessa língua. A impessoalização, tal como definida pelas autoras, é a possibilidade de ocorrer sem um sujeito expreso (p. 179). Não só o PB, mas as línguas em geral apresentariam um contínuo que iria de sentenças transitivas-ativas até sentenças que expressam condições meteorológicas (p.180). Anticausativas e o membro intransitivo da AA estariam dentro desse *continuum*. A primeira hipótese das autoras para explicar esses dados é a de que eles acusam a expansão da alternância causativa em PB.⁴ Os exemplos de (5) a (8) são mais alguns casos de membros intransitivos da AA (nos meus termos) das autoras.

- (5) O xerox fica fazendo enquanto a gente vai almoçar.
- (6) Com a reforma, meu jardim destruiu inteirinho.
- (7) Esse prédio tá construindo desde que vendeu o terreno onde era a casa do vovô.
- (8) Esse tipo de material vai copiar bem rápido.

(NEGRÃO E VIOTTI, 2008:190)

Como as autoras notam, essas sentenças corriqueiras na linguagem coloquial se tornam completamente agramaticais se SE é adicionado. Os verbos que participam da alternância causativa, por outro lado, podem ainda aparecer com clíticos, como (9) mostra.

- (9) A porta (se) fechou.

A ideia de que as sentenças de (5) a (8) são exemplos de impessoalização no PB é defendida com comparações entre sentenças anticausativas marcadas ou sentenças que participam da alternância *spray/load*, já discutidas na seção 3.6.2 do capítulo 3. A título de ilustração, reapresento somente dois exemplos para introduzir a ideia presente no texto. Para as

⁴ Ideia também presente em Whitaker-Franchi (1989:27) e Perini (2008, cap.9).

autoras, dados como os que se vêem em (10) e (11) apontam para o fato de que a existência de anticausativas não-marcadas em PB não significa que elas estejam somente perdendo o SE, mas sim que um processo de impessoalização esteja acontecendo na gramática. Em outras palavras, para as autoras, o PB estaria em um processo geral de impessoalização (em um modo funcionalista de se ver a perda do SE). Nessa linha, a agramaticalidade *rápido* de (11) pode ser explicada se SE tem algum importe semântico.

(10) A porta fechou rápido/rapidamente.

(11) A porta se fechou *rápido/✓rapidamente.

(NEGRÃO E VIOTTI, 2008:191)

Por outro lado, com tal processo de impessoalização em curso, a agentividade não seria mais representada em (10), o que explicaria menos restrições quanto ao tipo de advérbio em sentenças sem SE.

Após proporem contrastes como esse, as autoras indicam alguns paralelismos entre passivas impessoais em quimbundo e o membro intransitivo da AA. Seguindo Givón, as autoras assumem que a sentença em (14) é uma gramaticalização de (12). Dito de outro modo, sentenças com deslocamento de um constituinte à esquerda, como (12), passaram também a licenciar um afixo semelhante a um pronome indeterminado, como *a-* em (13), e a construção passou, em um dado momento, a ser interpretada como uma passiva, interpretação já apontada para o exemplo (14).

(12) Nzua Aana a-mu-mono.

João crianças eles-elas-viram.

João, as crianças o viram.

(13) Nzua a- -mu- -mono.

João eles(impessoal) ele viram.

João, ele foi visto (passiva impessoal)

(14) Nzua a-mu-mono kwa Meme.

João eles-elas-viram por mim.

João foi visto por mim (lit. João, eles o viram por mim)

Após essa exposição, as autoras afirmam que há semelhanças formais e informacionais entre passivas impessoais do quimbundo e o que vem sendo chamado de membro intransitivo da AA aqui. Nas palavras das próprias autoras:

As construções (161) e (162) [= meus exemplos (13) e (14). JC] do quimbundo têm vários aspectos semelhantes às construções do português brasileiro que estamos estudando. Do ponto de vista formal, primeiramente, o verbo se mantém na forma ativa. Em outras palavras, essa construção não é do tipo de uma passiva adjetival, construída com o particípio passado dos verbos. Segundo, o argumento interno, *Nzua*, não aparece em sua posição canônica, tendo sido deslocado para o início da sentença. Terceiro: trata-se de uma construção impessoal: o argumento agente **não é relevante (grifo meu)**. Do ponto de vista informacional, essa construção é semelhante às construções do português brasileiro que nos interessam, na medida em que existe uma promoção de um argumento não-agentivo para uma posição de maior proeminência discursiva da sentença. (NEGRÃO E VIOTTI, 2008:199)

Tendo em mente esse quadro geral em mente da análise das sentenças em questão pelas autoras, algumas considerações podem ser feitas. Somente é possível estabelecer um paralelo entre sentenças como (1) e (12) se “*não relevante*”, grifado acima, referente ao Agente em sentenças impessoais, e “*não especificado*”, referente à falta de Agente em sentenças que fariam parte do *continuum* de impessoalização, forem tomados como sinônimos. Nesse ponto, parece que o termo ‘impessoal’ tanto para sentenças como *Come-se muito bem no Brasil* e *Chove muito na Amazônia* é inadequado. No primeiro tipo de sentenças, Agentes são sempre expressos. A existência de sentenças geralmente referidas como *null impersonals* na literatura, como em *No Brasil come muito churrasco*, não vai de encontro à afirmação anterior, como se verá no Capítulo 6. Quando os testes relevantes são feitos, mostra-se que de fato há um Agente nessas sentenças em algumas línguas e a representação de um humano em outras, como se verá no Capítulo 6. Parece inconcebível, então, uma sentença impessoal desse tipo sem um Agente, como os próprios exemplos do quimbundo fornecidos pelas autoras mostram. As sentenças aqui em estudo, por outro lado, não possuem um Agente presente à primeira vista. Os testes na seção 5.3.2 vão mostrar que não há também nenhum Agente implícito. Acredito, então, que a comparação entre o membro intransitivo da AA e sentenças impessoais do quimbundo não compara entidades compatíveis nem de um ponto de vista estrutural nem de um ponto de vista semântico.

A aludida similaridade informacional entre os dois tipos de sentença também não parece adequada. Em contraste com a sentença do quimbundo, não há nada que mostre nas sentenças do PB que o constituinte pré-verbal está deslocado no membro intransitivo da AA. Tal constituinte está na posição de sujeito, já que a concordância é ativada, como se vê em (15), uma versão possível de (7).

(15) Esses prédios estão construindo.

Assim, não parece que há uma promoção de um argumento não-agentivo para uma posição discursiva mais proeminente. O fato de essas sentenças geralmente aparecerem em ordem SV é conectado à mudança de parâmetro que vem acontecendo com o PB. Em outras palavras, a ordem VS tem se tornado restrita, mesmo em sentenças inacusativas. Em princípio, consideradas as condições em que a ordem VS é favorável no PB, nada impediria que o membro intransitivo da AA aparecesse em tal ordem. O próprio exemplo (7) das autoras, repetido abaixo como (16), exemplifica um caso de um membro intransitivo da AA na ordem VS ‘*vendeu o terreno*’. Há também exemplos no Apêndice 1, retirados de corpora de língua falada, que exemplificam isso.

(16) Esse prédio tá construindo desde que **vendeu o terreno** onde era a casa do vovô.

Em relação à estrutura sintática, as autoras argumentam que há duas estruturas sintáticas possíveis para essas sentenças, seguindo a discussão em torno de (17).

(17) As cuecas do Calvin estão lavando.

Na primeira estrutura possível, em (18), o constituinte *As cuecas do Calvin* é o sujeito. Na segunda, em (19), há um *pro* em posição de sujeito e o constituinte *As cuecas do Calvin* está em uma posição deslocada.

Calvin T vP....

A estrutura em (19) seria compatível com uma estrutura impessoal, em que um Agente arbitrário seria representado por *pro*. Essa leitura, no entanto, não corresponde ao julgamento dos falantes.

Para exemplificar essa afirmação, consideremos o excerto abaixo, que é um fragmento de uma conversa na internet em que falantes nativos do PB e aprendizes dessa língua discutem em que condições o membro intransitivo da AA é usado.

“Eu jamais usaria, por exemplo, A luz apagou. como equivalente de A luz foi apagada. Para mim, no primeiro caso houve um apagão, ou um curto-circuito, ou a luz queimou, algo nesse sentido (A luz apagou durante o temporal de ontem.); no segundo caso, há ou um agente mais concreto ou ao menos uma intenção (A luz foi apagada para que os presos fugissem). Se eu inverter os usos nesses meus dois exemplos, fico com outras impressões:

A luz foi apagada durante o temporal de ontem. = por medo, por diversão etc.

A luz apagou para que os presos fugissem. = intervenção divina? :?

Não consigo pensar em nenhum contexto em que usaria A roupa lavou., nem mesmo se for lavada a máquina ou coisa assim... Soa quase agramatical aos meus ouvidos (não estou dizendo que seja). Contudo, eu creio que perguntaria tranqüilamente algo como A roupa já terminou de lavar?, o que não é, afinal, tão diferente assim.” (Psi-Lord on 2005-05-21, 6:42, <http://www.unilang.org/viewtopic.php?f=43&t=5893>)

Esse excerto mostra que o falante vê o membro intransitivo da AA como um evento espontâneo (ou, pelo menos, mais espontâneo do que uma sentença que possui um Agente implícito, como uma passiva perifrástica). A comparação que ele faz com eventos passivos mostra que o membro intransitivo da alternância não tem nenhum Agente representado. Assim, essas sentenças são incompatíveis com sentenças impessoais, nas quais uma pessoa arbitrária é

identificada como o possível autor da ação. Portanto, a similaridade com passivas impessoais do quimbundo não se verifica nem estruturalmente nem no julgamento dos falantes.

Em Negrão e Viotti (2010), há uma discussão mais voltada para a estrutura dessas sentenças. Neste texto, as autoras notam mais semelhanças entre anticausativas e o membro intransitivo da AA. Grande parte do texto segue um caminho comum dos estudos em que essas construções estão em foco (como este capítulo, CYRINO, 2013a e GROLLA E AUGUSTO a sair), que é aplicar testes da literatura para verificar se essas sentenças se comportam como passivas, anticausativas ou outros eventos bastante descritos. Os pontos principais de argumentação nesse texto são:⁵

- i. O membro intransitivo da AA não é uma sentença média, já que o verbo pode estar na forma progressiva e não há necessidade de advérbios;
- ii. Anticausativas com e sem SE correspondem a duas construções semanticamente diferentes;⁶
- iii. Se o ponto anterior está correto, verbos como *abrir*, *fechar*, *afundar* e *quebrar* sem o SE são conceitualizados da mesma forma que o membro intransitivo da AA.

Mesmo considerando (iii), se a terminologia impessoal e a comparação com o quimbundo são mantidas, pode-se dizer que as autoras acreditam que as sentenças em estudo são mais transitivas do que intransitivas. Esse vai ser um ponto de nossa investigação.

5.2.2 Cyrino 2013a

Cyrino (2013a) é, em grande parte, um trabalho histórico que visa a achar a origem do membro intransitivo da AA (construção X, para a autora). A autora nota uma interessante correlação entre as primeiras aparições do membro intransitivo da AA e a perda tanto da ordem VS e de SE indicados pelos dados em *corpora* históricos.

Consultando *corpora* dos séculos 19 e 20, a autora nota que o DP das sentenças desse *corpora* é [+animado] se ele aparece seguindo o verbo nesses séculos.

⁵ Neste texto, com base em trabalhos independentes, as autoras afirmam que o verbo, nas construções em estudo, sobe para uma projeção correspondente ao tempo do evento, acima de VP, e não de tempo do enunciado, a projeção T. A partir da exposição do texto, não é possível concluir que esse seja, de fato, o caso. No capítulo 6, as propriedades de T do PB estarão em discussão e argumentarei, com base em Cyrino (2013b) que nos casos de 3ª pessoa não-referencial, o verbo sempre se move para uma projeção de aspecto (compatível com a ideia de uma projeção de tempo do evento). Assim, essa não seria uma particularidade de sentenças como *O carro guinchou*, mas de uma gama variada de construções.

⁶ Ver uma crítica a essa ideia na seção 3.6.2 do capítulo 3 desta tese.

- (20) **Foi dispronunciado o Dantas**, pelo Julio.
 (21) Por intermédio do Major Jeronimo, **me foi entregue seo favor...**
 (22) As 9 horas da noite,..., **forão despachado 4 portadores...**

(CYRINO, 2013:303)

No mesmo corpus, o argumento interno somente aparece em posição pré-verbal quando é [-animado] e não há nenhum SE na sentença:

- (23) A oito dias apareceu um agoaceiro fino; (...) porém **nada cria** tá[o] fina é⁷
 (24) **O recrutamento está assolando**, a título de voluntários...

(CYRINO, 2013:303)

A análise de Cyrino (2013a) para esses fatos é a seguinte: o desenvolvimento da AA está relacionado com a perda de SE em sentenças médias no PB. Mais especificamente, com a perda de SE, verbos participantes da alternância média pararam de ser marcados. Isso deu origem às configurações que vemos em (23) e (24): ordem SV com sujeitos [-animados] e a falta de um argumento externo. A implementação é feita com a abordagem de Kallulli (2006), para a qual sentenças inacusativas de todos os tipos têm o argumento externo suprimido na estrutura do predicado. Nas palavras de Cyrino (2013a:304):

O português brasileiro exemplifica um caso em que a perda de morfologia não-ativa não impede a operação de supressão de traço de se aplicar. Como um resultado da perda de se, nós temos a emergência das sentenças-X [AA em meus termos JC] – a morfologia não-ativa está ausente, mas a supressão do traço [+act] está presente.⁸

Em outras palavras, o fato de as estruturas médias em PB terem mudado de (25) para (26) seria responsável pela possibilidade de geração da sentença em (1), aqui renumerada como (27).

⁷ Isso não quer dizer, todavia, que todos os argumentos internos [-animados] eram obrigatoriamente pré-verbais nessa época, como *apareceu um agoaceiro fino*, em (23), mostra. Agradeço à Ana Paula Scher pela observação.

⁸ Brazilian Portuguese provides the case where loss of non-active morphology does not prevent the operation of feature suppression to apply. As a result of loss of se, we have the emergence of X-sentences – the non-active morphology is absent, but the [+act] feature suppression effect is present.

(25) O carro se guincha facilmente.

(26) Carro guincha fácil.

(27) O carro guinchou.

5.2.3 *Conclusão*

As duas análises brevemente apresentadas nesta seção mostram que há duas explicações básicas para a AA e, em especial, para o membro intransitivo da AA. Se a análise de Negrão e Viotti – em especial, na versão de 2008 – estiver certa, deve haver algum elemento implícito no que venho chamando de membro intransitivo da AA. Em contraste, seguindo a hipótese de Cyrino (2013a), não haveria nenhum elemento implícito nas sentenças em questão, já que elas são vistas como inacusativas que tiveram um traço [+act] suprimido de sua estrutura. Uma das preocupações deste capítulo é determinar a estrutura dessas sentenças, portanto essas duas direções de análise para as sentenças em tela serão retomadas à medida que a argumentação avança.

5.3 *O membro intransitivo da AA e outros eventos*

5.3.1 *AA e anticausativas*

A primeira comparação que parece óbvia é entre anticausativas e o membro intransitivo da AA. O exame dessas sentenças levou vários pesquisadores a afirmar que verbos participantes da alternância causativa estão em expansão no PB. (cf. WHITAKER-FRANCHI, 1989:27; PACHECO, 2008:16, CARVALHO E COSTA, 2014). Nesta seção, vou examinar rapidamente essa ideia. Oportunamente, em seções posteriores, em que outros diagnósticos estarão em foco, a plausibilidade dessa ideia vai ser retomada.

Em (29), vemos um exemplo de um verbo que não deveria alternar entre uma forma transitiva e uma intransitiva, já que essa alternância viola a condição de argumento subespecificado (cf. REINHART 2003; LEVIN E RAPPAPORT-HOVAV, 2005:168, seção 3.2.1 do capítulo 3 desta tese), demonstrado em (28). Uma versão da condição de argumento subespecificado está em (30).

(28) O João/ O sabão/ *A chuva lavou a roupa.⁹

(29) A roupa lavou.

(30) **Condição do argumento subespecificado:** somente verbos transitivos que não restringem o papel temático do argumento externo a Agentes entram na alternância causativa.

Tendo essa condição em mente, (31) e (32) exemplificam um verbo que respeita tal restrição e, portanto, é licenciado na alternância causativa.

(31) O João/ O martelo/ O vento quebrou o vaso.

(32) O vaso quebrou.

Apesar dessa primeira diferença entre as alternâncias exemplificadas em (28)-(29) e (31)-(32) em relação à condição (30), o membro intransitivo da AA se assemelha a uma sentença anticausativa em relação a um ponto em particular: há uma certa ‘autonomia’ do evento. Perceba, no entanto, que o termo ‘autonomia’ está sendo usado de uma forma quase informal aqui. (29) não é compatível com um modificador como *sozinho*, enquanto (32) é.¹⁰ Observe as sentenças abaixo que exemplificam isso:

(33) O vaso quebrou sozinho.

(34) # A roupa lavou sozinha. (na interpretação relevante)

A má-formação de (34) pode levar o leitor a pensar que há um Agente implícito nessa sentença. Mostrarei, ao longo da argumentação, que essa conclusão é indevida. Na verdade, a agramaticalidade de (34) se deve ao tipo de raiz utilizada. Além disso, os contextos em (35) e (36) demonstram que o membro intransitivo da AA não é usado em contextos nos quais um Agente está implicado na ação. Assim, *A roupa esfregou* é uma sentença adequada em um

⁹ Florian Schäfer (c.p.) me informa que as línguas românicas, em geral, poder usar *lavar* como um verbo resultativo, como em *A chuva lavou a rua*. Essa sentença também é boa em PB, o que mostra que, nessa língua, esse verbo também pode ser usado em um contexto resultativo. Perceba, no entanto, que esse não é o caso quando o VP *lavar a roupa* é usado, já que o argumento externo desse predicado não pode ser *A chuva*.

¹⁰ Cf. seção 3.1 do capítulo 3 em que esse teste é um dos que mostram que não há um Agente implícito em anticausativas ou, mais particularmente, que a ação descrita pelo verbo ocorreu sem que uma causa específica a promovesse.

contexto como o apresentado em (35), mas não (36), em que não há como conceber o evento como independente do Agente.

(35) Você está lavando as roupas da sua mãe na máquina e ela está impaciente. Ela pergunta a cada dois minutos se o processo de lavagem terminou. Para acalmá-la, você decide dar informações mais precisas sobre o processo de lavagem. Você, então, fala para ela:

- Calma, mãe, a roupa já esfregou!

(36) João está lavando as roupas dele à mão o mais rápido possível porque ele tem que buscar seus filhos na escola. A mulher dele está nervosa porque ela acha que ele não vai terminar a tempo. Em um dado momento, ela entra na lavanderia e pergunta se João já terminou de lavar as roupas. João, então, responde:

- #Calma, a roupa já esfregou!

Assim, além de diferenças formais, existem diferenças conceituais entre sentenças anticausativas e o membro intransitivo da AA, que serão esclarecidas à medida que a argumentação progride.

Cabe ressaltar ainda que esses dados exemplificam uma restrição para essa alternância defendida em Amaral (2015:78). Tal restrição pode ser assim apresentada: se um dado verbo descreve um evento que depende de um Agente para acontecer e esse verbo pode aparecer uma sentença inacusativa, a sentença inacusativa só será usada se o Agente não estiver implicado na ação, isto é, se o Agente não estiver na cena fazendo a ação, por exemplo. Todavia, Amaral (2015:78) argumenta que essa é uma restrição de natureza pragmática, ideia com a qual não concordo. A meu ver, essa é uma restrição semântica não muito diferente da tendência geral de não se usar sentenças que descrevam um dado tipo de evento que conflite com a realização do evento no mundo. Por exemplo, não é comum falar ‘Se matou o rato’ se o próprio falante matou o rato em questão ou, ainda, algo como ‘O carro foi estacionado e entrei em casa’ soa estranho se a própria pessoa que diz isso estacionou o carro. Para as sentenças impessoal e passiva acima não se diria que há uma restrição pragmática operante, além de uma restrição semântica geral, para os eventos, de que eles devem ser pertinentes às cenas que descrevem.

5.3.2 *Há algum tipo de argumento implícito no membro intransitivo da AA?*

Nesta seção, eu aplico alguns testes que diagnosticam a presença de um argumento implícito aos membros intransitivos da AA.

Primeiramente, comparo o membro intransitivo da AA com passivas analíticas. Há, pelo menos, duas razões para essa comparação: (i) pode-se pensar que as sentenças em questão são passivas; (ii) o tipo de argumento implícito em passivas perifrásticas não precisa estar sintaticamente projetado (cf. discussão na seção 2.3 do capítulo 2), então é necessário testar se sentenças como (34), #*A roupa lavou sozinha*, não têm o mesmo tipo de Agente implícito. A comparação entre passivas perifrásticas e o membro intransitivo da AA mostra que esses dois tipos de eventos não podem ser considerados como estruturalmente idênticos (ou seja, a hipótese em (i) está errada) nem possuem o mesmo tipo de Agente implícito (a hipótese (ii) está igualmente errada).

Os pares de sentenças de (37) a (39) mostram que o membro intransitivo da AA não licenciam Agentes da passiva (37)a, orações de propósito (38)a e advérbios orientados para o sujeito (39)a. Passivas perifrásticas licenciam esses três tipos de elemento, como demonstram as sentenças em (37)b, (38)b e (39)b.

(37) a. **A roupa lavou pelo João*.¹¹

b. *A roupa foi lavada pelo João*.

(38) a. **A roupa lavou para organizar a casa*.

b. *A roupa foi lavada para organizar a casa*.

(39) a. **A roupa lavou deliberadamente*.

b. *A roupa foi lavada deliberadamente*.

Além disso, o membro intransitivo da AA licencia um adjunto cujo núcleo é a preposição ‘*com*’, uma preposição essencialmente comitativa que é usada em uma miríade de contextos potencialmente relacionados à ideia comitativa: causa, companhia, etc. Se essa preposição introduz um adjunto no membro intransitivo da AA, o significado que aparece nunca

¹¹ Embora essa não seja a discussão em tela, perceba que algo como *A roupa lavou pela chuva* também não é possível, o que mostra que não há um causador implícito em uma sentença como essa.

é o de companhia, por exemplo, que indicaria a presença de um argumento implícito humano de alguma forma.¹² Considere a sentença (40) que exemplifica isso.

(40) A roupa lavou com a Maria.

Embora seja uma interpretação marcada, (40) só pode significar que Maria foi a pessoa que lavou a roupa e não que alguém, juntamente com a Maria, lavou roupa. Há, ainda, o significado de que a Maria e a roupa foram lavadas juntas, como apontou Ana Paula Scher (c.p.), o que novamente ilustra que ‘*com Maria*’ não tem o significado de companhia de um argumento implícito humano. Por outro lado, (41) pode significar que o bolo foi comprado na companhia de Maria. (41) tem, ainda, outros significados que não são relevantes para o argumento que faço agora.

(41) O bolo foi comprado com a Maria.

Significado relevante: O bolo foi comprado (digamos, pelo João) quando ele estava junto com Maria.

Isso mostra, mais uma vez, a diferença entre o membro intransitivo da AA e passivas perifrásticas. Feita essa comparação, é também interessante notar que SE-impessoais respondem da mesma forma que passivas perifrásticas aos testes de agentividade elencados acima, excetuando-se o licenciamento de *by-phrases* (cf. seção 2.3 do capítulo 2 para uma discussão mais detalhada desses testes). Uma comparação entre SE-impessoais e o membro intransitivo da AA é também válida. Os exemplos de (42) a (45) demonstram quais os elementos de agentividade licenciados em SE-impessoais.

(42) *Se come muito pelo João.

**by-phrase*

(43) Come-se muito para agradecer a mãe.

Cláusula de propósito

(44) Come-se com vontade neste restaurante.

Advérbio orientado para agente

(45) Lavou-se a roupa com Maria.

Leitura de companhia

¹² Agradeço a Florian Schäfer por me sugerir este teste.

Em adição a isso, SE-impessoais licenciam mais elementos que passivas perifrásticas, como predicados secundários, anáforas e a interpretação de posse inalienável. Esses testes apontam a presença de um Agente sintaticamente projetado em sentenças SE-impessoais, mas não em passivas perifrásticas (cf. seção 2.3 do capítulo 2).

(46) Quando se lê concentrado, as notas de rodapé não escapam.

(47) Lembrou-se de si mesmo ao ver aquela cena.

(48) Levanta-se a mão somente após a pergunta do professor.

A comparação desses testes com o membro intransitivo da AA exige algum cuidado porque, como apontado por Cyrino (2013a), a maioria dos sujeitos nessas sentenças são DPs [-animados]. Todavia, não é verdade que essa tendência seja uma condição: sentenças como *O João reprovou em matemática* fazem parte dessa alternância, visto que são formadas por verbos que selecionam Agentes como argumentos externos. Além disso, expressões populares como *Só x salvou*, por exemplo em *Só o meu irmão salvou lá em casa* são também intransitivas e formadas por verbos que, quando em sentenças transitivas, selecionam um Agente como argumento externo invariavelmente. Então, DPs [+animados] podem aparecer nessa construção, ainda que em menor número.

Os exemplos abaixo mostram, então, que o membro intransitivo da alternância não licencia predicados secundários, como em (49), anáforas, como em (50), e DPs com interpretação inalienável, como em (51). Ressalto que (50), com alguma modificação, e (51) são boas sentenças se o DP *o meu irmão* for argumento externo. Claramente, essa não é a interpretação que quero evocar ao fazer esse teste. A sentença relevante para os testes, *O meu irmão salvou*, indica que o DP *o meu irmão* sofreu uma ação e o Agente dessa ação não aparece especificado. Nessa interpretação, as sentenças abaixo são agramaticais.

(49) * O meu irmão salvou ileso.

(50) *O meu irmão salvou si mesmo.

(51) *O meu irmão salvou a mão.

Assim, percebe-se que o membro intransitivo da AA se comporta diferentemente tanto de passivas perifrásticas quanto de SE-impessoais, duas construções em que há um Agente

implícito. A comparação sugere que não há um Agente de nenhum tipo nas sentenças em estudo. O Quadro 1 sumariza as discussões feitas nesta seção.

Testes	Passivas perifrásticas	SE-impessoais	Membro intransitivo da AA
By-phrases	SIM	NÃO	NÃO
Orações de propósito	SIM	SIM	NÃO
Advérbios orientados para agente	SIM	SIM	NÃO
Leitura de Com(panhia)	SIM	SIM	NÃO
Predicados secundários	NÃO	SIM	NÃO
Anáforas	NÃO	SIM	NÃO
Interpretação inalienável de DP denotando parte do corpo	NÃO	SIM	NÃO

Quadro 1: Diagnósticos para a presença de um agente

5.3.3 *Há uma leitura reflexiva disponível?*¹³

Como brevemente argumentado na seção anterior, o membro intransitivo da AA é possível com DPs [+animados]. Muitas vezes, as sentenças que podem ser membros intransitivos da AA são também possíveis sentenças reflexivas inerentes, a depender do dialeto tratado. Uma sentença como (52) só pode ser interpretada como: i) o membro intransitivo da AA; ii) uma sentença com objeto nulo nos dialetos que usam SE obrigatoriamente para sentenças inerentemente reflexivas (cf. seção 2.6.4 do capítulo 2). Nos dialetos em que SE pode ser dispensado em sentenças inerentemente reflexivas, (52) pode significar também que *João se hospitalizou*. Uma pergunta que pode surgir, então, é se há uma leitura reflexiva disponível quando o DP é [+animado].

(52) João hospitalizou.

Primeiramente, pode-se afirmar que (52), na leitura que é relevante, é uma idiossincrasia e não se encontrariam muitos outros exemplos além desse. (53) é mais um exemplo que mostraria essa restrição no membro intransitivo da AA.

(53) O navio/*O João carregou.

¹³ Agradeço a Florian Schäfer por essa questão.

Entretanto, o exemplo (53) não ilustra, necessariamente, que DPs [+animados] são banidos do membro intransitivo da AA. Repare, por exemplo, que, em inglês, o VP *carregar um navio* se traduz como *load a ship* e o VP *carregar uma pessoa* como *carry a person*. (53) pode ser um exemplo, na verdade, de uma restrição de significado verbal para participar dessa alternância e não de uma restrição de animacidade. Isto é, somente o verbo *carregar* com significado de ‘encher um container’ é licenciado na AA.

Nessa esteira, outros verbos que têm um potencial de mudança e que poderiam formar o membro intransitivo da AA não são licenciados nessa alternância, independentemente do fator animacidade do DP.

(54) * João socou.

(55) * A mesa socou.

(56) * João chutou.

(57) * O balde chutou.

(58) * João esbofeteou.

(59) * O boneco esbofeteou.

Para complicar a questão um pouco mais, alguns verbos que são licenciados na AA são claramente mais usados com DPs [+animados], como os exemplos abaixo ilustram.

(60) Foi gravada aquela confusão toda numa quinta-feira... numa sexta-feira, **meu filho enterrou** na quarta.¹⁴

(61) Meu filho não precisa fazer carteirinha de novo, **ele fotografou** no semestre passado.

(62) **João operou** na sexta.

Essa discussão mostra que há tendências claras com os verbos em questão: verbos com um potencial de mudança são elegíveis para entrar nessa construção, mas parece haver alguma outra restrição que ainda não é bastante clara. Seja qual for essa restrição, não se pode traduzi-la como uma restrição de animacidade.

¹⁴ Sentença do vídeo www.youtube.com/watch?v=87VV2H7HqO0, falada entre 3h28min -3h31min.

Voltando à discussão inicial, posso agora afirmar que os verbos participantes da AA não apresentam uma leitura reflexiva. Isso está em harmonia com a ideia de que um Agente não é licenciado nessas sentenças, como argumentei na subseção 5.3.2. Nos casos que parecem ambíguos, como (52), há mais de uma estrutura correspondendo a cada uma das interpretações evocadas. (63) lista, simplificadamente, as estruturas compatíveis com cada interpretação.

(63) a. reflexiva inerente

[VoiceP João[_{VP} internou]]¹⁵

b. Membro intransitivo da AA

[Spec, TP João_i[_{VP} internou t_i]]

c. Objeto nulo

[VoiceP João[_{VP} internou Ø]]

Observe que a estrutura em (63) indica que estou assumindo que o membro intransitivo da AA é inacusativo, já que o DP é gerado em posição de objeto de acordo com tal estrutura. A próxima seção é dedicada a mostrar que os membros intransitivos da alternância têm uma estrutura inacusativa.

5.4 *A estrutura do membro intransitivo da AA*

Nesta seção, mostro que a estrutura do membro intransitivo da AA é de sentenças inacusativas e monoeventivas. A propriedade ‘monoeventividade’ vai ser particularmente relevante para a comparação entre a estrutura dessas sentenças e a estrutura de sentenças anticausativas, por exemplo.

5.4.1 *Testes de inacusatividade*

Um dos testes mais comuns que acusa inacusatividade usado na literatura é a possibilidade de formação de uma construção absoluta (particípio nominal a partir de um verbo+objeto). Esse teste diagnostica a presença de um complemento do verbo que recebe papel temático de tal complemento. Em outras palavras, esse teste diagnostica a presença de um objeto lógico, para usar um termo de Lekakou (2005). Assim, embora esse teste prediga,

¹⁵ Esta representação segue a ideia de Alexiadou, Spathas e Schäfer (2014) de que em casos de verbos naturalmente reflexivos, que, em algumas línguas, não precisam de um elemento aberto como SE para que a leitura reflexiva apareça o objeto não é introduzido na sintaxe.

corretamente, que (64) é um verbo inacusativo porque seu sujeito foi gerado como complemento do verbo, qualquer verbo que tenha um objeto lógico responderá afirmativamente a esse teste. É o caso de (64)b. Repare, todavia, que (64)b não tem uma versão inacusativa em português (**O caso ouviu*/**A testemunha ouviu*). Esse teste é, então, útil para diagnosticar a presença de um objeto na estrutura, mas não para checar se esse é o único constituinte disponível.

(64) a. quebrar a casa/ o vaso

a'. quebrada a casa/ quebrado o vaso

b. ouvir a testemunha/ o caso

b'. ouvida a testemunha/ ouvido o caso...

Um teste que parece ser indicado para se checar se há somente um constituinte na estrutura que não ocupa a posição de argumento externo (portanto, um teste de inacusatividade) é a possibilidade de *possessor raising* a partir de uma dada estrutura. Independentemente da análise de *possessor raising* que alguém queira adotar (CANÇADO, 2010; RODRIGUES, 2010; ANDRADE E GALVES, 2014, entre outros), todos os autores concordam que a condição para que esse fenômeno ocorra é a existência de uma estrutura inacusativa. Como o possuidor pousa na posição [Spec, TP], o movimento desse constituinte para tal posição nunca aconteceria se outro elemento recebesse Caso nominativo. Em sentenças transitivas e inergativas, o argumento externo sempre recebe Caso nominativo, o que impossibilita o movimento de possuidor nessas estruturas. As sentenças em (65) são exemplos disso.

(65) a. * [Essa escola]_i trabalha [o funcionário t_i] [todos os dias].

b. * [Esse rapaz]_i encontrou [a menina] [o carro t_i].

(ANDRADE E GALVES, 2014:sp)

Assim, se o membro intransitivo da alternância é uma sentença inacusativa, espera-se que haja casos de *possessor raising* com essas sentenças. (66) e (67) mostram que essa predição é satisfeita. Em (66), o verbo *amputar* é usado em uma sentença intransitiva, ilustrando que esse verbo é licenciado no membro intransitiva da AA.

(66) Antes eu trabalhava como pedreiro, né, mais (sic) depois que **amputou a perna** fiquei fazendo só os serviços de casa mesmo¹⁶

(67), abaixo, mostra o mesmo verbo sendo usado em um contexto de *possessor raising*. Tal sentença foi postada na página do *facebook* de um jornal pelo seu administrador como comentário a uma reportagem cujo título era: *Cachorro aprende a andar de novo após ataque de jacaré*. Em tal contexto, então, essa sentença é claramente inacusativa, já que o cachorro não amputou a própria pata.

(67) Vitório_i amputou [a pata t_i].¹⁷

Portanto, se os verbos que participam da AA podem alçar o possuidor do DP, **há plausibilidade de se falar em um membro inacusativo da AA e não mais em um membro intransitivo da AA**. Os exemplos de (68) a (71) são ilustrativos de mais casos em que o possuidor do único DP presente na estrutura pode ser alçado porque o verbo é inacusativo. Todos esses verbos, então, fazem parte da AA.

(68) O ônibus_i destruiu os vidros t_i.¹⁸

(69) O João lavou o carro.

(70) O João operou o nariz.

(71) A Maria extraiu o dente.

Até o momento, demonstramos que as sentenças em questão não têm um Agente implícito sintaticamente projetado (consequentemente, elas não têm *Voice*, a projeção em que o argumento externo seria introduzido) e que elas têm uma estrutura inacusativa. Na seção seguinte, faço testes que permitem especificar ainda mais a estrutura inacusativa desses verbos. A comparação com as sentenças anticausativas mostrará que as estruturas inacusativas de sentenças anticausativas e do membro inacusativo da AA, como as sentenças em estudo serão chamadas a partir de agora, não são as mesmas (*contra*, por exemplo, Amaral, 2015, cap.3).

¹⁶<https://psicologado.com/abordagens/centrada-na-pessoa/experiencia-de-tendencia-atualizante-em-amputado-numa-perspectiva-fenomenologica>

¹⁷ <https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/958794600826886>

¹⁸ Agradeço a Vitor Nóbrega por este exemplo.

5.4.2 *Raízes de modo ou de resultado?*¹⁹

O primeiro aspecto a ser ressaltado é o tipo de raiz presente no membro inacusativo da AA e em anticausativas. Tem sido defendida, na literatura, a plausibilidade de se falar de dois tipos de raízes verbais. Essa ideia aparece originalmente no texto de Rappaport Hovav e Levin (1998) e tem também sido adotada também em abordagens não-lexicalistas para a estrutura argumental (cf. MARANTZ, 2013)

Em uma definição informal, raízes de modo lexicalizam o processo da ação (mas não seu resultado), enquanto raízes de resultado lexicalizam a parte final do evento (o resultado). Essa diferença tem um impacto sintático, já que os verbos dessas duas grandes classes diferem em uma série de aspectos. Um desses aspectos é a possibilidade de se negar o resultado de uma ação. Enquanto isso é possível com um verbo formado a partir de uma raiz de modo, uma contradição se forma se o verbo de resultado tiver o resultado negado. As traduções e as pequenas adaptações de (72) e (73) indicam que o mesmo acontece em PB.

(72) John just swept the floor, but nothing is different about it.

O João acabou de varrer o chão, mas nem parece.

(73) #John just broke the vase, but it is not broken.

#O João acabou de quebrar o vaso, mas ele não está quebrado.

(RAPPAPORT HOVAV E LEVIN, 1998:101)

Testes comumente usados na literatura para diferenciar esses dois tipos de raízes ilustram que, no inglês, verbos de modo permitem apagamento de objeto, enquanto verbos de resultado não o permitem. Esse teste não é válido para o PB e apresento o contraste do inglês somente para exemplificação.

(74) a. *All last night, Kim broke/ destroyed / shattered.

¹⁹ Com base em outros testes, Amaral (2015, cap.3) chega a uma conclusão bastante parecida a que cheguei nesta seção. Para a autora, o membro intransitivo da AA (construção de resultado, em seus termos) é uma das possibilidades de mapeamento para a sintaxe de verbos que entram em ‘*templates*’ semânticos diferentes. Para a autora, os verbos que entram nessas sentenças são verbos afetados, mas que não indicam uma mudança de estado, razão pela qual eles podem ser representados, lexicalmente, pelos seguintes templates:

i) Verbos de modo de afetação [X AFFECT _{<manner>} Y], e.g. *cozinhar*, *lavar*.

ii) Verbos instrumentais [X AFFECT _{<thing>} Y], e.g. *centrifugar*

b. All last night, Kim scrubbed.

(BEAVERS E KOONTZ-GARBODEN, 2012)

Essa diferença entre os dois tipos de raízes se nota em construções participiais também. Embick (2004) nota que há pelo menos três tipos de participípios em inglês: eventivos, estativos e adjetivais. Participípios estativos e adjetivais estão relacionados ao traço *fient*, que, para o autor, é um tipo de operador BECOME. Basicamente, a estrutura para os participípios resultativos e estativos seria a que se vê em (75). Tal estrutura pode receber projeções adicionais a depender do contexto sintático em que esses participípios estão inseridos.

Verbos que participam da AA parecem compatíveis com a estrutura em (75), à primeira vista. Às vezes, um tipo de coerção é necessário, como se vê pelo contraste entre (77) e (78).

(76) A roupa ficou lavada.

(77) # A porta ficou pintada.

(78) ✓ A porta ficou bem pintadinha.

Todavia, sentenças como (76) e (78) não parecem envolver um estado final. (79) mostra que tais raízes nessas construções podem ter o resultado negado.²⁰

²⁰ Amaral (2015:80) afirma que o resultado do membro inacusativo da AA não pode ser negado, o que mostra que essa é uma construção com foco no resultado. A autora oferece como um de seus exemplos a sentença em (i).

i) O frango cozinhou, mas não ficou cozido.

Essa sequência de sentenças, de fato, leva a uma contradição porque cozinhar também tem um processo e, ao se dizer, ‘o frango não ficou cozido’ pode-se interpretar que o frango não ficou nada cozido. Todavia, a contradição não se mantém com uma modificação que mostra que o estado final não foi atingido. A importância de modificadores como *meio* e *bem*, em (ii) e (iii), é justamente mostrar que um estado/ resultado nem sempre é atingido com esses verbos e que isso não contradiz a sentença precedente justamente porque os verbos licenciados como membros inacusativos da AA não são verbos de resultado.

ii) O frango cozinhou, mas não todo cozido, tá meio cru por baixo.

iii) O frango cozinhou, mas não tá bem cozido.

(79) A roupa já lavou/pintou, mas não ficou bem lavada/pintada, vamos ter que lavar/pintar de novo.²¹

Novamente, isso contrasta com os casos em que uma passiva adjetiva realmente tem a estrutura proposta em (75). Passivas adjetivas com verbos feitos a partir de raízes de resultado apresentam contradição quando o resultado da ação é negado.

(80) #A janela quebrou, mas não ficou bem quebrada.

Assim, o contraste entre (79) e (80) é exatamente o contraste que se espera ver se os verbos no primeiro exemplo são de modo e os no segundo, de resultado. Consideremos mais um teste que exemplifica a diferença entre esses dois tipos de raízes. As raízes dos verbos que participam da alternância causativa são licenciadas em sentenças resultativas.²² Os adjetivos negritos no grupo de sentenças abaixo descrevem o estado em que esses objetos estavam quando foram criados. Os pares de palavras em parênteses são o adjetivo e o seu verbo correspondente, o qual é licenciado na alternância causativa.

(81) O João fabricou a cadeira torta .	(torta- entortar)
(82) Os pedreiros já construíram o portão quebrado .	(quebrado-quebrar)
(83) A porta foi modelada aberta .	(aberta- abrir)
(84) A saia foi costurada fechada .	(fechada- fechar)
(85) João preparou o chá quente .	(quente- esquentar)

Portanto, juntamente com os testes da seção principal, (ii) e (iii) exemplificam que não parece adequado dizer que o membro inacusativo da AA expresse resultado de uma ação.

²¹ O mesmo se observa se uma raiz que indique um resultado de ação compatível com *lavar* for utilizado for usado para formar a passiva adjetiva. No exemplo abaixo, a raiz √limp, categorizada como adjetivo, é usada.

- i) A roupa lavou, mas não ficou **limpa**, vamos ter que lavar de novo.

Não há contradição nesse caso porque √lav- é uma raiz de modo e não de resultado, portanto o resultado pode ser negado.

Novamente, isso mostra que o uso de *lavar* no membro inacusativo da AA é diferente do uso resultativo deste mesmo verbo, como em *A chuva lavou a rua*, já que, neste caso, é marginal dizer: *#A chuva lavou a rua, mas ela não ficou limpa*. Agradeço a Florian Schäfer por discutir esse fato comigo.

²² Barbosa (2008, 2012) argumenta que não há sentenças resultativas em PB. Seja como for, o ponto a ser defendido nesta parte do texto é que as raízes de resultado entram nesse contexto em que há criação de um objeto (portanto, um resultado). As raízes de modo não são licenciadas no mesmo contexto.

Contrastando com esse grupo de dados, as raízes dos verbos que entram na AA não descrevem o estado em que os objetos estavam quando eles foram criados. Em outras palavras, eles não podem ser adjetivos resultativos. Algumas das sentenças abaixo podem receber interpretações gramaticais que não são compatíveis com as interpretações que quero eliciar aqui. Por exemplo, (86) é gramatical se a interpretação for de que o cabelo de Joana já estava arrumado antes que ela começasse a fazer a trança. Nesse contexto, repare que a interpretação de trança não é compatível com a de criação de uma entidade que, no ato da criação, já tem um determinado estado. Mais particularmente, nesse contexto em que (86) é aceitável, somente a trança foi criada e não a trança em determinado estado, o que caracterizaria a sentença resultativa. Novamente, os pares de palavra entre parênteses mostram a relação entre o adjetivo nas sentenças abaixo e o verbo licenciado na alternância agentiva.

(86) *Joana trançou o cabelo arrumado .	(arrumado-arrumar)
(87) *Joana fabricou o copo lavado .	(lavado-lavar)
(88) *Os pedreiros modelaram a argila cortada .	(cortada-cortar)
(89) *A Maria costurou a roupa passada .	(passada-passar)
(90) ?A Maria preparou a comida frita .	(frita-fritar)
(91) *Eles criaram a perna amputada .	(amputada-amputar)

A possibilidade de se usar raízes que entram na alternância causativa – mas não raízes que entram na AA - para descrever os estados dos objetos criados é facilmente explicada com o uso de noções presentes em Embick (2004). Como dito anteriormente, quando o particípio é resultativo, ele é complemento do traço FIEN^T. Esse traço é um tipo de operador BECOME e o particípio que acompanha tal traço lexicaliza o estado final desse sintagma que expressa resultado. A estrutura em (92) mostra a árvore de sentenças resultativas e o local em que os elementos que lexicalizam resultado nessa construção – adjetivos resultativos- são licenciados.

- (92) John hammered the metal flat. (EMBICK, 2004:355)

(adaptação de EMBICK, 2004: 366)

O fato de os participípios feitos a partir de raízes que formam verbos licenciados na AA não entrarem nesses contextos resultativos mostra, uma vez mais, que essas raízes não lexicalizam resultado. O mais importante a ser notado é que: isso mostra que essa não é uma propriedade somente dos verbos nessa determinada construção, mas das raízes, já que essa propriedade é verificável em uma série de construções.

Em suma, nesta seção, seguindo trabalhos anteriores (cf. RAPPAPORT-HOVAV E LEVIN, 1998; EMBICK, 2004), mostrei que raízes de modo não são licenciadas em contextos resultativos e isso esclarece que os membros intransitivos da AA não possuem uma camada de resultado. No entanto, uma objeção possível a essa afirmação é a de que a sintaxe não vê essa distinção, que é conceitual, e não deveria proibir que raízes licenciadas na AA formem estruturas bieventivas (cf. ACEDO-MÁTELLAN E MATEU, 2014 para um argumento que segue essa linha). Na próxima seção, mostro que as raízes de modo que entram na AA estão em uma estrutura monoeventiva. Em outras palavras, elas entram em uma estrutura em que não há projeção de resultado. Se Acedo-Mátellan e Mateu (2014) estão certos em afirmar que raízes de modo podem sofrer coerção e lexicalizar resultado sob condições específicas, essas condições específicas não existem na alternância estudada aqui.

5.4.3 Bieventividade e monoeventividade

Se as raízes licenciadas na AA são raízes de modo como os testes têm mostrado, é esperado que o membro inacusativo da AA seja monoeventivo. Nesta seção, aplico dois testes que exemplificam isso. São eles: leituras repetitivas e restitutivas com *de novo* e a presença de um PP causativo.

Começo pelo primeiro teste. A presença de uma leitura restitutiva com *de novo* aponta a presença de uma camada resultativa na sintaxe (VON STECHOW, 1996). Mais

especificamente, sentenças que são ambíguas entre uma leitura resultativa e uma repetitiva possuem uma camada verbal que expressa resultado da ação e uma camada que expressa processo. As duas leituras surgem em virtude da posição em que o modificador *de novo* se concatena: ou na camada de processo (leitura repetitiva) ou na camada de resultado (leitura restitutiva).

Em estruturas em que a camada de resultado não está presente, somente a leitura repetitiva será obtida. Os exemplos abaixo testam o membro inacusativo da AA, o qual, de acordo com os testes das seções passadas, é formado a partir de uma raiz de modo, que descreve o processo de uma ação e não o seu resultado.

Consideremos o contexto em (93), primeiramente. Nesse contexto, a leitura que se obtém tanto da contraparte transitiva quanto da intransitiva das sentenças é a repetitiva, uma vez que a ação de vender carros se repete uma vez por semana em um dado dia. Nada foi feito em relação a algum carro particular que pudesse evocar a leitura restitutiva.

(93) **Leitura repetitiva:** Na loja em que João trabalha, ele é encarregado de fechar as transações de vendas sempre às quartas-feiras. Ontem foi quarta feira e João recebeu alguns compradores para finalizar a venda de carros que havia começado durante a semana. Então, ontem...

João vendeu carro de novo (repetitiva)

Na quinta-feira, João não foi trabalhar, pois estava se sentindo mal. Para a surpresa de todos os trabalhadores que estavam na firma, um comprador só podia fechar negócio na quinta-feira e, por causa disso, aceitava levar qualquer carro em estoque. Na quinta-feira, só carros usados podem ser vendidos. Quando João acessou seu sistema na sexta para ver o que tinha acontecido na sua ausência, ficou espantado, ao ver, no relatório de usados, que...

Mais carros venderam de novo (repetitiva)²³

²³ A parte intransitiva da sentença (93) teve que ser adaptada, porque, quaisquer que sejam as leituras que se queira evocar com a contraparte inacusativa da AA, elas são muito mais marcadas do que as leituras que se obtém com as sentenças causativas/anticausativas ou com a contraparte transitiva da AA.

Ana Paula Scher (c.p.) observa, por exemplo, que a parte intransitiva sempre parece estar ligada a alguma imprevisibilidade, razão pela qual o contexto que se evoca para a parte transitiva, com uma atividade programada como “sempre às quartas-feiras”, não parece adequada para a contraparte inacusativa da AA.

Consideremos, agora, o contexto em (94), que, potencialmente, evoca uma leitura restitutiva, já que um objeto foi vendido, devolvido e vendido novamente. Perceba, no entanto, que a interpretação restitutiva é, pelo menos, forçosa nesse caso. Quando José, o comprador no contexto em (94), devolve o carro que comprou e depois o compra de novo, ele não restitui a compra (ou a venda), ele efetua uma nova compra (e João, uma nova venda). Isso se dá porque, embora o contexto pudesse propiciar a leitura restitutiva, a raiz usada não pode ter leitura de resultado. Seu potencial permite que somente a leitura repetitiva seja possível.

(94) **Leitura restitutiva:** Na última quarta-feira, João recebeu um comprador para finalizar a venda, o José. João acabou convencendo José a levar o carro pelo qual ele estava interessado. No entanto, José, que trabalha o dia inteiro realizando entregas, achou que o volante do carro era muito duro e que o tanque bebia combustível demais. Assim, ele resolveu entregar o carro de volta para a firma de João. Após a entrega, José procurou por outros carros cujo preço coubesse em seu orçamento, mas não encontrou nada melhor do que os vendidos por João. Assim, nesta quarta-feira, José voltou a loja e fechou o acordo para levar o mesmo. Então, ontem...

João vendeu o carro da semana passada de novo. (repetitiva)

#João vendeu o carro de novo. (restitutiva)

O carro da semana passada vendeu de novo. (repetitiva)

#O carro vendeu de novo (restitutiva)

Esse comportamento do verbo *vender*, explorado nos contextos dos exemplos (93) e (94), contrasta com o de um verbo como *abrir*. Abrir é um verbo que participa da alternância causativa. As raízes licenciadas na alternância causativa, como mostrado na seção 5.3.2, são raízes de resultado, então se espera que tanto a leitura repetitiva quanto a leitura restitutiva sejam evocadas. (95) e (96) mostram que esse é o caso.

(95) **Leitura repetitiva:** Toda vez que João entra em casa, ele abre a porta para arejar a sala.
João acabou de entrar em casa, então...

Ele abriu a porta de novo.

A porta abriu de novo.

(96) **Leitura restitutiva:** Toda vez que João entra em casa, ele abre a porta para arejar a sala, mas, com a ventania dos últimos tempos, a porta sempre acaba fechando. No domingo, João estava trabalhando no jardim e entrou em casa para pegar uma ferramenta. Então, abriu a porta da sala. Assim que ele voltou para o jardim, a ventania fechou a porta. Depois, João, já cansado de trabalhar, voltou para casa para almoçar. Ao entrar em casa,...

João abriu a porta de novo.

... João empurrou a porta fechada e ...

A porta abriu de novo.

Para finalizar, a possibilidade de leitura restitutiva com um verbo como *vender* não soa natural aos ouvidos por uma questão conceitual. O tipo de raiz que forma o verbo *vender* não é licenciado em uma estrutura bieventiva e, assim, as duas leituras com o advérbio *de novo* não são obtidas. Em contraste, essas leituras são facilmente obtidas com verbos que participam da alternância causativa. Isso, juntamente com o fato de as raízes desses verbos serem licenciadas como adjetivos resultativos em resultativas, mostra que estamos lidando com verbos que possuem propriedades elementares diferentes. Essas propriedades manifestam-se na sintaxe.

Levemos em conta, agora, o segundo teste, o licenciamento de adjuntos causais. Como discutido no capítulo 3, o licenciamento de adjuntos causais tem sido defendido como um diagnóstico da presença de um componente causativo em anticausativas, já que esses adjuntos diagnosticam a presença de um componente causativo em sentenças anticausativas. O dado em (97), em que um verbo internamente causado é usado, mostra que a noção de causação deve ser dissociada de agentividade, já que verbos internamente causados não selecionam um agente como argumento externo, mesmo quando alternam (cf. nota 20 no capítulo 4).

(97) The flowers wilted from the heat/*from the gardener.

(AAS²⁴, 2015:30)

²⁴ Sigla definida no Capítulo 3: Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer.

As flores murcharam com o calor/*com o jardineiro.

Como AAS (2015) notam, o licenciamento de Causas com verbos que geralmente não aceitam argumento externo aponta para a conclusão de que causação e agentividade devem ser dissociados. Dito de outra forma, como verbos internamente causados não têm *Voice*, já que não podem ser marcados com SE e não podem ter Agentes como argumentos externos, mas licenciam adjuntos causais, o que leva à conclusão de que causação não tem nada a ver com *Voice*. Assim, *from the heat* em (97), concatena-se a vP.

Tendo isso em mente, os dados em (98) e (99) mostram que o membro inacusativo da AA não possui v-CAUSE, já que Causas não são licenciadas como modificadoras do evento.

(98) A roupa lavou *com o vento/a chuva/²⁵ com o João /com sabão.

(99) A casa construiu *com o sol/a chuva/ com o martelo/ com aquela construtora.

Os dados em (98) e (99) podem indicar que adjuntos agentivos são licenciados no membro inacusativo da AA. Esse não parece ser, exatamente, o caso, já que essas interpretações são bem marcadas. Consideremos (100), um contexto em que *A roupa lavou com o João* é licenciado por alguns falantes.

(100) **Contexto:** Suponha que uma máquina de lavar da casa da família Silva não esteja funcionando direito. Vários membros da família tentaram fazer com que ela voltasse a funcionar, sem sucesso. João foi o único que fez a máquina funcionar porque chutou a máquina. Nesse contexto, é possível falar, mesmo que marginalmente, '*A roupa lavou com o João*' que equivale à '*A roupa lavou por causa do João*'.²⁶

Ou seja, quando João é uma espécie de facilitador de uma ação, um adjunto com um DP humano é licenciado nessas construções. Pode-se até falar que *João* é um causador nesse contexto, mas perceba que, seja qual for o papel temático que se queira dar a esse adjunto, ele

²⁵ Alguns trabalhos diferenciam entre Causas, como Sol, e eventos causadores, como ventania, terremoto, etc. Os dados do PB mostram que essa diferença não é linguisticamente relevante nesta língua, por isso chamo todos esses elementos de Causa.

²⁶ Como apontado por Ana Paula Scher (c.p.), vários falantes prefeririam '*A máquina funcionou com o João*' nesse contexto, já que o fato de a roupa lavar é uma consequência de o João ter feito a máquina funcionar. Já que o que está em jogo é uma interpretação bem marcada na sentença (100) e *funcionar* não parece ser um verbo daqueles licenciados na alternância agentiva, a maior aceitabilidade de uns falantes com esse verbo não mudaria muito a argumentação feita no texto principal.

se distingue fundamentalmente de Causas como *vento*, *terremoto*, *chuva*, etc, que são licenciados com verbos da alternância causativa, mas não com verbos da AA.

Do modo como a discussão foi conduzida até agora nesta seção, o leitor pode pensar que vP-cause, o tipo de vP que licencia um adjunto causal, é uma projeção funcional específica presente na Lista 1 das línguas. Essa não é a ideia que eu gostaria de defender. Na verdade, a notação vP-cause somente indica que a existência de uma estrutura bieventiva. No Capítulo 3, e, de forma mais simplificada, neste capítulo, mostrei que as sentenças que aceitam adjuntos causais são bieventivas, ou seja, elas aceitam leituras tanto restitutivas quanto repetitivas e licenciam adjuntos causais. Além disso, há evidências independentes na literatura para a ideia de que causação está relacionada com bieventividade e não com uma notação no verbo ou em uma dada projeção funcional (cf. FOLLI E HARLEY, 2005 e SCHÄFER, 2012). Em outras palavras, causação surge por causa de uma estrutura sintática bieventiva. Verbos causativos são aqueles licenciados nessa estrutura sintática. Os membros da AA – em suas versões inacusativa e transitiva – nunca são licenciados em uma estrutura bieventiva.

Dados que mostram claramente essa ideia são os que seguem em (101) e (102). Esses dados têm Causas como argumentos externos de verbos agentivos. As sentenças em (101)a e (102)a são agramaticais, mas as sentenças em (101)b e (102)b, em que a partícula *away* é adicionada, são perfeitamente gramaticais.

(101) a. *The sea ate the beach

b. The sea ate away the beach.

(102) a. *?The wind carved the beach.

b. The wind carved away the beach

(FOLLI E HARLEY, 2005:2)

O PB não possui essas partículas, mas pode-se ver um certo paralelo do contraste acima em (103) e (104), por um lado, e (105) e (106), por outro.

(103) *O mar comeu a praia.

(104) O mar engoliu a praia.

(105) *O vento formou a praia.

(106) O vento delineou a praia.

Para Folli e Harley (2005), o contraste de gramaticalidade entre as sentenças em (101)a e (102)a e (101)b e (102)b acima se deve a uma mudança de estrutura uma vez que ‘away’ é adicionado. Em PB, como não há partículas para aumentar a estrutura sintática, verbos específicos são selecionados. Essa partícula vai formar uma *small clause* com o argumento interno, gerando uma estrutura bieventiva. (107) é a estrutura canônica, por assim dizer, de um verbo como comer. (108) é a estrutura desse verbo quando a partícula *away* forma uma *small clause* com o objeto. Nesse caso em particular, a estrutura se torna bieventiva e, por consequência, uma Causa pode ser licenciada na posição de argumento externo. A representação, que faz uso de sabores de vezinho, é das autoras.

Como os membros da AA não licenciam causas, nem na forma de PPs nem na forma de DPs, há mais uma evidência para afirmar que as raízes que formam esses verbos são licenciadas em estruturas que não são bieventivas, ou seja, não há uma projeção denotando o resultado da ação. Portanto, com base nos testes, (110) é a estrutura de verbos que participam da AA. (109), dos que participam da alternância causativa.

Em outras palavras, são licenciados na estrutura (109) verbos que lexicalizam resultado e, portanto, são ambíguos com o modificador adverbial *de novo* e aceitam adjuntos causais. Na estrutura (110), são licenciados os verbos que lexicalizam modo, só licenciando a leitura repetitiva do advérbio *de novo* e não aceitam adjuntos causais.

Com essa bateria de testes, encontramos a estrutura compatível com os membros inacusativos da AA. Essa estrutura não nos diz, no entanto, qual é a origem da alternância estudada neste capítulo. O que posso concluir, até agora, é que esses verbos parecem ter a mesma estrutura de médias não-marcadas do PB, que foram estudadas no capítulo 4. Médias não-marcadas também são inacusativas e podem ser formadas a partir de verbos agentivos, como *lavar*, *encerar*, etc. Assim, a hipótese de Cyrino (2013a) parece estar no caminho certo. Na seção 5.5, mostro que há relações entre médias não-marcadas e o membro inacusativo da alternância que apontam que a emergência das duas construções está ligada. Para tanto, na subseção 5.5.1, relembro brevemente a análise de médias desenvolvida no capítulo 4 e exploro as restrições seletivas tanto de médias não-marcadas no PB quanto do membro inacusativo da AA.

5.5 *Qual é a estrutura das médias do PB?*

5.5.1 *Médias do PB e médias não-marcadas do inglês*

No capítulo 4, afirmei que a estrutura de médias mudou no BP. Seguindo a tendência geral dos eventos explorados nesta tese, médias também perderam/têm perdido *Voice*, o que levou a uma mudança em sua estrutura. De acordo com Ackema e Schorlemmer (2006), há pelo menos dois tipos de média nas línguas. O tipo I representa as propriedades de médias não-marcadas nas línguas do mundo, e o tipo II de médias marcadas. As propriedades de cada tipo de sentença média estão sumarizados no Quadro 2.

Médias do tipo 1	Médias do tipo 2
Inglês –This book reads easily	Francês – Ce livre se lit facilement.
Somente verbos agentivos	Verbos experienciadores e estativos também são licenciados.
Não aceitam expressões orientadas para o sujeito	Aceitam expressões orientadas para o sujeito.

Quadro 2: propriedades de sentenças médias contrastadas

Os exemplos em (111) e (112) demonstram que a perda de SE em PB fez com que as médias dessas língua começassem a se comportar como médias de tipo I. (111) mostra que verbos estativos não são licenciados em médias não-marcadas e (112) ilustra que expressões orientadas ao sujeito também não são licenciadas.

(111) Matemática *(se) sabe bem (quando se estuda muito).

(112) Receita de bolo *(se) prepara com atenção. (PACHECO, 2008:48)

Como salientado no Capítulo 4, entretanto, outros testes mostram que a estrutura de médias em PB não pode ser equiparada a de médias não-marcadas em línguas como inglês ou holandês. Numerosos estudos tentaram dar conta do fato de que as médias nessas duas línguas se comportam como transitivas, muito embora não haja morfologia visível e expressões orientadas para o sujeito – tanto advérbios quanto PPs como *com vontade*, *com atenção* – não são licenciadas em médias não-marcadas de línguas germânicas. Assim, esse tipo de sentença, nessas línguas, apresenta características contraditórias, à primeira vista, já que não há indício de um Agente projetado, mas elas se comportam como transitivas frente a testes relevantes. Esses fatos levaram a debates sobre a presença de um *pro* ou um PRO ou, ainda, um Agente saturado lexicalmente nessas sentenças.

Vejamos alguns dos fatos que indicam a transitividade dessas médias e como o PB se comporta frente aos mesmos testes. Sentenças gerundivas como a que se vê em (113) são licenciadas se houver um argumento controlador. A sentença em (114), em que uma estrutura semelhante é usada para médias do PB é agramatical, acusando a falta de um argumento controlador.

(113) Most physics books read poorly even after reading them several times.

(STROIK, 1995:168).

(114) *A maioria dos livros de física não lê fácil mesmo depois de ler eles várias vezes.²⁷

Outro fator que distancia as médias não-marcadas do PB de médias do inglês é o licenciamento de elementos anafóricos. (115) exemplifica o licenciamento de elementos anafóricos em médias do inglês, enquanto (116) mostra que a contraparte em sentenças médias do PB é agramatical.

(115) Books about oneself never read poorly. (STROIK, 1995:166)

(116) *Livros sobre si mesmo nunca leem rápido.

Outra diferença está relacionada à presença de advérbios. Em um primeiro momento, o licenciamento de advérbios em médias do inglês e do PB parece ser semelhante. Advérbios orientados para Agente, os quais descrevem exclusivamente o modo como uma ação foi feita pelo Agente da ação, não são licenciados tanto em médias do inglês quanto em médias não-marcadas do PB, como (117) e (118) demonstram.

(117) *This book reads deliberately/voluntarily/safely. (STROIK 2006:323)

(118) *Esse livro lê deliberadamente/voluntariamente/seguramente.

Todavia, há mais diferenças entre médias não-marcadas do PB e do inglês. Há alguns tipos de advérbios que não se comportam prototipicamente nem como advérbios de modo nem como advérbios orientados para agente, apresentando características de ambas as classes (cf. JACKENDOFF, 1972). Esse tipo de advérbio é licenciado em médias do inglês, mas não em médias não-marcadas do PB.

(119) This desert crosses smoothly. (CONDORAVDI, 1989:22)

(120) *Esse deserto atravessa suavemente.²⁸

(121) The abstracts that come from that school read poorly.

(122) *Os abstracts daquela escola leem pobremente.

²⁷ Como dito no capítulo anterior, *Poorly* foi substituído por *não fácil* em (114), porque *pobremente* não é um advérbio licenciado em médias não-marcadas do PB.

(123) Seven lines have been reduced to four and four sentences to two: it **reads comfortably** and fluently.²⁹

(124) *Esse livro lê confortavelmente e fluentemente.

Essa classe fronteira de advérbios pode ser adjungida ao tipo especial de *Voice* que o inglês tem, de acordo com algumas abordagens. Em contraste, as médias do PB somente licenciam advérbios mais baixos, o que aponta para a ausência de *Voice* em médias nessa língua.

Além dessas diferenças, um teste conclusivo que aponta que médias não-marcadas em PB são inacusativas é a possibilidade de *possessor raising*, como os exemplos (125) e (126) apontam.

(125) [Cachorro]_i opera [a pata t_i] fácil.

(126) [Esse tipo de sala]_i encera [o chão t_i] fácil.

Em suma, os testes nesta seção, que recapitulam a discussão do Capítulo 4, mostraram que as médias não-marcadas do PB e do inglês não podem ter a mesma estrutura. Assumindo que médias do inglês possuem o núcleo *Voice*, a conclusão é que as médias não-marcadas do PB não têm esse mesmo núcleo. Assim, como o Agente não é presente em médias não-marcadas do PB, a única informação de médias não-marcadas desta língua é que a sentença é verdadeira em virtude da propriedade que o Tema tem. Nenhum efeito de agentividade fraco, como nas médias do inglês, ou um Agente sintaticamente representado, como nas médias românicas, é presente. Assim, as estruturas de médias não-marcadas do PB e de médias do inglês encontram-se abaixo.

(127) GEN [_{VoiceP} Voice [_{VP} V DP]] = inglês

(128) GEN [_{VP} V DP] = PB

A recapitulação do Capítulo 4 nesta seção teve o objetivo de deixar mais clara a comparação entre médias e o membro inacusativo da AA que se dará na próxima seção.

²⁹Sentença disponível em: *Write in Style: a guide to good English*, (books.google.de/books?isbn=1135834342)

5.6 *Médias do PB e a AA*

Tendo estabelecido a estrutura das médias do PB, é possível estudar a relação entre médias nessa língua e o membro inacusativo da AA. Devo deixar claro que, ao fazer tal comparação, não pretendo afirmar que o membro inacusativo da AA é uma sentença média. O fato de que as sentenças que participam da AA são todas eventivas é suficiente para descartar que elas sejam médias. Todavia, há certas similaridades na seleção de verbos de médias e de verbos candidatos à AA que merecem alguma exploração.

Os verbos abaixo não são licenciados nem em médias nem no membro inacusativo da AA, como os exemplos mostram. É importante ressaltar que algumas dessas sentenças são gramaticais se a leitura atribuída a elas for de uma sentença transitiva com um objeto nulo, como a sentença (129), por exemplo. Essa não é, contudo, a leitura em foco aqui.

- Assassinar

(129) *O João assassinou.

(130) *Homem assassina fácil.

- Visitar

(131) *O hospital está visitando.

(132) ?Hospital visita fácil.

(CYRINO, 2013: 286)

- comer

(133) *A pizza está comendo.

(134) *Pizza come fácil.

(CYRINO, 2013: 286)

- Carregar-l(oad)³⁰

(135) O navio carregou.

(136) Navio carrega fácil.

- Carregar-c(arr)

(137) *O João carregou.

³⁰ Esse nome significa que carregar no sentido de *load* do inglês licencia essa interpretação. Ou seja, o verbo *carregar*, em português, refere a pelo menos dois eventos distintos: *load* (*encher*) e *carry* (*carregar peso*).

(138) *Pessoas carregam fácil [nesse carro].

Essa pequena comparação mostra a semelhança de restrição verbal entre médias não-marcadas e o membro inacusativo da AA. A figura abaixo representa, graficamente, essa coincidência de restrição verbal, bem como o fato de que o membro inacusativo da AA licencia um grupo de verbos diferente daqueles licenciados em passivas ou anticausativas. A Figura 1 só representa graficamente as restrições de seleção dos verbos acima, muito embora, como se sabe, anticausativas e passivas selecionem outros tipos de verbos.

Figura 1: Restrição verbal comparada em médias, AA e passivas

A similaridade na restrição verbal de médias não-marcadas e o membro inacusativo da AA é um exemplo de uma restrição famosa de médias não-marcadas nas línguas: a restrição de afetação (*affectedness constraint*), observada em uma série de trabalhos (cf. ACKEMA E SCHOORLEMMER, 2006 para uma revisão). A restrição de afetação pode ser definida da seguinte forma.

(139) **Restrição de afetação:** obedecem a essa restrição eventos em que o objeto foi afetado de alguma forma por uma ação descrita pelo verbo.

Os exemplos considerados até agora, assim como os exemplos do Apêndice 1, obedecem a tal restrição. Veja que verbos que não respeitam essa restrição não são licenciados nem em médias não-marcadas nem no membro inacusativo da AA. Em outras palavras, esses verbos nunca podem ser intransitivos.

(140) *Matemática sabe fácil (quando estuda muito).

(141) *Matemática soube.

(142) *Física conhece fácil.

(143) *Física conheceu.

(144) *Frio teme no inverno.

(145) *Frio temeu no inverno.

Como a Figura 1 mostra, não é o caso de que todos os verbos que selecionam objetos que serão, de alguma forma, afetados pelo evento são licenciados na AA. Essa restrição aparenta ser idiossincrática, à primeira vista, mas há motivos para se achar que não. Por exemplo, restrições muito semelhantes ou iguais foram documentadas no mandarim, como se verá na próxima seção.

Devo salientar ainda que, em um estudo feito por Grolla e Augusto (2015), constatou-se que crianças formam relativas com o DP do membro inacusativo da AA, produzindo sentenças como ‘*A melancia que tá comendo/cortando.*’ O verbo *comer*, em particular, não é julgado como gramatical pelos falantes adultos em membros inacusativos da AA. Em adição a isso, Camilla Rezende (c.p.) me informa que sentenças como ‘*O coelho jogou*’ também foram produzidas por crianças nos experimentos que ela conduziu. Esses dois fatos indicam que crianças, embora também respeitem a restrição de afetação, permitem que muitos outros verbos sejam selecionados.

Em suma, o que esta seção pretende mostrar é que, tanto em médias não-marcadas quanto no membro inacusativo da AA, verbos de modo são licenciados em uma estrutura inacusativa monoeventiva.³¹ A diferença entre esses dois tipos de evento é o fato de existir um

³¹ A assunção de que a estrutura de médias não-marcadas é monoeventiva se baseia no fato de que verbos de modo são licenciados nesse tipo de sentença. Assim, pelo menos quando esses verbos aparecem em médias, pode-se dizer que a estrutura é monoeventiva. O teste com o advérbio *de novo* não pode ser aplicado a esse tipo de sentença,

operador genérico em sentenças médias, responsável pela leitura de propriedade dessas sentenças, mas não no membro inacusativo da AA. A partir dessa similaridade estrutural, defendo na próxima seção que a perda de *Voice* em médias (ou seja, a perda de SE e *pro*, que acarretou a perda de um tipo específico de *Voice*) é o fator responsável pelo surgimento do membro inacusativo da AA.

5.7 *Perda de Voice como a causa da AA em PB*

Um fato largamente aceito e exemplificado nesta tese é a de que o sincretismo se baseia em uma semelhança estrutural e/ou semântica. Assim, muitas vezes, há pequenas mudanças de uma estrutura para outra que garantem as pequenas mudanças de interpretação. Uma delas: seguindo literatura prévia, mostrei neste capítulo que raízes de modo e de resultado são licenciadas em estruturas diferentes. Assim, quando o sincretismo estava completamente ativo no PB, uma sentença como *Quebrou-se o prato* e uma como *Vendeu-se a casa* eram usadas para evocar os seguintes eventos, respectivamente: uma sentença anticausativa e uma sentença com um agente indefinido. Os tipos diferentes de raízes asseguravam que as interpretações de anticausativas e indefinida, respectivamente, seriam as evocadas.

A estrutura usada para médias marcadas, com alguma adaptação, também evocava interpretações diferentes. Lembremo-nos de que médias são eventos genéricos. Se os mesmos elementos que compõem uma sentença média como (146) forem usados em uma sentença com tempo especificado, como em (147), a interpretação evocada é outra, nomeadamente a de que alguém indefinido fez a ação.

(146) GEN [_{VoiceP} *pro* [_{Voice} *se* [_{VP} V DP]]] = média

Vende(m)-se casas facilmente nesta região.

(147) T[+past] [_{VoiceP} *pro* [_{Voice} *se* [_{VP} V DP]]] = leitura indefinida

Vendeu-se casas (facilmente) nesta região.

Com a perda de SE, seria esperado que o PB tivesse desenvolvido outra sintaxe para esses eventos para assegurar que as interpretações não iriam se sobrepor. Não é isso que tem acontecido até então. Como o Capítulo 4 mostra e este capítulo recapitula, as médias não-marcadas do PB, por exemplo, são médias inacusativas. *Voice* nucleado por SE é

já que médias são genéricas, isto é, elas asserem sobre uma propriedade do objeto do verbo que é verdadeira mesmo que um evento nunca tenha ocorrido e *de novo* pressupõe a existência de um evento.

progressivamente extinto na formação de médias pelas gerações mais novas e a formação dessas sentenças só ocorre então até a camada vP/VP. Essa possibilidade faz com que não haja nada nessas estruturas que impeça que uma sentença média se comporte plenamente como inacusativa, sem nenhum Agente. O membro inacusativo da AA é um exemplo disso. Assim, uma vez que um VP com uma raiz de modo e um DP complemento entram na sintaxe, há pelo menos três alternativas quanto à derivação final.

- (148) a. O VP pode se tornar uma sentença transitiva se Voice com um DP pleno sofrer merge acima do VP, então: [VoiceP DP [Voice [VP V DP]], correspondendo, por exemplo, a *João guinchou o carro*.
- b. O VP pode se tornar uma sentença média se um operador genérico sofrer merge acima de VP, então: GEN [_{VP} V DP]], correspondendo, por exemplo, a *Carro pequeno guincha fácil*.
- c. O VP pode se tornar o membro inacusativo da AA se nenhum operador genérico for adicionado à sentença, então: [_{VP} V DP], correspondendo, por exemplo, a *O carro guinchou*.

As leituras em (148)b e (148)c são um subproduto do fato de que a língua perdeu SE (o que levou à perda de um tipo de *Voice* específico), mas manteve a formação das estruturas até o vP tal como elas eram antes da perda de *Voice*. Isso fez com que as distinções que surgiriam na presença de *Voice* sumissem. Em outras palavras, como venho afirmando que *Voice*, em contextos de leitura arbitrária, possui um *pro*, sentenças como *Carro pequeno se guincha fácil* levariam a uma leitura de que alguém guincha facilmente o carro, porque, nesse contexto, *pro* está presente. Essa leitura se distingue da leitura que se observa em sentenças anticausativas marcadas, já que *O prato se quebrou* não significa que alguém quebrou o prato, justamente porque *pro* não está presente nesse contexto. Assim, esses elementos que se compunham com *Voice* e os tipos de raízes asseguravam as diferenças de interpretação.

Com a perda desse tipo específico de *Voice* (de SE e de *pro*), médias não-marcadas são sentenças inacusativas e nada na estrutura determina que elas devam ser usadas somente em contextos genéricos. O ‘nascimento’, por assim dizer, do membro inacusativo da AA nada mais é do que uma possibilidade natural da língua tal como ela é hoje. O falante sabe que *lavar*, *encerar*, *guinchar*, etc. são verbos que formam sentenças inacusativas e usa esses verbos em

contextos inacusativos tanto quando um operador genérico está presente (médias) quanto quando não está (membro inacusativo da AA).

Para ilustrar que essa generalização de alternância a partir de médias inacusativas não-marcadas é válida também em outras línguas, baseio-me no trabalho de Cheng (1989) para o mandarim. Cheng (1989) afirma que a alternância transitiva é um fenômeno amplo em chinês. O que licencia essa alternância, de acordo com a autora, é a restrição de afetação tal como foi formulada por Jaeggli (1986:607).

(149) Se o complemento de X não é afetado [pela ação descrita pelo verbo], é impossível eliminar o argumento externo de X.³²

Conforme a descrição presente em Cheng (1989), parece haver uma série de semelhanças tanto entre médias não-marcadas do PB e do mandarim tanto quanto entre o membro inacusativo da AA em PB e os verbos alternantes em mandarim. Como se verá, esses fatos apontam que a coexistência de médias inacusativas não-marcadas e o membro intransitivo da alternância em uma língua não é uma coincidência.

Aponto, primeiramente, algumas semelhanças entre as médias do PB e do chinês. Cheng (1989) observa que verbos que não participam da alternância transitivo-intransitiva, tal como nomeada pela autora, não formam médias. (150) exemplifica uma média agramatical com *da* ‘bater’.

(150) *Guojing hen rongyi da.
 Guojing muito fácil bater.
 ‘Guojing é muito fácil de bater.’

(CHENG, 1989: 90)

Essa é a mesma situação que observamos nos dados do PB, como mostrado nos exemplos de (129) a (138). Abaixo, repito os exemplos (131) e (132) a título de exemplificação.

(151) *O hospital está visitando.

³² No original: If a complement of X is unaffected, it is impossible to eliminate the external theta-role of X. (Jaeggli 1986:607)

(152) ?Hospital visita fácil.

(CYRINO, 2013: 286)

Além disso, a modificação em médias do chinês é parecida com a que se vê em médias não-marcadas do PB. Como (153) ilustra, adjetivos são usados para modificar médias. A palavra *rongyi* é, de fato, um adjetivo de acordo com Cheng (1989), já que ela pode ser negada ‘*bu rongyi*’, e advérbios não podem ser negados em mandarim.³³

(153) Zhe jian wai-tao bu rongyi xi.
 Este CL jaqueta not easy wash.
 ‘Esta jaqueta não lava fácil.’

(CHENG, 1989: 90)

Finalmente, concentrando-nos no membro inacusativo da AA em mandarim, as mesmas aparentes idiossincrasias se observam nesta língua. Verbos como *chutar* e *esbofetear* não participam nem em BP nem em mandarim da alternância em tela.

(154) Guojing ti-dao-le Botong.
 Guojing chutar-cair-PERF Botong.
 ‘Guojing chutou Botong e Botong caiu.’

(CHENG, 1989: 90)

(155) *Botong ti-dao-le.
 Botong chutar-cair-PERF.
 ‘Botong foi chutado e caiu.’ (*Botong chutou.)

(CHENG, 1989: 89)

³³ Adjetivos e verbos modais podem ser negados em chinês, o que, de acordo com Cheng (1989), credita uma base modal a médias dessa língua. Isso vai de encontro a caracterização de médias presente em Lekakou (2005), por exemplo, para quem o operador GEN acima do VP em médias se comporta como um verbo modal.

A comparação com o mandarim, então, ilustra que a possibilidade de formar médias inacusativas não-marcadas leva à generalização dos verbos alternantes em outras línguas também.

Em suma, a hipótese aqui defendida encontra amparo estrutural, haja vista a semelhança estrutural de médias não-marcadas e o membro inacusativo da AA; diacrônico, de acordo com o estudo feito por Cyrino (2013a) e translinguístico, já que a condição de que médias inacusativas não-marcadas existam na língua é essencial para que verbos agentivos comecem a alternar tanto em PB quanto em mandarim.

5.8 *Por que isso não acontece em inglês?*

Se a hipótese aqui defendida está no caminho certo, uma condição necessária para que haja AA é a existência de médias inacusativas não-marcadas. Na verdade, então, seriam duas condições a se verificar na língua: se há médias inacusativas, elas não devem ser marcadas com SE ou variantes. Se uma língua não tem médias inacusativas – como inglês e alemão – esse fenômeno não acontece. Examinemos mais de perto o que faria com que derivações compatíveis com ‘*O carro guinchou*’ fracassem em inglês.

As médias do inglês são descritas como inergativas ou transitivas, como o Capítulo 4 e a subseção 5.4.1 mostram. Sabemos que médias são eventos genéricos e, portanto, ocorrem se o tempo não estiver especificado com um valor pontual como passado. Para efeitos de exemplificação, suponhamos que as sentenças médias do inglês pudessem ocorrer se T estivesse especificado para passado, por exemplo. A interpretação de que esse evento ocorreu sem a intervenção de um Agente nunca apareceria, já que, de acordo com a análise para médias do inglês, o DP tema estaria em *Voice*, em uma das configurações mostradas abaixo. Em (156), o DP objeto se move da posição de complemento para *Voice*. Isso dá conta, segundo Schäfer (2008) dos efeitos fracos de agentividade em médias do inglês, muito embora não haja a presença de um argumento implícito em médias germânicas. (157) é uma representação de como as correntes lexicalistas analisam médias do inglês. O verbo já teria o papel temático do argumento externo saturado no léxico (sinalizado como *+arb* no V) e o argumento interno seria gerado em *Voice*.

Em qualquer uma dessas configurações, a interpretação de um evento sem um Agente não apareceria, já que há um DP – movido ou gerado – na posição de um argumento externo. Essa configuração se afasta significativamente da estrutura de anticausativas, que, como vimos, são eventos sem Agente, e não possuem, portanto, uma projeção com informações de argumento externo. Assim, se médias em inglês pudessem ocorrer com tempo especificado, a interpretação não seria a de um evento espontâneo, porque há informação sintática sinalizando que essas sentenças possuem alguma agentividade (ainda que os indícios de agentividade em médias de línguas germânicas sejam mais fracos do que em línguas românicas). Essa é a razão pela qual inglês não tem AA.

Em línguas românicas, em que há um sincretismo entre anticausativas e médias – as duas línguas usam SE para formar esses eventos – há dois fatores que bloqueiam³⁴ que médias apareçam com interpretação de um evento espontâneo:

- (i) o fato de que médias têm um argumento implícito, *pro*, enquanto anticausativas não (cf. capítulos 3 e 4);
- (ii) médias podem ser formadas a partir de verbos de modo que possuem uma estrutura monoeventiva; enquanto anticausativas possuem estrutura bieventiva,

³⁴ Bloquear, aqui, é somente uma expressão, já que atribuo as diferenças entre médias e anticausativas a elementos estruturais.

relacionada ao licenciamento de PPs causais, duas leituras do advérbio *de novo*, etc.

Finalmente, em línguas como mandarim ou PB, em que verbos de modo são licenciados em estruturas monoeventivas, nada impede que a estrutura de verbos licenciados em médias apareça no passado e descreva, portanto, um evento pontual. Há diferenças estruturais entre anticausativas e o membro intransitivo da AA, como mostrei neste capítulo, mas os dois eventos são inacusativos e não possuem um Agente representado.

5.9 *Conclusão do capítulo*

Neste capítulo, eu investiguei a origem estrutural do que chamo de AA, uma alternância semelhante à alternância causativa na medida em que o membro inacusativo da alternância agentiva não possui um agente implícito na estrutura. A alternância causativa e a AA diferem, todavia, no tipo de verbo licenciado e, conseqüentemente, na estrutura inacusativa. Finalmente, a comparação do membro inacusativo da AA com outros eventos que não possuem agente em PB mostram que a origem estrutural dessas sentenças é a existência de médias inacusativas não-marcadas, o que responde à pergunta *Qual é a origem estrutural de sentenças?*, feita na Introdução. Assim, essas sentenças podem ser vistas como um efeito colateral, por assim dizer, da perda do SE em PB. O fato de elas não se combinarem com SE mostra que elas são um produto indireto da perda desse clítico. Tendo em mente a análise aqui feita, o fato de essas sentenças não se combinarem com SE é devido ao fato de elas serem uma generalização sobre um evento que perdeu SE (e *pro*), o que responde à pergunta também feita na Introdução sobre como é possível sustentar que as sentenças em estudo têm a ver com a perda de SE, já que SE é agramatical em tais sentenças. Isso mostra que a perda do SE em PB possibilitou a emergência de um outro sistema, em que os eventos não-marcados apontam para uma outra forma de construção de eventos em PB, a qual é fundamentalmente diferente dos tipos presentes em línguas românicas fartamente descritas.

APÊNDICE 1: UM REFINAMENTO DOS VERBOS LICENCIADOS

Em Carvalho (2014), a partir de uma lista de verbos disponível em Whitaker-Franchi (1989), fiz uma busca em *corpora* de língua falada e em ocorrências no *google* com dois objetivos: (i) delimitar de alguma forma a classe de verbos que é licenciada na AA; (ii) mostrar que o fenômeno é real, uma vez que ainda há bastante variabilidade de julgamento nas sentenças estudadas neste capítulo.

Em relação ao primeiro objetivo, nesta tese, a classe delimitada é bem ampla, prevendo que verbos que obedecem à restrição de afetação do argumento interno sejam licenciados. Enquanto na língua adulta, verbos que correspondem a *accomplishments* quando em sentenças transitivas são os licenciados, na linguagem infantil verbos de atividade também são permitidos na AA. A restrição de afetação aqui proposta abarca os dois grupos. Todos os exemplos listados abaixo ilustram a aplicação da restrição de afetação aos dados.

Além disso, os dados também ilustram que se trata de um fenômeno real, mesmo que alguns falantes apresentem resistência a ele. A partir de uma lista de verbos presente em Whitaker-Franchi (1989) pesquisei no corpus C-ORAL-ROM, também usado para uma busca de sentenças inerentemente reflexivas no Capítulo 2, ocorrências de membros inacusativos da AA e no *corpus* Marília, um *corpus* de entrevistas sociolinguísticas em Mato Grosso formado por Marília Vieira, doutoranda do Programa de Pós-graduação do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo. Quando eu não encontrei ocorrências em nenhum dos dois *corpora* disponíveis, fiz buscas orientadas no *Google*.

Os nomes das duas subseções abaixo remetem a grupos de verbos definidos por Whitaker-Franchi (1989) que não fariam parte da alternância causativa, razão pela qual usamos esses grupos para orientar nossas buscas por exemplos do membro inacusativo da AA.

Resultativos

Abaixo, encontra-se a lista de verbos que, de acordo com o trabalho de Whitaker-Franchi, não participam da alternância causativo-incoativa e são predominantemente transitivos. Para a autora, esses verbos não fazem parte da alternância porque, na posição de objeto direto, são encontrados seus complementos têm “uma função diferente de paciente, por

exemplo, um objetivo, um resultativo, um valor ou mesmo um locativo” (p.142). De fato, a maioria desses verbos não são alternantes (6 verbos de um grupo de 242 aparecem em contextos alternantes), de acordo com as consultas em corpora e os dados de língua oral que colhemos. No Quadro 1 , encontram-se esquematizados os verbos que fariam parte do grupo de verbos resultativos. A descrição dos exemplos abaixo é de Whitaker-Franchi (1989).

<p>GRUPO 1 – 54 verbos</p> <p>“Processos tipicamente humanos, que possuem, inclusive, um aspecto cultural e institucional, não envolvendo um objeto afetado ou paciente.” (p.142)</p>	<p>Processos tipicamente humanos: anotar, assaltar (uma casa), assinar, assumir, autorizar, calcular, cobrar, combater, computar, contar (um a um), controlar, corrigir, cumprir, descrever, desempenhar, festejar, fundamentar, garantir, gastar (dinheiro), imitar, impor, ironizar, justificar, ler, lotear, noticiar, orçar, orquestrar, poder (estar autorizado), praticar, parodiar.</p> <p>Com traços culturais e sociais mais evidentes: advogar, ajuizar (uma causa), bendizer, biografar, bonificar, cassar, celebrar, censurar, conquistar, contestar, custear, exportar, fiscalizar, graduar (conferir grau), hipotecar, homenagear, homologar, idolatrar, importar, impugnar, indeferir, lecionar, legislar.</p>
<p>GRUPO 2 – 29 verbos</p> <p>“Um verbo associa a seu complemento uma função resultativa” e isso torna a construção ergativa agramatical. (p.143)</p>	<p>Abolir, abstrair, cancelar, causar, cometer, compor, conceituar, construir, consumir, cultivar, dar (produzir), esboçar, escrever, esculturar, faturar, fazer, gerar, historiar, improvisar, inventariar, ocasionar, ordenar, organizar, originar, omitir, produzir, propor, realizar, redigir.</p>
<p>GRUPO 3 – 12 verbos</p> <p>“Grupo de verbos que incorpora justamente um agentivo.” (p.144)</p>	<p>Bacharelar, cabritar, carpinteirar, galar, macaquear, mendigar, piratear, paroquiar, pilotar, poetar, pontificar, profetizar.</p>
<p>GRUPO 4 – 36 verbos</p> <p>“Verbos que expressam um ato de fala” (p.145)</p>	<p>Acusar, afirmar, ameaçar, alertar, anunciar, avisar, antecipar (uma informação), apregoar, aconselhar, blasfemar, caluniar, comentar, comunicar, confessar, confirmar, consultar, implorar, indagar, inquirir, insinuar, interrogar, invocar, jurar, manifestar, murmurar, narrar, negar, omitir, pedir, perguntar, proclamar, prometer, pronunciar, questionar, rezar, suplicar.</p>
<p>GRUPO 5 – 91 verbos</p> <p>“Construções não são ativas e o que é promovido à posição de sujeito seja o experienciador, seja o beneficiário.” (p.145)</p>	<p>Epistêmicos: acreditar, adivinhar, analisar, aprender, arriscar (um palpite), assimilar, bolar (inventar), buscar (uma resposta), captar, compreender, comprovar, concluir, confirmar (uma hipótese), conhecer, considerar, constatar, criar, deduzir, entender, estudar, idealizar, identificar, ignorar, imaginar, inventar, investigar, meditar, memorizar, pesquisar, ponderar, prever, saber, tentar.</p>

	<p>Percepção: assistir, avistar, cheirar, degustar, experimentar, mirar, observar, olhar, ouvir, perceber, pressentir, ver.</p> <p>Experienciais: abominar, aborrecer, aguentar, amar, amargar (uma derrota), apreciar, arrepender, chorar (a morte), gozar, idolatrar, invejar, lamentar, lastimar, odiar, ousar, padecer, prezar, querer, sofrer.</p> <p>Benefactivos: aceitar, achar, alcançar, aproveitar, arranjar (conseguir), burlar (as leis), comprar, conseguir, escolher, gananciar, ganhar, furtar, herdar, lograr (um resultado), lucrar, mendigar, merecer, necessitar, obter, pagar, pechinchar, perder, possuir, precisar, procurar, surrupiar.</p>
<p>GRUPO 6 – 20 verbos</p> <p>“Verbos que possuem um objetivo e um termo de referência” (p.148)</p>	<p>Verbos com um objeto com valor na posição de objeto direto: alcançar (um preço), custar, demandar, exigir, valer.</p> <p>Verbos com um objeto temporal: custar, demandar, demorar, durar, exigir.</p>
Total: 242 verbos	Total de verbos alternantes: 6 verbos

Quadro 1: grupo de verbos resultativos de acordo com Whitaker-Franchi (1989)

A partir desse conjunto de verbos, uma busca no *corpus* Marília e no C-ORAL-ROM, além de dados no *google* revelou as seguintes ocorrências:

GRUPO 1

1. *Homologar* – 9 ocorrências encontradas no Google para a busca **o concurso homologou** em 9/12/2013, das quais 6 são dados relevantes para esta pesquisa.
2. *Indeferir* – nenhuma ocorrência relevante no Google

GRUPO 2

3. *Abolir* – 25 ocorrências encontradas no Google para a busca **a escravidão aboliu**, mas muitas duvidosas, pois eram poemas ou músicas. A mais confiável encontrada é esta: (...) **acabou-se a escravidão, aboliu.**
4. *Construir*
 - Dado 1 (Corpus Marília):S1: sim sim eu me lembro quando o meu pai comprou o a gente ele comprou terreno né? na época na rua tinha pouco tinham poucas casa **a maioria estava construindo** ainda e agora quase não tem mais é tudo está bem.
 - Dado 2 (Corpus C-ORAL-ROM): *ANE: [52] <ainda bem> // [53] é // [54] o' / **tá <construindo um prédio> grande aqui /**
 - Dado 3 (Corpus C-ORAL-ROM): *HEL: **também construiu aque' / negócio lá atrás / né //** trapalhou / pra fazer a encenação // agora vai fazer na +
5. *Produzir* – 41 ocorrências encontradas no Google para a busca *O arroz produziu.*

GRUPO 3

- Nenhuma ocorrência encontrada

GRUPO 4

6. *Antecipar* – 17 ocorrências encontradas no Google para a busca **o parto antecipou**, 2 foram descartadas porque o parto era o argumento externo. Das 15 válidas, duas apareceram com o clítico SE (**o parto antecipou-se**), restando 13 ocorrências válidas.

GRUPO 5

7. *Criar*

- Dado 1 (*Corpus Marília*): é apesar de não ter morado lá mas a gente acompanha os noticiários na televisão o que mais a gente vê é isso né? falta de acredito também falta de emprego né? uma série de coisas porque antigamente as pessoas iam de Norte do Nordeste pra São Paulo então é **criou grandes favelas** e tem di/ dificuldade de acesso né? hoje São Paulo você vê qualquer feriado os carros não conseguem andar se deslocar é enchente quase que todo ano

8. *Perder*:

- □ Dado 1 (*Corpus C-ORAL-ROM*): *HER: vai lá na lavanderia e desliga a máquina pra mim / que senão vai / **o sabão <vai> <perder todo>** //
- □ Dados 2 e 3 (*Corpus C-ORAL-ROM*): Contexto das duas ocorrências abaixo:
GET cria abelhas e conta de um episódio em que foi levá-las para Jaguariúna. Apis é um tipo de abelha.
*CAR: <e> [/1] e **costuma perder** / Getúlio / nessas viagem / assim / &ch +
*GET: **a Apis perde mais** por causa da questão de temperatura / né // agora / essas abelhas não // às vezes é questão de [/1] de frio / <né> //
*CAR: né / coisa *que té perde depois* //

GRUPO 6

- Nenhuma ocorrência encontrada

Quasi-instrumentais

Esse grupo recebe essa denominação porque é composto, segundo Whitaker-Franchi, de verbos que “tomam um objeto direto que pressupõe a manipulação de um instrumento” (p.166-167). Nesse grupo, estariam verbos predominantemente causativos, que não alternariam. Dos 38 verbos apresentados neste grupo, 34 aparecem em ocorrências no *Google*. 4 deles são infrequentes em qualquer tipo de sentença e não somente no membro inacusativo da AA e, por causa disso, foram descartados.

Mesmo assim, vários são extremamente raros, como *casear*, *coser*, *golpear*, *lavar* e *vedar*, cuja procura retornou pouquíssimas ocorrências. Dos 34 verbos válidos, 7 apareceram como alternantes no *Google*. Se essa é uma classe linguisticamente relevante, fica claro que há, algo diferente da classe dos resultativos.

Os membros desse grupo são: *armar* (uma barraca), *atar*, *beliscar*, *bordar*, *caçar*, *calafetar*, *calçar*, *capinar*, *capturar*, *carpir*, *casear*, *cavar*, *cerzir*, *confeitar*, *cortar*, *coser*, *costurar*, *ferir*, *golpear*, *lavar*, *malhar*, *manipular*, *moldar*, *montar* (um quadro), *obturar*, *obstruir*, *pendurar*, *pescar*, *picar*, *pintar*, *polir*, *raspar*, *recortar*, *regar*, *roçar*, *triturar*, *varrer*, *vedar*. (38 verbos)

9. *Armar*

- Dado 1 (*corpus* C-ORAL-ROM): *ECR: eu tava com um &pa [/2] um alpiste / o Didito falou assim / ah mãe / a senhora nũ tem passarim mais / me dá esse alpiste pra mim // falei / dou // dei ele o alpiste / levou embora // depois os dois passarim entrou *na gaiola sem armar* / sem nada // tinha uma gretinha assim / es entrou //

10. *Capinar*: nenhuma ocorrência nos dois *corpora* e ocorrências como **tenho uns lotes precisando capinar** no Google.

11. *Cortar*

- Dado 1 (*corpus* C-ORAL-ROM): Contexto: Muito provavelmente, os dois participantes estão vendo um filme:
*BAO: <Nossa / tá perfeito> // não [/1] <já> **tá** / <**cortando justamente seu rosto**> //

12. *Obturar*: nenhuma ocorrência nos *corpora*

13. *Pintar*: Várias ocorrências no Google listadas abaixo:

- Tô aqui numa bagunça..., **a casa ta pintando**.
- Eu tb tô nessa de limpar a casa. **Tá pintando a minha casa** e tá tudo de pernas pro ar.
- ainda to de mudança mudo **sabado a casa ta pintando**

- Como **a casa ta pintando**, os modelinhos estão todos na academia
- Meus pais tem brigado muito sabe por causa que **a casa ta pintando**

14. *Polir*: Ocorrências do Google para esses verbo são:

- o carro ta polindo
- vou ver e ok vo ti manda a foto amanha tdo certo ai pq **o carro ta polindo**.

APÊNDICE 2: QUESTÕES DE ACEITABILIDADE

Há dois fatores que geralmente melhoram os membros inacusativos da AA, caso o falante as julgue como agramaticais. Em alguns casos, eu notei ou foi dito a mim que as sentenças melhorariam se aparecessem no progressivo. Assim, se um falante não aceita (1), ele/ela geralmente aceita (2).

1. A parede pintou.
2. A parede está pintando.

Um outro fator é a presença de advérbios indicando completude da ação. Alguns falantes me disseram que determinadas sentenças poderiam melhorar se advérbios ou palavras com algum valor de completude fossem adicionados às sentenças. O julgamento de que a sentença em (3) é melhor se ‘*toda*’ é adicionado me foi reportado por Indaiá Bassani. O julgamento de que a sentença em (4) é gramatical se *já* é adicionado, mas não soa tão bem sem esse advérbio me foi reportado por Patrícia Borges.

3. A casa destruiu ?(toda).
4. O frango ?(já) fritou.

6. SENTENÇAS IMPESSOAIS EM PB

6.1 Introdução

Neste capítulo, dedico-me a mais uma construção que foi afetada pela perda de SE e *pro*, as sentenças impessoais nulas do PB, nas quais há a leitura de um participante arbitrário. Essas sentenças sem uma morfologia visível receberam bastante atenção, tanto na literatura nacional quanto internacional, já que elas existem em várias línguas parcialmente pro-drop. (1) é um exemplo de tal construção em PB.

(1) Naquela loja vende sapato.

As análises mais conhecidas, embora se utilizem de implementações diferentes, defendem a presença de um pronome nulo em sentenças como (1) em uma série de línguas. Essas análises encontram-se em trabalhos de Anders Holmberg e uma série de colaboradores, além de trabalhos de Pilar Barbosa, a serem citados no decorrer do capítulo. Todavia, um dos objetivos deste capítulo é mostrar que as análises de Barbosa e Holmberg e colaboradores, embora possíveis para outras línguas, não parecem estar certas para o PB. Discutindo essas análises e as desenvolvidas por Avelar e Cyrino (2008) e Avelar (2009), descarto várias representações possíveis para esses dados, mas que não se mantêm quando os dados são examinados mais atentamente e encontro indícios para apresentar a minha análise.

Minha principal proposta leva em conta duas características das sentenças em estudo, a saber:

- i. a obrigatoriedade de um locativo para que a leitura arbitrária seja gerada em sentenças declarativas;
- ii. a impossibilidade de essa leitura se obter com verbos no passado, como uma versão de (1) mostra. Em outras palavras, o que (2) mostra é que a leitura indefinida não se obtém com essas sentenças, somente a leitura arbitrária. Volto a essa questão em alguns pontos no decorrer do capítulo.

(2) *Naquela loja vendeu sapato.

Estendendo as ideias em alguns trabalhos sobre a interação entre locativos e nomes nus (cf. BORER, 2010), a ideia que apresento aqui é a de que locativos podem fechar variáveis, portanto eles estão disponíveis para isso na falta de um candidato melhor (no caso, a morfologia impessoal). Essa proposta pode, ainda, ser complementada: Presente genérico é muitas vezes tido como uma leitura default, que aparece justamente em virtude da falta de especificação de tempo. Assim, a obrigatoriedade de um locativo em sentenças como (1), que gera leituras existenciais, em contextos em que não há informação de tempo aponta para o fato de que o INFL do PB, em alguns contextos, está especificado para locação (LOC) e não para tempo (T). Impessoais nulas refletem essa mudança.

Assim, se as ideias contidas neste capítulo estiverem certas, uma das mudanças mais significativas na estrutura de eventos do PB se encontra em sentenças impessoais, porque elas refletem, além de uma mudança em *Voice*, uma mudança dos traços de T, também, em certos contextos. Além disso, como venho assumindo na tese que os eventos que realmente mudam com a perda de SE como núcleo de *Voice* são aqueles que contêm *pro*, como se viu no capítulo 4, sobre médias e, no capítulo 5, sobre a alternância agentiva, espera-se que a perda de morfologia em sentenças impessoais também nos permita notar uma clara diferença entre sentenças impessoais marcadas e não-marcadas. Este capítulo vai ressaltar várias dessas diferenças, tais como os tipos de verbos licenciados, a possibilidade de usar sentenças SE-impessoais, mas não sentenças impessoais nulas no passado, o tipo de locativo selecionado, dentre outras diferenças. A comparação com os dados de outras línguas, especialmente o finlandês, também irá mostrar que uma das principais diferenças se deve ao fato de o PB não ter *pro* se SE não estiver presente, enquanto isso é possível em outras línguas parcialmente *pro-drops*, seja qual for a ideia de *pro* utilizada.

Este capítulo se organiza da seguinte forma: na seção 6.2, defino brevemente o que são sentenças impessoais. Na seção 6.3, comento a abordagem de inversão locativa para essas sentenças. Na seção 6.4, comento sobre a seleção de verbos em sentenças impessoais nulas. Na seção 6.5, discorro sobre a inadequação de *pro* em sentenças impessoais nulas do PB. Na seção 6.6, investigo em que nó da estrutura sintática os locativos são concatenados. Na seção 6.7, é abordada a interpretação existencial que locativos podem ter. Na seção 6.8, exploro os valores de T em sentenças impessoais. Na seção 6.9, ainda sobre os valores de T em sentenças impessoais, adapto uma proposta de Ritter e Wiltschko sobre os valores de INFL aos dados do PB. Na seção 6.10, finalmente, concluo o capítulo.

6.2 O que são sentenças impessoais?

Em sentenças impessoais, um elemento pronominal com referência arbitrária tem uma leitura genérica. Alguns exemplos, de variadas línguas, seguem abaixo.

(3) Neste país se trabalha muito.	<i>PB</i>
(4) Si lavora sempre troppo.	<i>Italiano</i>
si works.3sg always too-much	
One always works too much.	(CINQUE, 1988:522)
(5) En Espana, se acuestan temprano.	<i>Espanhol</i>
In Spain se go.to.bed early.	
‘In Spain, they go to bed early.’	(CABREDO-HOFHERR, 2006:248)
(6) Man muss die Geschichte kennen.	<i>Alemão</i>
Man must the history know.	
‘One/we must know the history.’	
(7) One must study hard to pass the exams.	<i>Inglês</i>

As sentenças acima exemplificam brevemente que variadas línguas se usam de pronomes com naturezas diferentes para obter a leitura arbitrária: algumas línguas românicas usam o clítico SE, o alemão usa *Man* e o inglês, *One*, entre outras estratégias. Não obstante essas diferenças, à primeira vista, parece que a presença desse pronome é sempre necessária para se obter a leitura arbitrária.

Além da aparente necessidade compulsória de um pronome, Cinque (1988) mostra que as diferenças sutis de significado que um pronome arbitrário pode ter são resultados da interação de alguns fatores, tais como o tipo de verbo, presença ou não de morfologia verbal (*personal Agr*) e tempo genérico ou especificado. Por ora, concentremo-nos nas exigências de tempo genérico e especificado. Cinque (1988) nota que uma interpretação quasi-universal, isto é, que se aplica a qualquer indivíduo, é obtida quando o tempo do evento não está especificado. Os exemplos de (3) a (7), acima, ilustram isso. Em todas essas sentenças, em que o verbo está no presente, a interpretação de que qualquer pessoa que participe do evento trabalhará muito, em (3) e (4), acordará cedo, em (5), deve saber história, em (6) e estudar muito, em (7), é obtida.

A interpretação desses mesmos pronomes muda se o tempo da sentença for especificado. A título de exemplificação, consideremos uma versão da sentença em (3) no passado, representada por (8).

(8) Neste país se trabalhou muito.

Essa sentença exemplifica a interpretação quasi-existencial, na qual, embora não saibamos exatamente quem são os indivíduos que fazem parte do conjunto de trabalhadores, sabemos que esse conjunto é mais delimitado do que o interpretado em uma sentença como (3). Isso está ligado ao fato de que pessoas já fizeram o evento descrito em (8), enquanto o evento em (3) é genérico e é lido geralmente como uma potencialidade. Algumas características dessas duas interpretações estão sumarizadas no Quadro 1 com informações adaptadas de Cinque (1988:546).

Interpretação quasi-existencial	Interpretação quasi-universal
Compatível com referência a tempo específico	Incompatível com referência a tempo específico
Incompatível com referência a tempo genérico	Compatível com referência a tempo genérico
Incompatível com contextos que suspendem a especificidade da referência temporal	Compatível com contextos que suspendem a especificidade da referência temporal
Compatível com a existência de um só indivíduo que satisfaz a descrição.	Incompatível com a existência de um só indivíduo que satisfaz a descrição.

Quadro 1: Tempo e interpretação de pronomes arb.

Da forma como essa breve apresentação foi conduzida, uma ideia natural é a de que é impossível que essas duas interpretações apareçam sem morfologia porque a morfologia de sentenças impessoais entra em uma relação com o tempo da sentença. Em outras palavras, sentenças impessoais parecem ser um daqueles eventos que são invariavelmente marcados, assim como passivas (cf. HASPELMATH, 1990; PITEROFF, 2014, para uma exceção bem motivada).

O problema é que há uma classe de línguas em que sentenças impessoais podem aparecer sem morfologia específica. O PB é uma delas, como uma versão da sentença em (3) atesta:

(9) No Brasil trabalha muito.

Uma das principais questões deste capítulo é, então, como essa interpretação pode ser obtida se a morfologia de sentenças impessoais está ausente na sentença (9)? Outra questão

sobre a qual irei me debruçar é a posição ocupada pelo locativo em sentenças como (9). Na próxima seção, apresento uma das hipóteses para a geração dessas sentenças.

6.3 *Inversão locativa?*

6.3.1 *O que é inversão locativa?*

Em termos gerais, a inversão locativa é a ocorrência de uma ordem não-canônica, nomeadamente PP V NP, em uma sentença que parece ser derivada de outra que tem a ordem NP V PP.

(10) **In the distance** appeared the towers and spires of a town which greatly resembled Oxford. [L. Bromfield, *The Farm*, 124]

‘À distância aparecia/apareciam as torres e os cumes da cidade que lembravam bastante Oxford.’

(LEVIN E RAPPAPORT, 1995:218)

O exemplo acima mostra que, em inglês, locativos, quando estão fronteados, bloqueiam a subida de sujeito.¹ Em línguas em que esse não é o modo canônico de construir eventos, a inversão locativa é usada para foco presentacional: ao ser introduzido na cena após o verbo, como o último elemento, o referente se destaca informacionalmente.

Com essas observações em mente, apresento os trabalhos de Avelar e Cyrino (2008) e Avelar (2009) sobre o assunto.

6.3.2 *Avelar and Cyrino (2008)/Avelar (2009)*

Avelar e Cyrino (2008) notam que uma sentença como (11) recebe duas interpretações diferentes em PE e PB, representadas em (12) e (13), respectivamente.

(11) Ele disse que **naquela loja** vende livros.

(12) Ele_i disse que **naquela loja** *ec_i* vende livros.

¹ Isso não quer dizer, todavia, que o DP *the towers and spires of a town* esteja interno ao vP. Para Rizzi e Shlonsky (2006), por exemplo, DPs em construções como essas estão deslocados à direita.

(13) a. Ele disse que **naquela loja** Ø vende livros.²

b. Ele disse que se vende livros **naquela loja**.

(12) é a interpretação dada pelos falantes de PE. Para esses falantes, há uma categoria vazia na oração subordinada em uma cadeia com o sujeito da oração matriz. Ou seja, esses falantes interpretam uma sentença como (11) como *Ele disse que naquela loja ele (mesmo) vende livros*.

(13)a representa a interpretação dada pelos falantes brasileiros para a sentença em (11). Para esses falantes, essa é uma sentença indeterminada (impessoal, nos nossos termos) e a possibilidade de paráfrase com *se* (cf. (13)b) indica isso.

Frente a esses dados, os autores afirmam que essas sentenças podem ser explicadas se se assumir que o PB é mais permissivo com relação à inversão locativa do que outras línguas. Mais precisamente, enquanto somente inacusativos permitem inversão locativa nas línguas românicas, o PB também permitiria esse tipo de inversão com verbos agentivos (tanto transitivos, quanto inergativos). Alguns exemplos se encontram abaixo. A categorização de tipo de verbo nos exemplos de (14) a (17) é de Avelar e Cyrino (2008):

(14) Verbos inacusativos

Na casa da Maria *chegou* algumas cartas.

(15) Verbos inergativos

Naquele quarto *dormiu* várias pessoas.

(16) Verbos transitivos inergativizados

Naquele bairro *aluga* casa de todos os preços.

(17) Verbos transitivos e inergativos sem um tema ou um agente

Nas cidades do interior não *seqüestra* tanto como nas grandes capitais.

(AVELAR E CYRINO, 2008:61)

Um primeiro impedimento para se acreditar que a leitura impessoal é gerada por inversão locativa é o fato de que tal leitura não aparece com todos os verbos listados acima.

(14) não significa que **Alguém chegou as cartas*, tampouco (15) significa que **Alguém dormiu*

2 O mesmo ocorre em Finlandês, outra língua parcialmente *pro-drop*: “The bound reading of a null subject [in an embedded clause /JC] requires, however, that no argumental category such as an object or a locative adverbial precede the embedded finite verb/auxiliary. If that is the case, the only possible reading is that the subject of the embedded clause is generic.” (HOLMBERG, A. 2005:551)

a criança. Todavia, (16) significa que pessoas alugam casas e (17) que pessoas sequestram outras pessoas. Nota-se, então, que pelo menos um refinamento, no que se refere a quais verbos que podem ter uma leitura impessoal nessas sentenças, é necessário.

Um segundo problema é que a inversão locativa, como brevemente explanado na subseção acima, é tida como um meio de expressão da leitura de foco do sujeito. Em (17), não há nenhum elemento pós-verbal para receber essa leitura. Ou seja, em (17), parece que temos um objeto nulo, o que distingue, novamente, as sentenças em (14) e (15) da sentença em (17). Em (14) e (15), os argumentos interno e externo, respectivamente, não satisfazem EPP porque um locativo cumpre tal tarefa. Em (17), por outro lado, o DP pós-verbal é nulo e deve ser analisado como um objeto por duas razões. Primeiro, o PB licencia, em quase qualquer situação possível, objetos nulos; o licenciamento de sujeitos nulos, todavia, é bastante restrito, especialmente com terceira pessoa. Segundo, se o DP pós-verbal nulo fosse um sujeito, a sentença equivaleria aos membros inacusativos da AA discutidos no Capítulo 5. Todavia, *as pessoas sequestram*, no sentido de que as pessoas são sequestradas, não é uma sentença gramatical.

Outro fator que distingue a leitura impessoal de sentenças em que há, realmente, inversão locativa, é que, nos casos em que a leitura impessoal é gerada, menos locativos são licenciados. Comparemos os exemplos (18) e (19). Se o PP locativo *Em cada imobiliária* for usado, a leitura impessoal é gerada em (18). Se o PP *De cada imobiliária* for usado, a sentença é agramatical. Na sentença (19), por outro lado, tanto *Naquele banco* quanto *daquele banco* são licenciados. A sentença (19) é um claro exemplo de inversão locativa, fenômeno em que a sentença não está em sua ordem canônica por questões informacionais.

(18) Em cada imobiliária/ *De cada imobiliária vende/aluga/empresta um tipo de casa diferente.

(19) Naquele/Daquele banco chega muito dinheiro.

Todavia, esse contraste pode não ser relevante se os verbos usados em (18), por razões independentes, não aceitam PPs locativos iniciados por *de*. Essa objeção não se verifica, como os exemplos abaixo mostram.³ Nos exemplos de (20) a (22), os PPs locativos devem ser entendidos como origens das ações de alugar, vender e emprestar. Portanto, são adjuntos de

³ Vale salientar que essa objeção não é dos autores. É uma objeção possível frente ao contraste apresentado e, por isso, eu a incluo na argumentação para mostrar que esse possível contra-argumento é problemático.

vP.⁴ Dado que esses verbos aceitam esses adjuntos, a agramaticalidade de (18), quando se tenta derivar a leitura arbitrária, fica sem explicação se o mecanismo por trás da geração dessa leitura for mesmo a inversão locativa.

(20) Eu aluguei esse filme *da Blockbuster da esquina*.

(21) Eu vendi esse livro *da loja matriz* essa manhã.

(22) Eu emprestei isso *da loja que faz a contabilidade*.

Assim, o que um exemplo como (18) nos diz é que essa leitura só é gerada com um tipo específico de locativo. Por ora, chamarei esse tipo de locativo de locativo fixo em relação ao evento, já que os locativos com os quais essa leitura é obtida descrevem o local em que o evento irá se desdobrar. Na inversão locativa, por outro lado, um locativo que pode ser a origem da ação descrita pelo verbo, ‘*Daquele banco*’ em (19), é licenciado.

Uma outra diferença é que, para que a leitura impessoal ocorra, o locativo deve estar em distribuição complementar com o argumento externo. Como eu disse, essa leitura não surge na sentença (15), *Naquele quarto dormiu várias pessoas*, mas ela surge se o DP *várias pessoas* não estiver presente, como se vê em (23). O material entre parênteses provê algum contexto.

(23) Naquele quarto dorme bem (Não tem barulho, pode trazer sua mãe e colocar ela lá).

A seção seguinte mostra, mais explicitamente, uma ideia já presente nesta seção: a leitura arbitrária só é obtida com uma classe de verbos.

6.4 Seleção

Há uma classe restrita de verbos que licenciam uma leitura humana arbitrária em presença de um locativo, nomeadamente verbos agentivos, isto é, verbos que podem ter um argumento externo. Essas restrições são observadas em outras línguas também, como em passivas impessoais do islandês. De acordo com Sigurðsson and Egerland (2009:168):

⁴ Pelo menos na sentença em (29), o adjunto em itálico é ambíguo, podendo também ser interpretado como um adjunto adnominal. Como se sabe, sentenças ambíguas têm duas derivações diferentes, cada uma correspondendo a uma das interpretações. No momento, só a derivação em que *da Blockbuster da esquina* é adjunto de vP é relevante para o argumento aqui desenvolvido.

A passiva impessoal parece estar limitada a verbos que denotem o controle do sujeito (nulo) ou uma ação volitiva, ou seja, essa construção é incompatível com modais temporais e modais auxiliares, verbos de alçamento, verbos inacusativos, a maioria dos verbos psicológicos e outros verbos de ‘ambiente’ e verbos ‘fate’ (flutuar, ficar empatado, ficar coberto por neve/água, etc.)^{5/6}

De alguma forma, essas restrições também se aplicam no PB. Os verbos que são licenciados nessa construção são um subgrupo de verbos *stage level*. Mais precisamente, os verbos *stage level* que introduzem argumento externo.

Verbos *stage level* inacusativos:

- (24) #Naquele hospital *(se) treme de medo
- (25) #Naquele hospital *(se) nasce com saúde.

Verbos *individual level*:

- (26) Naquela casa *(se) teme a morte.
- (27) Naquela casa *(se) preocupa com as crianças.
- (28) Naquela cidade *(se) ama música.
- (29) Naquela escola *(se) sabe matemática.

Essa é uma das diferenças cruciais entre impessoais nulas e SE-impessoais. *Pro*, o especificador do tipo de *Voice* nucleado por SE, satura variáveis argumentais de qualquer tipo de verbo, diferentemente do que se vê em sentenças impessoais nulas. Com isso em mente, consideremos as abordagens de um pronome nulo (*pro*) para as sentenças em estudo.

⁵ The impersonal passive seems to be limited to verbs that denote (null-) subject controlled or volitional action, that is, it is incompatible with temporal and modal auxiliaries, raising verbs, unaccusative verbs, most psych verbs, weather and other ‘environmental’ verbs and fate verbs (‘drift’, ‘get swamped’, ‘get covered with snow/water,’ etc.)

⁶ Não tenho certeza acerca do tipo de verbo a que os autores se referem quando dizem que verbos modais não podem participar dessa construção. Um dos tipos de construções em que a leitura impessoal pode ser gerada sem morfologia, em islandês, é uma construção impessoal modal (*impersonal modal construction*, nos termos dos autores, p. 166 e seguintes). Na página 169 do mesmo artigo, há 8 exemplos da distribuição da construção impessoal modal, 4 dos quais são gramaticais. Todas as ocorrências foram traduzidas com o modal *may*, portanto a construção impessoal modal em islandês tem um sentido de permissão. É plausível pensar, então, que os autores devem estar se referindo a outra classe de modais nessa citação.

6.5 *Little pro?*

Uma segunda forma de analisar essas construções é postular um *pro* em sentenças impessoais sem morfologia. Há duas vertentes para essa análise, expressas pelo trabalho de Barbosa (2011, 2013) e Holmberg (2005, 2010).

6.5.1 *Barbosa*

Barbosa tenta dar uma análise unificadora para as sentenças impessoais sem morfologia no PB e em línguas radicalmente *pro-drop*, como o chinês. A sentença abaixo mostra que a leitura impessoal é gerada se o locativo estiver frontado na sentença subordinada, assim como nos dados do PB. À primeira vista, essa sentença tem a mesma estrutura de sentenças como (13) em PB, *Ele disse que naquela loja Ø vende livros*, o que autoriza a comparação entre elas.

(30) John-wa kono beddo-de-wa yoku *pro* nemu-reru-to iu

John-TOP this bed-in-TOP well sleep-can-COMP said

‘João disse que naquela cama dá pra dormir bem.’

(BARBOSA, 2011:76)

Barbosa segue Tomioka (2003) e assume que, em línguas parcialmente e radicalmente *pro-drop*, *pros* são dependentes de fatores estruturais, como relações anafóricas e posição para receber uma denotação. Para dar um exemplo concreto, *pro* vai ter uma leitura arbitrária quando esse elemento fica dentro do vP, ele está no escopo de um operador existencial e a leitura de uma sentença arbitrária é gerada. Se isso está correto, a incompatibilidade de *pro* com verbos *individual level* e inacusativos não pode ser explicada.⁷ Além dos exemplos acima, (31), é mais um exemplo, que mostra essa restrição.

(31) *Na casa da Maria adora os livros do Harry Potter

(AVELAR E CYRINO, 2008:65)

⁷ Em Barbosa (2013), a impossibilidade de verbos *individual level* nessas construções é explicada com a ideia de que *pro* sofre incorporação em sentenças impessoais sem morfologia específica e incorporação em geral não ocorre com verbos *individual level*, uma afirmação que a autora atribui a uma comunicação pessoal de Anders Holmberg. No mesmo texto, a nota de final de texto número 7 afirma que as gerações mais novas de falantes do português brasileiro julgam sentenças como *No Brasil adora samba* como aceitáveis, informação que ela atribui a Eugênia Duarte e Conceição Paiva. Isso não foi comprovado na consulta que fiz a falantes entre 18 e 24 anos.

Para línguas de *pro-drop* radical, essa análise também parece ser problemática. As mesmas restrições apontadas para as sentenças impessoais nulas também são encontradas em uma construção do chinês analisada por Pan (1996). Pan afirma que *zhe* (morfema de imperfeito) faz uma operação de supressão do agente, portanto construções como (32) não podem ser analisadas como passivas. Além disso, são incompatíveis com o morfema *le* e com *by-phrases*.

(32) Dianhuahaoma zai mingpianshang yin –zhe

phone-numbers at name-card-on print zhe

‘ No cartão imprime o número de telefone.’

= No cartão está impresso o número de telefone.

(33) *Qiangshang bei John ke -zhe henduo zi.

Wall-on by carve-zhe many words.

‘No muro foram esculpidas muitas palavras pelo João.’

(PAN, 1996:413)

Um segundo problema dessa abordagem para os dados do PB é apresentado agora. Como já notado muitas vezes na literatura, a presença do locativo é compulsória para gerar essa leitura, mas esse locativo não tem de estar, necessariamente, frontado para que a leitura se obtenha, como mostra a sentença em (34). Essa sentença tem duas interpretações: a) Joao é o vendedor de doce; b) Alguém vende doce naquela loja.

Se esse *pro* sempre obtém sua referência porque o locativo frontado satisfaria EPP, o mecanismo de referência desse *pro* teria de ser diferente em (34), já que o locativo não está frontado e nada impediria *pro* de sair de vP. À primeira vista, isso não parece um problema, mas se torna quando pensamos que esse mecanismo de referência a *pro* é um mecanismo geral no tipo de língua que o PB é, para Barbosa.

(34) João disse que vende doce nesta loja.

Concluimos que *pro*, como um pronome mínimo que recebe seu valor em virtude da posição que ocupa na sentença (se dentro ou fora de vP), não deveria ter sua distribuição restrita pelo tipo de verbo da sentença. Esse *pro*, que seria característico de línguas parcialmente *pro-*

drop e radicalmente *pro-drop*, não encontra paralelo no comportamento de pronomes abertos, já que eles não fazem essa seleção de verbo e sentenças impessoais com morfologia aberta (SE) também não o fazem. Além disso, uma sentença como (34) não deveria ter uma leitura impessoal, somente uma leitura definida no sistema proposto.

6.5.2 Holmberg 2005

Para Holmberg (2005), nas sentenças em estudo também há um pronome nulo, mas ele não é fruto de um pronome mínimo que tem especificações diferentes de acordo com o contexto em que aparece. Como os dados do finlandês mostrados pelo autor exemplificam, há indícios de que um argumento implícito esteja presente mesmo nos casos em que não há nenhuma morfologia específica. Tanto anáforas, como se vê em (35), quanto advérbios orientados para o agente, em (36), e cláusulas de propósito, exemplificado em (37), são licenciados.

(35) Shelliasemalla voi pestä autonsa.

Shell-station-ADE can-3sg wash car-poss.RFL

‘Você pode lavar seu carro no posto Shell.’

(HOLMBERG, 2005:549)

(36) Sinne ei muuta vapaahteisesti

there not move voluntarily.

‘Aqui não se move por vontade própria.’

(HOMLBERG, 2010:205)

(37) Tanne tulee mielellään [PRO ostamaan keramiikkaa].

here comes with-pleasure buy-INF pottery

‘É bom vir aqui para comprar cerâmica.’

(HOLMBERG, 2010:205)

Holmberg (2005) argumenta que esses casos podem ser explicados se se considerar que línguas parcialmente *pro-drop* perderam o traço D em T (Infl, para o autor). O traço D é um traço para definitude e, como Holmberg, Nayadu e Sheehan (2009) pontuam, é uma implementação atual da ideia de que sujeitos nulos em línguas *pro-drop* devem ser referenciais (cf. RIZZI, 1982). Com a perda desse traço, um elemento que receberia interpretação de 3ª pessoa referencial, se estivesse presente na derivação, é ambíguo entre uma interpretação referencial e arbitrária. Nas palavras do autor:

A presença de um traço D em T (Infl, para o autor) significa que um pronome nulo que entra em uma relação de concordância com T pode ser interpretado como definido, referindo-se a um indivíduo ou a um grupo. Além disso, eu assumo que isso

significa que um sujeito nulo não pode ser interpretado como genérico (confira Holmberg a sair). A falta de um traço D em T, por outro lado, significa que um pronome-phi nulo deve estar coindexado com um pronome mais alto ou interpretado como genérico. (HOLMBERG, 2005:555)⁸

Abaixo, exemplifico brevemente como a interpretação de 3ª pessoa é obtida em línguas *pro-drop* (línguas com um traço D) e línguas parcialmente *pro-drop* (línguas sem um traço D) na abordagem do autor.

(38) tem uma derivação com um pronome-phi, ou seja, um pronome que é constituído somente por traços-phi e não possui um D em sua estrutura, cf. seção 3.6.3 sobre o assunto. Para que esse pronome-phi tenha uma leitura referencial, ele entra em uma relação de *agree* com os traços que estão em T, sendo D um desses traços. Se o pronome que é argumento externo entra em uma relação com um T especificado com um D que tem traços de 1ª pessoa, o pronome na posição de argumento externo vai ser de 1ª pessoa. Se ele entra em relação com um T especificado com um D de 2ª pessoa, vai ser um pronome de 2ª e assim por diante. A julgar pela discussão feita no texto, não fica claro como a 3ª pessoa impessoal é gerada em línguas *pro-drop*.

(38) Línguas *pro-drop*

- (39) a. D_{1st} concorda com o pronome-phi = Pronome de 1ª pessoa
 b. D_{2nd} concorda com o pronome-phi = Pronome de 2ª pessoa
 c. Morfologia impessoal/terceira pessoa =??

⁸Original: “[The] presence of a D-feature in I[nfl] means that a null phi-pronoun that enters into an Agree relation with I[nfl] can be interpreted as definite, referring to an individual or a group. Furthermore, I assume it means that a null subject cannot be interpreted as generic (see Holmberg, to appear). Absence of D in I, on the other hand, means that a null phi-pronoun subject must be either bound by a higher DP or else interpreted as generic.” (HOLMBERG, A. 2005:555)

Já em línguas parcialmente *pro-drop*, T não tem o traço D e a derivação dos pronomes acontece de forma diferente. Como a citação acima mostrou, para o autor, 3ª pessoa pessoal e 3ª impessoal são instâncias da mesma categoria nessas línguas, um pronome-phi. A diferença interpretativa vai acontecer de acordo com o contexto. Se pronome nulo de 3ª pessoa é o sujeito de uma oração encaixada e estiver coindexado com a oração principal, esse pronome de 3ª pessoa é referencial; se esse não for o caso, esse pronome é impessoal.

- (40) 3ª pessoa referencial: o pronome está coindexado com o elemento referencial *João* da oração principal

João disse que vende cachorro quente.

- (41) 3ª pessoa não-referencial: o pronome da oração subordinada não pode ser coindexado com o pronome da oração principal, há um elemento interveniente que satisfaz EPP da oração subordinada. Esse elemento seria o locativo *na praia* e a única leitura possível para a sentença subordinada, nesse caso, é impessoal.⁹

João disse que na praia vende cachorro quente.

O esquema a seguir mostra como ocorreria a interpretação de pronomes em línguas parcialmente *pro-drop*.

- (42) Línguas parcialmente *pro-drop*

⁹ Perceba, novamente, que a ambiguidade da sentença João disse que vende cachorro quente na praia também é um problema nessa abordagem e não só na de Barbosa (2013).

Uma saída seria afirmar que, quando a interpretação arbitrária é obtida mesmo que o locativo não esteja frontado, há um elemento nulo satisfazendo EPP em Spec, TP. Essa é uma saída altamente estipulativa, cabe ressaltar. No entanto, mesmo com essa hipótese, existem outras questões que não permitem que as análises de Holmberg e Barbosa sejam adotadas para o PB.

(43) 3ª pessoa:

- Um pronome-phi que não entrou em relação com o traço D.
- 3ª pessoa referencial e 3ª pessoa não referencial são instâncias da mesma categoria (se o pronome fica dentro do vP, a interpretação é impessoal; se ele sai e ocupa Spec, TP, a interpretação é referencial).

(44) 1ª e 2ª pessoas:

- Como T não tem um traço D, o D deve ser concatenado com um pronome phi.
 - a. D_{1st} + pronome-phi = 1ª pessoa
 - b. D_{2nd} + pronome-phi = 2ª pessoa

Do exposto, conclui-se que pronomes impessoais estão presentes na estrutura investigada, de acordo com Holmberg (2005). Para o autor, então, o fato de que a morfologia impessoal em línguas de *pro-drop* parcial não é manifesta é um problema de PF. Contudo, se essa análise estiver certa para o finlandês, ela não pode ser estendida para o PB. Os exemplos abaixo são traduções literais dos exemplos do finlandês de (35) a (37). Algumas considerações devem ser feitas em relação a esses dados, contudo.

(45) *No posto da Shell pode lavar seu carro.

(46) *Aqui não move por vontade própria.

(47) *Aqui vem com prazer comprar cerâmica.

Primeiramente, em relação a (45), Charlotte Galves (c.p) lembra que o pronome *seu* com uso genérico tem uma distribuição muito pequena, para não dizer inexistente, no PB atual.¹⁰ Assim, é plausível que a tradução de (35), do finlandês, para o PB, em (45), não receba interpretação arbitrária por razões independentes. Isso, de fato, se verifica até quando a morfologia impessoal do PB, o clítico SE, é usado. A interpretação que facilmente se obtém de (48) é a de que alguém não especificado vai lavar o carro de uma pessoa definida (*o seu carro*), a pessoa com quem o falante conversa.

(48) Aqui pode-se lavar o seu carro.

¹⁰ Para restrições quanto ao seu uso, veja Negrão e Müller (1996).

Em virtude disso, consideremos outro dado que mostre que anáforas não são licenciadas nesses casos. (49) demonstra que interpretações anafóricas não estão disponíveis para impessoais nulas, mas estão disponíveis para SE-impessoais.

(49) *Na feira não escuta a si mesmo.

(50) Na feira não se escuta a si mesmo.

Uma outra consideração que deve ser feita sobre esses dados é em relação à agramaticalidade de (46). Com ou sem morfologia, essa é uma sentença pragmaticamente pesada em PB e um contexto para que sua agramaticalidade seja atestada deve ser criado. Imagine, por exemplo, que um astronauta só consegue se movimentar dentro de sua nave se estiver com sua mochila nas costas, na qual é armazenado um combustível que torna possível a sua movimentação. Nos primeiros dias no espaço, o astronauta sempre se esquece disso e tenta ir ao banheiro sem a mochila, até que seu companheiro de aeronave diz:

(51) Aqui não se move por vontade própria, põe a mochila quando quiser ir no banheiro!

A sentença (46) no mesmo contexto não parece ser suficientemente informativa. A impressão que se tem é de que algo falta a ela, como se vê abaixo.

(52) *Aqui não move por vontade própria, põe a mochila quando quiser ir no banheiro!

Por fim, (47) mostra que orações de propósito não são licenciadas. A agramaticalidade de (47) me parece muito clara. No entanto, na discussão de outros dados, os julgamentos de gramaticalidade variam mais. Charlotte Galves (c.p.) me ofereceu a sentença em (53) como um exemplo de que orações de propósito são possíveis nessas sentenças. (53) é, de fato, gramatical para mim. (54), todavia, não é gramatical em meu julgamento nem no de vários falantes que eu consultei.

(53) No Brasil só trabalha para ganhar dinheiro.

(54) *No Brasil trabalha para ganhar dinheiro.

Em relação a cláusulas de propósito, então, a questão não é clara, mas parece apontar para a ideia de que outro elemento – que não um pronome nulo presente na estrutura – é responsável por esse licenciamento. As evidências para essa ideia são: (i) esse licenciamento não é sistemático; (ii) quando esse licenciamento é possível para vários falantes, há um grupo que sempre não o aceita. Em outras palavras, os julgamentos nunca são categóricos ou perto de categóricos. O licenciamento dessas orações de propósito em impessoais nulas não se assemelha a esse licenciamento em passivas perifrásticas, por exemplo.

Assim, percebe-se que, se a análise de um pronome nulo sem conteúdo fonológico está certa para os dados do finlandês, ela não pode ser estendida ao PB, já que não há indícios de uma categoria sintática nula esteja presente na sintaxe das locativas impessoais.

O que se pode depreender dessa diferença entre o PB e o finlandês é que, embora superficialmente as sentenças sejam parecidas, elas são geradas de maneira diferente. Se Holmberg (2005 *et.seq.*) está certo quando afirma que essa leitura é gerada por um phi-pronome que não sai do vP porque outro elemento satisfaz EPP, no PB esse elemento não está mais disponível para gerar essa leitura. Eu atribuo isso a duas características, quais sejam: à perda de Voice nucleada por SE, sem a qual *pro* não é projetado; a uma mudança de T, que é refletida nessas sentenças (a discussão específica dessa ideia está na seção 6.8).

6.6 Onde os locativos são concatenados?

Uma questão que tem sido ignorada na literatura sobre o assunto é o tipo de adjunto encontrado em impessoais nulas (caso consideremos que o PP que se encontra antes do verbo seja mesmo um adjunto). Nesta seção, exploro essa ideia com o auxílio de noções apresentadas em Maienborn (2001, 2003). A autora identifica pelo menos dois locais para a concatenação de adjuntos no domínio de VP, nomeados como elementos modificadores internos de evento e modificadores externos de evento pela autora. (55) e (56) caracterizam esses dois elementos.

(55) **Modificador interno do evento:** relação locativa dentro do evento. O PP *on a separate sheet of paper* localiza ‘*the contract*’.

Eva signed the contract on a separate sheet of paper

(56) **Modificador externo do evento:** relação locativa para o evento inteiro

Eva signed the contract in the office.

O modificador interno do evento, em (55), modifica um participante do evento, no caso, o contrato. O modificador externo do evento modifica o evento inteiro. Para Maienborn, as diferenças de interpretação estão correlacionadas com o local em que o locativo é concatenado na estrutura. (57) apresenta a proposta da autora, que foi construída com base nos contrastes que os dados do alemão indicam para as posições de modificadores interno e externo. Os mesmos testes não podem ser feitos para o PB porque essa língua não tem *scrambling*.

(57) subject> event-external locative modifier>....> direct object> event-
internal locative modifier>V (MAIENBORN, 2003:485)

Além das diferenças interpretativas e de posição na estrutura, modificadores internos de evento e modificadores externos de evento possuem distribuições diferentes. Modificadores externos só são licenciados se o verbo provê um argumento evento (verbos *stage level*). De acordo com Maienborn (2001), os modificadores externos suprem uma restrição adicional no argumento evento do verbo ao determinar a locação do evento.

(58) External Modifiers: [_{VP} PP_{LOC} [_{VP} . . .]]: $\lambda e[\text{ev-type}(e) \ \& \ . . . \ \& \ \text{LOC}(e, \text{reg}^{11})]$
(MAIENBORN, 2001:21)

Tendo essas diferenças entre PPs locativos em mente, parece que o PP locativo existente em impessoais nulas do PB é um modificador externo do evento. Os exemplos abaixo mostram que esse é, de fato, o caso. Tentemos, primeiramente, construir impessoais nulas com locativos internos ao evento, como nos exemplos abaixo.

(59) ?Na folha separada assina o contrato de locação de casa.

(60) ?No word digita texto de culinária.

Essas sentenças, se gramaticais, têm uma interpretação diversa de sentenças impessoais nulas. Comparemos essas sentenças com uma impessoal nula como *Na casa da Maria vende fruta*. O que essa sentença quer dizer é que ‘*alguma pessoa indeterminada que está na casa da Maria vende fruta*.’ (59) e (60) não querem dizer, respectivamente, que *alguma pessoa*

¹¹ Reg = region (região).

indeterminada assina o contrato e que *alguma pessoa indeterminada digita o texto*. Como Lara Ribeiro (comunicação pessoal) me apontou, (59) e (60) são boas sentenças como instruções e não como sentenças impessoais nulas, como as paráfrases abaixo indicam.

- (61) a. Na folha separada assine o contrato de locação de casa.
b. Na folha separada você deve assinar o contrato de locação de casa.
- (62) a. No word digite o texto de culinária.
b. No word você digita texto de culinária.

O motivo para isso, acredito, é o fato de (59) e (60) terem modificadores internos de evento. Repare que, se os PPs locativos *Na folha separada* e *No computador* forem substituídos por *Naquela sala* e *Naquele departamento*, as sentenças podem se tornar impessoais nulas.¹² (63) e (64) poderiam ser parafraseadas como ‘*Naquela sala alguma pessoa indeterminada assina contratos de locação de casa habitualmente.*’ e ‘*Naquele departamento alguma pessoa indeterminada digita textos de culinária habitualmente.*’

- (63) *Naquela sala assina contrato de locação de casa.*
- (64) *Naquele departamento digita texto de culinária.*

Perceba, ainda, que seria uma estratégia errônea parafrasear os grupos de sentenças que quero contrastar – (59) e (60), de um lado, e (63) e (64), de outro – com SE. Todas essas sentenças teriam a leitura impessoal com SE. Isso aponta para o fato de que as derivações são diferentes com e sem esse clítico.

- (65) *Na folha separada se assina o contrato de locação de casa.*
- (66) *No word se digita texto de culinária.*
- (67) *Naquela sala se assina contrato de locação de casa.*
- (68) *Naquele departamento se digita texto de culinária.*

O que isso mostra é que, como esperado, quando SE está presente, não há a seleção de um elemento locativo específico, porque esse elemento é realmente um adjunto. Por outro lado,

¹² Descartando-se, obviamente, outras interpretações possíveis, mas que não são relevantes no momento, como instruções.

se SE não está presente (e consequentemente *pro*), o locativo empregado é **selecionado** pelo verbo e seu argumento interno. Em outras palavras, esse locativo parece ser o argumento externo dessas construções. A ideia de que tal locativo seja o sujeito, isto é, de que ele finalize a derivação em [Spec, TP] não é nova na literatura sobre esse elemento – nem em PB, nem em outras línguas parcialmente *pro-drops*, veja-se, por exemplo, Holmberg (2005), Avelar e Cyrino (2008), Avelar (2009), entre outros. O que eu gostaria de sugerir aqui complementa essa ideia: esse locativo não é um adjunto em nenhum estágio da derivação, mas um argumento externo nas sentenças analisadas no PB.¹³

Outros contrastes apontam que essa ideia está no caminho certo. Se esse locativo fosse um mero adjunto, que sofre novamente a operação de Merge (Merge interno) para satisfazer EPP, não haveria razão pela qual outros adjuntos possíveis não favorecem a interpretação impessoal. Vejamos mais alguns exemplos. Enfatizo, novamente, que (70) é uma sentença boa se a interpretação for imperativa e se referir a pessoas definidas (ou pelo menos identificadas). Por exemplo, um *chef* de cozinha discutindo com sua equipe o que vai ser comprado por eles para que façam um jantar com ingredientes de alta qualidade. No entanto, (70) não pode significar que uma pessoa arbitrária compra café do Brasil e bacalhau de Portugal, que é a interpretação relevante.

(69) Do Brasil se compra café, de Portugal se compra bacalhau.

(70) #Do Brasil compra café, de Portugal compra bacalhau. (na leitura relevante)

O mesmo se pode dizer se um PP encabeçado por *com*, como nos exemplos abaixo.

(71) Com alegria se aproveita muito a caminhada.

(72) #Com alegria aproveita muito a caminhada.

(73) Com dinheiro se compra muitos bens.

(74) #Com dinheiro compra muitos bens.

¹³ Perceba que essa ideia não é muito diferente da formulação de Freeze (1992) sobre a complementaridade entre uma predicação locativa (*The book is on the bench*) e uma sentença existencial (*There is a book on the bench*). Para o autor, o locativo juntamente com o argumento interno, nesses casos, formaria um núcleo funcional complexo, que se caracteriza por ter um núcleo, um complemento e um especificador. O tema e a locação seriam argumentos selecionados desse núcleo funcional complexo.

Anders Holmberg (p.c) observa que, ao se adotar essa ideia, o critério temático tem de ser visto como algo que não é importante para a gramática. As próprias formulações de teorias de estrutura argumental, desde o Minimalismo, vêm relegando a atribuição temática a posições na estrutura. Para Hale e Keyser (1993; 2002, capítulo 1), por exemplo, a atribuição temática se dá em virtude de o elemento ser um complemento ou um especificador. Para Saab (2014), a atribuição temática segue critérios como: i) localidade em relação ao núcleo que atribui papel temático; ii) estar ativo no sistema, assim um elemento recebe um papel temático particular se estiver no domínio da projeção funcional que atribui esse papel temático e não tiver recebido papel temático de outro elemento. Percebe-se que as relações temáticas para esse autor funcionam de forma idêntica às relações de *Agree*. Assim, um movimento natural da teoria tem sido derivar o critério temático da estrutura.

Se essas tentativas estão no caminho certo, espera-se que certos elementos, quando sofrerem merge acima de vP, na projeção de especificador de *Voice*, serão interpretados como argumentos externos, enquanto outros não. Uma proposta como a de Wood e Marantz (2015) provê um mecanismo de identificação correta dos elementos que podem ser concatenados acima do vP. Para os autores, as projeções sintáticas envolvidas na interpretação da estrutura argumental são sujeitas à aloosemia contextual. Isso quer dizer que núcleos como *vezinho*, *aplicativo*, *p* e *Voice* são essencialmente a mesma categoria sintática que, contextualmente, é interpretada de formas diferentes. Essa categoria sintática é chamada pelos autores de *i**. A primeira questão que se coloca ao reduzir todas essas categorias a *i** é o que elas têm em comum. Os autores afirmam que todas essas categorias introduzem argumentos que não são centrais à predicação e o argumento externo, desde a projeção da categoria *Voice* por Kratzer (1996), é um bom exemplo disso. Em (75), as características gerais dessas projeções são sumarizadas.

- (75) a. *Voice* introduz o argumento externo de vPs (geralmente agentes);
 b. *aplicativo* baixo introduz um argumento adicional relacionado ao DP;
 c. *p* introduz o argumento externo de pPs;
 d. preposições introduzem argumentos não-centrais de uma forma distinta dos aplicativos altos;
 e. aplicativos altos introduzem um argumento externo não-central.¹⁴

¹⁴ No original:

Motivar cada uma dessas estruturas está fora do escopo desse trabalho. No entanto, a fim de traçar um paralelo entre a estrutura de Voice e do pP, por exemplo, reproduzimos abaixo uma estrutura de Wood e Marantz (2015) para *the car on the road*.

Nessa estrutura, *the car* é similar a um argumento externo porque estabelece com *the road* uma relação que é mediada por um elemento gramatical, a preposição. De forma semelhante, em sentenças transitivas, os DPs que estão na posição de argumentos externo e interno estabelecem uma relação mediada pelo verbo. Naturalmente, nos dois casos, a relação muda de acordo com o verbo/a preposição utilizado (a), sugerindo, mais uma vez, que essas diferenças podem ser redutíveis a uma relação de predicação mais genérica que é interpretada diferentemente de acordo com o ambiente.

A estrutura em (76) também exemplifica como se dá a interpretação de que a categoria em questão é um p e não qualquer outra das listadas em (75). Os autores, seguindo Bruening (2013), assumem que *i** seleciona uma categoria e projeta um DP e isso é anotado da seguinte

-
- a. voice, which introduces the external arguments of verb phrases (often agents)
 - b low appl, which introduces an extra argument related to a DP
 - c little p, which introduces the external argument of prepositional phrases (figures)
 - d. prepositions, which introduce non-core arguments in a manner syntactically distinct from high appl
 - e. high appl, which introduces a non-core argument

forma: {[CAT: ____], [S:D]}. Assim, quando o núcleo i^* sofre merge com algum elemento que c-seleciona, a categoria é identificada, por isso a lacuna que segue CAT, e um DP s-selecionado pode ser projetado, representado por D no segundo membro. Ou seja, essa notação é só uma forma menos especificada de dizer que *Voice* é projetado acima de vP e projeta um especificador. No caso específico das impessoais nulas, como vim assumindo que o locativo é selecionado, defendo que, em PB, o i^* que é interpretado como *Voice* pode s-selecionar um PP, um *quirky subject*. Assim, línguas que teriam *quirky subject* formariam {[CAT: ____], [S:P]}.

Resumindo, essa discussão é uma forma de modelar a ideia já bastante correto no Minimalismo de que a estrutura argumental é fruto de interações entre núcleos sintáticos e não vem pronta. Dessa forma, é possível que um locativo seja selecionado como o argumento externo de uma predicação. Uma das questões que deve ser investigada, então, é qual o motivo pelo qual o uso de um modificador locativo externo propicia a geração dessa leitura, mas não outros PPs em geral. Esse tema será retomado na seção abaixo.

6.7 *Locativos encabeçados pela preposição em e interpretação existencial*

Até agora, o caminho argumentativo deste capítulo foi o seguinte. Examinei a proposta de inversão locativa, feita especificamente para o PB, e a ideia de que há um *pro* nessas construções, feita para outras línguas. As duas ideias foram descartadas com base no contraste das sentenças em estudo com casos inequívocos de inversão locativa e de contraste entre sentenças impessoais nulas em finlandês, que possuem indícios de um agente oculto. Ademais, também vimos que há uma relação locativa específica para que essa leitura apareça, o que nos sugere que esse locativo é selecionado à maneira de um argumento externo e não como uma relação circunstancial, ou seja, um adjunto. Nesta seção, estudo características dessa relação locativa, que continuarei chamando como modificador externo do evento, seguindo Maienborn (2001, 2003).

6.7.1 *Locativos e força existencial*

Há um primeiro indício que sugere que esses locativos são usados para derivar essa leitura por uma razão. É sabido, pelo menos desde Freeze (1992), que locativos têm força existencial. Um dos fenômenos utilizados para exemplificar isso é o licenciamento de nomes nus com verbos inergativos. Hebraico, grego e espanhol licenciam nomes nus com verbos

inergativos somente na presença de um locativo. Sem um locativo, essa leitura é marginal em espanhol, como se vê em (77)a, e agramatical em grego, indicado por (78)a.

(77) a. ??Corren chicos.

Espanhol

Run boys.

b. Aqui corren chicos.

Here run boys.

‘Boys run here.’

(ALEXIADOU, 2007:1-3)¹⁵

(78) a. *epezan pedhia.

Grego

Were playing children-NOM

‘Children were playing.’

b. edo pezun pedja.

Here play-3PL children.

‘Children play here.’

(ALEXIADOU, 2007:7)

Para Borer (2010), casos em que o locativo licencia nomes nus pós-verbais e indefinidos deveriam ser analisados como casos em que o locativo está fechando a variável do verbo e não o DP. Mais especificamente, a autora afirma que, na falta de expressões definidas (pronomes e DPs fortes), os quais são tidos como inerentemente fechados existencialmente, o locativo se liga ao *lócus* de fechamento existencial, o qual, por sua vez, *se liga* ao DP. Veja a representação abaixo.

(79) $\exists$ locative e[vP V DP]

(BORER, 2010:336, adaptado)

Esse é um caminho possível de análise por duas razões. A primeira é que o modificador externo do evento estaria acima da variável de evento, seguindo Maienborn, portanto, no local adequado para fechar a variável de evento. Segundo, percebe-se que locativos parecem ter o mesmo papel que tempo especificado no licenciamento de nomes nus em grego, como o

¹⁵ ALEXIADOU, A. Post-verbal nominatives: an unaccusativity diagnostic under scrutiny. Hand-out apresentado em OnLI, Uster, 2007. Disponível em: <http://ifla.uni-stuttgart.de/institut/mitarbeiter/artemis/handouts/ulsterhandout.pdf>

contraste em (80) sugere. Enquanto (80)b pode ser considerada marginal, porque há um nome nu em uma sentença inergativa que não acompanha um locativo, (80)a é gramaticalmente perfeita, porque tempo está especificado para passado e o aspecto é perfectivo.

(80) a. Dulepsan kseni ergates

worked-perf-3pl foreign workers.

b. ??dulevan kseni ergates.

worked-3pl foreign workers.

(ALEXIADOU, 2007:3)

Tempo especificado (quando junto com aspecto perfectivo) é tido como um operador existencial por excelência, então, se locativos e tempo especificado têm o mesmo papel de licenciar nomes nus em grego (compare (78) e (80)), podemos dizer que os dois elementos podem ter a mesma função de quantificar variáveis existenciais.

6.7.2 *Locativos e a leitura silenciosa de pessoa*

Brody (2013) observa que a leitura impessoal para alguns pronomes pessoais – em especial pronomes de 3ª pessoa do plural – aparecem quando há um locativo na sentença.¹⁶

(81) In Italy they like to take a nap in the afternoon.

(82) Na Itália eles gostam de tirar uma soneca de tarde.

(BRODY, 2013:34)

A exemplo das sentenças discutidas aqui, a presença de um locativo é crucial para que essa interpretação apareça. Um elemento temporal, por exemplo, não pode gerar essa interpretação, na maioria dos casos.

(83) #They like to take a nap in the afternoon.

¹⁶ O artigo trata de dados do inglês, em que a leitura impessoal com *They* é possível. Essa leitura também é possível em PB, mas aparentemente não é possível em outras línguas românicas. Veja as sentenças abaixo que exemplificam isso.

- i. Eles gostam de comer *escargot* na França.
- ii. They like to eat *scargot* in France.

(84) #Eles gostam de tirar uma soneca de tarde.

(BRODY, 2013:35)

Ainda sobre o tipo de PP presente nessas sentenças, Brody observa que, somente em alguns casos, um elemento temporal pode evocar uma leitura impessoal (ou indefinida, se o verbo estiver no pretérito perfeito). Um desses casos é o exemplo abaixo.

(85) In the middle ages they ate mostly potatoes.

‘Na idade média, eles comiam basicamente batata.’¹⁷

(BRODY, 2013: 36)

Essa leitura, todavia, não aparece com outros elementos temporais, como os das sentenças abaixo.¹⁸

(86) Last year, they ate mostly potatoes.

(87) #On sunny days...

(88) #Generally...

(BRODY, 2013: 36)

O mesmo se observa para o PB. Uma sentença como ‘*Eles gostam de tirar uma soneca a tarde*’ não terá uma interpretação impessoal com os elementos acima.

(89) #No ano passado eles gostavam de tirar uma soneca à tarde.

(90) #Em dias ensolarados eles gostavam de tirar uma soneca à tarde.

(91) #Geralmente, eles gostavam de tirar uma soneca à tarde.

¹⁷ Em PB, essa leitura só é licenciada no PB se o verbo estiver no imperfeito. Uma tradução literal de (85), ‘*Na idade média eles só comeram batata*’, é agramatical. Isso, não necessariamente, aponta para uma diferença entre PB e inglês no que diz respeito às leituras geradas com um locativo, já que Lekakou (2005, cap.3) aponta que inglês e outras línguas germânicas licenciam leituras habituais sem aspecto imperfeito, como se discutiu no cap. 4. Portanto, pode ser o caso de essa sentença ter uma leitura impessoal, não-indefinida.

¹⁸ Charlotte Galves (c.p) chama minha atenção para o fato de que elementos temporais podem estar presentes nessas sentenças, como o exemplo encontrado por ela no NURC mostra: ‘*Hoje em dia não usa mais saia*’. Como o texto principal mostra, contudo, elementos temporais em geral, não fazem essa leitura aparecer, a não ser que o locativo seja interpretado como implícito. Assim ‘*Em dias quentes vende muito sorvete*’ parece boa se o lugar estiver implícito porque os falantes estão no lugar em que muitos sorvetes são vendidos.

Como essa leitura é evocada na presença de um locativo, seria imprudente dizer que há duas entradas lexicais para pronomes que podem ter leitura impessoal em certos contextos. Na verdade, o locativo deve ser o elemento responsável para que essa leitura surja. Brody (2013) propõe que o locativo contém uma pessoa silenciosa. Isto é, uma leitura genérica de pessoa está presente no uso de certos locativos e isso possibilita o uso de pronomes pessoais como impessoais. De maneira informal, sentenças em que essa leitura aparece corresponderiam a sentenças em que o locativo se compõe com uma palavra como *people*, no exemplo abaixo.

(92) People in Italy like to take a nap in the afternoon.

‘Pessoas na Itália gostam de tirar uma soneca de tarde.’

(BRODY, 2013:39)

Brody enfatiza que essa leitura é semântica, já que a simples presença de locativos não faz com que as sentenças tenham propriedades diferentes (como vemos no caso do PB, é essa leitura semântica que garante que impessoais nulas sejam interpretadas como impessoais).

Levando em conta essas duas subseções, percebemos que a interpretação impessoal aparece em sentenças impessoais nulas do PB em virtude de duas propriedades desses PPs que, vale ressaltar, não são compartilhadas por outros PPs: (i) locativos fecham variáveis; (ii) locativos geram leituras impessoais. Assim, o fato de que sentenças impessoais nulas do PB têm essa leitura com esses elementos não é surpreendente.

Comparando as sentenças SE-impessoais com as sentenças impessoais nulas, vemos que a língua está usando duas formas radicalmente diferentes para formar sentenças impessoais.

As sentenças SE-impessoais se utilizam de um pronome que satura uma posição argumental – na minha abordagem, *pro* – e gera a sentença impessoal. O tipo de PP presente na sentença não é relevante, porque o PP não gera a leitura impessoal nesse caso.

As sentenças impessoais nulas do PB, por outro lado, possuem restrições quanto aos PPs usados. Os PPs utilizados são aqueles que geram leituras impessoais. Cabe ressaltar que eu estou afirmando que esse é o caso para o PB, que possui uma distribuição diferente de impessoais nulas do finlandês. Nessa língua, seguindo a literatura, concordo que se pode dizer que há um *pro* nessas sentenças. O PB, por outro lado, não mostra indícios sintáticos de um *pro* nessas construções e, assim, gera essas leituras com um PP locativo.

6.8 *T e impessoais nulas*

Como mostrado no Quadro 1, a interpretação que a morfologia da sentença impessoal pode ter depende, em larga medida, do valor de T. Dado que, em PB, impessoais nulas podem ser formadas somente com um locativo na posição de argumento externo, o que isso nos diz sobre T de PB? Isto é, se a hipótese delineada aqui está no caminho certo e um PP locativo pode ser um argumento externo capaz de derivar uma leitura impessoal, que relação T tem com esse PP? T atribui Caso a esse PP? Se sim, qual?

6.8.1 *O caso do argumento externo em impessoais nulas*

Há razões para acreditar que T não atribui Caso em sentenças impessoais nulas.¹⁹ Uma delas é o fato de os locativos usados serem PPs e serem introduzidos por uma preposição que, em si, já é um núcleo atribuidor de caso. É verdade que há locativos não encabeçados por um P que também aparecem em sentenças impessoais nulas, como *aqui* e *lá*, mas esses advérbios são inerentemente locativos e teriam, então, Caso inerente.

¹⁹ Pelo menos nos casos estudados aqui. Os modos de se gerar sentenças indefinidas (em que tempo está especificado) são diferentes dos modos de se gerar sentenças impessoais. Algumas vezes, há propriedades conflitantes com as que têm sido examinadas neste capítulo. Por exemplo, sentenças indefinidas nulas não precisam necessariamente de um modificador locativo externo, como a sentença abaixo mostra:

- i. Telefonou aí da CEB pra você (LUNGUINHO E MEDEIROS JUNIOR, 2009:10)

O advérbio *aí*, nesta sentença, poderia ser facilmente omitido, o que contrasta com sentenças impessoais que não podem ter essa leitura sem o locativo apropriado. De forma similar, sentenças impessoais com verbos modais, apesar de precisarem de um PP, não necessitam, necessariamente, de um PP locativo, como o exemplo (97) do texto, repetido aqui, mostra.

- ii. Depois do almoço pode beber café sem pressa.

Além disso, como Jairo Nunes (c.p.) me apontou, em estruturas de causa e consequência como (ii), verbos inacusativos podem ser licenciados.

- iii. No Brasil é assim: nasceu em família rica, vai estudar em colégio bom.

Compare com:

- iv. *Nos Estados Unidos nasce em família rica.

Há, portanto, uma série de contextos que precisam ser adequadamente pesquisados. A análise dada para as sentenças impessoais nulas neste capítulo pode se manter se for demonstrado que sentenças como (i), (ii) e (iii) são outras construções. Pode ser ainda o caso de que essas três construções acima, bem como as impessoais nulas, sejam regidas por um princípio comum que não é visível no momento. Após a conclusão deste trabalho, meu objetivo é estudar todos estes casos juntos para que a análise seja refinada.

Se isso é verdade, o caso do DP objeto não pode ser acusativo, já que não há construções acusativo é um Caso dependente. Essa predição é um pouco difícil de testar por duas razões: i) em SE-impessoais, é difícil que o DP tenha indícios morfológicos de caso acusativo em PB, como os exemplos abaixo mostram.

(93) Bebe-se o café sem pressa.

(94) *Bebe-se-o sem pressa.

Como apontado no capítulo 2, um contexto em que se pode ver o reflexo morfológico de caso acusativo para o DP objeto é quando um modal está envolvido, como em (96).

(95) Pode-se beber o café sem pressa.

(96) Pode-se bebê-lo sem pressa.

Nas sentenças impessoais nulas, mesmo aquelas em que um modal é selecionado, não se pode atribuir Caso acusativo para o complemento do verbo.²⁰

(97) Depois do almoço pode beber café sem pressa.

(98) *Depois do almoço pode bebê-lo sem pressa.

(98) é uma sentença ruim mesmo que a expressão *o café* já esteja presente no discurso, como a sequência a seguir ilustra: **Todo mundo adora esse café, porque depois do almoço pode bebê-lo sem pressa*. Assim, a impossibilidade de Caso acusativo em um constituinte que poderia recebê-lo se a morfologia verbal estivesse presente mostra que o DP na posição pós-verbal é o único elemento marcado com Caso estrutural nessas construções. Se houvesse um pronome que não recebe inserção fonológica, nessas construções, o Caso acusativo seria atribuído normalmente. É o que se verifica, por exemplo, em impessoais nulas do Finlandês.

(99) Täällä	voi	ostaa	auton/*auto.
Here	can	buy	car-ACC/car-NOM

²⁰ Jairo Nunes (c.p.) aceita essas sentenças e levantou a hipótese de que o problema nessas sentenças seja registro e não agramaticalidade. Todos os outros falantes consultados rejeitam essas sentenças e um deles, inclusive, julga (96) como agramatical. Vou manter essa explicação, portanto, sem descartar a possibilidade de testes futuros.

Holmberg (2005) pontua que alguns verbos modais atribuem caso lexical (=inerente) aos argumentos externos. Consequentemente, o objeto da sentença impessoal recebe Caso nominativo. Esse parece ser exatamente o que vemos nas sentenças impessoais do PB, não importando, para questões de Caso, se um modal é selecionado ou não. Esse é mais um fato que sugere que o Caso dos locativos é computado como o Caso de um constituinte, ou seja, ele recebe Caso da preposição em *Voice*. Se houvesse um pronome nulo nessas sentenças, o Caso acusativo poderia ser morfologicamente visível no DP objeto, pelo menos nas mesmas condições em que ele é visível em SE-impessoais.

Cabe ainda ressaltar que Caso acusativo é, em algumas abordagens como Harley (2013), atribuído por *Voice*, já que é dependente da presença do argumento externo. *Voice* em impessoais nulas difere, mais uma vez de *Voice* em SE-impessoais. Além de não possuir *pro*, esse tipo de *Voice* não pode atribuir Caso acusativo. Essa projeção em impessoais nulas parece estar presente somente para garantir a leitura de um humano, mas não possui nenhum traço que se assemelha a *Voice* em sentenças transitivas como *O João comeu pastel*, por exemplo.

6.8.2 O valor de T em impessoais nulas genéricas

Além das questões acima, é importante ressaltar, como apontado no começo do texto que impessoais nulas que precisam compulsoriamente de um locativo estão no presente. Mesmo em casos nos quais o verbo pode estar no passado, como Rosana Naves (c.p) me apontou, a leitura é genérica, como a presença de ‘por muito tempo’ em *Aqui vendeu sapato por muito tempo*, mostra. O uso da morfologia de passado nesse exemplo não é contrastivo, isto é, seja lá como essa morfologia é licenciada, ela não está ligada a um T com valor de passado da forma canônica, porque a leitura de participantes indefinidos (cf. Quadro 1) não surge, somente a leitura de que qualquer participante arbitrário vendeu esses sapatos.

Para tentar relacionar a necessidade de um T genérico com a presença de impessoais nulas, farei uso de trabalhos que contrastam os valores de T em PB e PE, como Ambar, Gonzaga e Negrão (2004) e Cyrino (2013b). Essas autoras têm mostrado que T se comporta diferentemente nas duas línguas. Uma das fontes das diferenças entre as duas línguas é quando se compara o comportamento do advérbio *sempre*. De acordo com os dois trabalhos acima, *sempre* em PE tem duas leituras, uma confirmativa, associada a T, e uma aspectual, associada a uma projeção mais baixa. As duas leituras podem ser suscitadas em PE dependendo de alguns

fatores, como o contexto, a posição do advérbio e o valor do tempo do enunciado (se forte ou fraco).²¹ Em PB, essa leitura confirmativa não existe, como a estranheza de (100) atesta.

(100) Ontem ele sempre foi a Paris.

*PB, PE

= Ontem, ele foi de fato a Paris.

(AMBAR, GONZAGA & NEGRÃO, 2004:9)

Como essa leitura não existe em PB, em todas as vezes em que o advérbio está antes do verbo em PB, há indicação, então, de que o verbo não subiu para T, está em uma posição mais baixa.

Para a sentença em (101), por exemplo, pode-se afirmar que o verbo está na posição T₂, de acordo com a nomenclatura de Cyrino (2013b), uma projeção aspectual em PB, porque somente a leitura aspectual é evocada.

(101) O João sempre come/comeu bolos. (AMBAR, GONZAGA & NEGRÃO, 2004:9)

Outro dado que indica isso, apontado por Cyrino (2013b), é o fato de *sempre*, quando na posição pré-verbal em PB, não se combinar com a negação, que está em T. Todavia, isso é possível em PE, como o dado (102) ilustra.

(102) A professora sempre não chegou.

(CYRINO, 2013b:308)

= A professora, de fato, não chegou.

Isso, novamente, mostra que esse advérbio está em uma posição mais baixa em PB. Na análise de Ambar, Gonzaga e Negrão (2004), esses, entre outros fatos, indicam que o verbo em PB sobe até T e o verbo em PE sobe até AgrS, projeção à qual *sempre* com leitura confirmativa se adjunge. Na análise de Cyrino (2013b), esse e outros fatos mostram que o verbo em PB sobe até a projeção T₂, uma projeção aspectual.²² O fato de a morfologia de passado poder ser usada para expressar distinções aspectuais, como se verá abaixo, reforça os resultados obtidos quando a posição de *sempre* é investigada.

²¹ Remeto o leitor aos textos citados, especialmente o texto de Ambar, Gonzaga e Negrão (2004), para detalhes da leitura confirmativa de *sempre* em PE. Exponho dados aqui que ajudam a ressaltar as diferenças entre PE e PB nesse caso, por isso não exponho o paradigma completo.

²² Na análise de Ambar, Gonzaga e Negrão, essa projeção se chama Tobj.

(103) TP

Apesar dessas diferenças entre as abordagens, as duas autoras assumem que Presente corresponde a tempo zero. Para Ambar, Gonzaga e Negrão (2004), não há projeção de Tempo quando o verbo está no presente e, assim, ele sobe diretamente para AgrS em EP. Cyrino (2013b) assume a mesma ideia e acrescenta que a interpretação é assinalada em LF quando o verbo está no presente.

Em adição a esse fato, Cyrino (2013b) apresenta um conjunto bastante interessante de dados mostrando que o PB perdeu o contraste entre alguns valores de T. Considere os dados em (104) e (105) que exemplificam isso.

(104) Eu estou feliz, porque eu vivi muito bem todos estes anos.

(105) Eu adorei sua blusa!

(CYRINO, 2013b: 312)

Embora tenham morfologia de passado, esses dados não descrevem fatos que aconteceram no passado; expressam, na verdade, algo parecido com um aspecto perfectivo, já que o falante que pronunciou (104) pode muito bem querer dizer que ele/ela até o momento tem vivido muito bem. Já em (105), o falante não quer dizer que ele/ela adorou a blusa no passado, mas que, no momento em que viu a blusa, adorou-a. Além dos testes estruturais mencionados acima, esses exemplos mostram que a morfologia que expressava distinções temporais, pode ser usada para distinções aspectuais em PB. Se esse é o caso, um estudo cuidadoso tem de mostrar como se estabelecem as relações de tempo e aspecto no PB atual. Ao apresentar esses resultados aqui, quero salientar que a morfologia verbal do PB não é informativa sobre o tempo das sentenças em muitos casos. É possível, então, que outras relações dêiticas que não tempo ancoram eventos em PB. É o que vou afirmar para impessoais nulas.

No que concerne às sentenças impessoais nulas, a ancoragem do evento depende de uma reavaliação desses estudos. Seguindo Ambar, Gonzaga e Negrão (2004) e Cyrino (2013b), não

há valor de tempo em sentenças impessoais, já que elas se encontram no presente. Além disso, a morfologia de 3ª pessoa, em línguas parcialmente pro-drop, incluindo-se aí o PB, é a mais afetada pela mudança paramétrica. No caso específico do PB, em sentenças impessoais, como afirmei anteriormente, não há indícios de que haja um *pro*, como há em impessoais nulas no finlandês. Isso mostra que a morfologia de 3ª pessoa impessoal, que está em uma projeção aspectual em sentenças impessoais nulas, é incapaz de dar Caso (GALVES, 2001, cap.3; PILATI E NAVES, 2013). Some-se a isso o fato de que uma relação locativa específica é necessária para que a interpretação impessoal seja gerada e que essa relação locativa, salvo casos em que os elementos são inerentemente locativos, é um PP, ou seja, um sintagma cujo núcleo já é atribuidor de Caso.

Lidando com todos esses fatos, sabemos que é graças a seleção desse locativo que essas sentenças têm Caso e podem existir em PB, mas não é claro, todavia, porque a língua usa isso se há outras estratégias a seu dispor, como, por exemplo, formar sentenças com valor impessoal usando, exclusivamente, morfologia pessoal. Além disso, esse locativo sobe para uma posição para satisfazer EPP, como os dados em (106) mostram.

(106) a. * Parece *naquela loja* vender bastante sapato.

b. *Naquela loja* parece vender bastante sapato.

(AVELAR E CYRINO, 2008:63)

Acredito que todas essas evidências possam apontar para uma diferença entre sentenças impessoais e pessoais no PB no que tange à ancoragem do evento (em outras palavras, ao valor de T). Isso será explicado na seção abaixo.

6.9 INFL como uma categoria âncora

Para explorar a mudança de T a que os dados de sentenças impessoais encabeçadas por locativos aludem, recorro a Ritter e Wiltschko (2014). As autoras afirmam que tempo é apenas uma opção de expressão do tempo de referência nas línguas do mundo. Línguas como Halkomelen exemplificam isso. Nessa língua, obtém-se significado contrastivo com o uso de auxiliares locativos. *ì* é um auxiliar proximativo; *lí* é um auxiliar distal.

(107) a. í qw'eyílex tútl'ò

PROX dance he

‘He is/was dancing [here]’

b. lí qw’eyílex tútl’ò

DIST dance he

‘He is/was dancing [there].’

(RITTER AND WILTSCHKO, 2014:1341)

Como a tradução dos exemplos mostram, o que é distintivo para os falantes dessa língua não é o valor de tempo – isto é, se os eventos ocorreram no presente, passado ou futuro -, mas se eles ocorreram perto do falante (como o advérbio *here* do inglês codifica), ou longe (como o advérbio *there* do inglês também codifica). Assim, percebemos que a ancoragem do evento é feita em termos espaciais e não temporais. Em face desse dado e de outros, as autoras propõem, então, que INFL – e não T – é uma categoria universal e as línguas especificam INFL de acordo com seus traços. Enquanto línguas indo-europeias geralmente ancoram os eventos usando intervalos temporais, outras famílias linguísticas podem optar por outra relação dêitica que cumpra o mesmo papel, como espaço e pessoa.

Uma questão interessante que deriva disso é que as autoras preveem um certo paralelismo na estrutura sintática, paralelismo esse que é reforçado por uma série de trabalhos mostrando, por exemplo, a similaridade entre DPs e TPs/CPs. Mais especificamente, a hipótese das autoras é a de que há uma espinha universal na estrutura sintática que está relacionada às funções que determinadas categorias podem ter. (108) mostra que CP e KP têm uma função de linking, K é uma categoria que funciona como uma projeção de foco acima de DP em algumas línguas, daí seu paralelo com o CP. IP e DP, por sua vez, têm uma função de ancoragem, já que eles situam o indivíduo (D) ou o evento (T) em um local ou tempo e vP e nP têm função temática.

(108)
The universal spine

(RITTER E WILTSCHKO, 2014:1334)

Tendo o IP e o DP a mesma função, a marcação do DP vai diferir de acordo com os traços de INFL que uma língua instancia. A tabela mostra que, em um INFL *location*, o DP que é argumento externo vai ser marcado com alguma morfologia de locação. O fato de PPs locativos serem os selecionados em impessoais nulas do PB, então, não parece ser uma coincidência.

Tipo de INFL	Marcação no DP
INFL _{tempo}	DP _{tempo} = caso
INFL _{locação}	DP _{locação} = marcação locativa
INFL _{participante}	DP _{participante} = marcação de participante

Quadro 2: Tipos de INFL e sua relação com a marcação do DP

Contudo, não quero afirmar que PB é, exatamente, como Halkomelen. O que parece estar acontecendo é que, nos contextos de 3ª pessoa não referencial, os traços phi de TP não são suficientes ou não estão lá. A língua tem, então, optado por especificações locativas ao invés de temporais para fazer o ancoramento.

Mais especificamente, o que eu gostaria de afirmar é que INFL do PB pode ter uma especificação para locação e não para tempo justamente nos contextos em que tempo é o tempo zero, ou seja, em contextos genéricos. Essa especificação de T em PB é ainda possível porque a morfologia verbal não está em T, está em uma projeção mais baixa e, assim, não haveria um possível conflito entre morfologia com traços de número e pessoa e um INFL com traços de locação.

6.10 Conclusões

Este capítulo ilustra uma das mudanças mais drásticas em sentenças que eram obrigatoriamente formadas com SE. Ao ressaltar os padrões de comportamento de sentenças impessoais nulas genéricas no PB, mostrei que elas não são sentenças que possam ser analisadas como inversão locativa e diferem de línguas que possuem a mesma construção e que foram exaustivamente estudadas, como o finlandês. Levando em conta a obrigatoriedade de um locativo, desenvolvi a ideia de que a interpretação arbitrária é derivada do fato de o locativo ser o argumento externo nessas construções. Como o locativo tem força existencial, esse elemento é capaz de gerar essa interpretação.

O fato de sentenças impessoais em PB terem passado de uma estrutura como (109) para (110) se deve a pelo menos dois fatos: perda da morfologia impessoal (e consequentemente

pro) e a inability de T de atribuir caso, já que os traços-phi de T em sentenças impessoais são os de 3ª pessoa, os primeiros a sofrer uma mudança.

Sentenças impessoais nulas (T não atribui caso, por isso um PP ou um advérbio com Caso inerente na posição de argumento externo)

Uma das questões mais relevantes que o capítulo suscita, mas não esgota é que *pro* (um bando de traços –phi, um NP nulo ou um *pro* em termos de GB) não existe em sentenças nulas impessoais genéricas do PB. Outras formas de se fazer sentenças impessoais nulas devem ser analisadas – as aqui analisadas não são as únicas –, mas se a análise se mantiver, talvez o parâmetro relevante para a possibilidade de impessoais nulas em PB não seja a falta de um traço D em T (de acordo com Holmberg, 2005), mas a falta de concordância. Mais explicitamente, quando não há relação temporal envolvida, já que sentenças no presente teriam tempo zero, nada geraria essas sentenças a não ser um elemento que possa se comportar como T, gerando leitura existencial. É por isso que locativos são usados compulsoriamente nas sentenças impessoais nulas analisadas neste capítulo.

7. CONCLUSÃO DA TESE E QUESTÕES FUTURAS

Nesta tese estudei construções que eram obrigatoriamente marcadas com SE e que possuem realizações alternativas no PB atual. O **Capítulo 1** sumariza as questões que vão ser tratadas na tese e menciona abordagens que serão adotadas. Em suma, este capítulo mostra que há duas gramáticas para eventos anticausativos, impessoais e médios no PB. Em uma dessas gramáticas, SE é presente e sentenças impessoais e médias comportam-se como dotadas de um Agente sintático. Na outra gramática, sem a presença desse elemento, não há um Agente sintático nesses eventos em PB. Isso nos leva a acreditar que, com a perda de SE, as gerações mais novas do PB deixaram de projetar um tipo específico de Voice, causando uma mudança significativa nos eventos descritos, incluindo o surgimento da alternância agentiva. A tese se ocupa em descrever essa nova gramática e cotejá-la com as intuições que falantes nativos (ainda) possuem sobre parte dos eventos estudados quando eles são nucleados por SE.

O **Capítulo 2** mostrou as diferenças entre os eventos com SE em PB e espanhol para defender que (i) *pro* é projetado em sentenças em que SE tem uma leitura arbitrária/indefinida; (ii) *pro* pode ser um argumento implícito forte ou fraco. Os exemplos do PB e do espanhol, quando contrastados, mostraram que o *pro* no PB é um argumento implícito forte e, no espanhol, um argumento implícito fraco.

Apontei no capítulo que, muito embora BP e espanhol sejam casos fidedignos dessa tipologia proposta por Landau (2010), pode haver casos intermediários. Mais especificamente, o caso do italiano e do PE merecem um estudo detalhado. Essas duas línguas, assim como o PB, não licenciam *by-phrases* em SE-passivas, licenciam predicados secundários em SE-impessoais e, portanto, seriam argumentos implícitos fortes de acordo com a tipologia que sigo. Não obstante, diferente do PB, nada impede que T entre em uma relação de *Agree* com o complemento do verbo, por isso SE-médias em que o verbo concorda com o complemento do verbo são usuais e SE-passivas, que não existem mais no PB vernacular, são usuais nessas línguas, como o exemplo (1), do PE, e (2), do italiano, mostram.

(1) Essas salsichas compraram-se ontem no talho Sanzot.

(RAPOSO E URIAGEREKA, 1996:750)

(2) Qui, gli spaghetti si magiano spesso.

Here spaghetitis si often eat (are eaten).

‘Aqui, geralmente, comem-se espaguete.’

(CINQUE, 1988:554)

A tipologia de argumentos implícitos em geral proposta por Landau (2010) e aplicada para SE-sentenças em línguas românicas por MacDonald (2015) e MacDonald, Maddox e Carvalho (2015) têm de ser refinada, levando em conta também a especificação desse *pro* em SE-sentenças e o seu impacto para os testes feitos. Em italiano, por exemplo, esse *pro* parece ter uma especificação plural para número, à maneira do objeto arbitrário em italiano, como comentado no Capítulo 2. Um fato que evidencia isso é a possibilidade de leituras recíprocas em SE-sentenças, algo que não é possível em PB e, até onde sabemos, nas outras línguas românicas.

(3) Si era parlato l’uno com l’atro.
Se era falado **o.um com o.outro**
‘Um falava com o outro.’

(CINQUE, 1989: 540)

Assim, enquanto o contraste entre espanhol e PB permitiu entender algumas características da SE-sentenças no PB, um estudo que leve em conta a maioria das línguas românicas bem descritas pode nos dizer mais ainda sobre os tipos de *pro*, além de possibilitar o refinamento dos testes.

O que guiou a análise nos Capítulos de 3 a 6 foi a ideia de que os eventos em que *pro* estava no especificador de *Voice* nucleado por SE foram aqueles que tiveram mudanças significativas no PB atual. Nesses eventos, ou *Voice* não é mais projetado, o caso de médias não-marcadas do PB, ou um outro tipo de *Voice* é projetado, o caso de impessoais nulas. Como visto no **Capítulo 3**, anticausativas não tiveram nenhuma mudança significativa em sua estrutura sintática porque não projetavam *pro* e o membro inacusativo da AA nunca teve *Voice*, mas é uma generalização sobre a perda de *Voice* – e consequentemente de *pro* – em médias.

Além da descrição empírica e uma análise, até certo ponto, comum de estruturas que foram consideradas em isolamento em variados trabalhos sobre o PB, esta tese, ao abordar a perda de morfologia, propõe um olhar para o impacto da perda morfológicos nos eventos. Essa não é uma abordagem comum para mudanças morfossintáticas em uma língua e acredito que essa direção de investigação é também profícua e deve ser conjugada com as já consagradas investigações sobre a perda do sujeito nulo e os traços de T em PB ou em línguas no geral.

No **Capítulo 1**, ressaltei que um rótulo como parcialmente pro-drop agrupa várias línguas com tendências bastante diferentes.¹ Após a análise desenvolvida nos capítulos de 3 a 6, os eventos aqui estudados podem dar indícios da direção que o PB está tomando. No **Capítulo 4**, sobre sentenças médias, por exemplo, mostrei que a ausência de morfologia desse tipo de evento não impede que médias de línguas germânicas, como inglês e holandês, projetem *Voice*. O PB, contudo, não projeta *Voice* nesses eventos na ausência de SE. No **Capítulo 5**, ao estudar a AA, mostrei que ela existe justamente em virtude da perda de *Voice*. Em outras palavras, ela é uma generalização da estrutura que médias não-marcadas têm hoje. A predição, então, é que línguas com médias não-marcadas que não projetam *Voice* também terão a AA e essa correlação foi documentada também para o mandarim. Assim, os eventos do PB têm mostrado que, sob esse ponto de vista, a língua tem se alinhado com línguas radicalmente pro-drop, como sumarizado no quadro abaixo.

Voice	PB	Mandarim	Inglês
Anticausativas	-	-	-
Médias	-	-	+
AA	+	+	-
Impessoais nulas	+	+	-

Quadro 1: presença/ausência de *Voice*P nas línguas

Para que essa correlação fique mais bem explicada, trabalhos futuros serão necessários. Uma pergunta imediata seria: se essas mudanças acontecem por causa da perda de *Voice* marcada,

¹ Ver Alexiadou e Carvalho (2015/submetido) sobre as diferenças entre impessoais nulas no PB e em finlandês e Carvalho (2016) sobre a presença de determinante em PB, mas não em outras línguas parcialmente pro-drop.

ALEXIADOU, A.; CARVALHO, J. (2015) **The role of locatives in (partial) pro-drop languages**. Submetido ao volume organizado por Laura Bailey e Michelle Sheehan por ocasião dos 65 anos de Anders Holmberg, 25 pp, 2015.

CARVALHO, J. (2016) **Bare singular nouns and null impersonals in Brazilian Portuguese**. The case of NumP in Brazilian Portuguese. Hand-out apresentado no Workshop Pronouns. Bahia, Salvador.

o que engatilha essa perda? Como relacioná-la com uma característica mais geral da língua? Por ora, podem-se lançar algumas hipóteses.

Dos eventos estudados nesta tese, as únicas sentenças em que se pode dizer que há *Voice* mesmo com a perda de SE são as impessoais nulas. Mesmo assim, como se mostrou ao longo da discussão no **Capítulo 6**, parece que a sintaxe somente provê um lugar estrutural para que um elemento sofra *merge*. Não há indícios de que *Voice* em impessoais nulas tenha traços-phi, se comparada com *Voice* nucleada por SE, já que a interpretação arbitrária presente nessas sentenças não se verifica em testes sintáticos. Assim, a perda *Voice* nucleada por SE e o rearranjo dos eventos nada mais é do que um fenômeno geral de perda de traços-phi que têm feito o PB se assemelhar a línguas não pro-drop e línguas radicalmente pro-drop. No domínio dos eventos, a semelhança é muito mais clara com o último grupo. Essa ideia, contudo, deve ser mais exaustivamente demonstrada em trabalhos futuros.

Finalmente, cabe ressaltar que, sem uma abordagem sintática para a estrutura de eventos, que guiou toda a discussão do texto, diversas generalizações não teriam sido alcançadas. Em especial no **Capítulo 5**, em que a AA foi estudada, não parece haver modo de derivar as diferenças entre as sentenças anticausativas e o membro inacusativo da AA sem recorrer às diferenças estruturais entre tipos de raízes. Desse modo, sem um arcabouço construcionista para a estrutura argumental, em especial sem o uso da noção das raízes, eu não conseguiria mapear as diferenças que levaram à explicação de que o membro inacusativo da AA tem a mesma estrutura de sentenças médias não-marcadas.

(EXPLICIT FELICITER)²

² Frase normalmente encontrada no final de textos medievais que, entre as traduções possíveis, pode significar algo como ‘ texto totalmente finalizado, tarefa finalizada’.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEDO-MATELLÁN, V.; MATEU, J. (2014) From Syntax to Roots: A Syntactic Approach to Root Interpretation. In: ALEXIADOU, A.; BORER, H.; SCHÄFER, F. (eds.), **The Syntax of Roots and the Roots of Syntax**. Oxford University Press, Oxford, 2014, p.14-32.

ACKEMA, P.; SCHOORLEMMER, M. The middle construction and the syntax-semantics interface. **Lingua**, v. 93, n. 1, p. 59-90, 1994.

_____. Middles and nonmovement. **Linguistic Inquiry**, p. 173-197, 1995.

_____.Middles. In: EVERAERT, M.; RIEMSDIJK, H. **The Blackwell Companion to Syntax**. Oxford: Blackwell, 2006. p. 131-203. Versão disponível em: http://www.research.ed.ac.uk/portal/files/17357302/Middles_SynCom_.pdf

AGUIAR, A. C. **Da estrutura de expressões nominais quantificadas em posição de tópico**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ALEXIADOU, Artemis. **Adverb placement: A case study in antisymmetric syntax**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1997.

_____.Post-verbal nominatives: an unaccusativity diagnostic under scrutiny. In: FOLLI, R.; ULBRICH, C. (eds.). **Interfaces in Linguistics: New Research Perspectives**. Oxford:Oxford University Press, 2011.p.56-77.

_____.The problem with internally caused change-of-state verbs. **Linguistics**, v. 52, n.4, p.879-910, 2014.

ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Voice morphology in the causative-inchoative alternation: Evidence for a non-unified structural analysis of unaccusatives. In: ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E.; EVERAERT, M. **The unaccusativity puzzle**. Oxford: Oxford University Press, p. 114-136, 2004.

ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. The properties of anticausatives crosslinguistically. In: FRASCARELLI, M. (ed.), **Phases of interpretation**. Berlin:Walter de Gruyter, v. 91, p. 187-211, 2006.

_____.**External arguments in transitivity alternations: A layering approach**. Oxford:Oxford University Press, 2015.

ALEXIADOU, A.; SCHÄFER, F.; SPATHAS, G. Delimiting Voice in Germanic: on object drop and naturally reflexive verbs. In: IYER, J.; KUSMER, L. (eds.), **PROCEEDINGS OF NELS**. Amherst: GLSA, 2014. pp. 1-14.

AMARAL, L. **A alternância transitivo-intransitiva no português brasileiro: fenômenos semânticos**. 2015. 158f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2015.

AMBAR, M.; GONZAGA, M.; NEGRÃO, E. Tense, quantification and clause structure in EP and BP. In: BEYSSADE, C. (eds.), **Romance Languages and Linguistic Theory 2002: Selected papers from Going Romance 2002**. Amsterdam: John Benjamins Publishing p. 1-16, 2004.

ANDRADE, A.; GALVES, C. A Unified Analysis for Subject Topics in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 13, n. 1, p. 117-147, 2014. Versão disponível em: https://www.academia.edu/9207769/_Andrade_and_Galves_A_Unified_Analysis_for_Subject_Topics_in_Brazilian_Portuguese

AUTHIER, J.-Marc; REED, Lisa. On the Canadian French Middle. **Linguistic Inquiry**, p. 513-523, 1996.

AVELAR, J., & CYRINO, S. Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, Porto, v.3, n.1, p.55-75, 2008.

AVELAR, J. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.16, pp. 232-252, 2009.

BAKER, M. The macroparameter in a microparametric world. In: BIBERAUER, T.(ed.).**The limits of syntactic variation**. Amsterdam: John Benjamin Publishing Company, 2008. p. 351-374.

BARBOSA, J. **A estrutura sintática das chamadas construções resultativas em PB**. 2008. 134f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BARBOSA, J. **Variação paramétrica em predicados complexos e nomes compostos: um estudo translinguístico**. 2012. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARBOSA, P. Partial pro-drop as null NP-anaphora. In: FAINLEB, L; LACARA, N.; PARK, Y. (eds.), **PROCEEDINGS OF NELS 41**. Armherts: GLSA, 2011. pp-71-84.

BASSANI, I. **Uma abordagem localista para morfologia e estrutura argumental dos verbos complexos (parassintéticos) do português brasileiro**. 2013. 382f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BAUAB JORGE, P. **O clítico se no português brasileiro**. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BEAVERS, J.; KOONTZ-GARBODEN, A. Manner and result in the roots of verbal meaning. **Linguistic inquiry**, v. 43, n. 3, p. 331-369, 2012.

BELLETTI, A; RIZZI, L. Psych-verbs and θ -theory. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 6, n. 3, p. 291-352, 1988.

BHATT, R.; PANCHEVA, R. Implicit arguments. In: EVERAERT, M.; RIEMSDIJK, H. **The Blackwell Companion to Syntax**. Oxford: Blackwell, p. 554-584, 2006.

BORER, H. **Structuring sense**: In name only. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BORER, H. Locales. In: HOVAV, Malka Rappaport; DORON, Edit; SICHEL, Ivy (Ed.). **Lexical Semantics, Syntax, and Event Structure**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 309-338.

BOSKOVIC, Željko. What will you have, DP or NP?. In: ELFNER, E; WALKOW, MARTIN (eds.), **PROCEEDINGS NELS 37**. Armherts: GLSA, 2008. p. 101-114.

BRITO, D. B. S. **O se reflexivo no português brasileiro**. 2009. 113 f. Tese (Doutorado Em Linguística) – Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2009.

BRODY, M. Silent people: the pseudo-impersonal. In: BRANDTLER, Johan; MOLNÁR, Valéria; PLATZACK, Christer (Eds.). **Approaches to Hungarian: Volume 13: Papers from the 2011 Lund conference**. John Benjamins Publishing, 2013. p. 33-43.

BRUENING, B. By phrases in passives and nominals. **Syntax**, v. 16, n. 1, p. 1-41, 2013.

CABREDO-HOFHERR, P. Arbitrary "pro and the theory of pro-drop [*]. In: ACKEMA, P., BRANDT, P., SCHOORLEMMER, M., & WEERMAN, F. P. Arguments and agreement. **Arguments and agreement**. Oxford University Press, p. 230-258, 2006.

CANÇADO, M. Comparando Alternâncias Verbais no PB: cortar o cabelo e quebrar o braço. **Revista Letras**, v. 81, p. 33-60, 2010.

CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. **Catálogo de verbos do português brasileiro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

CARDINALETTI, Anna; STARKE, Michal. The typology of structural deficiency: A case study of the three classes of pronouns. In: van RIEMSDIJK, Henk. (ed.), **Clitics in the languages of Europe**. Mouton de Gruyter: Berlin, p. 145-233, 1999.

CARVALHO, J. **A expansão da alternância causativa no português brasileiro. Relatório de qualificação**. Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo. 2014.

_____. A Parallelism Between vP and DP in Partial pro-drop Languages: The Case of Number in Brazilian Portuguese. In: BONDARUK, A. et al. (orgs.), **Young Minds vs. Old Questions in Linguistics**. Proceedings of the Fourth Central European Conference in Linguistics for Postgraduate Students. Lublin: The Institute of East-Central Europe. p. 11-34.

CARVALHO, J.; BASSANI, I. Resenha de Cançado, M., Godoy, L., Amaral, L. **Catálogo de Verbos do Português Brasileiro: classificação verbal segundo a decomposição de**

predicados. Parte I: verbos de mudança. Editora UFMG. 2013. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 22, n. 2, p. 275-294, 2014.

CARVALHO, J.; COSTA, J. O que origina a variação da alternância causativa? Uma comparação entre o Dâw (família Nadahup) e o português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, v. 13, n. 1, p. 119-153, 2014.

CAVALCANTE, S. **O uso de SE com infinitivo na história do português: do Português Clássico ao Português Europeu e Brasileiro modernos**. 2006. 227f. Tese (Doutorado em Linguística)-Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CHAGAS DE SOUZA, P. **A Alternância Causativa no Português do Brasil: Defaults num Léxico Gerativo**. 2000. 214f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Linguística)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHENG, L. Transitivity alternations in Mandarin Chinese. In: **Proceedings of the third Ohio state University conference on Chinese Linguistics**, 1989. p. 81-94.

CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: The framework. In: MARTIN, R; MICHAELS, D.; & URIAGEREKA, J. (eds.), **Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik**. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 89-155.

_____. Derivation by phase. In: KENTOWICZ, M. (ed.) **Ken Hale: A life in language**. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 1-52. Reimpresso como Chomsky (2012).

_____. **Chomsky's linguistics**. Cambridge: MIT Press, 2012.

CINQUE, G. On *si* constructions and the theory of arb. **Linguistic inquiry**, v. 19, n.4, p. 521-581, 1988.

_____. **Adverbs and the universal hierarchy of functional projections**. New York: Oxford UP, 1999.

CONDORAVDI, C. The middle: where semantics and morphology meet. **MIT Working Papers in Linguistics**, v. 11, p. 18-30, 1989.

CYRINO, S. Construções com SE e promoção de argumento no português brasileiro: Uma investigação diacrônica. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 2, p. 85-116, 2007.

_____. Argument promotion and SE-constructions in Brazilian Portuguese. In: VAN GELDEREN, E.; CENNAMO, M.; & BARÐDAL, J. (eds.) **Argument Structure in Flux: The Naples-Capri Papers**. Amsterdam: John Benjamins. p. 286-306, 2013a.

_____. On Richness of Tense and Verb Movement in Brazilian Portuguese. In: CAMACHO-TABOADA, V.; JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, Á. L.; MARTÍN-GONZÁLEZ, J., & REYES-TEJEDOR, M. (Eds.) **Information Structure and Agreement**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p. 297-317, 2013b.

CYRINO, S.; ESPINAL, M. T. Bare Nominals in Brazilian Portuguese: more on the DP/NP analysis. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 33, n. 2, p. 471-521, 2015.

D'ALESSANDRO, R. **Impersonal "si" constructions: Agreement and Interpretation.** Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2007.

DÉCHAINED, R.; WILTSCHKO, M. Decomposing pronouns. **Linguistic Inquiry**, v. 33, n. 3, p. 409-442, 2002.

DEMIRDACHE, H., & URIBE-ETXEBARRIA, M. Aspect and temporal anaphora. **Natural Language & Linguistic Theory**, v.32, n.3, 855-895, 2014.

DIESING, M. Bare plural subjects and the derivation of logical representations. **Linguistic Inquiry**, v.23, n.3, 353-380, 1992.

DOBROVIE-SORIN, C. The SE-anaphor and its role in argument realization. In: EVERAERT, M.; RIEMSDIJK, H. **The Blackwell Companion to Syntax.** Oxford: Blackwell, p.118-179, 2006.

DOWTY, David. **Word Meaning and Montague Grammar: The Semantics of Verbs and Times in Generative Semantics and in Montague's PTQ**, D. Reidel:Dordrecht, 1979.

DUARTE, M. E. **A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro.** 1995. 161p. Tese (Doutorado em Linguística) -Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

EMBICK, D. Voice systems and the syntax/morphology interface. In: HARLEY, H. (eds.), Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect, **MIT Working Papers in Linguistics 32**, Cambridge: MIT Press, p. 41-52, 1998.
_____. On the structure of resultative participles in English. **Linguistic Inquiry**, v. 35, n. 3, p. 355-392, 2004.

EMBICK, D.; MARANTZ, A. Architecture and blocking. **Linguistic Inquiry**, v. 39, n. 1, p. 1-53, 2008.

FÁBREGAS, A.; PUTNAM, M. The emergence of middle voice structures with and without agents. **The Linguistic Review**, v. 31, n. 2, p. 193-240, 2014.

FERREIRA, M. **Argumentos nulos em português brasileiro.** 2000. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FOLLI, R.; HARLEY, H. Flavors of v. In: KEMPCHINSKY, P.; SLABAKOVA, R. (eds.), **Aspectual inquiries.** Netherlands:Springer Netherlands, 2005. p. 95-120. Versão disponível em:
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.72.4156&rep=rep1&type=pdf>

FOLTRAN, M. J. A Alternância entre Adjetivos e Advérbios como Modificadores de Indivíduos e de Eventos. **Revista Letras**, v. 81, p. 157-176, 2010.

- FREEZE, R. Existentials and other locatives. **Language**, p. 553-595, 1992.
- FREITAS, M.L.A. **Estudo experimental sobre os nominalizadores -ção e -mento: localidade, ciclicidade e produtividade**. 2014. 226f. Tese (Doutorado em Linguística)-Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas:Editora da UNICAMP, 2001.
- GARBODEN, A. & LEVIN, B. The morphological typology of change of state event encoding. In BOOIJ, G., GUEVARA, E., RALLI, A., SGROI, S. & SCALISE, S. (eds.), **Online Proceedings of the Fourth Mediterranean Morphology Meeting (MMM4)**, Bologna:Università degli Studi di Bologna, 2005.p.185–194.
- GIORGI, A., & PIANESI, F. **Tense and aspect**: From semantics to morphosyntax. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- GROLLA, E.; AUGUSTO; M. Absolute Constructions in Brazilian Portuguese and Relativized Minimality Effects in Children's Productions. In: **Proceedings of the Conference on Generative Approaches to Language Acquisition**. 2015/No prelo.
- GUÉRON, Jacqueline. Les opérateurs: contribution à une théorie de traits syntaxiques. In: Guéron, J. & Sowley, I. (eds.), **Grammaire transformationnelle: Theorie et méthodologies**. Univ. de Paris VII: Paris, p. 185-219, 1982.
- HALE, K; KEYSER, S. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In: HALE, K; KEYSER, S. (org.) **The view from Building 20**: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger. Cambridge: MIT Press, 1993.
- _____. **Prolegomenon to a theory of argument structure**. Cambridge: MIT Press, 2002.
- HALLE, M. & A. MARANTZ. **Distributed morphology and the pieces of inflection**. In: S. J. Keyser & Kenneth Hale (eds.) **The View from Building 20**. MIT Press, Cambridge, p. 111-176, 1993.
- HARLEY, H. **Subjects, events and licensing**. 1995. 239f. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Linguistics, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1995.
- _____. External arguments and the Mirror Principle: On the distinctness of Voice and v. **Lingua**, v. 125, p. 34-57, 2013.
- _____. On the identity of roots. **Theoretical Linguistics**, v. 40, n. 3-4, p. 225-276, 2014.
- HARLEY, H.; NOYER, R. Distributed morphology. **Glott International**, v. 4, n. 4, p. 3-9, 1999.
- HASPELMATH, Martin. The grammaticization of passive morphology. **Studies in language**, v. 14, n. 1, p. 25-72, 1990.

_____. More on the typology of inchoative/causative verb alternations. **Causatives and transitivity**, v. 23, p. 87-121, 1993.

HOLMBERG, A. Is there a little pro? Evidence from Finnish. **Linguistic Inquiry**, v.36, n.4, p.533-564, 2005.

_____. The null generic subject pronoun in Finnish: a case of incorporation in T. In: BIBERAUER,T;HOLMBERG,A;ROBERTS,I;SHEEHAN, M. (eds). **Parametric variation: null subjects in minimalist theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p.200-230.

HOLMBERG, A.; NAYUDU, A.; SHEEHAN, M.. Three partial null-subject languages: a comparison of Brazilian Portuguese, Finnish and Marathi*. **Studia Linguistica**, v. 63, n. 1, p. 59-97, 2009.

HÜNING, M. **TextSTAT - Simple Text Analyse Tool (Version 2)**
Konkordanz-Software für MS Windows, GNU/Linux und MacOS X. Berlin, 2001-2009.

JACKENDOFF, R. Semantic interpretation in generative grammar. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.

JAEGGLI, O. Passive. **Linguistic Inquiry**, v. 17, p. 587-622, 1986.

KAYNE, R. Some notes on comparative syntax, with special reference to English and French. In: CINQUE,G.; KAYNE, R. (orgs.); **The Oxford Handbook of Comparative Syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 3-69.

KATO, M. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. **Probus**, v. 11, p. 1-38, 1999.

KRATZER, A. Individual Level Predicates vs. Stage Level Predicates. In: CARLSON, G. (eds.), **The Generic Book**. The University of Chicago Press: Chicago, 1995. p. 125-175.

_____. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J., ZARING, L. (eds.). **Phrase structure and the lexicon**. Netherlands:Springer Netherlands, 1996. p. 109-137.

_____. Making a pronoun: Fake indexicals as windows into the properties of pronouns. **Linguistic Inquiry**, v. 40, n. 2, p. 187-237, 2009.

LANDAU, I. The explicit syntax of implicit arguments. **Linguistic Inquiry**, v. 41, n. 3, p. 357-388, 2010.

LAVIDAS, N. The diachrony of labile verbs: Evidence from the history of English and Greek”. In: KULIKOV, L. e KITTILA, S. (eds.), **Diachronic Typology of Voice and Valency-changing Categories**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2010/No prelo.

LAZZARINI-CYRINO, J. O sincretismo passivo-reflexivo: um estudo translinguístico. 2015. 254f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- LEGATE, J. **Voice and v: Lessons from Acehnese**. Cambridge:MIT Press, 2014.
- LEKAKOU, M. **In the middle, somewhat elevated: The semantics of middles and its crosslinguistic realizations**. 2005. 251f. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Phonetics and Linguistics, University College London, 2005.
- LEUNG, R. **Um estudo sobre os objetos cognatos e os adjetivos adverbiais no português do Brasil**. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- LEVIN, B. **English verb classes and alternations: A preliminary investigation**. Chicago:University of Chicago Press, 1993.
- _____. Further explorations of the landscape of causation: comments on Alexiadou and Anagnostopoulou. **MIT Working Papers in Linguistics**, v. 49, p. 239-266, 2009.
- LEVIN, B., & RAPPAPORT-HOVAV, M. **Unaccusativity: At the syntax-lexical semantics interface** Cambridge:MIT Press, 1995.
- _____. **Argument realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- LUNGUINHO, M.; MEDEIROS-JÚNIOR, P. Inventou um tipo novo de sujeito: Características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 9, p.7-21, 2013.
- MACDONALD, J.. An implicit projected argument in Spanish impersonal and passive *se* constructions. **Syntax**. 2015/No prelo.
- MAIENBORN, C. On the position and interpretation of locative modifiers.**Natural language semantics**,v.9. n.2,p. 191-240, 2001.
- _____.Event-internal modifiers: Semantic underspecification and conceptual interpretation.In: LANG, E., MAIENBORN. C.; FABRICIUS-HANSEN C. (eds.), **Modifying Adjuncts**. Berlin/New York: de Gruyter,p. 475-509, 2003.
- MARANTZ, A. **On the nature of grammatical relations**. Cambridge: Linguistic Inquiry Monographs, 1984.
- _____.No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **University of Pennsylvania working papers in linguistics**, v. 4, n. 2, p. 14, 1997.
- _____.Verbal argument structure: Events and participants. **Lingua**, v. 130, p. 152-168, 2013.
- MARTINS, A.M. "Passive and impersonal *se* in the history of Portuguese". In: PUSCH, C.; KABATEK, J.; RAIBLE, W. (eds.), **Romance Corpus Linguistics II: Corpora and Diachronic Linguistics**.Tübingen: Gunter Narr Verlag, 411-430, 2005. Versão disponível em: http://www.clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsPassiveAnsImpersonal.pdf.
- MARTINS, A. M.; NUNES, J. Raising issues in Brazilian and European Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, 53-77, 2006.

_____. Passives and Se-constructions. In: WETZELS, L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. (eds.), *Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley/Blackwell, 2015/no prelo.

MENDES, R.B. (2013) **Projeto SP2010: Amostra da fala paulistana**. Disponível em <<http://projetosp2010.fflch.usp.br>>. Acesso em 01/12/2013.

MENDIKOETXEA, A. Clitic impersonal constructions in Romance: syntactic features and semantic interpretation. In: SIEWERSKA, A. **Transactions of the Philological Society**, v. 106, n. 2, p. 290-336, 2008.

MENUZZI, S.; LOBO, M. Binding and pronominal forms in Portuguese. In: WETZELS, L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. (eds.), **Handbook of Portuguese Linguistics**. Wiley/Blackwell, 2015/no prelo.

MODESTO, M. **On the identification of null arguments**. 2000. 200f. Tese (Doctor of Philosophy (Linguistics)) – Faculty of Graduate School, University of Southern California, Califórnia, 2000.

_____. Topic prominence and null subjects. In: BIBERAUER, T. (ed.), **The limits of syntactic variation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p. 375-409, 2008.

MCKOON, G.; MACFARLAND, T. Externally and internally caused change of state verbs. **Language**, v.76, n.4, p. 833-858, 2000.

NARO, A. The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: A study in syntactic change as a surface phenomenon. **Language**, p. 779-810, 1976.

NEGRÃO, E. **O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso**. 2000. Tese (Livre Docência) – Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NEGRÃO, E.; MÜLLER, A.L. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas. **Delta**, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**, São Paulo, Contexto, p. 179-203, 2008.

_____. A estrutura sintática das sentenças absolutas no português brasileiro. **Linguística**, n. 23, p. 37-58, 2010. Versão disponível em: https://www.academia.edu/14897180/A_estrutura_sint%C3%A1tica_das_senten%C3%A7as_absolutas_no_portugu%C3%AAs_brasileiro

_____. A ergativização do português brasileiro: uma conversa continuada com Carlos Franchi. **Estudos da Linguagem. Casamento entre temas e perspectivas**. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, p. 37-61, 2011.

_____. Elementos para a investigação da semântica do clítico SE no português brasileiro. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 57, n. 1, p.41-59, 2015.

NUNES, J. **O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador**. 1990. 189f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

PACHECO, J. **As construções médias do português do Brasil sob a perspectiva teórica da morfologia distribuída**. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PAN, H. Imperfective aspect zhe, agent deletion, and locative inversion in Mandarin Chinese. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 14, n.2, p. 409-432, 1996.

PERINI, M. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola, 2008.

PILATI, E.; NAVES, R. Desenvolvendo a hipótese da cisão da categoria pronominal no português brasileiro. In: MOURA, D.; SIBALDO, M. (Org.). **Estudos e Pesquisas em Teoria da Gramática**. 1ed. Maceió: Edufal, v. 1, p. 233-254, 2013.

PITTEROFF, M. **Non-canonical lassen-middles**. 2014.295f. Tese (Doktors der Philosophie) – Institut für Linguistik: Anglistik der Universität Stuttgart, Stuttgart, 2014.

PONTES, E. **O tópico no português do Brasil**. Pontes Editores, 1987.

PUJALTE, M. ; SAAB, A. Syncretism as PF-repair: the case of SE insertion in Spanish. In: CUERVO, M.; ROBERGE, Y. (eds.), **The End of Argument Structure**, Syntax and Semantics 38. Bingley: Emerald, p. 229-260, 2012.

PYLKKÄNEN, L. **Introducing arguments**. Massachusetts: MIT Press, 2008.

RAMCHAND, G. **Verb meaning and the lexicon: A first phase syntax**. Cambridge: University Press, 2008

RAPPAPORT-HOVAV, M.; LEVIN, B. Building verb meanings. In: BUTT, M.; GEUDER, W. **The projection of arguments: Lexical and compositional factors**. Stanford: CSLI Publications, p. 97-134, 1998.

_____. Lexicon Uniformity and the Causative Alternation. In: EVERAERT, E.; MARELJ, M.; SILONI, T. **The Theta System: Argument Structure at the Interface**. Oxford: Oxford University Press, 2012. Versão de 2011 disponível em: <http://web.stanford.edu/~bclevin/rein11rev.pdf>

RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Indefinite se. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 14, n. 4, p. 749-810, 1996.

RASO, T.; MELLO, H. (Org.). C-ORAL-BRASIL I. Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, v. único.

REINHART, T. The theta system—an overview. **Theoretical Linguistics**, v. 28, n. 3, p. 229-290, 2003.

- REZAC, M. Escaping the person case constraint: Reference-set computation in the ϕ -system. **Linguistic variation yearbook**, v. 6, n. 1, p. 97-138, 2006.
- RIBEIRO, P. **A alternância causativa no português do Brasil: a distribuição do cíclico SE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- RIBEIRO, S. **Estruturas com se Anafórico, Impessoal e Decausativo em Português**. 2011. 323f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- RIVERO, M. On impersonal reflexives in Romance and Slavic and semantic variation. In: CAMPS, J. & WILTSHIRE, C. **Romance Syntax, Semantics and L2 Acquisition**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 169-195.
- RITTER, E., & WILTCHKO, M. The composition of INFL: An exploration of tense, tenseless languages and tenseless constructions. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 32, p. 1331–1386, 2014.
- LANDAU, Idan. The explicit syntax of implicit arguments. *Linguistic Inquiry*, v. 41, n. 3, p. 357-388, 2010.
- RIZZI, L. **Issues in Italian syntax**. Berlin: Walter de Gruyter, 1982.
- _____. Null objects in Italian and the theory of pro. **Linguistic inquiry**, v. 17, n. 3, p. 501-557, 1986.
- RIZZI, L.; SHLONSKY, Ur. Satisfying the subject criterion by a non subject: English locative inversion and Heavy NP shift. **Phases of interpretation**, p. 341-361, 2006.
- ROBERTS, I. A deletion analysis of null subjects. In: BIBERAUER, T; HOLMBERG, A; ROBERTS, I; SHEEHAN, M. (eds), **Parametric variation: null subjects in minimalist theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 58-87.
- ROBERTS, I. **Macroparameters and minimalism**. In: GALVES, Charlotte et al. (Ed.). **Parameter theory and linguistic change**. OUP Oxford, 2012. **Parameter theory and linguistic change**, v. 2, p. 320, 2012.
- RODRIGUES, C. **Aspectos sintáticos e semânticos das estruturas médias no Português do Brasil: um estudo comparativo**. 1998. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Brasília, 1998.
- _____. **Impoverished morphology and A-movement out of Case domains**. 2004. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Linguistics, University of Maryland, Maryland, 2004.
- _____. Possessor raising through thematic positions. IN: HORNSTEIN, N.; POLINSKY, M. (eds.), **Movement theory of control**. Amsterdam: John Benjamins, p. 119-146, 2010.
- SAAB, A. Syntax or nothing: Some theoretical and empirical remarks on implicit arguments. **Borealis—An International Journal of Hispanic Linguistics**, v. 3, n. 2, p. 125-183, 2014.

SCHÄFER, F. **The syntax of (anti-) causatives**: External arguments in change-of-state contexts. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

_____. Two Types of External Argument Licensing–The Case of Causers*. **Studia Linguistica**, v. 66, n. 2, p. 128-180, 2012.

_____; MARTIN, F. Anticausatives compete but do not differ in meaning: a French case study. In: CONGRES MONDIAL DE LINGUISTIQUE FRANCAISE, 2014. Berlin. **Proceedings of Congres Mondial de Linguistique Francaise**. Berlin:Freie Universität Berlin. p. 2485-2500.

SCHMITT, C.; MUNN, A. **Against the nominal mapping parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese**. In: HALL, N.; HIROTANI, M.; TAMANJI, P. (eds.), **PROCEEDINGS-NELS 29**. Armherts: GLSA, 1999, p. 339-354.

SIGURÐSSON, H. Á., & EGERLAND, V. Impersonal null-subjects in Icelandic and elsewhere*. **Studia Linguistica**, v.63, n.1, p. 158-185, 2009.

STROIK, T. On middle formation: A reply to Zribi-Hertz. **Linguistic Inquiry**, v.26, n.1, p. 165-171, 1995.

_____. Arguments in middles. In: LYNKFELT, B.; SOLSTAD, T. (eds.), **Demoting the agent: passive, middle and other voice phenomena**. Amsterdam: John Benjamins, p. 301-326, 2006.

VAN GELDEREN, E. Changes in Psych-verbs: A reanalysis of little v. **Catalan Journal of Linguistics**, v. 13, p. 99-122, 2014. Disponível em :<<http://revistes.uab.cat/catJL/article/view/v13-van-gelderen/154>>.

VON STECHOW, Arnim. The different readings of wieder ‘again’: A structural account. **Journal of semantics**, v. 13, n. 2, p. 87-138, 1996.

WHITAKER-FRANCHI, R. As Construções Ergativas: um Estudo Semântico e Sintático. 1989. 199f. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística)– Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

WOOD, J. **Icelandic morphosyntax and argument structure**. New York, NY: New York University. 2012. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Linguistics, University of New York, 2012.

WOOD, J.; MARANTZ, A. The interpretation of external arguments. In Roberta D’Alessandro, Irene Franco and Ángel Gallego [eds.] **The Verbal Domain**. Oxford University Press, 2015/No prelo.

WOLFF, P. Direct causation in the linguistic coding and individuation of causal events. **Cognition**, v. 88, n. 1, p. 1-48, 2003.